



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA E MUSEOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

NÚBIA MICHELLA CLEMENTINO DA SILVA

“LIMPANDO O TERRENO”:

A Experiência de Remoção Forçada dos posseiros de Jardim Penedo de baixo para a construção da cidade da copa em São Lourenço da Mata - PE



Recife

2019

NÚBIA MICHELLA CLEMENTINO DA SILVA

“LIMPANDO O TERRENO”:

a experiência de remoção forçada dos posseiros de jardim penedo de baixo para a construção da cidade da copa em São Lourenço da Mata - PE

Tese submetida ao Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de doutora em Antropologia.

Área de concentração: Antropologia

Orientador: Prof. Dr. Peter Schröder

Coorientador: Prof. Dr. Russel Parry Scott

Recife

2019

Catálogo na fonte
Bibliotecária Valdicéa Alves Silva CRB4/1260

S586l Silva, Núbia Michella Clementino da.
“Limpendo o terreno” : a experiência de remoção forçada dos posseiros de Jardim Penedo de Baixo para a construção da Cidade da Copa em São Lourenço da Mata – PE / Núbia Michella Clementino da Silva. – 2019.
327 f. il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Peter Schröder.

Coorientador: Prof. Dr. Russel Parry Scott.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Recife, 2019.

Inclui referências, apêndices e anexos.

1. Antropologia. 2. Desenvolvimento econômico – São Lourenço da Mata (PE). 3. Copa do Mundo (Futebol) (20.: 2014: Brasil). 4. Remoção (Habitação). 5. Direito à moradia. I. Schröder, Peter (Orientador). II. Scott, Russel Parry (Coorientador). III. Título.

301 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2020-044)

NÚBIA MICHELLA CLEMENTINO DA SILVA

“LIMPANDO O TERRENO”:

a experiência de remoção forçada dos posseiros de jardim penedo de baixo para a construção da cidade da copa em são Lourenço da Mata - PE

Tese submetida ao Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de doutora em Antropologia.

Aprovada em: 27/02/2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof^o. Dr. Peter Schröder (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^o Dr. Russel Parry Scott (coorientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^a Dra. Josefa Salete Barbosa Cavalcanti (Examinadora interna)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^o Dr. Hugo Menezes Neto (Examinador interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^a Dra Dayse Amâncio dos Santos Veras Freitas (Examinadora externo)
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Prof^a Dra Mônica Maria Gusmão Costa (Examinadora externa)
ADUSEPS

Aos meus pais, Rita de Cássia Clementino e Sebastião José da Silva, pelo incentivo e fé. Aos meus irmãos e irmãs, pela compreensão e carinho. À Lunardi, amor sempre presente nesta trajetória.

Dedico

AGRADECIMENTOS

Ao Sagrado e ao fabuloso mistério de ser gente;

Ao CNPq, pela concessão da bolsa de estudo;

À Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), por meio do Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Aos funcionários que sempre nos apoiaram. Ao corpo docente pelos ensinamentos;

Ao meu orientador, Prof. Dr. Peter Schröder, pelos ensinamentos, orientação, aprendizado, pela confiança, respeito às minhas dificuldades, obrigada pelo incentivo nesta trajetória;

Ao meu Coorientador, Prof. Dr. Parry Scott, por sua intensa contribuição teórica, pela generosidade, desejo constante de ensinar e ouvir;

À professora Mônica Maria Gusmão Costa, pelo cuidadoso tratamento e respeito com que observou meus limites e me incentivou a ultrapassá-los desde a qualificação;

Às professoras, Dayse Amâncio dos Santos Veras Freitas e Josefa Salete Barbosa Cavalcanti e ao professor Hugo Menezes Neto, por terem aceitado contribuir e compartilhar seus ensinamentos.

Aos amigos sempre dispostos a ajudar nesta trajetória: Andrezza, Miriam, Fernanda Francine, Jailma, Emerson, Anderson e Ricardo. Gratidão!

Aos amigos (todos eles), pela presença em todos os momentos da pesquisa, incansável paciência, mas principalmente pela amizade e apoio nos momentos difíceis. Esta tese também é de vocês, afinal, sozinha não teria conseguido. Obrigada!

Enfim, minha gratidão sincera a todas as pessoas que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho.

RESUMO

A passagem da Copa do Mundo 2014 em Pernambuco causou a remoção forçada da comunidade Jardim Penedo de Baixo, em São Lourenço da Mata - PE. Pouco divulgada, essa remoção aconteceu no tempo de planejamento do projeto Cidade da Copa, provocada por um processo de abordagem autoritária de agentes no âmbito do desenvolvimento que culminou com a “limpeza do terreno”. Dentro desse contexto, esta pesquisa se propõe a interpretar a experiência dessa remoção, a partir dos significados dados a ela pelos interlocutores, considerando que o episódio foi fruto de uma conjuntura permeada por articulações de diferentes níveis e interesses envoltos em um campo de práticas que mobilizou poder e política em prol de um objetivo: vender a cidade. Esta pesquisa foi fundamentada na Antropologia do Desenvolvimento, e apresenta uma abordagem qualitativa, baseada em trabalho de campo, realização de entrevistas e apoiada em documentos de diversas fontes. Para promover a “limpeza do terreno”, identificaram-se estratégias e dispositivos usados por diferentes agentes interrelacionados e interpretados na configuração de uma rede no campo do desenvolvimento, na qual o Estado, visto como agente facilitador, e as construtoras (representante maior dos parceiros privados) uniram forças para viabilizar o megaevento e a venda da futura Cidade da Copa. Essa Rede-Megaevento em Pernambuco, dentro de um subcampo heterogêneo e conflituoso, foi eficaz em alcançar seus objetivos e eliminar entraves, causando a violação ao direito à moradia, no tempo cronometrado e marcado por pressões políticas da Federação Internacional de Futebol (FIFA), que exigia do gestor empreendedor medidas arrojadas. Para convencer a sociedade pernambucana de que a realização do megaevento era necessária, o agente facilitador usou um discurso hegemônico, pautado em coerência técnica, prometendo como legado o desenvolvimento para a região do Oeste Metropolitano, na proposta de uma Nova Centralidade projetada na Cidade da Copa, que não saiu do papel. As interações dentro do campo geraram outras estratégias eficientes e os agentes se municiaram do capital simbólico (uso da máquina estatal e recursos financeiros), para cumprir com os objetivos no tempo determinado, como, por exemplo, a flexibilização de leis, o silenciamento e a desmoralização dos posseiros, esses, taxados como “invasores” para reduzir conflitos, resistências e poder de negociação. Para os interlocutores, essa experiência, apesar de traumática, foi considerada positiva ou negativa a depender do que a indenização lhes pôde proporcionar, especificamente se dela resultou na compra de outra moradia, condição vivida apenas pela minoria. A indenização considerou apenas o ressarcimento pelas benfeitorias, dessa maneira, não foi baseada na perspectiva de justiça social, ainda, desconsiderou as desigualdades sociais

significativas da comunidade. O processo indenizatório acentuou a desigualdade social, já existente na comunidade, ao não resguardar aos mais vulneráveis a preservação dos direitos fundamentais, quando reduziu a negociação unicamente a “não sair sem nada”. Desse modo, para evitar remoções forçadas como essa, é preciso que as gestões públicas assegurem o uso dos dispositivos legais, em consonância com a gestão democrática da cidade e com políticas habitacionais que tratem a moradia como um direito fundamental, não como mercadoria.

Palavras-chave: Antropologia. Copa 2014. Moradia. Remoção forçada.

ABSTRACT

The passage of the World Cup 2014 in Pernambuco caused the forced removal of the Jardim Penedo de Baixo community in São Lourenço da Mata – PE. Little publicized, this removal took place at the planning time of the Cidade da Copa (World Cup City) project, triggered by a authoritarian approach process of the agents in the context of development that culminated in "clearing the land". In this context, this research proposes to interpret the experience of this removal, based on the meanings given to it by the interlocutors, considering that it is the result of a conjuncture permeated by articulations of different levels and interests involved in a field of practices that mobilized power and policy towards an objective: to sell the city. The research, based on Anthropology of Development, had a qualitative approach, based on fieldwork, interviews and supported by documents from various sources. In order to promote the "land clearing", we identified strategies and devices used by different agents that were interrelated and interpreted in the configuration of a network in the field of development, in which the Government, seen as a facilitator, and construction companies (the largest representative of the private) have joined forces to enable the mega-event and the sale of the future World Cup City. This mega-event network in Pernambuco, within a heterogeneous and conflictive subfield, was effective in achieving its goals and eliminating obstacles, causing violation of the right to housing, in the time marked by political pressures of the International Football Federation (FIFA), which demanded from the entrepreneur manager bold rules. In order to persuade the society of Pernambuco that the mega-event was necessary, the facilitator agent used a hegemonic speech, based on technical coherence, promising as a legacy the development for the Metropolitan West region, in the proposal of a New Centrality projected in the World Cup City that never left the drawing board. The depth of the interactions within the field generated other efficient strategies, and the agents provided the symbolic capital (use of the government machine and financial resources) to fulfill their goals in the given time, such as the relaxation of laws, the silencing and the demoralization of squatters, who were labeled as "invaders" to reduce conflicts, resistance, and bargaining power. For the interlocutors, this experience, although traumatic, was considered positive or negative depending on what the compensation could provide, specifically if it resulted in the purchase of another dwelling, a condition lived only by the minority. The compensation considered only the refund for improvements and was not based on the perspective of social justice, disregarding the social inequality of the community. The compensation process accentuated social inequality, already existing in the community, by not protecting the most vulnerable from the preservation of

fundamental rights, when it reduced the negotiation solely to "not leaving without anything". Thus, in order to avoid forced removals such as these, it is necessary that the public administrations ensure the use of the legal devices, in consonance with the democratic management of the city. Development projects should not come with authoritarian approaches on peripheral areas reaching poor populations, nor can have the government as a facilitator of the arbitrariness that promotes human rights violations of this population.

Keywords: Anthropology. 2014 World Cup. Housing. Forced removal.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Capa do Relatório dos cadastros	47
Figura 2 – Recorte do modelo de Selo de cadastramento do imóvel	48
Figura 3 – Prancha de figuras do Laudo de Avaliação.....	51
Figura 4 – Limites de acesso da /à Arena de Pernambuco	53
Figura 5 – Área do Círculo Militar.....	54
Figura 6 – Professora Maria na Escola Municipal Mascarenhas de Moraes	54
Figura 7 - Professora Maria expondo o registro da visita das crianças à Arena.....	55
Figura 8 – Nova localização da Escola Municipal Mal. Mascarenhas de Moraes.....	55
Figura 9 – Entrevistando a professora Maria na sede da escola.....	56
Figura 10 – Entrevistando Jane	57
Figura 11 – Luiz, ex-presidente da Associação dos Moradores do Jardim Penedo de Baixo ..	58
Figura 12 – Entrevistando Valério, ex-morador.....	59
Figura 13 – Entrevistando dona Zezita.....	60
Figura 14 – Dona Iracema na casa de sua filha	61
Figura 15 – Frente da casa da Comunidade Obra de Maria, captura 2015.....	62
Figura 16 – Localização da Comunidade Obra de Maria.....	63
Figura 17 – Lula comemora a indicação do Brasil à Copa 2014.....	67
Figura 18 – Etapas do megaevento.....	101
Figura 19 – Hierarquia dos megaeventos e mídia interessada.....	101
Figura 20 – Eduardo Campos e o prefeito Ettore Labanca (1º à esquerda) comemoram, com a população de SLM, a escolha de Pernambuco como subsede da Copa	119
Figura 21 – Representação dos polos de expansão da RMR.....	124
Figura 22 – Institucionalização dos municípios na RMR.....	126
Figura 23 – Habitações em áreas de risco e preservação Rio Capibaribe SLM.....	130
Figura 24 – Representação de SLM como Cidade da Copa	132
Figura 25 – Apresentação da maquete Projeto Cidade da Copa.....	133
Figura 26 – Imagem do Projeto Cidade da Copa.....	135
Figura 27 – Discurso de Eduardo Campos na assinatura da PPP Cidade da Copa	137
Figura 28 – Área destinada ao projeto Cidade da Copa	138
Figura 29 – Pernambuco assegura verbas para obras da Copa 2014.....	143
Figura 30 – Valores das obras em Pernambuco e canais de informações	145

Figura 31 – CBF cobra cumprimento de cronograma das obras Copa do Mundo 2014.....	149
Figura 32 – Contrastes entre comemorações em SLM: antes e durante a Copa 2014	150
Figura 33 – Recorte Penedo de Cima e Penedo.....	156
Figura 34 – Demarcação da área Cidade da Copa e seus limites	158
Figura 35 – Recorte do memorial descritivo da área destinada a Arena	159
Figura 36 – Memorial descritivo do segundo Decreto nº 34.662.....	160
Figura 37 – Destaque do Loteamento Regalia, local atual da Arena Pernambuco	161
Figura 38 – Destaque da legenda do Plano Diretor (2006)	161
Figura 39 – Recorte dos bairros São Lourenço da Mata	162
Figura 40 – Mapa dos bairros de SLM.....	163
Figura 41 – Lista de Loteamentos e condomínios anuenciados em SLM, 1978-2009.....	164
Figura 42 – Marcação de ocorrência histórica.....	168
Figura 43 – Conversa de arqueólogos com morador da área	169
Figura 44 – Mapa da localização construções demolidas na Arena	170
Figura 45 – Imagens das estruturas demolidas.....	170
Figura 46 – Estruturas de casas demolidas, Copa 245 e Copa 262	172
Figura 47 – Quadro de divisão da área.....	173
Figura 48 – A sede atual da escola municipal no fundo do terreno.....	176
Figura 49 – Delimitação da Sede Campestre do Círculo Militar	177
Figura 50 – Recorte Mapa cartográfico da área de 269 hectares.....	182
Figura 51 – Tanques de piscicultura, 2003.....	187
Figura 52 – Imagem Luiz e o açude de sua posse	189
Figura 53 – Tempo de Permanência.....	190
Figura 54 – Tempo de residência	191
Figura 55 – Recorte de imagem em movimento, casas em Jardim Penedo de Baixo	194
Figura 56 – Recorte de reportagem casas em Jardim Penedo de Baixo.....	194
Figura 57 – Travessia entre margens do rio Capibaribe sobre balsa (2012)	196
Figura 58 – Destaque da Posse de Dona Iracema - Margem do rio Capibaribe.....	196
Figura 59 – Vista da margem do rio Capibaribe, Santa Mônica, Camaragibe.....	197
Figura 60 – Travessia do Capibaribe sobre as pedras	198
Figura 61 – Tipo de Parede.....	199
Figura 62 – Recortes cadastro AA-05 (casa de taipa) e cadastro AC-03 (casa de alvenaria aparente)	200
Figura 63 – Recortes do cadastro BC-18 (chácara) e cadastro BA-35 (casa revestida).....	200

Figura 64 – Recortes dos formulários, cadastro DA-03, Valério (chalé e marcenaria)	201
Figura 65 – Estado Civil.....	206
Figura 66 – Total de Coqueiros por imóvel.....	209
Figura 67 – Recorte cadastro CB-02 (barraco de lona plástica).....	213
Figura 68 – Recorte do cadastro AC-02 (restaurante e residência).....	216
Figura 69 – Recorte do cadastro DB-02 (comércio de reciclagem)	217
Figura 70 – Recorte do cadastro PD-01(Fábrica de tanque para combustível).....	217
Figura 71 – Recorte do cadastro DA-02 (fábrica de paletes)	218
Figura 72 – Recorte do cadastro DA-03 (marcenaria)	218
Figura 73 – Borracharia/oficina (cadastro DC-01).....	219
Figura 74 – Recorte do cadastro DB-01 (hotel)	219
Figura 75 – Recorte do cadastro DB-04 (Comunidade Obra de Maria).....	220
Figura 76 – Foto da construção da Casa de Dona Iracema	228
Figura 77 – Associação de Moradores/cadastro AB-08	233
Figura 78 – Destaque de reportagem SLM subsede 2014	239
Figura 79 – Destaque para as 50 habitações ilegais	240
Figura 80 – Patrulhamento em Jardim Penedo de baixo	244
Figura 81 – Casal de idosos moradores de JBP reclamam da Fifa e do Governo	245
Figura 82 – Reunião entre Associação dos Moradores Jardim Penedo de Baixo e Ricardo Leitão	248
Figura 83 – Prospecção de tanques	252
Figura 84 – Prospecção de viveiros de peixes.....	252
Figura 85 – Prospecção de viveiros de peixes.....	252
Figura 86 – Recorte formulário “Pesquisa sócio-econômica” cadastro ZAD-09.....	264
Figura 87 – Recorte Termo de Aceitação cadastro DA-02	264
Figura 88 – Recorte Termo de Aceitação cadastro DA-02	265
Figura 89 – Recorte Termo de Aceitação cadastro DC-06.....	265
Figura 90 – Laudo de Avaliação (cadastro DB-04).....	266
Figura 91 – Características do Imóvel (cadastro DB-04)	267
Figura 92 – Características das benfeitorias (cadastro DB-04)	267
Figura 93 – Recorte do ofício	273
Figura 94 – Recorte folha 01 do Ofício 223/2011 SECOPA	275
Figura 95 – Recorte folha 02 do Ofício 223/2011 SECOPA	276
Figura 96 – Ofício 5183/2012	277

Figura 97 – E-mail resposta do Ministério Público Estadual	279
Figura 98 – Voto número 212/2015-NÃO/PRR5ªREGIÃO/IGCL	280
Figura 99 – Voto número 212/2015-NÃO/PRR5ªREGIÃO/IGCL (lauda 2).....	281
Figura 100 - Domingo na Arena.....	295

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Número de respondentes por tipo de variável tabulada.....	45
Quadro 2 – Ações da Rede definidas nos “tempos” do megaevento.....	120
Quadro 3 – Descrição da área de 257, 31987 hectares.....	160
Quadro 4 – Discriminação dos imóveis apenas para residência.....	214

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Possesores desapropriados amigavelmente.....	204
Tabela 2 – Escolaridade.....	206
Tabela 3 – Cultura destaque	208
Tabela 4 – Uso do Imóvel	213
Tabela 5 – Total geral recebido pelos posseiros - 1º e 2º Etapa	261

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADUSP	Associação de Defesa dos usuários de Seguros, planos e sistemas saúde
AMUPE	Associação Municipalista de Pernambuco
ANCOP	Articulação Nacional Comitês Popular
BDE	Base de Dados do Estado
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior
CBF	Confederação Brasileira de Futebol
CDESC	Comitê dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais
CEF	Caixa Econômica Federal
CEHAB	Companhia Estadual de Habitação e Obras
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina
CF	Constituição Federal
CIPS	Complexo Industrial Portuário de Suape
COMPESA	Companhia Pernambucana de Saneamento
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CONDEPE/FIDEM	Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco
CPF	Cadastro de Pessoa Física
CPRH	Agência Estadual do Meio Ambiente de Pernambuco
CPRH	Agência Estadual do Meio Ambiente de Pernambuco
DER-PE	Departamento de Estradas de Rodagens
DERU	Diretoria de Estudos Urbanos
DhESCA BRASIL	Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais
DOE	Diário Oficial de Pernambuco
ECOSOC	Conselho Econômico e Social das Nações Unidas
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
EIPCA	Estudo de Impacto sobre o Patrimônio Cultural concernente às obras de Implantação da Arena da Copa 2014

FAGES	Núcleo de Família, Gênero e Sexualidade
FETAPE	Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado de Pernambuco
FIFA	Federação Internacional de Futebol Associados
FMI	Fundo Monetário Internacional
GPU	Grandes Projetos Urbanos
GT	Grupo de Trabalho
ha	Hectares
HPS	Hospital Pelópidas Silveira
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IC	Inquérito Civil
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPPUR/UFRJ	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro
JPB	Jardim Penedo de Baixo
Km	Quilômetro
LAU/UFPE	Laboratório Arqueológico da Universidade
MDU	Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano
MPF	Ministério Público Federal
MPU	Ministério Público da União
MR	Matriz de Responsabilidade
NAOP	Núcleo de Apoio Operacional à Procuradoria Federal dos direitos do cidadão
NTOU	Núcleo Técnico de Operações Urbanas
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organizações Não Governamentais
ONU	Organizações das Nações Unidas
OPI	Odebrecht Participações e Investimentos
PAC	Plano de Aceleração do Crescimento
PAI	Processo de Manifestação de Interesse
PCMV	Programa Minha Casa Minha Vida

PD	Plano Diretor
PDI	Plano de Desenvolvimento Integrado
PDM	Plano de Desenvolvimento Metropolitano
PERPART	Pernambuco Participações e Investimentos
PFCDD	Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão
PGE	Procuradoria Geral do Estado
PGEs	Projetos de Grande Escala
PGR/PE	Procuradoria Geral da República de Pernambuco
PIDESC	Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais
PDTU	Plano Diretor de Transportes Urbanos
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPP	Parceria Público-Privada
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
RCSDAB	Relatório Cadastramento Sócio Econômico e Desapropriação Amigável das Benfeitorias
RDC	Regime Diferenciado de Contratações Públicas
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
RMR	Região Metropolitana de Pernambuco
SECHAB	Secretaria de Habitação do Estado
SECOPA	Secretaria Extraordinária da Copa
SEDES	Secretaria Executiva de Desapropriação
SEPLAG	Secretaria de Planejamento e Gestão
SEPLAG	Secretaria de Planejamento e Gestão de Pernambuco
SINAPI	Sistema Nacional de Pesquisas de Custos e Índices da Construção Civil
SINDUSCON-PE	Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado de Pernambuco
SLM	São Lourenço da Mata
SUDENE	Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste
TCE	Tribunal de Contas do Estado
TIP	Terminal Integrado de Passageiros
UFF	Universidade Federal Fluminense

UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UNB	Universidade de Brasília
UNRISD	Instituto de Pesquisa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Social
ZEIS	Zonas Especiais de Interesse Social
ZUP	Zona de Urbanização Preferencial

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	24
1.1	A entrada no campo: a construção do objeto de pesquisa.....	32
1.2	Incursões metodológicas.....	38
1.2.1	<i>A metodologia usada no cadastramento CEHAB.....</i>	46
1.2.2	<i>Descrição dos cadastros.....</i>	49
1.3	Conhecendo interlocutores	53
2	PERNAMBUCO EM TEMPOS DE COPA 2014: CATEGORIAS E ABORDAGENS TEÓRICAS PARA INTERPRETAR UM CAMPO DO DESENVOLVIMENTO.....	65
2.1	As candidaturas do Brasil e de Pernambuco à Copa 2014.....	66
2.2	A Academia em tempos de Copa 2014: olhares interdisciplinares.....	69
2.3	Desenvolvimento: entre categorias e abordagens para o megaevento em Pernambuco..	74
2.3.1	<i>Desenvolvimento: percepções na história e abordagens na Antropologia.....</i>	76
2.3.2	<i>Desenvolvimento enquanto campo de poder e político: a identificação da Rede- Megaevento em Pernambuco</i>	86
2.3.3	<i>Desenvolvimento e Copa 2014: definições de megaevento e legados.....</i>	98
2.3.4	<i>Desenvolvimento e seu uso na produção do espaço: gestão urbana e planejamento estratégico das cidades</i>	104
2.4	Sobre o direito à cidade e à moradia: definições sobre remoções forçadas.....	107
3	A ESTRUTURAÇÃO DA REDE-MEGAEVENTO: ESTRATÉGIAS PARA A “LIMPEZA DO TERRENO” E A VENDA DA CIDADE DA COPA.....	117
3.1	A Rede-Megaevento: estratégias e discursos na produção da Copa 2014.....	118
3.1.1	<i>Rede-Megaevento: flexibilizar para tornar “legal”</i>	119
3.1.2	<i>Rede-Megaevento: a estratégia do discurso hegemônico sobre a Nova Centralidade.</i>	125
3.2	A Rede-Megaevento: a venda do projeto Cidade da Copa.....	129
3.2.1	<i>Breve contexto de São Lourenço da Mata.....</i>	130
3.2.2	<i>Projeto Cidade da Copa: a melhor escolha para vender a cidade</i>	132
3.2.3	<i>A Rede-Megaevento: a PPP e o licenciamento ambiental no tempo de execução.....</i>	136
3.2.4	<i>A Rede-Megaevento: outras estratégias usadas no tempo da execução</i>	142

4	A “SUJEIRA DO TERRENO”: OS MORADORES DE JARDIM PENEDO DE BAIXO.....	153
4.1	Jardim Penedo de Baixo: história e processo de ocupação.....	154
4.1.1	<i>A história da localidade nos documentos produzidos: o silenciamento como estratégia</i>	166
4.1.2	<i>A localidade e sua ocupação a partir de uma “interlocutora testemunha”</i>	175
4.2	Desconstruindo discursos: os “invasores” e a convivência com o “desassossego”.....	183
4.2.1	<i>A chegada ao local e o processo de ocupação</i>	185
4.2.2	<i>A descrição da comunidade e a vizinhança</i>	193
4.2.3	<i>Ser “invasor” ou ser “posseiro”: a interação com a terra e a convivência com desassossego</i>	222
4.2.4	<i>A Associação: um instrumento de luta para conviver com o desassossego</i>	230
5	LIMPANDO O TERRENO: OS SIGNIFICADOS DA EXPERIÊNCIA DE REMOÇÃO FORÇADA DOS MORADORES.....	238
5.1	A experiência da remoção forçada.....	238
5.1.1	<i>A negociação e a resistência reduzida</i>	246
5.1.2	<i>Itinerários do processo de indenização</i>	254
5.1.3	<i>Interpretando a indenização: satisfeitos ou não?</i>	257
5.2	Metodologia da indenização: os cadastros, aplicação, incongruências e limites.....	263
5.3	A remoção forçada no inquérito civil: o olhar do Ministério Público Federal.....	269
5.3.1	<i>Notas sobre o Volume I: a atuação reduzida pelo descompasso do tempo nas ações..</i>	273
5.4	O desejo de querer ficar em Jardim Penedo de Baixo.....	282
5.5	O terreno vazio: os significados do “desenvolvimento” para os removidos.....	287
5.6	Cadê a Cidade da Copa e a Nova Centralidade?.....	293
6	CONSIDERAÇÕES	297
	REFERÊNCIAS	303
	APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – ENTREVISTAS.	319
	ANEXO A – CEHAB FECHANDO PORTAS	320
	ANEXO B – LICENÇA PRÉVIA ARENA	321

ANEXO C – TERMO DE ACEITAÇÃO COM DATAS DAS REMOÇÕES.....	322
ANEXO D – AUTORIZAÇÃO DO CANTEIRO DE OBRAS ARENA	323
ANEXO E – OFICIO 474/2014 DE RESPOSTA SOBRE DESAPROPRIAÇÕES EM PERNAMBUCO	324

[...] Eu adoro a expressão dos afetados pela construção do VLT em Fortaleza, que chamam o VLT de 'Vai Lascando Tudo'. É isso! O trem da Copa vai lascando tudo. É exatamente o que eu falei no começo, vai desconstituindo direitos, então, e aquilo que estava garantido na legislação? Mas não tinha que passar pelo conselho? Mas não tinha que ter uma audiência pública? Mas era um processo...? Mas não era uma ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social)? Mas não tinha o plano de uma PREZEIS (Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social)? Tem problema não, pode rasgar tudo! Pode desconstituir tudo, porque o que importa é realizar e viabilizar. [...] E vamos caindo fora sem ter a mínima preocupação de como aquele indivíduo, aquela família, aquela comunidade está recebendo aquela notícia. Quem eram aquelas pessoas? Que condição elas têm de continuar vivendo aqui ou ali? Onde elas poderiam viver? Isso não importa à mínima! O território é um papel desenhado de um lote, com um número associado a um valor para poder permitir que o processo seja realizado (ROLNIK, 2014, p.57-58).

1 INTRODUÇÃO

Em 2007, a Federação Internacional de Futebol Associados (FIFA), anunciou o Brasil como sede da Copa do Mundo de Futebol 2014. Dois anos depois, as cidades-sede foram escolhidas e, entre elas, a capital do estado de Pernambuco.

Os gestores das cidades-sede, mobilizados em benefício do “projeto nacional”, incutido pelo então presidente Luiz Inácio “Lula” da Silva, aproveitaram a oportunidade do megaevento para ratificar o viés de produção do “desenvolvimento”, sobretudo, econômico, como elemento fundamental de suas trajetórias políticas nesse período. Por conseguinte, as gestões foram marcadas pelos Grandes Projetos Urbanos - GPU (VAINER; OLIVEIRA; LIMA JUNIOR, 2012), alicerçados no planejamento estratégico, cujo um dos focos era a competitividade. A maneira de planejar as cidades passou a ser um “negócio” que associou interesses públicos e privados por meio de instrumentos legais, como a Parceria Pública Privada (PPP) e as Operações Consorciadas (MASCARENHAS, BIENENSTEIN e SÁNCHEZ, 2011), que geraram a construção ou reforma de estádios com o padrão FIFA e obras de mobilidade urbana amplamente difundidas e justificadas como o grande legado da Copa do Mundo de Futebol 2014.

Entre as propostas lançadas, o governo de Pernambuco apresentou o projeto mais ambicioso. Uma vez que Recife não possuía um estádio de futebol dentro das exigências estabelecidas pela entidade esportiva, determinou-se não só a construção de um estádio, mas, integrado a ele, um bairro de uso misto, chamado de Cidade da Copa¹, em um terreno público, com área de mais de 240 hectares, no município de São Lourenço da Mata, situado a oeste da Região Metropolitana do Recife (RMR).

A proposta foi elaborada pelo Núcleo Técnico de Operações Urbanas (NTOU). Pautado em coerência técnica e no discurso hegemônico de que seria preciso potencializar o “desenvolvimento”² em uma região de frágil condição socioeconômica, foi apresentado o projeto de *smart city*, integrando habitação, comércio, equipamentos comunitários e serviços de forma inteligente, ou seja, altamente tecnológica e sustentável. Entretanto, os GPUs trazem

¹ Uso com frequência o nome sugerido para o bairro de uso misto: “Cidade da Copa”. No entanto, algumas vezes trata-se do terreno destinado ao projeto, noutras, do próprio projeto. O projeto de bairro de uso misto era dividido em duas partes: a primeira, para construção da Arena Pernambuco (realizada), depois, as demais unidades habitacionais, entretenimento, comerciais etc., (não realizada).

² Será constante o uso de aspas em algumas palavras ou expressões no sentido de chamar atenção para o termo, e de certo modo relativizá-lo. Quando se tratar de uma categoria de autores ou de meus interlocutores aparecerá em seguida a devida referência.

também impactos à sociedade, como, por exemplo, o deslocamento forçado de populações que residem ou trabalham nas áreas almeçadas, fato esse, ocorrido em Pernambuco.

Antes de construir a Arena Pernambuco, o Governo Estadual divulgou a presença de 333 “posseiros irregulares” no terreno destinado ao empreendimento, todos removidos e indenizados. A gestão pública não fornecia mais detalhes sobre eles, tampouco sobre o processo de remoção e valores pagos. Esse silenciamento parecia-me estratégico, pois produzia uma “indiferença” (HERZFELD, 2016) ao expor apenas um número e o qualitativo categórico e genérico, “posseiros”, possivelmente na intenção de diminuir os efeitos negativos provocados pelo impacto do empreendimento.

Mesmo depois de ocorrido o megaevento, as informações sobre esses “posseiros” não estavam disponíveis em pesquisas acadêmicas. Embora outras comunidades atingidas tivessem sido acompanhadas pelo Comitê Popular da Copa, a realidade sociocultural e todo o processo de mudança imposto sobre as vidas dos posseiros, devido à remoção forçada, eram desconhecidos. Ao me referir à remoção forçada, utilizei a perspectiva de Scott (2016), que adota como sendo o deslocamento de pessoas de suas moradias contra a vontade própria, temporária ou definitivamente.

Dessa forma, considerando a lacuna existente a respeito dos atingidos, o objetivo desta pesquisa foi interpretar a experiência de remoção forçada a partir dos significados atribuídos pelos ex-moradores, sem perder de vista seu vínculo a uma conjuntura ampla, que envolveu agentes sociais em um campo de desenvolvimento, cujas práticas e *modus operandi* mobilizaram poder e política para atender aos seus interesses, dentre esses, o de “vender a cidade” e realizar o megaevento.

Durante a pesquisa, não me detive apenas em descrever o que aconteceu (ou não) com os removidos, situei e interpretei a experiência, tal qual Geertz (2017, p.13) sugere, analisando os significados no conjunto de relações nas quais eles se inserem culturalmente. Desse modo, a interpretação antropológica, antes, busca “traçar a curva de um discurso social” e “fixá-lo numa forma inspecionável” (GEERTZ, 2017, p.13). Procurei, portanto, ir além da falta de informações, muitas vezes, instrumentalizada pela gestão pública, e abri o campo para aquilo que estava estrategicamente silenciado, mas não menos evidenciado.

Algumas questões norteadoras surgiram inicialmente: de que forma os posseiros chegaram ao local? Quantos eram? O que faziam e, como viviam? Quais significados atribuíam ao lugar? Quais dinâmicas de sociabilidades teciam? De que maneira lidaram com a informação da remoção? Como ocorreu relação com o Estado? Como foi o processo indenizatório? Quais

significados davam a experiência de remoção? E, como se viam em relação ao desenvolvimento prometido?

As respostas a esses questionamentos me levaram ao reconhecimento de que os “posseiros” e a gestão pública - com seus parceiros -, embora em lados opostos, encontravam-se incluídos no mesmo campo: o do “desenvolvimento”, fato esse, que me conduziu a compreendê-lo através de problematizações específicas da literatura já consolidada. De acordo com pensamento de Schröder (2011, p.2), e à luz de outros autores como Bourdieu (1996), considere “o desenvolvimento” como um campo “socialmente estruturado” e “político” (BAILEY, 1970)³, com suas próprias linguagens e modalidades de ações engendradas.

Nesse sentido, a experiência de remoção forçada foi interpretada dentro de um campo de desenvolvimento, articulado em uma rede (RIBEIRO, 2012), seguindo lógica e tempo determinado, a qual nomeei de Rede-Megaevento.

Assumi a condição de analisar o maior número de aspectos do fenômeno estudado, olhando-o de vários pontos para entendê-lo a partir de uma visão sistemática e holística. Tal perspectiva, é um dos “lados fortes da abordagem antropológica sobre desenvolvimento”, salientado por Schröder (2011), para quem a importância de incluir na análise aspectos políticos, econômicos e simbólicos em níveis micro e macro, torna-se a chave para se obter um estudo com maior impacto e relevância. Ele ainda chama a atenção que para a Antropologia do Desenvolvimento ser mais bem-sucedida, os antropólogos precisam conhecer melhor o campo onde são articuladas e realizadas políticas de desenvolvimento em seus “aspectos institucionais”, “organizacionais e suas linguagens próprias” (SCHRÖDER, 2011).

Essa reflexão teve grande influência na pesquisa, visto que as ações implementadas para a realização do megaevento perpassavam pelo viés político e estavam estruturalmente institucionalizadas, como se via na gestão de Eduardo Campos (2007-2014). Em favor do megaevento, a gestão utilizou uma linguagem própria formalizada nos documentos oficiais (decretos, portarias, ações e discursos), cuja incumbência era a de organizar a forma e conteúdo ligado ao megaevento dentro de estruturas para tornar o feito legal.

Considere, então, que a Rede-Megaevento foi formada por diferentes agentes: o Estado, ente facilitador, principal protagonista das ações (uso do capital simbólico e da máquina pública); o agente financeiro (construtoras/ incorporadoras), para quem a cidade estava sendo

³ Schröder apud Bailey (1970) “When the same society contains two or more rival political structures, this constitutes a *political field*: the criterion being the absence of an agreed set of rules which could regulate their conflict”. Tradução livre: “Quando a mesma sociedade contém duas ou mais estruturas políticas rivais, isso constitui um campo político: o critério é a ausência de um conjunto de regras que possam regular seu conflito.”

negociada; a FIFA (maior beneficiária, com ganhos assegurados desde o princípio); as mídias em geral, interessadas na realização do megaevento (garantindo publicidade e geração de lucro) e a comunidade, o agente atingido, removido em consequência das ações.

A Rede-Megaevento, a partir de agora, apenas Rede, tentou viabilizar um projeto de produção do espaço – mesmo que parcialmente concluído -, com interesse em transformar um ambiente considerado “vazio” em um grande “vetor de desenvolvimento” para o Oeste Metropolitano, conforme era divulgado o empreendimento Cidade da Copa. (CONDEPE/FIDEM, 2011).

A Rede desenvolveu seu *modus operandi* na realização do megaevento e tratou a cidade como uma mercadoria disponibilizada ao capital imobiliário, ainda que sua venda não tenha sido concretizada até o momento, devido ao rompimento do contrato. Contudo, as técnicas e habilidades vertidas formaram o *ethos* da Rede e serviram para pôr em prática estratégias de flexibilização da legislação vigente, silenciamentos, terceirização de ações, negociação reduzida, entre outros mecanismos discutidos ao longo do texto. De acordo com Bronz (2013), é comum, em grandes empreendimentos, práticas e racionalidades que estruturam o campo de intervenção e os procedimentos para a realização de obras.

Dentro dos mecanismos utilizados pela Rede, vale mencionar o uso estratégico do tempo. O processo de “limpeza do terreno”, ou seja, a remoção forçada teve êxito por ter ocorrido em uma fase de tempo de produção dos GPUs, chamado de “tempo do planejamento”, conforme Scott e Moura (2014), no qual prevalecem as informações restritas sobre o projeto e ações de impactos, provocando o silenciamento quanto às ações, bem como reduzindo conflitos e resistências.

Mas o que “sujava o terreno”? Para o Estado, era a população, ali, residente há mais de uma década, vista de maneira negativa como “invasora” de área pública. O Estado desconsiderava que a área, antes da chegada dessas pessoas, não cumpria sua função social por estar abandonada. Ao ocupá-la, essas pessoas construíram relações, identidade e história, atributos de um lugar antropológico (AUGÉ, 2012), no entanto, essas especificidades não foram capazes de subverter a pressão do capital, pois, como diria Rolnik (2012), legais ou ilegais, essas terras quando despertam o interesse do mercado ficam vulneráveis quanto à segurança de sua posse.

Por sua vez, os relatos ricos sobre as experiências vividas pelos moradores de Jardim Penedo de Baixo (nome que denominava a comunidade removida) mostravam que a cidade não se tratava de um terreno “vazio”, sem identidade. Pelas narrativas das pessoas sobre o modo como suas vidas transcorriam naquele espaço-tempo, era possível desconstruir o discurso

“asséptico” e instrumentalizado da Rede que definia o lugar como um vazio. Ademais, as histórias de vida, o trabalho com a terra, as sociabilidades e as negociações levavam a interpretação das informações coletadas para além das categorias de “vítimas” ou de “sofrimento social”, comumente encontrada na literatura da Antropologia do Desenvolvimento. Não se tratava de negar o impacto ou dano sofrido, mas de interpretar melhor as posições ambíguas e as estratégias dos atingidos para lidar com a remoção forçada e suas consequências. Desse modo, tanto o “impacto” do empreendimento como o “desenvolvimento” foram relativizados através dos significados e categorias êmicas.

Outro aspecto importante, foi a percepção de como a dimensão do “lugar” onde se vive é incorporada às pessoas e conforma aspectos sociais extremamente valiosos na construção das redes de interações com a cidade e a cidadania. De modo que, quando as pessoas rompem com essa relação sob a forma de remoção forçada (MAGALHÃES, 2013), rompem também com a construção da cidadania, já tão precária para aqueles que moram em áreas periféricas, como nesse caso.

Muitos autores debatem a relação que a moradia assume para as pessoas removidas por ordem de grandes projetos de desenvolvimento, como Moura (2016); Stefaniak, (2010); Rolnik (2008); Silva (2016). Assim, para que eu pudesse caracterizar e interpretar melhor esse campo e seus aspectos, percorri uma literatura que versava sobre direito à cidade, à moradia e remoção forçada (LEFEBVRE, 2016; MARICATO, 2012; CARLOS, 2015; ROLNIK, 2014, 2012; SCOTT, 2012, bem como sobre o megaevento, entendendo sua funcionalidade e como seus legados são cooptados pelo discurso de desenvolvimento (SEIXAS, 2010; CHAUSSARD, 2015; CHADE, 2015), além da percepção sobre gestão e planejamento estratégico (SOUZA, 2015; VAINER, 2012).

Para meus interlocutores, o significado de “moradia” sofreu influência daquilo que a remoção representou. Ser “expulso” do seu “lugar” não era somente sair de um espaço físico, mas romper estruturas importantes com o lugar antropológico, concebido como “uma ideia parcialmente materializada, que aqueles que habitam fazem da sua relação com o território, com os que lhes são próximos e com os outros” (AUGÉ, 2005, p.49).

Destaco ainda, que a experiência de remoção forçada teve consequências distintas na vida dos atingidos. Jardim Penedo de Baixo possuía uma população residente economicamente desigual, o que implicou no significado da experiência da remoção. Para os interlocutores, apesar de traumática, a experiência foi considerada positiva ou negativa a depender do que a indenização lhes pôde proporcionar, especificamente, se dela resultou a compra de outra moradia, condição vivida pela minoria. Contudo, como a indenização feita pelo Estado

considerou apenas o ressarcimento das benfeitorias, sem promover justiça social, as desigualdades sociais não foram diminuídas na comunidade.

Outra questão identificada foi a percepção das “estratégias construídas” pelos ex-moradores para negociar com a Rede. O que estava disperso e fragmentado, no caso, as pessoas, transformou-se, a partir da luta e de objetivos em comum, na estruturação e identificação do conceito de “comunidade”. Os atingidos formaram um coletivo organizado, mesmo que variável em sua intensidade.

Assim, o uso da palavra “comunidade” ou do marcador “lugar” aparece em minha escrita de forma distinta. Nos tópicos, onde a dimensão do espaço/área importou para definir o lugar impactado nos documentos, me referi chamando-o apenas por “localidade” Jardim Penedo de Baixo. Já, o uso que fiz de “comunidade” vigorou quando foi definida pelos interlocutores em momentos específicos de mobilização e pertencimento. Sendo, portanto, “comunidade” tratado não como um conceito teórico imposto, mas assumindo as dimensões dadas pelos interlocutores, ao interpretar a forma como a “articulação” para a luta trouxe a possibilidade de estruturar uma “comunidade política” (DURHAM, 2004).

Na pesquisa, não me restringi a fazer apenas a crítica ao Estado e ao modelo de desenvolvimento adotado. Todavia, ao interpretar o contexto e observar como a experiência da remoção forçada correlacionava-se a estratégias de poder, política e a toda uma conjuntura nacional, o debate também se ampliava e aprofundava-se, sendo inevitável que a reflexão fosse levada para se pensar sobre o direito à cidade, bem como refletir acerca do déficit habitacional, elementos que, invariavelmente, são do âmbito do campo do desenvolvimento, mas que raramente são tomados como questões prioritárias nas ações políticas.

TESE EM CAPÍTULOS

Divido o **primeiro capítulo** em duas partes. Na primeira, introduzo a pesquisa, o problema, os objetivos e minha entrada no campo. Na segunda, está a incursão metodológica, o contato com o objeto, desafios e como me apropriei do cadastramento da CEHAB encontrado no inquérito civil (MPF 2015). Como esse foi um documento produzido por terceiros e com outras finalidades, apresento também sua metodologia. Ademais, fecho o capítulo com a apresentação dos interlocutores, por meio de pequenas biografias expositivas de algumas particularidades, assim como explicito os caminhos que me levaram até eles.

O **segundo capítulo** é dividido em quatro partes. Na primeira, faço a contextualização das candidaturas do Brasil e de Pernambuco à Copa 2014. Logo após, enfatizo o debate

acadêmico ocorrido no Brasil, estimulado pelas obras e seus respectivos impactos, que geraram trabalhos bastante relevantes, talvez o legado mais importante deixado pelo megaevento, de acordo com Damo e Oliven (2013).

Na segunda parte, explico como a identificação de uma rede de poder no campo pesquisado tornou-se importante chave de leitura para a análise. Baseada em Bourdieu (1996, 2001, 2015), Ribeiro (2012) e Schröder (2009), a experiência dos interlocutores foi interpretada em sua relação com um contexto permeado por articulações de diferentes níveis e interesses dos agentes do desenvolvimento em um “tempo de planejamento” (SCOTT e MOURA, 2014) e táticas de desmonte (SCOTT, 2012). Retrato as estratégias usadas, pelo Estado, alusivas à Copa 2014, em suas alianças e parcerias com o capital imobiliário (PPP).

Na terceira parte, insiro um breve histórico de como o progresso e o desenvolvimento se constituíram no discurso que faz parte da ideia de evolução da humanidade (NISBET, 1991; ESTEVA, 2000), de como esse “mito” (CAVALCANTI, 2014) foi inculcido no Ocidente. Relato, também, como a Antropologia tem uma ligação íntima com o desenvolvimento, para depois, situar este, como um campo de poder. Defino a categoria megaevento e legado; a Copa do Mundo Fifa e alguns aspectos de sua história, bem como o seu caráter mercadológico transforma legados em discursos de desenvolvimento.

Na quarta parte, trato de categorias relativas à produção do espaço, gestão urbana e planejamento estratégico. Encerro com categorias que qualificam os impactos do megaevento, segundo meus interlocutores, no que tange às violações de direitos sofridos: o direito à cidade, à moradia, às leis nacionais (Estatuto das Cidades) e aos marcos internacionais de proteção ao direito à moradia, bem como ao conceito sobre remoção forçada (SCOTT, 2016).

O **terceiro capítulo** está dividido em duas partes. Na primeira, analiso o campo interpretando a Rede e suas estratégias para a “limpeza do terreno” e a produção do megaevento. Nessa abordagem, o discurso hegemônico de desenvolvimento e o capital simbólico foram empregados para convencer a sociedade sobre a importância do projeto e legado. Contextualizo o município de São Lourenço da Mata (SLM) e alguns índices sociais, também comento o contrato de Parceria Público Privada (PPP). Na sequência, explico a concepção do Projeto Cidade da Copa, nessa perspectiva, tanto a lógica do planejador como alguns enfoques técnicos são apresentados. Destaco ações ocorridas no tempo de execução do projeto, como o licenciamento ambiental (RIMA, 2012) e os “ajustes” feitos para torná-lo viável.

Na segunda parte, caracterizo o *modus operandi* da Rede por outras estratégias transcorridas no tempo de execução do projeto. Indico a atuação da FIFA e da mídia, em suas “exigências” e cobranças, usadas pelo agente facilitador como justificativa na aceleração das

obras e ações, desburocratizando e “facilitando” o uso de recursos. Fecho o capítulo com o paradoxo que o megaevento criou para SLM, a euforia de ser a escolhida como palco da Arena Pernambuco e a frustração deixada quanto ao desenvolvimento prometido que, nem mesmo durante os jogos, conseguiu aquecer a economia local.

O **quarto capítulo** está dividido em três partes. O ponto de partida foi caracterizar a localidade através de sua formação e ocupação. Assim, fazendo uso da metáfora “limpeza do terreno”, para nomear um processo de práticas usadas pela Rede na remoção de pessoas, este capítulo desconstrói o argumento dos agentes públicos que tratavam Jardim Penedo de Baixo como um “matagal” ou “terra sem identidade”. Na primeira parte, por meio de um breve recorte histórico de SLM, vou até a localidade através de documentos existentes (livro, blogs, mapas etc.), produzidos para a realização do megaevento (decretos, estudos de impactos, cadastramento), e dialogo com as memórias de uma interlocutora testemunha sobre a ocupação da área. Na segunda parte, abro espaço aos interlocutores, para as suas relações sociais na produção da comunidade, naquilo que a caracteriza como um “lugar antropológico” (AUGÉ, 2012). Os significados de serem posseiros e invasores em terras públicas foram interpretados levando em consideração diferentes dimensões que vão desde a interação com a terra, com o outro, com a luta (política) até ao processo de remoção forçada. Na terceira parte, a comunidade foi descrita em seus aspectos naturais, padrões construtivos, dinâmicas de uso do solo, entre outras atividades, em um esforço de mostrar aquilo que podia ser enquadrado como a realidade sociocultural existente. Assim, Jardim Penedo de Baixo aparece como um lugar de moradia e trabalho.

O **quinto** é dividido em três partes. Na primeira, trago como a experiência da remoção é contada na visão dos interlocutores. Nesse sentido, as práticas e estratégias da Rede, como o silenciamento, a terceirização, a redução da negociação e da resistência (uso de violência simbólica, que desmoraliza o lugar do posseiro), bem como a fragmentação (indenização por etapas e individual) são discutidas. Ainda, a forma como as indenizações aconteceram e os critérios utilizados foram analisados. Na segunda parte, abordo as incongruências e limites dos cadastros. Além de que, ao discutir o cadastramento, também problematizo o Inquérito Civil e como o processo de remoção forçada foi visto pelo Ministério Público Federal. Na terceira parte, a experiência de remoção forçada foi significada em sua ligação ao desejo de querer ficar na comunidade e aos significados atribuídos ao “desenvolvimento” visto pelos interlocutores quando olham a área. Dessa forma, a Cidade da Copa, enquanto projeto não realizado, reaparece sob a forma de questionamento que problematizam seu destino e sua representação enquanto legado.

1.1 A entrada no campo: a construção do objeto de pesquisa

Como bem expôs Fonseca (1998), a produção de um estudo antropológico não deve ser uma epistemologia depurada do contexto. Por isso, na realização da pesquisa, é imprescindível deixar de se produzir sujeitos genéricos, isso vale, também, para a figura do pesquisador em si. A pergunta “de onde fala o pesquisador?” não deve ficar sem resposta. Portanto, neste tópico, assumo, além do “meu lugar de fala”, o contato com o tema, objeto, entrada no campo e contato com os interlocutores.

Acredito que o tema de pesquisa surge em nossas trajetórias pessoais de maneira ativa e até, às vezes, impositiva. Esse “surgimento” não fica imune de tecer significados que, foram partes do itinerário de confrontos da pesquisa. Ao definir o lugar de onde comecei a olhar para o tema, defino, também, um pouco de minha vida profissional e das barreiras enfrentadas para o seu entendimento. Elas deslocaram “o meu lugar de fala”, direcionaram-me na busca por outro ponto de observação menos “engessado” e aprazível a uma outra leitura da realidade. Explico-me adiante.

No final de 2011, assumi o cargo de socióloga⁴ na Agência Estadual Condepe/ Fidem, a partir de agora Agência, órgão encarregado de elaborar o planejamento da RMR, entre outras competências⁵. Fui lotada na Diretoria de Estudos Urbanos (DERU), onde trabalhei com uma equipe multidisciplinar (uma geógrafa, um agrônomo e um arquiteto) para realizar o “Estudo propositivo para ocupação sustentável da Cidade da Copa”⁶.

Esse estudo poderia ser enquadrado como um esforço coletivo de técnicos para dimensionar a produção e reestruturação do espaço urbano a partir da lógica da sustentabilidade. Era uma demanda interna que visava promover a “Nova Centralidade Urbana” e o potencial “estratégico” da região Oeste da RMR. No estudo, deveriam constar as proposições sustentáveis para a ocupação ordenada do solo. O Oeste Metropolitano, no momento, era uma área “estratégica” de estudos para DERU, devido à possível expansão urbana a qual se poderia empreender nos próximos anos na área, em virtude da construção da Arena Pernambuco e de sua complementação, o bairro de uso misto Cidade da Copa.⁷

⁴ Através de seleção simplificada concorri à vaga para o cargo de socióloga, uma vez que não havia o cargo de antropóloga.

⁵ As competências estão no site da Agência (<http://www.condepefidem.pe.gov.br>).

⁶ Este estudo não foi finalizado.

⁷ Não quis nesse momento problematizar algumas questões analíticas, pois eram impressões iniciais escritas no diário de campo, muito antes de fechar argumentações, e elas guardam um tom da chegada ao campo que preferi “resguardar”. Contudo, deixo uma chave de leitura para que reconheçam, nesse breve relato, minha presença dentro de um “campo de desenvolvimento”, vivendo e atualizando sua estrutura a partir da realização

A partir do momento de entrada nesse estudo, o megaevento e as obras em andamento na RMR para viabilizá-lo, passaram a ter outra materialidade e dimensões, eram agora parte do meu trabalho. Com esse sentimento de corresponsabilidade e envolvimento com o megaevento, fiquei mais paciente diante dos transtornos causados pelas obras. Igualmente, a outros tantos cidadãos, fui impactada negativamente pela dificuldade de deslocamento no percurso casa-trabalho-casa no corredor leste/oeste (Av. Caxangá). Dentro de ônibus lotados e atrasados, eu compartilhava com outros passageiros a angústia de levar entre sessenta a noventa minutos, a mais, para chegar a meu destino, quando antes, o percurso durava, no máximo, quarenta minutos.

Como antropóloga, comecei a observar de que maneira o megaevento estava interferindo na cidade e na vida das pessoas. Não se tratava apenas de ver obras, mas começar a entender sua ligação a uma “paixão nacional”, o futebol, e como aspectos culturais e identitários do povo brasileiro eram manipulados e catalisados por empreiteiros, planejadores e, sobretudo, por gestores da cidade, com grande maestria em seus discursos e ações, na construção da ideia de que sediar a Copa era um “projeto nacional”. Os gestores das cidades-sede entendiam que, por aquela paixão, todo sacrifício vivido poderia ser amplamente suportado, pois a sociedade pernambucana, em nome da visibilidade internacional e dos supostos “legados”, também precisava fazer concessões.

Vale salientar que os protestos contrários tanto à realização do megaevento, quanto às desapropriações, ocorriam, contudo esses, eram mais localizados nas áreas diretamente afetadas e não possuíam ampla visibilidade midiática, com exceção dos eventos de junho de 2013, quando houve várias manifestações contra o governo do PT, em oposição aos gastos com a Copa. De certo modo, isso explica porque não se tinha a aderência da população desejada pela resistência. Os eventos de mobilizações não conseguiam envolver ativamente a sociedade pernambucana, mas existiram.⁸

Talvez, a expressividade do futebol pernambucano tenha produzido parte dessa suposta apatia. O futebol pernambucano tem representatividade no cenário nacional e, conseqüentemente, muita força local, capaz de mobilizar enorme capital simbólico em torno de times, torcidas, territórios; e, também, capital financeiro, com estádios lotados, bons salários

da função que desempenhava, onde um *ethos* de execução e formas existiam, e eram também atualizadas por mim, tal qual sugere Bourdieu ao definir o funcionamento do campo (2015).

⁸ Quando comecei a pesquisar academicamente, cheguei a ouvir comentários de que a sociedade pernambucana parecia não se importar com as comunidades pobres impactadas. Porém, existiram protestos por parte dos atingidos, inclusive alguns com apoio do Comitê Popular da Copa, muitos deles foram intensos em todo o Brasil, por exemplo, os de junho de 2013. Para mais detalhes, vide os trabalhos elaborados por Alice Moura (2016) e Gabriele Araújo (2015).

para jogadores, além de contar com patrocinadores internacionais, a exemplo da empresa de material esportivo Adidas (patrocinadora do Sport). Talvez, também houvesse a sensação de prosperidade e força econômica experimentada pelo Estado de Pernambuco entre 2011 e 2014, quando a variação real do PIB era de 13,9%, com média anual de 3,3%, enquanto o Brasil, no mesmo período, apresentava o crescimento de 9,7% e média de 2,3 %, segundo a Condepe/Fidem.⁹

A recepção do megaevento gerou expectativas em diferentes setores da sociedade, mobilizou recursos econômicos, simbólicos e culturais estimulados por estudos contendo projeções de ganhos animadores.¹⁰ Por outro lado, faltava acesso aos detalhes dos projetos executados. A incompreensão sobre as obras, principalmente as de mobilidade, trazia angústia, uma vez que muitas pessoas queriam entender o fluxo de veículos dentro dos corredores. Como funcionaria o transporte público? Como seria a Cidade da Copa? Nesse cenário, podia-se dizer que a maioria dos cidadãos nem desconfiava de que o jogo não era apenas o futebol.

Naquele momento, eu olhava a cidade e aquela dinâmica pela ótica de funcionária do Estado. Isso significava “incorporar” a produção do espaço como consequência de um “planejamento estratégico”, supostamente, que resultaria em “desenvolvimento” e benefícios a todos. Enquanto Estado, minhas observações deveriam estar para além das pessoas impactadas pelas obras, nessa perspectiva, o foco seria o “legado” do megaevento, a Cidade da Copa; a “Nova Centralidade Urbana”. Foi esse o meu primeiro “lugar de fala” sobre o tema.

Nesse lugar, eu tinha contato com categorias e conceitos usados por urbanistas e planejadores, que soavam estranhas e distantes de minha realidade acadêmica. O mais próximo que me colocava a isso vinha por meio das discussões da Antropologia Urbana¹¹. Ao ver a influência dos planejadores e o impacto dos grandes projetos urbanos na vida das pessoas, despertei para essa relação delicada, invasiva e desrespeitosa que as remoções forçadas provocavam à população, principalmente, a mais vulnerável, em virtude da força e violência do poder público em oportunizar os investimentos em prol do que acreditara representar o “desenvolvimento”, defendendo-o em nome da utilidade pública e do bem coletivo. Essa reflexão levou-me ao interesse por textos enquadrados na Antropologia do Desenvolvimento,

⁹ Informação retirada do site da Agência Condepe/Fidem, no documento resultados de 2010 e 2014. Disponível em: <http://www.condepefidem.pe.gov.br>. Acesso em: 18 Jan. 2018.

¹⁰ Estudos otimistas qualificavam e projetavam o evento como uma ótima oportunidade, por exemplo, o “Brasil Sustentável: Impactos socioeconômicos da Copa do Mundo 2014”, da Ernst & Young e a FGV, s/d.

¹¹ Durante o mestrado em Antropologia/UFPE, trabalhei com questões de gênero, amor romântico, sexualidade e prevenção.

que procura problematizar o impacto de grandes obras a populações, refletindo sobre o “desenvolvimento”, sua estrutura, entre outros elementos.

O governo realizava obras de mobilidade em pontos “estratégicos” da RMR, porém, na Agência, em meu setor, não existiam informações consistentes acerca dos projetos, embora tivéssemos participado de seminários e reuniões propiciadas pelo Estado, nas quais, as obras eram, por vezes, expostas em PowerPoint. Todavia, pouco se divulgava o projeto para a Nova Centralidade, inicialmente o foco era a mobilidade da RMR.

Nos eventos dos quais participei, estava contaminada pelo otimismo de colegas de trabalho e ficava empolgada com o estudo o qual iríamos realizar. Em alguns momentos, cheguei, realmente, a pensar estar inserida em um projeto participativo e que iria contribuir ativamente no processo de construção e produção do espaço mais equilibrado na Nova Centralidade. Estava “envolvida”. Na pior das hipóteses, pensava eu: “descreveria no estudo da Cidade da Copa, aspectos sociais da população vulnerável do entorno e proporia alternativas para a melhoria da qualidade de vida”, como havia dito meu diretor. Iríamos construir diretrizes sustentáveis para um lugar que fosse bom para as pessoas. Utopia? Mas quem seriam essas pessoas? Somente mais tarde, percebi que essas propostas não eram para os residentes da área. Quanto ao projeto Cidade da Copa, sobre o qual ninguém sabia falar direito, só víamos movimentações para as obras da Arena Pernambuco e seu ramal viário, que ficava no mesmo terreno, mas não tínhamos noção do conjunto das obras.

Durante o período de minha permanência na equipe para a realização do estudo (de novembro de 2011 ao primeiro semestre de 2012), fiz visitas à área destinada à Cidade da Copa, onde a Arena estava sendo construída: já não existiam moradores. Nossa equipe tirou várias fotos e entrou em contato com outros órgãos públicos ligados às obras, como por exemplo, CPRH¹² e Secretaria das Cidades. Aos poucos íamos percebendo a falta de dados e informações durante essas visitas, apesar de sermos bem recebidos pelos técnicos. Meses depois, a partir do contato com a Secretaria das Cidades, conseguimos realizar uma visita orientada com a engenheira responsável do Estado pela fiscalização das obras. Isso foi o mais próximo que chegamos da Arena naquele momento.

Na verdade, não ter informações oficiais sobre o projeto Cidade da Copa era algo comum entre técnicos públicos.¹³ Dizíamos isso ao nosso diretor como forma de pedir desculpas

¹² Agência Estadual do Meio Ambiente de Pernambuco-CPRH.

¹³ Este silenciamento foi interpretado, mais à frente, como orquestrado pela gestão pública, sendo parte do processo da etapa do planejamento e durante execução, ou seja, inserido e contabilizado como recurso mesmo para se produzir, o que Scott (2012) chama de descaso planejado.

pelo atraso no estudo e, também, para provocar mobilizações na hierarquia acima, porém não surtiu resultado. O que não sabíamos dizer era se as informações existiam e não podiam ser compartilhadas ou se os técnicos realmente estavam tão alheios aos dados do projeto para a “Nova Centralidade” quanto nós. Mais tarde, passei a interpretar esse processo de silenciamento como estratégia adotada pelos gestores e parceiros ligados ao projeto, contudo, aqui, achei interessante mostrar as primeiras impressões que nos confundiam e imobilizavam.

Os trabalhos de Ramalho (2015) e Mello (2014) também destacavam um pouco da dificuldade em acessar determinadas informações sobre os projetos a serem implementados, e, em alguns casos, nem mesmo conseguiram obtê-las.¹⁴

Eu e alguns técnicos, do mesmo nível hierárquico, compartilhávamos, extraoficialmente, do pressuposto de que a realidade da Agência Condepe/Fidem era de muitas restrições técnicas e financeiras, além de possuir baixa representatividade e influência junto à gestão estadual em exercício. A Agência estava bastante imobilizada para fazer cumprir o planejamento da RMR, nesse sentido, a falta de informações relacionadas ao projeto Cidade da Copa era um dos sintomas desse processo de “falência”.

Segundo alguns colegas, havia pouco interesse da gestão estadual, na época o governador Eduardo Campos, no trabalho feito pela Agência. De maneira geral, outros órgãos não compartilhavam de suas informações, parecia existir um “pacto” para se fazer as ações em etapas bem separadas (fragmentação operacional), possivelmente, para evitar enfrentamentos técnicos que pudessem resultar em indicações de ajustes e assim, demandar tempo. Essa situação deixava para nós, os técnicos, um verdadeiro hiato entre o planejamento da área, o projeto e as ações a médio e longo prazo.

Aqui começa meu “deslocamento” na busca por um “segundo lugar de fala”. Pouco depois de realizar algumas visitas à área, escrevi um pequeno texto sobre a situação precária do entorno para ser usado no estudo propositivo. Nele, expus informações sobre a população residente nos bairros de Penedo/SLM, Cosme e Damião/Recife, Viana/ Recife, bem como acerca da falta de infraestrutura da área próxima à Cidade da Copa, em SLM. Descrevi, também, os problemas identificados e fui direcionada a reescrever o material para atenuar meu discurso. Ouvi a frase mais significativa do meu diretor para entender minha posição naquele momento, assim como o tipo de discurso o qual deveria assumir em meu trabalho: “você não pode esquecer de que você é Estado”, falou-me com cuidado e respeito, como lhe era habitual. Olhei-

¹⁴ Essas são, talvez, as “barreiras etnográficas”, conforme Teixeira (2014), que se projetam também sob forma de burocracia, as quais se deve compreender como parte do trato com às questões do Estado.

o, admirada. Eu sou Estado? Qual o significado disso?¹⁵ Naquele momento, era apenas trocar palavras, foi assim o que entendi.

Dessa maneira, semanticamente, recebi o primeiro aprendizado de que no Estado, ao menos naquela gestão, não era possível usar a palavra “problema”, mas desafio. Deveria ter todo cuidado para tornar “problemas visíveis” em “desafios a serem enfrentados”. Brinquei com meu diretor ao falar: “ok, sem problema!”.

Percebi que esse lugar de fala (Estado) na produção discursiva de documentos precisava ser lembrado constantemente, pois sob os técnicos existia certa exigência e vigilância para atenuar críticas e aliar conhecimentos na direção e interesses do governo do Estado de Pernambuco. Mas quais eram os discursos do Governo? Qual a lógica que eu deveria assumir também?

A advertência levou-me por vários lugares reflexivos, um deles, foi o retorno à academia. Esse despertar possibilitou entender o quão pouco eu sabia quanto às diretrizes, acordos e posicionamentos operados pelo suposto “projeto de nação”, o megaevento, assumido pelo governo estadual como: “fazer o dever de casa”.

Impedida, de certo modo, a escrever sobre “problemas” nos documentos, passei a pensar mais neles, a ficar mais atenta aos gargalos do projeto para a Nova Centralidade e na falta de ações favoráveis às pessoas do território. Enfim, acreditei que, estando na academia, conseguiria refletir sobre a produção do espaço, remoções e habitação popular pelo viés antropológico, em um trabalho pertinente à sociedade e feito com mais liberdade crítica. E, possivelmente, falar com/sobre as pessoas acerca dos problemas tidos por estarem, literalmente, no meio do caminho da construção da Arena, do bairro misto Cidade da Copa, da Nova Centralidade Urbana em SLM.

Na Agência, o estudo não foi concluído, pois a DERU mudou de diretor, dessa forma, um novo foco nos foi sugerido. Não nos pediram de imediato para abandonar o estudo das proposições sustentáveis, mas, aos poucos, e na medida em que as obras da Arena iam sendo realizadas, o estudo foi ficando menos importante e perdia sua finalidade. Fui designada a trabalhar outras questões e a produzir um material para ser usado de base na execução de outro

¹⁵ Silvia Aguião (2014), a luz de alguns autores em sua pesquisa sobre “relações entre movimento social, gestão governamental e academia, preferiu adotar a perspectiva de não encarar o “Estado” como dado, mas em cada passo de sua pesquisa procurou entender o sentido das práticas e enunciados “nos quais o Estado apareça encarnado, posto que o Estado pode significar e estar significado em múltiplos lugares, objetos e pessoas” (2014, p.116). Desse modo, sua investigação enfatizou o campo político das relações, buscando perceber como o “Estado” se movimenta e se produz; as formas pelas quais a burocracia se organiza e como categorias são negociadas em diferentes contextos.

estudo maior desenvolvido com instituições parceiras. Esse novo estudo mostrava-se mais importante para a Agência naquele momento.

Em 2014, ingressei no doutorado em Antropologia e voltei a acompanhar as ações do Estado na produção da “Nova Centralidade”. Continuei trabalhando para o Estado até outubro de 2014, depois passei a ser uma pesquisadora mais “livre”, indo à procura de outros pesquisadores focados no megaevento; na especulação imobiliária da região Oeste, e, principalmente, nas remoções de pessoas. Como o tema estava em evidência, e vinha sendo pesquisado pelo professor Scott, no núcleo FAGES, não foi difícil identificar meus pares nessa jornada e valorizar as contribuições desses, na realização deste trabalho. A eles, sou bastante grata.

1.2 Incursões metodológicas

O campo de pesquisa trouxe inúmeros desafios, tanto na busca de interlocutores como no acesso a outros dados, assim, para suplantá-los, incorporei metodologias complementares. Neste tópico descrevo meu itinerário metodológico com a finalidade de fornecer maior inteligibilidade de como a coleta de dados sucedeu-se, e como os dados foram analisados e incorporados ao texto.

Situo, em primeiro lugar, a adoção de cultura, do ponto de vista semiótico de Geertz (2017), como a uma teia de significados e sentidos que envolvem as pessoas, ao passo que também, é tecida por elas. Assim, a cultura deve ser apreendida, isso é interpretada para trazer o significado, visto que é um contexto. Ele também entende a cultura como “pública”, porque o significado o é. Nesse sentido, procurei interpretar o “fluxo do discurso social”, no qual a “interpretação” consiste em “salvar o dito num discurso da sua possibilidade de extinguir-se e fixá-lo em formas pesquisáveis” (2017, p.15). Para o autor, o ponto “global” da abordagem semiótica de cultura é auxiliar o antropólogo a ganhar acesso ao mundo do “conceptual” no qual vivem os nossos sujeitos, gerando, nessa perspectiva, a capacidade de podermos conversar com eles em um nível mais amplo (GEERTZ, 2017, p.17).

Desse modo, esta pesquisa tem caráter de análise qualitativo, situada no campo da Antropologia do Desenvolvimento, porém sem deixar de tecer diálogos profícuos com outros campos. Para a coleta de dados, utilizei diferentes técnicas de pesquisa, como diário de campo, entrevistas semiestruturadas, análise de documentos, arquivos, fotografias, e a análise dos 333 cadastros dos “posseiros” indenizados, esses, tabulados e analisados qualitativamente. Os

interlocutores assinaram o termo de consentimento e livre esclarecido (APÊNDICE A). As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas. A coleta de dados ocorreu no período de 2015 a 2018.

Em 2014, quando comecei a ir a campo coletar os dados, o megaevento Copa 2014 já tinha ocorrido. A Cidade da Copa ainda estava sob o signo do planejamento e se ouvia dizer que as obras ainda iriam iniciar e seriam concluídas nos próximos 30 anos, no entanto não se via nenhuma movimentação na área. O terreno estava desocupado, por isso, meu caminho de pesquisa não contou com a convivência intensa entre os “nativos”, uma vez que o Jardim Penedo de Baixo não existia mais. Um dos primeiros desafios foi encontrar “interlocutores”, tendo em vista terem se dispersados em outros municípios e localidades desconhecidas, desde 2010, após a remoção forçada. **Encontrar os interlocutores era parte da primeira incursão metodológica e um dos objetivos específicos, no qual a partir deles os significados da experiência de remoção e a relação com o lugar seriam apreendidos.**

A título de didatismo, primeiro explano os passos para a coleta de dados, e, logo em seguida, o itinerário executado. Para a coleta de dados, executei **três etapas**. A **primeira**, com o objetivo de identificar os interlocutores e apreender os significados da experiência de remoção forçada, assim como caracterizar a realidade sociocultural em Jardim Penedo de Baixo. Na **segunda etapa**, foquei na coleta de informações sobre a forma como o Estado conduziu o processo de remoção forçada. Na **terceira etapa**, acessei ao inquérito civil do Ministério Público Federal, através do qual obtive os 333 cadastros dos “posseiros” indenizados, além de outras informações.

Para realizar a **primeira etapa**, montei duas estratégias: fiz trabalho de campo com idas à localidade e, outra, indo às secretarias estaduais pertinentes. Na localidade, visitei a Arena Pernambuco e os restaurantes próximos, onde fiz contato com pessoas que me indicaram a professora da escola municipal, dona Maria, moradora muito antiga e vizinha da localidade. Eu a havia conhecido em 2012, ao visitar a sede campestre do Círculo Militar, local onde antes a escola estava instalada. A professora tornou-se uma ponte para realizar contato com outros interlocutores, caracterizando a prática do método “bola de neve”, esse, bastante utilizado quando se tem dificuldade de entrar em contato com o grupo pesquisado. Para Mainardes (2009), através desse método, as informações são coletadas a partir de um entrevistado que sugere ou recomenda outras pessoas para continuar a dar mais informações. A professora, após algumas visitas, entre o período de 2014 a 2017, apresentou-me alguns ex-moradores. Dois deles estavam receosos em falar comigo porque achavam que eu era do governo e poderia “tomar o dinheiro recebido na indenização”, fato relatado pela professora. Essa impressão foi

desfeita com as visitas seguintes, porém um deles, o dono do restaurante, continuou sem querer conversar. Soube que o lugar onde ele instalou seu restaurante era irregular, motivo pelo qual quis manter distância da pesquisa. Porém, a partir da aceitação de um interlocutor, outros quatro vieram.

Em um segundo momento, fui informada da existência de uma igreja evangélica na comunidade. Ciente do costume de que membros circulam entre outras igrejas filiais, imaginei que visitando uma congregação nas proximidades da Arena, eu teria alguma pista sobre antigos moradores. No entanto, não consegui fazer contatos com ex-moradores, mas no final de uma visita, parei em uma lanchonete próxima e, por esses “imponderáveis da pesquisa”, conversando com a atendente, que por sua vez, tinha informações sobre outros ex-moradores da comunidade. Por essa via, conheci dona Zezita e dona Iracema, outras duas interlocutoras desta pesquisa.

O contato com a representante da Comunidade Obra de Maria foi promovido por uma amiga em comum, a qual me ajudou a marcar uma entrevista. Procurei usar a estratégia de encontros marcados com todos os interlocutores, em data e hora de acordo com suas disponibilidades, sempre buscando mais aproximação e companhia. Os encontros ocorreram entre 2015 a 2018, com intervalos temporários significativos.

A **segunda** estratégia, procurar por secretarias e órgãos estaduais, começou em maio de 2015, com minha primeira visita à CEHAB. Classifico esse momento de contato em duas fases: a primeira, para identificar os posseiros e a segunda, em busca de detalhes e informações oficiais sobre o processo de remoção.

Na CEHAB, após ligações, e-mails e visitas, tive acesso a 46 nomes de pessoas removidas em um cadastro visualizado sob a supervisão de uma estagiária. Fui autorizada apenas a fazer a tabulação de alguns dados *in loco*, pois tirar cópias desses, não foi permitido, devido à garantia do sigilo de informações pessoais expostas. Porém, essas informações não resultaram contatos válidos com interlocutores, apenas indicaram que na lista havia membros da Comunidade Obra de Maria.

Na **segunda fase** de contatos com órgãos públicos, além de identificar os ex-moradores, coletei informações sobre o processo de remoção forçada de Jardim Penedo de Baixo. O intuito foi o de identificar discursos e práticas que legitimassem a ação, os instrumentos legais utilizados, se houve medidas compensatórias e de que forma elas se relacionaram com o direito à moradia das pessoas. Eu também precisava de informações oficiais sobre o número de desapropriados. Retornei à CEHAB, mas não obtive informações. O órgão me direcionou a buscar informações na Procuradoria Geral do Estado (PGE), onde ficava a Superintendência de

Negociações de Desapropriações. Após contato com o órgão, foi-me solicitado envio de ofício direto ao procurador, sobre o qual não obtive resposta.

Dois fatos importantes devem ser mencionados os quais suponho ter repercutido, cada um a seu modo, nas dificuldades para conseguir acessar os dados: 1) a morte de Eduardo Campos em um acidente de avião, pois ele foi o ator político que operou as bases do planejamento e discurso de desenvolvimento da Nova Centralidade; 2) Em agosto de 2015, apareceram denúncias de superfaturamento da obra, deflagradas pela Polícia Federal com a operação “*Fair Play*”, três meses depois do meu primeiro contato com a CEHAB.

Acredito que esses fatos repercutiram negativamente e produziram barreiras na minha comunicação com os órgãos contatados, por exemplo, na CEHAB, no qual, passados alguns meses de sensibilização para minha pesquisa, o acesso foi encerrado por e-mail (Anexo 1), com a orientação de que eu buscasse os dados pela PGE, ou seja, levando-me as últimas instâncias. Ainda visitei outras esferas públicas (Secretaria das Cidades e PERPART), no entanto obtive poucas respostas efetivas.

À procura por ações ligadas ao meu objeto, em pesquisa online, deparei-me com posicionamentos do Deputado Edilson Silva do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) questionando as obras e valores gastos na Arena Pernambuco.¹⁶ Entrei em contato com o seu gabinete, por telefone, e fui direcionada a conversar com um advogado. Conteí sobre minha dificuldade de levantar dados, e ele me indicou a usar a Lei Estadual de Acesso à informação (Lei Nº 14.804, de 29 de outubro de 2012.), acessada através do site do governo¹⁷, por meio do preenchimento de um formulário, solicitando as informações.

Durante uma manhã, preenchi cinco formulários e recebi a ligação da Ouvidoria do Estado de Pernambuco querendo saber quem eu era e porque estava com tamanha demanda. Sentindo-me surpresa, expliquei minha condição de pesquisadora, o itinerário anterior de entrega de ofícios sem resultados e de como havia sido orientada pelo advogado a buscar essa forma de acesso às informações. Fui bem atendida, inclusive, no dia seguinte, recebi outra ligação da mesma pessoa dizendo que já tinha encaminhado minha solicitação às secretarias competentes e que agora elas teriam 21 dias para dar um posicionamento. Experimentei uma breve euforia, mas as respostas não satisfizeram meu objetivo. Algumas delas, apenas se justificavam dizendo que tais informações não deveriam ser divulgadas, pois envolviam

¹⁶ REPORTAGEM ONLINE Deputado Edilson Silva promete acionar MP, TCE e até a Justiça contra o acordo da Arena PE. Recife, 2015. Disponível em: https://www.pe.superesportes.com.br/app/noticias/futebol/futebol-nacional/2015/05/06/noticia_futebol_nacional,36405/deputado-edilson-silva-promete-acionar-mp-tce-e-ate-a-justica-contra-o-acordo-da-arena-pe.shtml. Acesso em: 18 out. 2016.

¹⁷ Site: <http://www.lai.pe.gov.br/web/portal>.

confidencialidade e, outras, apontavam o caminho de outros órgãos. De todo modo, a negativa de informações já era uma resposta ao que antes inexistia. As respostas levaram em torno de 21 dias, prazo máximo que a lei determina, o que me leva à constatação de como pesquisar em órgãos públicos é bastante complexo e desafiador.

Por meio desse instrumento de acesso às informações, pude analisar e argumentar com outros dados recolhidos. As justificativas a mim encaminhadas materializaram-se em respostas oficiais. O Estado produzia, dessa maneira, “artefatos”, ou seja, documentos para a pesquisa.

Ainda, pesquisei nos Diários Oficiais do Estado de Pernambuco (DOE), a posição do governo em relação ao megaevento e ao desenvolvimento da Nova Centralidade, à Cidade da Copa e em relação às obras dentro da área. Meu recorte temporário foram as matérias veiculadas no período de 2008 a 2014. Tomei o DOE como instrumento de propaganda e apoio para a gestão, por divulgar as ações do Estado.

A **terceira etapa** foi um momento de inflexão importante devido à obtenção de informações que resultou no fechamento de lacunas. No final de 2016, durante pesquisa em sites sobre remoções forçadas provocadas pelo megaevento, encontrei uma nota de arquivamento de um Inquérito Civil¹⁸, a partir de agora IC, perpetrado pelo Ministério Público Federal (MPF). O objetivo do IC era o de “acompanhar e monitorar a implantação dos empreendimentos referentes à Copa de 2014, a fim de que fossem realizados com respeito aos direitos humanos e aos princípios democráticos de gestão da cidade”.

Em 2017, o MPF autorizou-me o acesso ao IC e a copiá-lo em dispositivo eletrônico. Após realizar a leitura do IC, verifiquei que a Secretaria Extraordinária da Copa (SECOPA) respondia ao Procurador sobre a remoção dos “333 posseiros” do local onde estava sendo erguida a Arena e disponibilizava no anexo os cadastros dos moradores. Os anexos não tinham sido entregues a mim. Assim, fiz novo contato com o Procurador Federal através de sua assessoria e solicitei o acesso. Fui autorizada a ver as pastas e constatei a presença dos laudos, contendo imagens das casas, das culturas e outros detalhes da posse (as imagens eram em preto e branco, porém legíveis). Após pedir o salvamento no dispositivo eletrônico (*pen drive*), constatei que todas as imagens estavam escurecidas, isso impedia a visualização dos detalhes. Retornei ao MPF e expliquei a situação no setor de reprografia. Foi-me questionado se o processo corria em confidencialidade, falei que não sabia, mas me comprometi a não divulgar nomes de pessoas físicas, nem informações como número de registro geral ou cadastro de pessoa física (CPF). Retornei no dia seguinte com a autorização para pegar o processo. Resolvi,

¹⁸ Inquérito Civil nº 1.26.000.000709/2011-12, Ministério Público Federal, Procuradoria da República em Pernambuco. 4º Ofício da Tutela Coletiva.

que eu mesma tiraria as fotos dos cadastros, dessa maneira conseguiria ter mais controle sobre a qualidade das imagens. Tirei as fotos com o uso do meu celular. Na oportunidade, fotografei mais de duas mil páginas, nas três tardes seguintes, pois o horário de acesso era limitado. Um funcionário gentilmente disponibilizou mesa e cadeira próxima à área onde ele ficava, volta e meia, chegava perto para observar, oferecia-me água ou café. Nessas idas e vindas, somente concluí o total de acesso a informações em 2018.

Quis dar ênfase a tais desafios para mostrar como o pesquisador precisa produzir interações sociais de diversos tipos durante o trabalho de campo. Os interlocutores não são apenas as pessoas e as coisas, mas a situação de contato e seu contexto. Unidas, essas situações produzem uma análise mais dialógica tanto em relação ao objeto quanto ao movimento que ele faz.

Destaco que meu acesso ao IC foi imprescindível na realização da pesquisa, sobretudo, em decorrência da limitação de informações que tive ao visitar órgãos públicos. As secretarias do Estado de Pernambuco envolvidas nas ações do megaevento impuseram barreiras de acesso a detalhes da remoção dos posseiros e não davam esclarecimentos quanto aos critérios adotados para o pagamento das indenizações, essas eram informações presentes no IC. Em minha constatação, os limites dependiam do “poder” do solicitante, nesse sentido, algo que deveria ter sido acessível a qualquer cidadão, esbarrou na burocracia e no vácuo.

Posso dizer, ainda, que contei com a “sorte”, uma vez que a leitura do IC só foi possível porque ele estava “arquivado” e liberado para consultas. Esses episódios representam algumas das dificuldades de pesquisas que lidam com as ações do Estado.

O material disponibilizado pelo IC e seus anexos tornou-se fundamental para minha pesquisa por possuir ofícios contendo explicações das secretarias estaduais ao MPF, quanto ao processo de deslocamento forçado das pessoas na área destinada à Cidade da Copa. O silenciamento por omissão, e não por falta de informação, também é um modo de operar no campo político do desenvolvimento. Como salienta Scott (2012), o descaso planejado afeta aos pesquisadores interessados em compreender como as estruturas estatais são usadas para dificultar o acesso a dados e a apreensão dos impactos produzidos por grandes obras de enormes somas financeiras associadas.

Foi a partir do IC que consegui os nomes das 333 pessoas indenizadas, valores e critérios usados pela CEHAB, entre outras informações valiosas, que ajudaram na compreensão da comunidade. Para Flick (2013), a análise de documentos institucionais é uma alternativa do pesquisador para obter mais informações. Quando o pesquisador se utiliza de informações produzidas para propósitos diferentes do seu, ele está fazendo uma análise secundária (p.124).

A vantagem de usá-las é a economia de tempo por não precisar coletá-las. Contudo, segundo o autor, é preciso observar a forma de elaboração, quem produziu e a finalidade dessa produção.

Essa situação etnográfica diferente foi bastante pedagógica. O desafio metodológico em lidar com um conjunto de documentos produzidos por terceiros e o próprio itinerário de acesso a eles dentro de instituições públicas, me fez pensar em uma “etnografia de documentos” que eu executava em paralelo. De acordo com Teixeira (2014), ao pesquisar instâncias estatais, é impossível não ver os “documentos” que são produzidos como “artefatos de práticas”. Todo ato público gerido pelo governo segue um rito, uma estrutura burocrática. Não é diferente com o instrumento de “desapropriação” utilizado pelo Estado, sendo assim, a produção de documentos (notas técnicas, ofícios, decretos, contratos, formulários, reuniões) são elementos explicativos de como processo transcorreu.

Os documentos analisados são artefatos de práticas e arquivos dessa pesquisa, levando-me a problematizar sobre o que seria um arquivo. Segundo a pesquisadora Israel (2015), o uso de arquivos é bastante comum nas pesquisas em ciências humanas, com a justificativa de que, ao abordá-lo, consiste em interrogar-se “em que consiste a prova”? Analisando os arquivos públicos, no contexto da França, a autora os concebe como “os documentos conservados em lugares qualificados eles mesmos como arquivos: arquivos municipais, arquivos departamentais, arquivos nacionais” (2015, p. 146). Mas outros tipos de arquivos também existem, como os “pessoais”, “institucionais”, de “escritores” e “pesquisadores”, entre outros. Salvas as especificidades do contexto ao qual Israel estava inserida, suas observações podem ser aplicadas, também, nesse meu encontro com os documentos.

Para a autora, a questão é entender que os arquivos possuem um processo de formação e um contexto que são:

[...] ao mesmo tempo uma aposta e uma construção: aposta de poder, de história e de memória, [...], construção social enquanto eles sempre são o resultado de um gesto de triagem, de uma seleção, de uma vontade de conservação entre o que é interessante e não é, o que pode se tornar público e o que deve permanecer secreto, o que deve permanecer e o que deve desaparecer (2015, p.143).

Ao lidar com documentos, principalmente os produzidos no atendimento de uma finalidade específica, o pesquisador precisa perceber as interferências sofridas, não há isenção, inclusive, sobre o que quer tornar-se realmente público, mesmo exigido por lei. A “desconstrução” da noção de arquivos é essencial. Para Israel, “o arquivo nunca é uma prova em si mesmo; ele não fala, ele não confessa. [...] Ele não se exprime senão em uma relação dialógica com seu leitor” (2015, p.150).

Por essas considerações, interpretei, contextualizei e problematizei os 333 cadastros produzidos por uma empresa terceirizada, contratada e sob a responsabilidade da CEHAB, sem perder de vista que sua produção atendia ao requisito do instrumento de desapropriação. Não era para retratar a situação sociocultural dos moradores de Jardim Penedo de Baixo, mas quantificá-los em termos de valores expressos por “benfeitorias”¹⁹ realizadas na posse. Foi um padrão seguido para o registro quantificável e metrificacão dos elementos dispostos.

Esse exercício de “desconstrução” deixou mais claro os limites, ausências e ambiguidades apresentados nos cadastros, mas sem se poder dizer se eram propositais ou não. A sua exposição, na pesquisa, tem a finalidade de contribuir com a caracterização da comunidade e retratar com imagens e informações o uso e ocupação do solo.

Para a análise dos dados fornecidos pelos cadastros, no primeiro momento apliquei métodos quantitativos para tabulação de cada um, considerando o universo das variáveis existentes e o número de respondentes, uma vez que muitas questões não apresentavam respostas. As informações de cunho socioeconômico, por exemplo, não eram obrigatórias. Em muitos cadastros havia falta de respostas, assim, o número de respondentes oscilava a depender da variável. Para ilustrar segue Quadro 1.

Quadro 1 – Número de respondentes por tipo de variável tabulada

Tipo de variável		Quant.
1	Nº de pessoas por imóvel	319
2	Sexo	319
3	Tempo de permanência	168
4	Tempo de residência	156
5	Estado civil	167
6	Escolaridade	176
7	Atividade	131
8	Renda com a cultura	38
9	Índenizações	333
10	Uso do imóvel	323
11	Tipo de parede	197
12	Instalação sanitária	126
13	Localização do banheiro	97
14	Cultura destaque	266
15	Total de coqueiros	238

Fonte: Autora (2018).

¹⁹ NORONHA, B. **O que é benfeitoria?** Rede de Ensino Luiz Flavio Gomes, 2009. Disponível em: <https://lfg.jusbrasil.com.br/noticias/1022222222504060/o-que-e-benfeitoria-brena-noronha>. Acesso em: 23 out. 2018.

Algumas breves considerações sobre as amostras devem ser feitas. Por exemplo, dos 333 imóveis desapropriados, 10 foram resolvidos em litígio e, por esse motivo, seus cadastros não constavam nos arquivos anexados, portanto, para as variáveis que tratam dos imóveis, a amostra passou para 323. Outro exemplo, para a variável “perfil do responsável” a amostra cai de 323 para 319 respondentes, pois seis dos responsáveis pela posse possuíam 2 dois imóveis, (321), porém dois deles são casos judiciais, cujos cadastros não foram disponibilizados (321-2= 319). Ao usar as informações no texto destaquei especificidades.

No decorrer do capítulo, faço uso de gráficos e tabelas produzidos a partir das informações disponibilizadas pelos cadastros, porém a análise assume a dimensão qualitativa e foi problematizada também com as informações de meus interlocutores. De certo modo, fiz a triangulação de dados conforme Flick (2013, p.178), a qual considera que, quando se combina pesquisa quantitativa e qualitativa, essas diferentes abordagens podem 1) convergir, de modo que os dados podem confirmar apenas parcialmente uns aos outros, e ou pode corroborar com as conclusões; 2) os resultados podem ser complementares uns aos outros e conduzir a um quadro mais amplo, além de disso, as entrevistas podem apresentar resultados que complementem os questionários; 3) os resultados podem ser divergentes ou contraditórios, ou seja, com opiniões diferentes do questionários.

Após término da tabulação, vi surgir um material riquíssimo, porém ainda limitado, uma vez que, como dito anteriormente, o documento atendia a outras finalidades diferentes das minhas e deixava em aberto informações que eu julgava serem importantes. Dessa maneira, é necessário explicar melhor como as mais de duas mil páginas do cadastramento foram produzidas e quais variáveis possuíam, bem como a metodologia utilizada na sua elaboração.

A exposição mais detalhada, nesse momento, também é importante para garantir maior inteligibilidade, porque assumi a estratégia de usar as informações dos cadastros não apenas em um tópico, mas de forma pulverizada ao longo do texto.

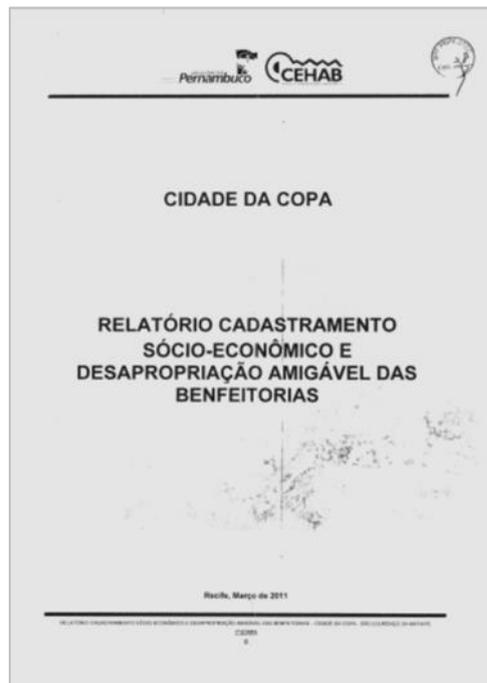
Essa opção propiciou um texto mais fluído, sem repetições de informações, trabalhando de maneira complementar e realizando problematizações com nível interpretativo mais rico. Mostrei, também, os limites e as “incongruências” do cadastramento em um tópico específico.

1.2.1 A metodologia usada no cadastramento CEHAB

Com a finalidade de contextualizar a produção do cadastramento, a partir do ponto de vista de seus agentes executores, no caso a CEHAB, seguem-se algumas explicações com base na análise do documento **Relatório Cadastramento Sócio-econômico e Desapropriação Amigável das Benfeitorias** (RCS DAB), de 11 de março de 2011, assinado pelo Gestor de Regularização Fundiária, Otávio Calumby, disponibilizado dentro do MPF (2015), através do IC (2011-2012).

Na introdução do relatório, há informações sobre o local, delimitação da área e suas fronteiras. A localidade é apresentada com o nome de Cidade da Copa (convém ressaltar que, outrora, chamava-se Loteamento Rivaldo Ferreira²⁰). O texto informa que o terreno “estava parcialmente ocupado, tendo sido encontradas algumas edificações, tanto para moradia quanto para uso comercial e industrial” (MPF, 2015, laudas 44-45). O levantamento cadastral foi realizado pela CEHAB²¹, a partir de abril de 2009, no qual se identificou 333 “posseiros”. A Figura 1 ilustra a capa do documento.

Figura 1 – Capa do Relatório dos cadastros



Fonte: MPF (2015).

²⁰ Inscrito em Cartório Único de SLM, sob o nº 5.712, em nome da PERPART.

²¹ Depreende-se do cadastramento que a CEHAB contratou uma empresa de arquitetura e engenharia para realizar o trabalho. Trata-se da empresa Colmeia Arquitetura e Engenharia Ltda., prestadora de serviços para a CEHAB. Identificação possível em virtude da visualização do logotipo que aparece nos cadastros, e não no relatório entregue. Outro ponto é que nem todos os cadastros contêm esse logotipo.

Quanto à metodologia, o cadastramento²² foi realizado em duas etapas considerando a população atingida. A primeira, em uma área de 57,386 hectares, onde está construído o Estádio Arena Pernambuco, na qual 135 posseiros foram identificados, já a segunda, na área remanescente do total de 199,93387 hectares, onde estavam os demais posseiros, 198. Esse critério também foi replicado para o pagamento indenizatório das benfeitorias e culturas.

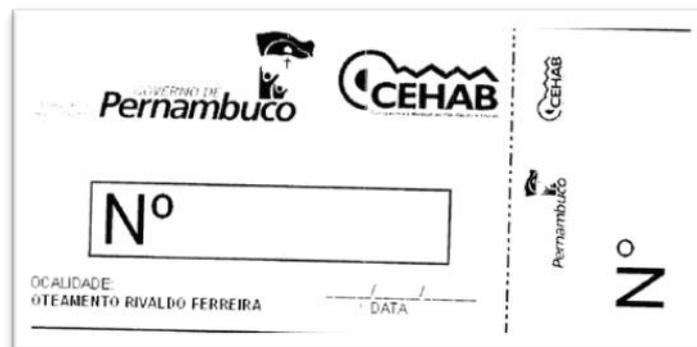
O RCSDAB (2011, p.3), explica os passos metodológicos seguidos, porém o enquadramento das etapas ficou incompleto devido à supressão de algumas informações sobre os formulários utilizados na pesquisa.

O levantamento dos dados socioeconômicos ocorreu em três fases: 1) selagem dos imóveis; 2) aplicação dos questionários socioeconômicos; e 3) locação dos imóveis no respectivo mapa de selagem.

A **1) selagem** consistiu na identificação de cada imóvel através de um selo confeccionado em papel sulfite e preenchido com giz de cera (mais resistente às intempéries) e foi feita ao mesmo tempo por quem aplicou o questionário socioeconômico devido à dificuldade de acesso aos imóveis (RCSDAB, 2011).

O selo (Figura 2) identifica a propriedade através de duas letras e dois números. A primeira letra identifica a quadra onde se situa o imóvel, e a segunda, o pesquisador. Os números, referem-se ao lote pesquisado.

Figura 2 – Recorte do modelo de Selo de cadastramento do imóvel



Fonte: Adaptado do MPF (2015).

Outros campos para preenchimento são a data e um canhoto destacável entregue à pessoa entrevistada. O selo foi fixado em local protegido (quando possível) e de fácil visualização (RCSDAB, 2011). A exposição dessa informação se mostrou pertinente em

²² Os cadastros e seus respectivos documentos foram disponibilizados no arquivo do IC/MPF, através de um anexo denominado de II, constituído de cinco volumes, que totalizam 2713 páginas (IC/MPF, 2012).

decorrência do uso que se fará das imagens disponibilizadas pelo material topográfico que utiliza códigos para identificar as posses.

Ressalto que a análise foi comprometida pela falta de um mapa total do loteamento, impossibilitando que eu fizesse uma melhor identificação, dimensão e distribuição dos lotes dentro da área desapropriada.

Para a **2) aplicação do questionário socioeconômico**, feita *in loco*, além das perguntas realizadas em um formulário padrão, também foram observados os equipamentos existentes nos locais através de registro fotográfico.

No preenchimento do cadastro socioeconômico, chamo a atenção para o campo “Informação sobre o imóvel”. Nele, o posseiro foi enquadrado como “proprietário do lote”, havia questionamentos sobre se o imóvel é próprio ou alugado, se teria comprovação ou não, de tempo de residência, contendo ainda cópias de documentos. Essas exigências demonstram a confusão quanto ao enquadramento das pessoas, afinal, são elas proprietárias ou invasoras?

A terceira e última etapa, a **3) locação dos imóveis no mapa de selagem**, consistiu na identificação do imóvel cadastrado dentro da planta. Além de que, vias de acesso ao local e outras características também foram informadas.

A seguir, apresento a descrição das partes que formam o cadastro para que o leitor tenha um melhor entendimento, no entanto, essa descrição minuciosa não consta no RCSDAB, nessa perspectiva, as informações ficam dispersas no texto.

1.2.2 Descrição dos cadastros

O cadastro é formado por cinco partes: **1) Laudo de Avaliação**; seguido do **2) Termo de Aceitação**; **3) Características do Imóvel**; **4) Características das Benfeitorias**; **5) Cadastro Socioeconômico**, e, por fim, são anexados outros documentos, como as cópias do registro geral (RG), CPF, contrato de compra e venda e comprovantes de residência, nem sempre as informações estão completas ou tampouco, aparecem em todos os cadastros.

O **1) Laudo de Avaliação** (capa), traz informações de maneira resumida e objetiva; acerca da localização da posse, área construída, uso, tempo de permanência, valores pagos pelas benfeitorias e culturas e identificação pessoal do cadastrado. Nele, consta o tópico “justificativa dos preços adotados”, que apresenta as fontes utilizadas como referência de valores a serem

pagos: DER-PE/ Revista Mercado Pini/ SINAPI/SINDUSCON-PE/ FETAPE (para as construções) e FETAPE/ DER-PE (para plantações)²³.

Já o **2) Termo de Aceitação** discrimina as benfeitorias e as culturas indenizadas. As benfeitorias são as construções encontradas no lote (casas, cercas, muros, galpões etc.), as culturas são as plantações (macaxeira, inhame, etc.) e as árvores frutíferas encontradas (classificadas por espécie). O valor pago para cada variável mensurada (culturas e benfeitorias) foi determinado por tabelas de referência²⁴, mencionadas acima, ou de acordo com a negociação que houve entre a gestão pública e os interlocutores, conforme eles informaram. Há ainda, uma sessão com dois campos. O campo “diversos” discrimina outras possíveis culturas não mencionadas, valores apresentados e o campo de “assinatura”, o qual o cadastrado assina ao concordar com dados, assumindo o compromisso de se retirar do imóvel no prazo de 48 horas, também assinam duas testemunhas.

O próximo documento que constitui o cadastro é denominado de **3) Características do Imóvel**, que descreve área construída, área do terreno, número de cômodos, entre outras informações, acompanhadas de mapa topográfico e fotos das construções.

No campo **4) Características das Benfeitorias**, são descritos com maior detalhamento as construções e culturas encontradas nas posses, expondo quantidades e medidas.

O último campo, **5) Cadastro Socioeconômico**, traz informações sobre o responsável pela posse, configurando dessa maneira, a estruturação de um possível perfil, através do qual se observam dados pessoais do posseiro, assim como a condição de ocupação, tempo de permanência/residência na posse, estado civil, escolaridade, entre outros. Na segunda parte do campo, aparecem informações sobre a cultura, como, a renda obtida e tempo de moradia, seguido de informações sobre a família. Tal tópico, é composto por duas laudas.

Abaixo, seguem a descrição das partes e para facilitar apresentação, elaborei uma prancha de imagens (Figura 3), por meio da qual se pode ter uma visualização rápida da estrutura do documento. Todas as figuras receberam modificações para preservar o sigilo de informações pessoais.

²³ Descrição das siglas: Departamento de Estradas de Rodagens (DER), Sistema Nacional de Pesquisas de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI), Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado de Pernambuco (SINDUSCON-PE), Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado de Pernambuco (FETAPE).

²⁴ Mesmo tendo entrado em contato com a FETAPE, com o Sindicato Rural de SLM, até o momento não consegui obter uma tabela dos anos de referência de 2009 e 2010, apenas consegui a de 2013.

Figura 3 – Prancha de figuras do Laudo de Avaliação

The figure displays a collection of forms and diagrams used in a valuation report. The forms are organized as follows:

- LAUDO DE AVALIAÇÃO (Top Left):** A detailed form for recording the valuation process, including sections for identification of the property, location, and valuation details.
- TERMO DE ADOÇÃO (Top Middle):** A form for the adoption of the valuation, containing a table for recording the valuation process and a section for the adopter's signature and date.
- Diagram (Top Right):** A site plan showing the location of the property (AA-05) within a larger area, with other lots (AA-01, AA-07) and distances (5.11, 5.52, 32.11, 23.82) indicated.
- Form with Photos (Middle Left):** A form for recording the characteristics of the property, including a section for photographs of the property.
- CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL (Middle Right):** A form for recording the characteristics of the property, including a section for the characteristics of the building and the land.
- CARACTERÍSTICAS SOCIO-ECONÔMICAS (Bottom Middle):** A form for recording the socio-economic characteristics of the property, including a section for the characteristics of the neighborhood and the property.
- Form with Photos (Bottom Left):** A form for recording the characteristics of the property, including a section for photographs of the property.

Fonte: Adaptado do CEHAB (MPF, 2015).

A apresentação dessas partes teve como objetivo mostrar ao leitor a ferramenta e a lógica utilizada pela gestão pública para cumprir com o pré-requisito de indenização. Elas formaram a metodologia apresentada dentro do IC (201-2012). Mais adiante, será possível compreender a importância encontrada nesse documento, uma vez que Jardim Penedo de Baixo (JPB) não existe mais, a não ser nas informações (in)visibilizadas, coletadas com uma finalidade determinada, a de pagar para “limpar o terreno”.

É importante mencionar que no relatório do cadastramento não foram expostas quaisquer análises qualitativa e quantitativa sobre as informações coletadas. Absolutamente nada foi apresentado que pudesse garantir uma descrição representativa da forma como viviam as pessoas, ou mesmo quem elas eram. O que se tem de forma instrumentalizada é um documento asséptico, no sentido de não representar o social, conformando-se, desse modo, naquilo que Herzfeld (2016) chama como a produção da “indiferença” pela burocracia. Essa indiferença deve ser compreendida como “a rejeição da humanidade comum”. Assim, nesse instrumento de controle estatal, não coube a individualidade, não coube o cidadão, mas apenas a quantidade de “posseiros”, as “benfeitorias” e os valores financeiros correspondentes.

No entanto, no material entregue ao MPF (2015), nos anexos contendo as 333 “posses”, existiam mais do que números ou quantias pagas, posto que ali, estavam pessoas e suas vidas. O material era extremamente rico e capaz de fazer emergir a comunidade Jardim Penedo de Baixo. Nele, podia-se saber um pouco mais sobre as pessoas, o uso do espaço, as características do imóvel, enfim, a vida das pessoas poderia ser retratada e associada às entrevistas que fiz. As informações propiciavam um retrato possível da comunidade e não deveriam ser desprezadas.

O próximo tópico tem como objetivo diminuir o distanciamento do leitor para com os interlocutores, ainda como menciona Fonseca (1998), a produção de um estudo antropológico não deve ser construída depurando o contexto e os sujeitos. Portanto, apresento meus interlocutores e insiro através do uso de imagens, os momentos do campo, das conversas e entrevistas. As fotos foram tiradas por pessoas presentes na cena através da câmera do meu aparelho de celular.

1.3 Conhecendo interlocutores

Em 2012, quando visitei pela primeira vez a área da Cidade da Copa não existia mais moradores²⁵. A área estava isolada por causa das obras do Ramal da Copa e da Arena, naquele momento trabalhando intensamente (Figura 4). Podíamos, eu e a equipe da Agência Condepe/Fidem, observar por uma via próxima, a estrada da Compesa, a movimentação dentro da área, mas não tínhamos acesso interno a nada.

Figura 4 – Limites de acesso da /à Arena de Pernambuco



Fonte: Autora (2012).

Em uma das visitas técnicas pela Agência, tivemos a oportunidade de andar nas proximidades e entrar em contato com a Escola Municipal Marechal Mascarenhas de Moraes em SLM. A escola estava situada dentro da Sede Campestre do Círculo Militar (Figura 5), bem próxima à área destinada à Cidade da Copa, por isso chamada de diretamente afetada pelo empreendimento. Na ocasião, a equipe da Agência foi muito bem recebida pela professora Maria, que, gentilmente, mostrou o local e nos apresentou às crianças presentes. A escola funcionava há muito tempo naquela instalação improvisada (um galpão aberto). Como nossa visita era de reconhecimento e primeiro contato, não fizemos muitas perguntas. Iriamos retornar em outro momento para delimitar melhor a área, mas não voltamos. Com autorização da professora, tiramos algumas fotos.

²⁵ As obras para a construção da Arena de Pernambuco foram licenciadas pela CPRH, com número 03.10.12.036291-0, e iniciadas em 2011.

Figura 5 – Área do Círculo Militar



Fonte: Adaptado do Google (2017).

No destaque é possível observar a Sede Campeste do Círculo Militar, bem como a sua proximidade com a BR 408, com restaurantes, com a Arena e com o Ramal da Copa.

Na Figura 6, a professora Maria posa para a foto sentada em seu birô, no galpão aberto onde funcionava a única sala de aula. Os estudantes do ensino fundamental básico tinham aula no sistema multisseriado, quando estudantes de níveis diferentes têm aula na mesma sala e horário.

Figura 6 – Professora Maria na Escola Municipal Mascarenhas de Moraes



Fonte: Autora (2012).

Na figura 7, a professora expõe o trabalho das crianças sobre a Copa do Mundo, quando visitaram a Arena para saber sobre o seu processo de construção.

Figura 7 - Professora Maria expondo o registro da visita das crianças à Arena



Fonte: Autora (2012).

Ao retornar ao trabalho de campo como doutoranda, no início do segundo semestre de 2015, retornei à área e visitei a Arena Pernambuco. Após entrar em contato com o proprietário de um dos restaurantes próximo, fui indicada a procurar a professora da Escola Municipal, instituição já transferida do Círculo Militar para às margens da BR 408 (Figura 8), pois ela, conhecedora de muitas pessoas, poderia trazer mais informações. Ao chegar à escola, a professora havia acabado o turno da manhã e me recebeu muitíssimo bem, mas não se lembrava de nosso contato anterior. Falei de minha pesquisa sobre ex-moradores da comunidade Jardim Penedo de Baixo. Inicialmente, a professora ficou em dúvida sobre o assunto, estava receosa, mas depois de algumas visitas, consegui estabelecer com ela meu melhor vínculo na área e a partir dela, pude ter contato com outras pessoas.

Figura 8 – Nova localização da Escola Municipal Mal. Mascarenhas de Moraes



Fonte: Adaptado do Google (2017).

Dona Maria, a interlocutora testemunha.

Mulher, negra, baixinha, 69 anos, jeito pacato. Dona Maria sentada embaixo de uma árvore em frente à Escola Municipal Marechal Mascarenhas de Moraes, às margens da BR-408, em São Lourenço da Mata, na qual leciona. Dizia ter chegado à região em 1956, já com seus nove anos de idade. Era a mais velha de cinco irmãos, acompanhada da mãe (natural de Jaboatão dos Guararapes) e do pai (natural do Cabo de Santo Agostinho), quando este, foi contratado para cuidar da fazenda Boa Esperança, que, em 1964, passou para os domínios do Círculo Militar do Recife.

Como a história de sua vida acompanha as transformações do lugar, a professora figura em minha pesquisa como uma testemunha. É uma observadora importante das ações das pessoas e do governo em relação à área. Sua trajetória foi estabelecida dentro do Círculo Militar, quando antes era uma fazenda: *“Eu cheguei aqui junto com meus pais que ia administrar uma fazenda. A fazenda Boa Esperança. Eu tinha nove anos”*.

Quando a instituição do exército fundou a sede Clube Campestre e essa, começou a receber muitos convidados e sócios, dona Maria lembra ter sido convidada para trabalhar no clube como controladora do papel higiênico dos sanitários, na época com seus 17 anos. O clube também fechou as portas e, sem uma ocupação, ela foi convidada para alfabetizar as crianças, filhas dos funcionários das granjas próximas.

Dona Maria aparenta ser uma pessoa simples, humilde, mora em uma casa cedida dentro da área da sede do Círculo Militar. Não tem filhos, mas sobrinhas com as quais divide o espaço. Reservada quando se trata de sua vida pessoal, pouco falava sobre isso. Concluiu o ensino médio supletivo e fez graduação em pedagogia (Figura 9).

Figura 9 – Entrevistando a professora Maria na sede da escola



Fonte: Autora (2017).

Dona Maria é testemunha das invasões ocorridas no terreno. Sua história de vida serviu como exemplo de dedicação à docência, tem sido homenageada em um pequeno texto produzido por colegas no curso que fez.

A professora indicou-me a falar com uma senhora chamada Janecléide, ex-moradora indenizada da área. Encontramo-nos duas vezes antes de me conceder entrevista. Demorei muito para marcar a entrevista, pois Jane, como é chamada, atualmente mora e trabalha perto do centro de SLM, longe da Arena.

Jane, a empresária da piscicultura

Bem articulada, Jane (Figura 10), baixinha, parda, cabelos longos pretos e escorridos, divorciada, é uma mulher de 45 anos e mãe de duas filhas. Um dia, construiu uma piscicultura, na qual empregava famílias, em uma terra invadida, com seus 84²⁶ tanques de criação de peixes ornamentais e de “corte”.

Figura 10 – Entrevistando Jane



Fonte: Autora (2017).

Nosso primeiro encontro ocorreu por acaso, quando a ela apareceu para vender seus cosméticos à dona Maria, que logo me apresentou e a indicou para uma conversa. Vinda de

²⁶ Dados encontrados no cadastro.

Camaragibe, em 1999, comprou de seu Sebastião (já falecido) o lugar que possuía água em abundância, fato que a encantou em decorrência das condições propícias para desenvolver o seu negócio (psicultura).

Jane foi muito direta ao dizer não ter medo nenhum de conversar sobre o processo ocorrido. Confessou grande vontade em ter a vida dela de volta na comunidade.

Ela passou o contato do ex-presidente da Associação dos Moradores do Jardim Penedo de Baixo, chamado Luiz. Liguei e marquei rapidamente um encontro em sua oficina de conserto de máquinas industriais, pois ele tem formação em técnico em mecânica industrial. A oficina fica próxima à BR-408, um pouco antes de chegar à SLM.

Luiz, o presidente da Associação dos Moradores de Jardim Penedo de Baixo

Luiz (Figura 11), de estatura mediana, pardo, cabelos grisalhos, mais ou menos um metro e setenta, 57 anos, divorciado, três filhos, se declarou, no cadastro de desapropriação, como um “vendedor de peixes ornamentais”, além de possuir em seu terreno, atividades ligadas à agricultura.

Figura 11 – Luiz, ex-presidente da Associação dos Moradores do Jardim Penedo de Baixo



Fonte: Autora (2017).

Ele chegou à comunidade em 1999, quando comprou os primeiros terrenos de sete hectares, por R\$ 4.500,00, de um homem chamado João Bom, e aos poucos, foi comprando e agregando outras “posses”, chegando a ter vinte dois hectares. Foi um dos fundadores da

Associação de moradores. Hoje ele mora em Boa viagem, onde comprou um apartamento com o dinheiro da indenização. Depois da remoção e com o dinheiro da indenização, voltou às suas origens de mecânico industrial.

Seguindo a metodologia bola de neve, ele me indicou a outro morador chamado Valério. Entrei em contato primeiro por telefone, depois de algum tempo, fui ao seu encontro em sua residência em Cosme Damião, bairro de Recife, próximo da Arena de Pernambuco. Fiz a entrevista no primeiro encontro por receio de não ter outra oportunidade de fazê-la.

Seu Valério, o artesão naturalista.

Branco, calvo, cabelos pretos, com estatura mediana, acima de 1,70 m, 42 anos, casado, uma filha de dois anos, o artesão se mostrou uma pessoa calma e admirador da natureza. Valério (Figura 12) é artesão, apicultor e piscicultor. Disse ter ficado encantado com o lugar, onde construiu um chalé ao estilo das casas de Gravatá e uma marcenaria para fabricar móveis. Invadiu, em 2002, cinco hectares na comunidade a “convite” de um amigo morador da área.

Figura 12 – Entrevistando Valério, ex-morador



Fonte: Autora (2017).

Nosso encontro ocorreu em sua casa, localizada no bairro Cosme e Damião. Ele era amigo muito próximo do ex-presidente da Associação.

Após entrevistar Valério, procurei outros possíveis moradores por intermédio de uma igreja evangélica, mas sem sucesso. Acabei, por acaso, me deparando com uma senhora dona de lanchonete no bairro próximo, Santa Mônica (Camaragibe), a qual, por sua vez, conhecia dona Zezita, ex-moradora da área. Dona Zezita me apresentou a outra senhora, Iracema. Essas

duas interlocutoras representam os “posseiros” que receberam uma indenização com valor mais baixo, pois possuíam “posses” menores. Elas foram identificadas como pertencentes ao grupo dos interlocutores “pequeninhos”, enquanto os mencionados anteriormente são vistos como “grandões”.

Dona Zezita, andarilha

Dona Zezita (Figura 13), parda, baixinha, 70 anos, viúva, agricultora, me recebeu na casa de sua filha, com quem mora, no bairro Santa Mônica, em Camaragibe. Com simplicidade e disposição, discorreu sobre sua vida desde a chegada até a remoção forçada.

Figura 13 – Entrevistando dona Zezita



Fonte: Autora (2017).

Foi o marido, há 16 anos, em suas andanças pela a área, onde apanhava lenha (na época o combustível para cozinhar) que “invadiu” um “pedacinho” e começou a plantar (macaxeira, inhame, batata) para ajudar na renda da família e complementar o salário de aposentado. Dona Zezita ia todos os dias apoiar o marido (cozinhando) e voltava para casa da filha à tarde. Depois de oito anos, com a doença dele, ela decidiu se mudar de vez, junto com uma filha e netos, para o terreno próximo ao rio Capibaribe.

Ela me apresentou dona Iracema, quem teria retornado a morar no local, mesmo depois de ter sido removida. Trata-se de umas das ex-moradoras mais antigas da área.

Dona Iracema, a pioneira das “invasões”

Mulher, parda, cabelos grisalhos, baixinha, 63 anos, 6 filhos, viúva. Contou ter morado na área por 22 anos. Nosso primeiro encontro ocorreu no bairro de Santa Mônica (Camaragibe), na casa de uma de suas filhas. Ela (Figura 14) estava acompanhada das netas e bisnetas. Na oportunidade, declarou seu amor pela agricultura e por criar animais. Diz ter sido pioneira na invasão. O terreno “invadido” tinha 90m x 90m, no qual, sozinha, plantava macaxeira, batata, maxixe, quiabo, entre outras culturas como árvores frutíferas.

Figura 14 – Dona Iracema na casa de sua filha



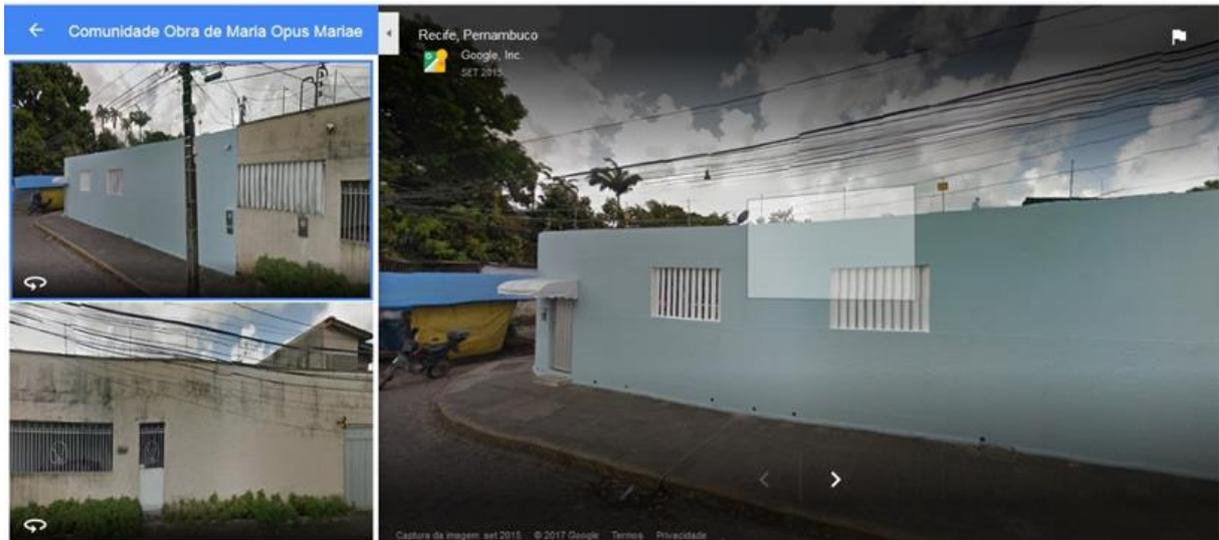
Fonte: Autora (2017).

A Comunidade Obra de Maria

Tive a oportunidade de entrar em contato com dois membros da comunidade católica. Essas pessoas compraram casas dentro de um condomínio que iria ser construído com o nome de “Sagrada Família”. Esses dois membros (um homem e uma mulher) estavam na lista da CEHAB, mas não se mostraram acessíveis a uma segunda conversa. Relataram ser membros da comunidade há muito tempo e faziam trabalhos voluntários. Moravam hoje dentro da sede, localizada no lado oposto ao da Arena, na BR-408. Pediram que procurasse o representante principal da comunidade, o senhor Gilberto. Não tive acesso a esse senhor, dessa forma, e acabei falando com seu “braço direito” na comunidade católica, a senhora Maria Salomé, por intermédio de uma amiga, na época, sua instrutora de pilates. Assim, realizei o contato com a

representante da Comunidade Obra de Maria. A instituição possuía terrenos e casas dentro da Comunidade Jardim Penedo de Baixo e teve forte articulação com a Associação dos Moradores. A representante Maria Salomé disse ter dúvida sobre a data de chegada na área, mas acredita ter sido por volta do ano de 2005. Fiz a entrevista na sede situada no bairro da Várzea (Recife), na Rua Azeredo Coutinho, em uma casa bem discreta (Figura 15).

Figura 15 – Frente da casa da Comunidade Obra de Maria, captura 2015



Fonte: Adaptado do Google Earth (2017).

Também visitei a sede da comunidade do outro lado da Arena, em uma área ampla com vários casarões e moradores internos (Figura 16). Apresentei-me como alguém interessado em saber sobre a comunidade e fui gentilmente atendida por um jovem morador e funcionário solícito, que ao me levar para um breve *tour* pelo espaço, deu-me algumas informações.

Figura 16 – Localização da Comunidade Obra de Maria



Fonte: Adaptado do Google (2017).

A atual sede possui casarões, capela, campo de futebol, lago e muita área verde. Existe uma rua com casas para alguns membros residirem²⁷.

Esses são os interlocutores com os quais dialogarei em busca dos significados da experiência de remoção forçada que viveram, entre outras questões importantes, como a caracterização da comunidade Jardim Penedo de Baixo e as sociabilidades desenvolvidas.

²⁷ Mais à frente, outras informações sobre a Comunidade Obra de Maria serão sinalizadas.

Após várias décadas de proeminência do discurso sobre desenvolvimento, não há mais lugar para inocência. Inspirado pelo conhecido argumento de Durkheim (1968), segundo o qual religião é a sociedade adorando a si própria, entendo o desenvolvimento como a expansão econômica adorando a si mesma (RIBEIRO, 2012, p.197)

2 PERNAMBUCO EM TEMPOS DE COPA 2014: CATEGORIAS E ABORDAGENS TEÓRICAS PARA INTERPRETAR UM CAMPO DO DESENVOLVIMENTO

Pero Vaz de Caminha diria que, nesta terra, até os paralelepípedos dão flor, até as zebras estão florindo. E outra coisa: — outrora, o que matava o brasileiro era o subdesenvolvimento pessoal. Sim, cada um de nós era, individualmente, um falido do sentimento, um falido da paixão, um falido da esperança. Depois de 58, o país continua subdesenvolvido, ao passo que cada brasileiro, pessoalmente, está investido de uma imensa potencialidade criadora²⁸. Nelson Rodrigues, 1958.

Era inevitável que sediar o megaevento Copa 2014 exigiria um posicionamento reflexivo e crítico da academia, de entidades e diversas pessoas engajadas em movimentos sociais e demais espaços de luta coletiva por direitos e cidadania. Essa inevitabilidade adviria tanto do “legado” de violação de direitos, vistos em outros países-sede nas versões anteriores do megaevento (CHADE, 2015; IKUTA, 2013), quanto da forma como os gestores públicos das cidades-sede brasileiras realizaram estratégias pouco claras em relação às obras e projetos de grande impacto à população, sobretudo, àquela de baixa renda.

No contexto neoliberal, a cidade configura-se como uma mercadoria posta à venda. Nesse sentido, o gestor público assume a postura de ser o “agente do desenvolvimento”, operando pelo viés do empreendedorismo, cuja missão é a de “atrair desenvolvimento” e “capital” para sua cidade. Alinhada a essa perspectiva, surgem diversos elementos que podem representar alternativas para atrair investimentos, como a de realizar um megaevento esportivo, que também não deixa de ser outra “mercadoria”, repleta de simbolismo (políticos, econômicos, culturais, esportivos, etc.), encapsulados como um projeto de nação e por seus “legados” adquiridos (DAMO, 2009).

As cidades tonam-se palco de transformações, e as pessoas são mobilizadas e impactadas pelos simbolismos. Alguns atores cumprem o compromisso com essas “mercadorias”, a depender do lugar que ocupam, outros, não são seus consumidores diretos e nem indiretos, mas podem estar em seu caminho. De um modo ou de outro, todos são atingidos pelas ações de seus gestores públicos e parceiros privados. Ninguém passa incólume por um “projeto nacional”. E, muitas vezes, os habitantes da cidade informal são os mais atingidos negativamente.

Neste capítulo, apresento aspectos pontuais das candidaturas do Brasil e de Pernambuco à Copa 2014. Em seguida, exponho um pouco das discussões profícuas realizadas por diversos

²⁸ RODRIGUES, N. **Crônicas de Nelson Rodrigues: Futebol é Paixão**. 2014. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/editoria/esporte/2014/06/cronicas-de-nelson-rodrigues-futebol-e-paixao>. Acesso em: 21 ago. 2018.

pesquisadores acadêmicos sobre a passagem do megaevento pelo país, localizando-as no cenário nacional (com ênfase, no processo pernambucano), e a rede de contestação nele formada.

Em seguida, inicio a abordagem em torno da palavra e dos significados de “desenvolvimento” e de sua associação, ao longo do tempo, a “progresso” e à ideia de “evolução” social. Mostro como ocorreu sua inserção dentro do projeto moderno de ciência, e, conseqüentemente, repercutiu nas transformações culturais, nos valores, na cidade e na gestão.

Por sua vez, apresento a maneira como a Antropologia contribuiu com esse debate desde o seu processo de constituição enquanto disciplina; ora problematizando sua atuação, ora as ações realizadas em nome do desenvolvimento, bem como as implicações advindas da estruturação de grandes projetos e dos impactos causados à sociedade.

Logo após, traço o caminho percorrido pela gestão pública de Pernambuco, agente de transformação do espaço urbano que, guiada pela perspectiva desenvolvimentista durante a produção da Copa 2014, provocou a institucionalização de estruturas racionais, ritos, burocracia e parcerias para realizar o megaevento. Assumo que essa dinâmica operou em forma de rede. Para tanto, balizo-me nas teorias de Bourdieu (1996) e Ribeiro (2012), identificando-a no campo de poder e político.

Também defino as categorias megaevento e seus legados, pontuando aspectos históricos que os transformaram, no contexto neoliberal, em um bom negócio para as cidades. Tal debate levou a outras categorias como “gestão”, “território” e “planejamento estratégico”.

Por fim, discorro sobre conceitos que tratam das conseqüências de “projeto de desenvolvimento”, considerando o ponto de vista dos atingidos, como o direito à cidade (LEFEBVRE, 2016), à moradia (ROLNIK, 2012; MARICATTO, 2002) e remoção forçada (SCOTT, 2016).

2.1 As candidaturas do Brasil e de Pernambuco à Copa 2014

Eu dizia ao presidente [da FIFA] Blatter, antes de começar esta reunião, que o fato de o Brasil ter sido escolhido para sediar a Copa do Mundo de 2014 era motivo de muita alegria e de muita festa, mas, sobretudo, era motivo para que nós regressássemos ao Brasil sabendo o que está pesando nas nossas costas: muito mais responsabilidade do que quando nós chegamos aqui [...] Eu quero tranquilizar os dirigentes da FIFA. Essa não é uma responsabilidade do atual presidente – que já não serei mais em 2014 –, não é apenas responsabilidade do presidente da Confederação, não é apenas responsabilidade dos governadores que estão aqui. No fundo, no fundo, nós estamos aqui assumindo uma responsabilidade enquanto nação, enquanto Estado brasileiro para provar ao mundo que nós temos uma economia crescente, estável, que nós somos um dos países que está com a sua

*estabilidade conquistada. Somos um país que tem muitos problemas, sim, mas somos um país com homens determinados a resolver esses problemas.*²⁹ (Luís Inácio Lula da Silva, discurso após anúncio da FIFA, 30 de outubro de 2007, grifo nosso)

Zurique, 30 de outubro de 2007. O Brasil, com toda a pompa prevista, é anunciado pelo, então presidente da FIFA, Joseph Blatter, como sede da Copa do Mundo 2014 (Figura 17). Convenção que poderia ter sido dispensada, porém a formalidade e os simbolismos característicos exigem, já que não havia concorrentes e a escolha do Brasil seguia as prerrogativas da FIFA em realizar o evento na América do Sul, cabendo como uma luva às pretensões do governo brasileiro em mostrar para o mundo o seu “desenvolvimento” econômico, político e social, além de ser considerado o País do Futebol, destino turístico em potencial e ter a fama de hospitaleiro (DAMO e OLIVEN, 2013, p. 23).

Figura 17 – Lula comemora a indicação do Brasil à Copa 2014



Fonte: Jornal de Luzilândia, online, 30 de outubro 2007.

Aceitando o desafio e recebendo a “oportunidade”, em 2009, o Brasil anunciou as doze cidades-sede que participariam do empreendimento com condições de atingir as exigências FIFA: São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba, Porto Alegre, Belo Horizonte, Brasília, Cuiabá, Recife, Salvador, Fortaleza, Natal e Manaus³⁰.

Apesar do discurso do governo federal de que “a Copa não terá dinheiro público” (CHADE, 2015, p.190), dos doze estádios previstos, nove foram bancados pelos governos em todas as instâncias. O BNDES e a Caixa Econômica Federal abriram seus cofres para financiar

²⁹ Gabriele Araújo (2015, p. 34/35).

³⁰ As cidades enviaram propostas de candidaturas para análise, conforme Seixas (2010) Araújo (2014).

as obras propostas pelos Estados, com dinheiro emprestado a juros baixíssimos e com prazos longos de pagamento:

As obras seriam financiadas em até 75% e a empresa ou governo estadual teria doze anos para devolver o dinheiro [...] a empresa responsável por um estádio teria uma carência de três anos para começar a devolver o dinheiro, com juros bem inferiores aos que um banco comercial cobraria. Por ano, a taxa seria de apenas 1,9%, menos do que cobra um banco na Suíça (CHADE, 2015, p.197).

No final das contas, o gasto/investimento total apenas para os estádios, segundo Chade, foi de oito bilhões de reais, recursos de origem pública e “de cada nove reais gastos [...] oito deles foram emprestados, bancados, subsidiados ou simplesmente cedidos pelos diferentes governos [...] a conta da Copa recaiu sobre o povo” (2015, p.199).

Sem falar na Lei Geral da Copa (Lei 12.663/2012), que conforme Cavalcanti (2014, p.33) criou durante o megaevento “um Estado de Exceção”, ao isentar o recolhimento de impostos pelas empresas privadas e mexendo em leis e estatutos estaduais, como por exemplo, o estatuto do torcedor. Em algumas cidades-sede o estatuto não permitia o consumo de bebida alcoólica nos estádios, mas para atender à exigência da FIFA e das empresas parceiras, a bebida foi liberada durante os jogos do mundial.

Outro exemplo, foi a lei nomeada de Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC), que flexibilizava contratações relativas aos projetos referentes à Copa, dispensando publicação no Diário Oficial, permitindo o aumento nos valores das obras e, segundo Chade, “para incentivar a entrega de obras antes do prazo [...] tudo isso para que as construções fossem conduzidas a toque de caixa e sem nenhum obstáculo que justificasse o atraso na conclusão dos estádios” (2015, p.200). No fim das contas, (que raramente batem), um ano depois da Copa, a Polícia Federal abriu a operação chamada de *Fair Play* para investigar possíveis delitos cometidos com relação ao evento.

Das cidades subedes, a candidatura do Estado de Pernambuco (representado pela cidade do Recife) já estava prevista antes mesmo do anúncio oficial do Brasil como sede da Copa 2014 e seguiu à risca as prerrogativas exigidas pelo megaevento.

Em 31 de janeiro de 2007, na capa do DOE, Eduardo Campos, governador, já expunha sua vontade política de sediar o campeonato, alegando que “temos dois times na primeira divisão no campeonato nacional e uma infraestrutura turística pronta para receber o público da Copa” e ainda, segundo a reportagem, “Recife está localizada de forma estratégica próxima de várias outras capitais da Região Nordeste, o que faz da cidade um grande polo comercial”.

Nessa mesma edição, uma notícia deixava claro outro grande trunfo do governador: o prestígio político de Pernambuco. O presidente, na época, Luiz Inácio “Lula” da Silva, estava no Estado para dar o “ponta pé inicial” ao Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), assinando contratos referentes ao Estaleiro Atlântico Sul, localizado no Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS). Além disso, Eduardo Campos, que já tinha participado do Ministério da Ciência e Tecnologia do governo Lula, abria caminho para sua reeleição a governador e, posteriormente, à presidência da República.

Em 31 de maio de 2009, Recife foi escolhida subsede da Copa 2014 e foi a única que entregou um projeto diferenciado das outras cidades, pois, além do Estádio Arena Pernambuco, apresentou a proposta de construir um bairro misto chamado de Cidade da Copa. A peculiaridade do projeto ficou por conta do local escolhido para a construção dele: São Lourenço da Mata (SLM), cidade pertencente ao oeste da Região Metropolitana do Recife (RMR), lugar visto pela gestão como estratégico para o desenvolvimento da nova centralidade urbana.

Enquanto o governo produzia o megaevento, várias pessoas nas cidades-sede estavam atentas às consequências e aos possíveis “legados” deixados. Não demorou muito para que as obras trouxessem suas vítimas e essas, procurassem apoio na sociedade civil organizada. Ademais, impactos atraíram o olhar da academia e mobilizou pesquisadores com o objetivo de compreender e debater campeonato.

2.2 A Academia em tempos de Copa 2014: olhares interdisciplinares

Quatro anos depois da Copa 2014, revisitei alguns pesquisadores acadêmicos que se debruçaram sobre o efeito do megaevento esportivo nas cidades-sede. Percebi que todos, a partir de seus interesses, de alguma forma, estiveram empenhados em interpretar, compreender as ações, problematizar discursos e práticas, e, principalmente, denunciar violações de direitos. Como diria Damo e Oliven (2013), talvez o maior legado dessa Copa tenha sido o debate enriquecedor, que estimulava a sociedade a enxergar o *modus operandi* orquestrado pelo megaevento.

Em uma pesquisa rápida³¹, no repositório da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), é fácil perceber como esse “legado” acadêmico foi

³¹ Esse levantamento não esgota o acervo de publicações de pesquisadores brasileiros que se debruçaram a partir de suas áreas de interesse, a estudar o megaevento. O olhar sobre esses trabalhos serviu para exemplificar como houve engajamento em prol de problematizar e produzir reflexões acerca do papel da gestão pública, dos

expressivo. Foram muitos textos produzidos que versavam sobre os impactos nas cidades-sede antes, durante e depois do megaevento. O objetivo desse tópico é mostrar parte do material disponibilizado no repositório, alguns deles serão mais explorados ao longo do texto.

A rede de contestação aos impactos negativos gerados pelo megaevento foi formada nas cidades-sede, nas quais núcleos de pesquisas, entidades, ativistas e populares criaram o Comitê Popular da Copa e denunciaram as violações ocorridas. Também promoveram eventos variados como: seminários, congressos, protestos, reuniões, além de um leque de produções audiovisuais (documentários e reportagens) para dar visibilidade às ocorrências. Os atores dessa rede repassavam e trocavam informações a respeito das violações e formaram a Articulação Nacional de Comitês Populares da Copa (ANCOP), tal mobilização obteve resultados, ainda que não o esperado em muitos dos casos, mas conseguiu denunciar violações e negociar melhores condições para os atingidos.

Em 2014, ANCOP compilou informações da rede e formou o Dossiê Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Brasil. Nesse documento, foram expostas às violações ocorridas, número de atingidos, a falta de informações, a ausência da população no debate, entre outros temas, além de evidenciar como o trabalho de articulação em defesa dos atingidos conseguiu reduzir parte do impacto a partir de questionamento e mobilizações.

Em Pernambuco, o Comitê Popular da Copa PE, lançado em 2011, composto por organizações, movimentos sociais ligados aos direitos humanos e orientados pela luta do direito à cidade, desenvolveu atividades (articulações, fóruns, reuniões, protestos), no sentido de monitorar e promover o controle social das obras e impactos. O Comitê apoiou a atividade “Auditoria Participativa”, uma iniciativa do Governo Federal, e produziu o documento Dossiê Auditoria Participativa Copa do Mundo de 2014 em Pernambuco (2013)³², no qual violações são comentadas.

No âmbito nacional, saliento a pesquisa “Metropolização e Megaeventos: os impactos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas de 2016”, sob coordenação do Observatório das Metrôpoles (IPPUR / UFRJ), que envolveu vários pesquisadores nas doze cidades-sede, com o intuito de investigarem transformações urbanas ocorridas nesses dois momentos. Essa pesquisa, qualitativa e quantitativa, teve como objetivo pautar quatro eixos interligados, quais sejam: (i) desenvolvimento econômico; (ii) esporte e segurança; (iii) moradia e mobilidade; e (iv)

impactos negativos e positivos gerados. Ainda, cabe ressaltar as denúncias de irregularidades e violações de direitos nas cidades-sede brasileiras.

³² Dossiê Auditoria Participativa Copa do Mundo de 2014 em Pernambuco. Recife, 2013. Disponível em: <https://comitepopularpe.wordpress.com/2013/06/17/dossie-auditoria-participativa-copa-do-mundo-2014-em-pernambuco/>. Acesso em: 18 fev. 2017.

governança urbana. O resultado da pesquisa mostrou que os megaeventos no Brasil estavam associados à implementação de grandes projetos urbanos e de reestruturação das cidades, gerenciadas por governanças de caráter “empreendedor e neoliberal”, além do fortalecimento de coalizões urbanas de poder que sustentavam esses projetos (RAMALHO, 2015). Parte desses resultados foram abordados ao longo do texto, particularmente os vertidos no livro referente a Recife, organizado pela pesquisadora Ana Maria Filgueira Ramalho.

Em Porto Alegre, na UFRGS, os trabalhos englobam ensaios, artigos a dissertações e teses. Sobressai-se a atuação de Arlei Damo (2013; 2014), que esteve presente em diferentes seminários, congressos e eventos para discutir o tema dos megaeventos no Brasil, seus impactos e legados a partir de suas análises e produções. Também realço as dissertações de: Gabrielle Araújo (2015) e Magno (2014), ambas de cunho etnográfico, voltadas a pensar moradia e articulações políticas, em Porto Alegre – RS. Outra tese importante é a de Gutterres (2014), que aborda a trajetória de mulheres removidas, cuja resiliência é vista como marca de atuação política.

Na UFPR, destaco as dissertações: Bonfim (2013), voltada a pensar as representações sociais do megaevento em Curitiba, tecendo argumentações entre a geografia e o turismo; Brandenburg (2014), com reflexão em torno da reprodução das desigualdades socioespaciais na escala local e global a partir da implantação de Grandes Projetos Urbanos (GPU) e a tese de Rodrigues (2016), analisando o impacto social da Copa do Mundo de Futebol 2014 sobre as cidades-sede da região Sul do Brasil, relacionadas aos espaços e equipamentos de lazer e esporte.

Em Brasília, pela UNB, aponto a tese em direito, de Cafrune (2016), que avaliou como a realização da Copa 2014 impactou a efetividade do direito social à moradia e do regime jurídico, e analisou o papel das lutas urbanas “emergentes” como estratégias de resistência, recolocando na agenda pública temas como planejamento e direito à moradia. Outra tese, no campo do serviço social, é a de Figueredo (2017), a qual problematizou a (não) materialização do esporte e lazer como direito constitucional na conjuntura da realização da Copa 2014, dessa forma, para o autor, o que ficou foi um legado “às avessas”, com menos direitos e menos democracia.

No Rio de Janeiro, no repositório da UFF, recorta-se as monografias de Carvalho (2016) e Pacheco (2016), o primeiro, analisando os impactos econômicos do megaevento no Brasil, e o outro, procurando entender a opinião dos residentes do Rio de Janeiro em relação à Copa 2014.

Em Salvador, ressaltos os trabalhos focados nas parcerias públicas privadas, como a de Andrade e Cabral (2011).

Em Natal, pesquisadores realizaram coletâneas, livros e dissertações, compreendendo áreas como Turismo, Arquitetura, Mídia, Estudos Urbanos, entre outras. Como exemplos, temos: a coletânea organizada por Araújo (2016b), “Copa do Mundo 2014- debates sobre mídia e cultura”, com textos de pesquisadores de diferentes regiões do Brasil e de outros países, resultado do debate dentro do Seminário Internacional em Megaeventos Esportivos, cujo tema central foi “Visibilidade dos Impactos dos Megaeventos Esportivos: Mídia e cultura debatendo os legados da Copa do Mundo 2014” e foi realizado em novembro de 2014, na UFRN. Outra publicação expressiva é o livro, também organizado por Araújo (2016b), “Metropolização e megaeventos: impactos da Copa do Mundo 2014 em Natal-RN” (Observatório das Metrôpoles³³). Dentre as dissertações, cabe ressaltar o trabalho de Luzardo (2015), “Governança, políticas públicas e participação social: a experiência de projetos urbanos no contexto da Copa FIFA Brasil 2014”, cujo texto faz a reflexão sobre governança, políticas públicas e participação social.

Em Fortaleza, entre artigos, livros, trabalhos de conclusão de cursos, dissertações e teses, exponho a dissertação em Direito, de Góis (2013), “A metrópole e os megaeventos. Implicações socioespaciais da copa do mundo de 2014 em Fortaleza”. Outro exemplo, o trabalho de conclusão de curso, de Coutinho (2015), na área do Direito, “O direito à cidade: um exame sobre as consequências das obras da copa do mundo de 2014 na comunidade Trilha do Senhor”, entre outros.

As pesquisas e contribuições em Pernambuco também foram bastante profícuas. Em Recife, pela UFPE, houve forte atuação de pesquisadores do programa de Desenvolvimento Urbano (MDU), ligados ao Observatório das Metrôpoles³⁴; e do programa de Antropologia, ligado ao núcleo FAGES, além de pesquisadores da área de Geografia. Os trabalhos contêm boas reflexões, com problematizações e denúncias sobre violações de direitos, flexibilização da legislação e falta de efetividade nos gastos públicos. As fontes de dados são variadas, observando o megaevento e o papel da governança a partir de diferentes áreas.

Araújo (2014), em sua tese na área de administração, busca refletir sobre as relações sociais pós-modernas e a economia contemporânea, no esforço de compreender a dinâmica das

³³ Fazer uma melhor referência ao papel do observatório das metrôpoles e seu projeto de pensar a dinâmica da Copa.

³⁴ Observatório das Metrôpoles, grupo que funciona em rede, reunindo instituições e pesquisadores dos campos universitário, governamental e não governamental. WordPress Theme by Wpzoom. Disponível em: <http://observatoriodasmetrosoles.net.br/wp/apresentacao/>. Acesso em: 19 out. 2018. .

forças antagônicas, concomitantemente complementares, que exercem os representantes do capital internacional associado aos governos.

Cavalcanti (2014) fez parte do núcleo Recife³⁵ de pesquisa ligado ao Observatório das Metrópoles, contribuindo com um olhar para o futuro, uma vez que escreveu antes da realização do megaevento. O autor tentou antecipar o entendimento do impacto que a Copa das Confederações de 2013 e a Copa 2014 causariam no setor futebolístico pernambucano.

Mello (2014), urbanista, também pesquisadora do núcleo Recife, em sua dissertação, mostra a dinâmica territorial ocorrida em SLM, diante da expectativa da realização da Copa 2014, no período de 2010 a 2014, observando que o legado maior foi o de incitar a mudança, sejam elas econômicas, sociais ou urbanas.

Lima (2015), também do Programa MDU, analisou os “contornos jurídico-administrativos” das ações do governo de Pernambuco no processo de desapropriação ocorrido no Loteamento São Francisco em Camaragibe-PE. Para a autora, ocorreu uma série de inconsistências políticas e jurídicas na utilização da Lei de Desapropriação por utilidade pública (Decreto Lei nº 3.365/41).

Pimentel (2016), igualmente vinculado ao MDU, procurou compreender arranjos institucionais pertencentes à nova dinâmica da administração pública gerencial, tendo como o desenvolvimento local-regional na gestão urbana recente, a partir do estudo de caso da cidade do Recife, com foco nas ações produzidas para a realização da Copa 2014. Seu argumento discorreu sobre inadequada eficiência em quase todas as ações relacionadas.

Moura (2016), vinculada ao núcleo FAGES, por meio do viés antropológico, procurou compreender os significados atribuídos à moradia pelas famílias atingidas em consequência das obras do megaevento em Camaragibe, especificamente do Loteamento São Francisco. Para a pesquisadora, os grandes projetos de investimento impactam a situação de moradia da população de diversas maneiras, levando-as a ressignificar a moradia em novos espaços de insegurança.

O núcleo FAGES, da UFPE, coordenado pelo professor Russel Parry Scott, teve um papel importante no entendimento e problematização dos impactos sobre o direito à moradia, principalmente em relação a população atingida no loteamento São Francisco em Camaragibe-PE. A atuação do núcleo, associada a outras entidades, mobilizou um capital intelectual disposto a refletir, denunciar, exigir mudanças e respeito ao direito à moradia e à cidade. Os

³⁵ O Núcleo Recife foi formado pela professora Maria Ângela de Almeida Souza, coordenadora do Observatório das Metrópoles/Recife; Ana Maria Figueira Ramalho, coordenadora da pesquisa em Recife, e os pesquisadores, Germana Santiago e Marcelo Allgayer de Holanda Cavalcanti.

pesquisadores foram convidados a participar de debates, seminários e mobilizações em prol da garantia de direitos.

O FAGES organizou uma coletânea intitulada “Copa do Mundo em Pernambuco: impactos, avaliações e ações”. A coletânea teve por objetivo reunir, através das diversas linguagens, os “desdobramentos do megaevento Copa do Mundo de 2014 no estado de Pernambuco”. Nela, encontram-se vídeos, fotografias e textos de vários pesquisadores e entidades não governamentais vinculadas ao Comitê Popular. Nos textos fica “evidente o fosso” entre as ações por parte do Estado e a participação da sociedade. Destaco o empenho do professor Scott em articular todos esses pesquisadores, e promover pesquisas, encontros para debates e seminários sobre o tema do megaevento.

Todos esses textos contribuíram de forma efetiva para que a lógica da gestão pública, as violações e tantas outras questões que envolveram a experiência de sediar um megaevento fossem mais bem compreendidas, com destaque para os impactos negativos, uma vez que, a passagem do megaevento não ocorreu sem sofrimento. As obras transformaram a realidade de muitas pessoas e deixaram marcas, erros, práticas indevidas, mudanças, e podem gerar maior ou menor “desenvolvimento” para alguns.

Embora o debate crítico acadêmico e a rede de contestação³⁶ não tenham demorado a acontecer em Pernambuco, e mesmo que pesquisadores como Ramalho (2015), Mello (2014), entre outros, toquem na existência dos “posseiros” de SLM, nenhum deles conseguiu retratar a forma como a remoção ocorreu.

Assim, a lacuna sobre o assunto continuava deixando sem respostas sobre quem eram, como viviam, e de que modo a experiência remoção da forçada tinha ocorrido e havia sido significada por eles. Dessa maneira, esta pesquisa procura contribuir com todo o material disponibilizado sobre a realização do megaevento em Pernambuco.

A riqueza do debate, em suas análises e intervenções, salienta como a experiência de sediar um megaevento trouxe impactos em diferentes áreas, além de expor a importância de problematizar o contexto de produção do megaevento e sua relação com o campo do desenvolvimento.

2.3 Desenvolvimento: entre categorias e abordagens para o megaevento em Pernambuco

³⁶ Em 2011, a rede de contestação aqui em Pernambuco se organizou em torno do Comitê Popular da Copa, mais adiante explicado.

Dentro do contexto neoliberal brasileiro, os gestores públicos usaram o discurso de que o Estado não possuía recursos suficientes para trazer melhorias para a sociedade e promoveram articulações, parcerias (PPP), bem como alianças, ou seja, teceram uma “rede” (RIBEIRO, 2012) para delimitar a perspectiva de Estado mínimo frente a “projetos de desenvolvimento”, esses, devidamente estruturado em um campo de poder (BOURDIEU, 1996, 2001, 2015; RIBEIRO, 2012; SCHRÖDER, 2009).

As cidades passam a ser gerenciadas como um grande negócio de interesse para o capital, principalmente para o financeiro e imobiliário, em detrimento da responsabilidade com o social ou com o desenvolvimento humano. Os gestores e planejadores são *experts* em manipular a ideia de desenvolvimento que precisam “vender” para executar suas obras.

Nesse contexto, conforme salientam pesquisadores (SCOTT, 2014; DAMO, 2013; MOURA 2016; MELLO, 2014), megaeventos são vendidos como um espetáculo capaz de viabilizar e produzir alternativas de solução quanto aos problemas de mobilidade e urbanização, além de possibilitar divulgação e promoção da cidade. Em resumo, os megaeventos são alternativas para vender a cidade para o capital.

Assim, megaeventos, grandes projetos urbanos e todos os projetos que causam impactos negativos, são constantemente articulados e suportados pelos atingidos em nome do “desenvolvimento” prometido sob o nome de legados. Nessa perspectiva, cabem apenas aos atingidos o dever de entender que sofrem em nome do bem coletivo e da utilidade pública, afinal, o desenvolvimento não é para todos, conforme a realidade dos interlocutores desta pesquisa irá mostrar.

Nesta parte do texto, começo a abordagem de categorias imprescindíveis à pesquisa. A questão que o tópico e seus subtópicos se propõem a responder é, em primeiro lugar, definir como o “mito desenvolvimento” (CAVALCANTI, 2014) foi articulado junto à ideia de progresso ao longo do tempo como uma construção cultural, histórica e ideológica bastante eficiente e perpetrada no Ocidente. Em seguida, mostro como a Antropologia e o desenvolvimento possuem uma relação intrínseca e profícua que perpassa o processo de formação da disciplina. Posteriormente, indico a maneira pela qual irei interpretá-lo, situando-o como um campo de poder.

Mais à frente, defino o megaevento, especificamente, a Copa de Futebol (FIFA) e o significado do “legado”. Lembrando que dentro da atual conjuntura econômica, os megaeventos tornam-se negócios extremamente viáveis para investidores, e, por sua vez, os legados são divulgados como a materialização do desenvolvimento que fica para as cidades-sede do mundial.

No subtópico, dedicado a definir a lógica (*modus operandi*): a análise das relações entre as posições no campo de planejamento estratégico, trago as categorias auxiliares na interpretação da cultura da gestão pública para viabilizar um projeto de desenvolvimento, quando esse, interfere no espaço e no território. Considerando que o planejamento estratégico foi uma forma usada intensamente pelo governador de Pernambuco Eduardo Campos para aplicar “desenvolvimento” e fazer o “dever de casa” na hora de realizar o megaevento, o subtópico procura evidenciar as categorias e conceitos articulados para interpretar a remoção de meus interlocutores, olhando pela lógica da gestão pública.

O último subtópico trata sobre aspectos e categorias relevantes à população atingida pelos projetos de “desenvolvimento”, por isso toco nas consequências como a definição de remoções forçadas, os sentidos do direito à moradia, a Lei da desapropriação (nº 3.365 de 21 de junho de 1941), entre outros. Também aproveito para deixar claro o modo como as ações de gestores e parceiros (Rede-megaevento) foram interpretadas à luz de algumas perspectivas trabalhadas por Scott et al (2014), ao perceber os “tempos” (tempo técnico, tempo corrido, tempo de fuga) na realização dos grandes projetos urbanos.

2.3.1 Desenvolvimento: percepções na história e abordagens na Antropologia

Mito ou rota incontornável, o desenvolvimento é encarado como algo imprescindível no contexto capitalista e globalizado, ao enfatizar crescimento econômico como indicador de progressos. Contudo, explicá-lo não é uma tarefa fácil. Na verdade, desenvolvimento tem sido debatido em diferentes áreas assumindo-se um termo heterogêneo e multifacetado com conotações que dependem de interesses e finalidades específicas.

Como foi referido antes, considero o desenvolvimento um campo de poder e político, por entender o uso de forças na forma como é estruturado, operado, posto em prática. Porém, antes de situá-lo mais profundamente, discorro antes em relação aos seguinte pontos: 1) como a ideia de desenvolvimento foi propagada no Ocidente e foi relacionada à concepção de progresso e avanço; 2) como se tornou aceitável e defendida apresentando-se em um caminho a ser perseguido pela humanidade; 3) como se relacionou a valores seculares, controle do tempo, individualismo, racionalidade moderna, uso tecnicista e político; 4) como se associa a outras áreas, a exemplo do urbanismo; 5) como se chegou à “era do desenvolvimento” e ao suposto subdesenvolvimento; 6) e como a Antropologia tem lidado com o desenvolvimento.

Existe uma relação de sentidos na palavra “progresso” migrada para a palavra “desenvolvimento” ao longo dos anos. De acordo com o dicionário Aurélio (2001), os

significados de desenvolvimento são: “*aumento, crescimento, aprimoramento e progresso*” (2001, p.240). Com sentido positivo, a ideia de progresso parece imputar uma alma para o termo desenvolvimento, dando-lhe uma espécie de substrato que torna tão útil e vivo o seu uso, sendo, muitas vezes, tomados como sinônimos. “Progresso” empresta, troca atributos, assim como contribui para a construção cultural do termo desenvolvimento.

Diferente do pensamento de outros autores que atribuíam a origem do progresso para o final da Idade Média, Nisbet (1991, p.19) afirma que essa ideia já existia no mundo clássico grego e romano por volta do século VI a.C., no qual “progresso” era tomado como processo unilinear, que marcava a passagem de transformações da humanidade de um ponto a outro, representando nisso o seu avanço.

Dois visões estão imbricadas nesse contexto, no sentido de avanços: a de melhoria lenta, gradativa e acumulativa do conhecimento do homem em lidar com os problemas impostos pela natureza, e a outra, exigida pela convivência em sociedade. Essa convicção passa por diferentes pensadores ao longo dos anos, como Protágoras; por romanos como Lucrécio e Séneca, passando também por Auguste Comte, Marx entre tantos outros, que acomodaram a perspectiva de que o conhecimento e progresso consistem em “avançar”, “melhorar” e “aperfeiçoar-se”.

A partir do momento em que o Cristianismo é reconhecido pelo Império Romano enquanto religião oficial do Estado, a ideia de progresso toma impulso. Nesse momento, algumas ideias passam a se fundir: do lado judaico, as concepções de história como sagrada: orientada por Deus e a fé em uma existência futura melhor; e do lado clássico, as de mudanças concebidas como potencialidade e a existência de etapas de avanço do conhecimento e da humanidade.

Como resultado, o **progresso** assume uma feição universal com a disseminação da Igreja, dessa forma, a ideia de unidade humana passou a ser estruturada ideologicamente por muitos teólogos cristãos, entre eles, Santo Agostinho, nos séculos IV e V. Suas obras foram importantes na consolidação da perspectiva ocidental para o “Progresso” (mantida até hoje), nas quais, se pode observar a humanidade como uma entidade que engloba todas as raças humanas; o gradual e cumulativo avanço material e espiritual ao longo do tempo; a ideia de ritmo como um fluxo unilinear; a concepção de fases e épocas refletidas por uma ou várias civilizações e a visão imaginada de futuro.

Durante a Idade Média, no período do Renascimento, a ideia secular de progresso também esteve presente nas experimentações tecnológicas trazidas através da ciência, artes e na construção da noção de que o indivíduo poderia existir sem estar subordinado a grupos corporativos.

Para Nisbet (1991, p.122), citando Colin Morris em *“the Discovery of the individual: 1050-1200”*, o descobrimento do indivíduo foi um dos feitos mais importantes ocorridos entre os séculos IX e XII. O autor reforça a improbabilidade de se pensar um período marcado por inovações artísticas, na arquitetura, economia e filosofia, sem supor a existência de uma clara consciência da noção de indivíduo e da ideia de individualidade, algo que geralmente se atribuía a um período mais à frente do Renascimento.

Outro ponto importante para a noção de progresso, passa pelas transformações na concepção do “tempo”. Antes do século XII, o tempo era concebido como algo divino, criado por Deus e, portanto, o pertencia. A “reforma” do tempo aconteceu por volta do final do século XII e XIII, quando as atividades econômicas, sociais e culturais geraram a necessidade de tirar o tempo do contexto puramente religioso e levá-lo para o cotidiano, houve uma certa racionalização das atividades executadas que pediam por “controle”. Sem uma concepção precisa e laica do tempo, era impossível a aparição de práticas tão essenciais para o mundo econômico, para os contratos e negociações³⁷ (NISBET, 1991, p.134).

Desse modo, a ideia de progresso se beneficiou das mudanças sobre a concepção do tempo em vários aspectos, como os conceitos de plenitude, fecundidade e continuidade que passaram a ser aplicados ao mundo, à humanidade e às coisas as quais os homens podiam controlar.

No século XVII, após a Reforma Protestante e seu “puritanismo”, a visão disseminada contribuiu para o que entendemos atualmente como progresso. Uma vez que valorizadas as atividades desempenhadas pelo homem, a exemplo do trabalho encarado como louvor a Deus, valorizou-se, também, a relação entre ciência e religião, de modo a romper com a dicotomia entre essas. Louis Dumont (2000) mostra que o rompimento dessa dicotomia foi fundamental para que a noção de indivíduo como valor englobante passasse a se consolidar no Ocidente.

Conforme Nisbet (1991), não é exagero considerar a difusão do puritanismo e sua reforma tomada como política, intelectual, artística e científica, um dos acontecimentos intelectuais mais importantes do séc. XVII. Max Weber (2003) já apontava para a influência da religião protestante em relação ao espírito capitalista no mundo moderno. Existe uma associação estreita entre o puritanismo do séc. XVII e o auge da ideia secular de progresso, na

³⁷ Chamo a atenção para a observância desse aspecto como um marcador importante da modernidade e como algo que possibilitou a estruturação de um período posterior marcado por mudanças culturais, sociais, econômicas, a Revolução Industrial. Atualmente, o domínio do tempo em projetos de desenvolvimento, através de artifícios técnicos, tem sido interpretado por pesquisadores, como Scott (2014) e será empregado na análise deste trabalho.

sua forma mais moderna, podendo ser vista nos princípios de Condorcet, William Gowin e Saint-Simon, como também em Comte.

No século XVII, as ideias calvinistas foram estendidas a todas as áreas do conhecimento e se uniram a ciência, disseminaram a ideia de que a ciência poderia levar a humanidade a níveis cada vez mais altos. Para que essa ideia fosse aprofundada e chegasse a ser implementada na consciência ocidental na era moderna, foi preciso mais do que experiência, lógica e razão, foi preciso colocá-la como “dogma” (NISBET, 1991, p.186).

Ao final do século XVII, houve uma fascinação pelos paraísos terrestres deparados pelos desbravadores. O Cristianismo permitia aos ocidentais a sensação de parentesco e afinidade entre sua própria cultura e as culturas “exóticas” encontradas. Esse encontro forçou os europeus a situarem-se em relação às diferenças, a se questionarem se os diversos povos participavam da mesma raça humana ou se eram inferiores.

A visão progressista da história fez com que os europeus declarassem os povos encontrados como exemplos vivos dos costumes antigos da própria Europa e representantes do passado da civilização. Era preciso catequizar os povos encontrados para acelerar seu processo de desenvolvimento. Assim, a ideia de progresso desde o seu começo tem sido eurocêntrica. As diferenças ou heterogeneidades defrontadas foram tratadas a partir da fé, na premissa da unidade humana que colocava tudo dentro de uma escala evolutiva. Essa perspectiva ganhou muita importância a partir do material trazido pelos missionários e viajantes em contato com esses povos. Muitas atitudes empregadas na história militar e política dos séculos XVIII e XIX têm suas raízes intelectuais na forma como os povos africanos, asiáticos e da Oceania foram situados em relação à ideia europeia sobre progresso.

A ideia de progresso passou a ser dominante já nos séculos XVII e XIX, tanto na mentalidade popular, quanto nos circuitos científicos. Não existia, portanto, distinções significativas entre as palavras “desenvolvimento”, “progresso” e “evolução”. Tal concepção passou a ser um conceito central, através do qual outras ideias como liberdade, igualdade e soberania popular ganharam também importância, ao se desenvolverem. A ideia também foi galgando importância para os séculos seguintes, envolvendo vários pensadores, Condorcet, Comte, Marx, Spencer, entre outros (NISBET, 1991, p.186) em torno do seu campo semântico.

Com a ascensão da burguesia no século XVIII, o desenvolvimento das forças produtivas, o racionalismo, empirismo e a intervenção social aparecem como propostas de Fourier, Saint-Simon, Auguste Comte, assim como a apropriação de progresso também foi acolhida pela economia, e a noção de desenvolvimento passou a ter novas conotações e caráter mais inclusivo (RIBEIRO, 2010).

A partir desse ponto volta-se mais fortemente a perceber o “progresso” como sinônimo de desenvolvimento.

A “era do desenvolvimento” e a criação do subdesenvolvimento

Esteva (2000, p.62), salienta que, na linguagem coloquial, “desenvolvimento” descreve um processo pelo qual são liberadas as potencialidades de um objeto ou de um organismo, para que esse, alcance sua forma “natural, completa, e amadurecida”, por isso a expressão era bastante utilizada na explicação do crescimento das plantas. Para o autor, foi entre 1759 (Wolff) e 1859 (Darwin) que o desenvolvimento evoluiu de uma concepção da transformação do “ser” para um movimento na direção de uma forma sempre mais perfeita do “ser”. Nessa mesma época, “desenvolvimento” foi utilizado como sinônimo de evolução.

No Século XIX, o desenvolvimento tornou-se moda. Veio a ser uma categoria central na obra de Marx, adquirindo novo vigor, revelado como um processo histórico que se desdobra com o mesmo caráter das leis naturais. Porém, durante esse século, passou a ser uma palavra bastante utilizada e por isso esvaziada de sentido (ESTEVA, 2000).

Mais adiante, desenvolvimento absorveu um poder “colonizante” violento ao ser utilizado por políticos, fazendo com que o modo de produção industrial se tornasse o estágio final de um caminho unilinear em direção à evolução social. Nesse movimento, a metáfora do desenvolvimento valorizou e tornou hegemônica a genealogia da história do Ocidente, desqualificando e roubando de povos diferentes a oportunidade de definir suas formas de vida social.

No Século XX, propaga-se uma nova associação ao uso da palavra desenvolvimento: urbano, uma maneira específica para reformular áreas da cidade. Em 1939, houve uma junção entre desenvolvimento e colonialismo, com o governo britânico promulgando a “Lei de Desenvolvimento das Colônias”, gerando mudanças econômicas e políticas importantes, entre as quais, a tentativa de garantir níveis mínimos de nutrição, saúde e educação aos nativos. Nas palavras de Esteva:

(...) um duplo mandado começou a ser esboçado; o conquistador deveria ser capaz de desenvolver a região conquistada economicamente e, ao mesmo, tempo, de aceitar a responsabilidade de cuidar do bem-estar dos nativos. Quando o nível de civilização passou a ser identificado como o nível de produção, o duplo mandato deu lugar a um: o desenvolvimento (2000, p.64).

Para o autor, durante todo o século XX, os significados de desenvolvimento urbano e desenvolvimento colonial variavam bastante. Perdeu-se sua precisão, podendo significar um

projeto habitacional, um crescimento intelectual, entre outros, porém sem deixar de estar disseminado no senso comum e científico, e sem conseguir se desassociar da ideia de crescimento, evolução e maturação adquirindo sempre o sentido de mudança favorável.

Após a Segunda Guerra Mundial, “desenvolvimento” já era um discurso bastante disseminado e inclusivo no senso comum e na literatura, era uma das ideias básicas da cultura moderna, sendo heresia opor-se a ela. Constituiu-se, pois, em utopia central do mundo moderno, em uma cosmopolítica (RIBEIRO, 1992; 2003; 2007).

Nessa mesma época, emerge a lógica de “desenvolvimento” enquanto noção institucionalmente utilizada para referenciar a nova geopolítica, a partir do discurso do presidente dos Estados Unidos da América, Harry Truman, em 20 de janeiro de 1949:

É preciso que nos dediquemos a um programa ousado e moderno que torne nossos avanços científicos e nosso progresso industrial disponíveis para o crescimento e para o progresso das áreas subdesenvolvidas. O antigo imperialismo - a exploração para o lucro estrangeiro - não tem lugar em nossos planos. O que imaginamos é um programa de desenvolvimento baseado nos conceitos de uma distribuição justa e democrática (ESTEVA, 2000).

Para Esteva (2000, p. 59-60), esse episódio foi visto como um marco simbólico. Truman havia criado uma concepção do “eu” e do “outro”, e, nesse dia, dois bilhões de pessoas viraram subdesenvolvidas. Essas pessoas perderam sua diversidade, identidade e diferença, foram configuradas em uma imagem que as diminuía e as colocava no “final da fila”, para serem limitadas e enquadradas no termo “subdesenvolvido”. Dessa forma, os países que não apresentavam as características das sociedades avançadas, como alta urbanização e níveis de vida compatíveis à realidade americana, ou seja, sem educação e atrasado, passaram a ser denominados de subdesenvolvidos (ESCOBAR, 1996; ESTEVA, 2000). Nasce, assim, a “era do desenvolvimento” como parte de uma campanha política global.

O progresso era um denominador atribuído apenas aos países de Primeiro Mundo, isso é, daqueles que já haviam conquistado avanços provenientes de tecnologias em setores variados, não alcançado no resto do mundo.

Por essa lógica, o Terceiro Mundo deveria “primeiro se desenvolver” antes de pensar em “progresso”, assim, a palavra desenvolvimento formaria, com outras, um caminho a ser seguido e não um ponto de chegada ao progresso (SBERT, 2000, p.287). De acordo com Esteva (2000), partiu-se da ideia de que o subdesenvolvimento já era real nos países de Terceiro Mundo, e, por isso, começaram a surgir as explicações sobre o fenômeno.

Ações realizadas na América Latina contribuíram ainda mais para consolidar a noção de subdesenvolvimento. Houve também um esforço para propagar a ideia de teóricos

dependentistas latino-americanos e intelectuais de esquerda, críticos de toda e qualquer estratégia desenvolvimentista esboçada pelos norte-americanos. A pobreza e o atraso que existia nesses países passou a ser designada por subdesenvolvimento.

A crítica do autor é a respeito de que essa palavra define uma “percepção” que se torna um “objeto”, um “fato” e que ninguém parece criticar. Nas palavras de Esteva (2000, p.66): “ninguém parece suspeitar de que o conceito não se refere a um fenômeno real”. Subdesenvolvimento é “um adjetivo comparativo” cuja fundamentação é a premissa da unicidade, homogeneidade, da linearidade. Essa premissa falseia a realidade ao desmembrar a totalidade de processo, ao isolar e torná-la um ponto de referência.³⁸ Subdesenvolvimento seria fruto do desenvolvimento.

Na visão de Escobar (1996), o discurso de desenvolvimento foi formado a partir de um deslocamento do discurso bélico para o campo social voltado para o Terceiro Mundo. Ele centra seu estudo de desenvolvimento enquanto regime de discurso e representação baseado nas abordagens de Foucault.

Escobar analisa como, em contexto de Terceiro Mundo, indicadores de Renda *per Capita* e Produto Interno Bruto são usados para medir a pobreza, servindo tanto como parâmetros para averiguar o grau de desenvolvimento (tomado como crescimento econômico), quanto objetivos a serem alcançados pelos países supostamente atrasados.

O caminho a ser seguido pelos países atrasados rumo ao “desenvolvimento” foi estruturado no período pós-guerra, em decorrência das organizações constituídas e de influência global, como o Banco Mundial, em 1944, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Organizações das Nações Unidas (ONU), ambos em 1945. Para a América Latina, foram criadas a Comissão Econômica para América Latina (CEPAL) organizada pela ONU, em 1948, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em 1954.

Pela importância e influência da CEPAL no Brasil, pontuo aspectos sobre o seu trabalho. Segundo Carine Ribeiro (2010), a comissão se tornaria um centro fundamental de debates referentes a aspectos teóricos e históricos do desenvolvimento, tendo ações técnicas e políticas com o objetivo de equacionar as “mazelas que atingiam a periferia do sistema capitalista em nível mundial” (p.15).

³⁸ No diálogo com o contexto pesquisado, a crítica de Esteva é contundente porque mostra como naturalizamos a concepção de desenvolvimento dando credibilidade ao discurso técnico, valorizando a padronização do que foi planejado como sendo a melhor alternativa para ter supostamente “avanços”, pois aprendemos a aceitar o desenvolvimento imposto e que vem vestido sob o formato da racionalidade técnica de “planejadores estratégicos”. Mais à frente, retomo como isso ocorre dentro da Rede-Megaevento e por um pacote de projetos vendido como sendo a melhor alternativa viável.

Entre 1950 e 1960, Celso Furtado trabalhou como colaborador da CEPAL, para ele, nesse momento ocorre uma importante distinção entre “progresso” e “desenvolvimento”. De acordo com Furtado (2008), “a ideia de progresso permitiria traduzir a nova visão de mundo em termos de solidariedade social, de forma a contrabalançar os efeitos das forças desestabilizadoras”. Por sua vez, o desenvolvimento mobiliza uma solidariedade internacional (2008, p.100-105).

O foco de Furtado era pensar o desenvolvimento de forma a entender as estruturas sociais que atingiam a periferia do mundo capitalista (países subdesenvolvidos; primário-exportador), não por uma visão estreitamente economicista. Ele compreendia as muitas peculiaridades do Brasil, e sabia a importância de perceber as inter-relações econômicas que o país apresentava (RIBEIRO, 2010).

Celso Furtado era paraibano e conhecia as dificuldades da região nordeste. Por isso, atuou junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento do Nordeste (BNDE); ajudou a criar a Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e teve apoio de Juscelino Kubitschek para dar início à “Operação Nordeste”. Procurou entender os fatores que tornavam “a área problema”. Queria criar uma economia resistente às secas, deslocando as fronteiras agrícolas para áreas mais úmidas, garantindo o abastecimento das cidades e promover a industrialização. Esses seriam os motivos para a criação da SUDENE, órgão responsável por elaborar e executar o plano diretor de desenvolvimento econômico. O Estado, desse modo, teria um papel de agente formulador de políticas econômicas regionalizadas baseadas no planejamento da superintendência (RIBEIRO, 2010).

Contudo, o que houve nos países latino-americanos e demais países periféricos foi uma política desenvolvimentista, principalmente a partir dos governos militares (RIBEIRO, 2009). Reproduziram-se as relações de dependência entre centro-periferia, através de uma produção industrial controlada pelas corporações transnacionais, sem permitir condições reais para que os países periféricos pudessem desenvolver-se industrialmente.

As intervenções desenvolvimentistas reprodutoras da dependência centro-periferia, foi alicerçada pela “teoria da modernização”, essa, associava crescimento e planejamento “atrelado à industrialização, urbanização, criação de infra-estrutura, inovações tecnológicas e incentivos à política de crédito, extensão rural e transferência de capital e tecnologia dos países desenvolvidos para subdesenvolvidos”³⁹ (RIBEIRO, L., 2014, p.44). Contudo, as teorias da

³⁹ Essa forma desenvolvimentista continua sendo usada no Brasil, e pode ser encontrada na maneira pelo qual os grandes projetos de desenvolvimento urbanos são moldados e entendidos pelos gestores públicos, como um produto capaz de trazer ganhos apenas econômicos, e mesmo a urbanização que possam promover só vem

modernização não lograram, no campo, o êxito desejado. Houve uma forte reprodução do latifúndio, grande êxodo rural e a degradação ambiental expressiva.

Na década de 1950, os relatórios elaborados pelas Nações Unidas sobre a situação social, “tangencialmente documentavam o progresso”, neles, a expressão “desenvolvimento social” apresentavam uma definição exata, era complemento para “desenvolvimento econômico”. As dimensões “social” e “econômica” eram tratadas como realidades distintas, e, somente depois, passou ser um objeto de exames sistemáticos (ESTEVA, 2000, p.67).

Em 1962, com a interferência e recomendação do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), as duas dimensões foram unidas. Assim, em 1963, foi criado o Instituto de Pesquisa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Social (UNRISD), com a incumbência de articular a interdependência dos fatores econômicos com o social. Nesse período, o desenvolvimento social foi visto como uma pré-condição para o desenvolvimento econômico (ESTEVA, 2000, p.68).

No final da década de 1960, os resultados mostravam que as políticas e processos foram insuficientes para conter o aumento das desigualdades sociais, mesmo diante de algum crescimento econômico. Em 1970, houve mais uma tentativa de repensar sobre a “camisa-de-força” das definições econômicas para desenvolvimento, restritas às metas e indicadores quantitativos.

A ONU estipulou as “décadas” para tratar a questão do desenvolvimento através de estratégias e focos. Na Primeira Década de Desenvolvimento da ONU (1960-70), tinha prevalecido um distanciamento no trato entre aspectos sociais e desenvolvimento econômico, já na Segunda Década (1970-1980), pedia-se uma estratégia global baseada na formulação de um novo paradigma da integração, “após reconhecer que existia uma integração obrigatória entre recursos físicos, processos técnicos, aspectos econômicos e mudança social” (ESTEVA, 2000, p. 69). A ONU realizou ações no sentido de buscar uma abordagem unificada, produzindo resoluções e encaminhando diretrizes.

Contudo, a Segunda Década, iniciada com essa abordagem, passa, na prática, a evoluir em direção contrária, pois houve uma dispersão em relação às questões importantes (meio ambiente, fome, opressão às mulheres, problema habitacional, desemprego). Essas, tiveram um

atrelada se tiver condicionada aos interesses de determinados setores, como o imobiliário. É nesse sentido que se associam às políticas implementadas ainda como desenvolvimentistas.

momento de proeminência, mas, depois, ficaram independentes. Porém, a busca pelo princípio unificador⁴⁰ continuou durante a década de 1970.

Entre 1960 e 1970, alguns movimentos sociais, na esteira da contracultura, levaram sérias críticas ao que era executado na esfera do meio ambiente, fato esse que provocou o surgimento de movimentos ambientalistas. Em termos conceituais e políticos, essa perspectiva adota a forma de desenvolvimento sustentável⁴¹. Outras críticas se intensificaram na década de 1990, como a corrente crítica pós-modernista, que contribuiu para um novo “deslocamento semântico da ideologia de desenvolvimento” (RIBEIRO, 1992).

Para Esteva (2000), a década de 1980 foi chamada de “década perdida” em termos de desenvolvimento, quando imperou o pessimismo. O processo de “ajuste” significou, para alguns países, o colapso e, em 1985, uma era pós-desenvolvimento estava em curso. Já nos anos 1990, um novo *ethos* desenvolvimentista foi gerado com duas vertentes: no Norte, clamava-se por “redesenvolvimento”, no sentido de desenvolver o que foi mal desenvolvido, com observação para o que estava sendo destruído; no Sul, o “redesenvolvimento” exigiu a demolição do que sobrou do processo de reajuste dos anos 1980, retirando os resíduos do Norte (lixo nuclear, indústrias de poluentes) e as “pseudofábricas”.

Ainda nessa década, houve uma tentativa burocrática de dar uma nova vida ao termo desenvolvimento, com o primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano realizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), nesse texto, “desenvolvimento humano” é apresentado como um processo e com o nível de realizações.

É nesse cenário que o desenvolvimento sustentável se consolida e aparece como uma possibilidade de garantir formas possíveis de relacionar desenvolvimento à qualidade de vida e preservação de recursos para as gerações futuras. Conforme Larissa Ribeiro (2014), opera-se a razão e a racionalidade na adequação de meios e fins, e o planejamento retoma a cena sob a

⁴⁰ A busca pelo princípio unificador das questões (meio ambiente, fome etc.) pode ser vistas durante a década de 1970, e foram pontuadas e detalhadas no texto de Esteva (2000). Destaco os seguintes arcadores: Em 1974, a Declaração de Cocoyco insiste que desenvolvimento tem que ser humano e levar em consideração as necessidades básicas; em 1975, as propostas aprofundam pela Fundação Dag Hammarskjöld, sugerindo outro desenvolvimento que tivesse como centro o ser humano. Ainda no mesmo ano, a Sétima Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas pediu uma abordagem mais efetiva para que fossem alcançados os objetivos sociais; em 1976, a Conferência sobre Emprego, Distribuição de Renda e Progresso Social, organizada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), ofereceu uma resposta à abordagem das necessidades básicas, tendo como objetivo obter um padrão de vida mínimo, antes do fim do século. Reconhecia-se que desenvolvimento não acabaria com a fome e a miséria, poderia ao contrário torná-las mais ativas. Foi sugerida nessa abordagem que em vez de esperar a satisfação das necessidades básicas fosse um resultado do desenvolvimento, fosse dada uma atenção imediata de resolver essa necessidade. Esse foi um discurso bastante endossado por países e políticas. Foi produzida pela Unesco a tese do desenvolvimento Endógeno, a qual propunha que se levasse em conta as especificidades de cada país.

⁴¹ Desenvolvimento sustentável foi concebido no Relatório de Brundtland, na década de 1970.

ótica de que, se bem articulado com a tecnologia, ambos podem garantir a produção de desenvolvimento sustentável.

Segundo Pareschi (2002), a partir dos anos de 1990, no Brasil, ocorreu a tentativa de criar modelos alternativos de desenvolvimento com o crescimento do financiamento público e multilateral para “pequenos projetos de desenvolvimento sustentável” voltado para organizações não governamentais (ONG’s).

Três fatores estavam ligados a essa tentativa. O primeiro deles, a pressão exercida pelo movimento ambientalista internacional e nacional na intenção de mudar possíveis políticas promotoras de desigualdades e de impactos socioambientais. O segundo, a partir dos anos 1980, a crítica ao crescimento da ideologia neoliberal, que apontava a necessidade de abrir espaço aos agentes do capital privado, pois o Estado era visto como “ineficiente, pesado e centralizado”. Essa crítica estava associada o uso da noção de “sociedade civil”, originada durante o processo de redemocratização dos países da América Latina entre os anos 1960 e 1980. O terceiro fator, foi o maior compartilhamento de ideias de transformação social e democratização que circulou com a presença, cada vez maior, de pessoas oriundas das ONG’s ambientalistas e da comunidade científica nos órgãos de governo e agências multilaterais (PARESCHI, 2002, p.11).

Schröder (2011) expõe que atualmente o paradigma mais importante é o de “desenvolvimento sustentável” e os debates traçados necessitam fazer referência à sustentabilidade. Esse casamento revigorou o tema e adaptou novos cenários.

Essas configurações históricas elencadas, assim como os paradigmas e contextos pontuados no subtópico, indicam tanto a importância da categoria desenvolvimento no mundo ocidental, entre governos e instituições variadas, como as implicações exigidas para o seu tratamento, seja ao defendê-lo, ao relativizá-lo, ao desconstruí-lo, ou o associando a outras palavras qualificadoras, tal como sustentável, para ser aceito.

2.3.2 Desenvolvimento enquanto campo de poder e político: a identificação da Rede-Megaevento em Pernambuco

Como desenvolvimento é um termo polissêmico e tem sido manipulado frequentemente para atender a demandas de momentos históricos distintos, farei, brevemente, algumas considerações de sua relação com Antropologia, a fim de contextualizar melhor minha escolha de abordagem.

As investigações da Antropologia sobre desenvolvimento foram se intensificando desde a segunda metade do século XX. Para Nolan (2002) apud Barret (2015), os antropólogos têm estado fortemente engajados em projetos de desenvolvimento, “mas não sem controvérsias” p.235).

Para Schröder (1997), antropólogos especializados em questões de “desenvolvimento” existem desde os anos de 1920, contudo o termo Antropologia do Desenvolvimento apareceu depois da Segunda Guerra Mundial quando se iniciaram pesquisas sobre os programas executados para, supostamente, atenuar os problemas de alguns países.

Schröder (1997; 2011; 2014) entende que o desenvolvimento, além de ser um campo político, aparece como uma palavra polissêmica, sendo tradição na Antropologia a crítica em relação ao conceito e às políticas desenvolvimentistas.

Antropologia do Desenvolvimento seria um ramo da Antropologia Aplicada em crescimento nos últimos anos, decorrente da pouca oferta de trabalho acadêmico que acabou levando antropólogos a atuar em um mercado de trabalho, no qual o desenvolvimento passou a ser uma área de atuação em indústrias de desenvolvimento, órgãos públicos e instituições.

Schröder (1997) analisou como, na década de 1970 nos EUA, presenciou-se um aumento de antropólogo inseridos em órgãos governamentais. Por outro lado, o cenário na América Latina era diferente, alguns países apresentavam uma tradição da Antropologia Indigenista, como no caso do México e outros países, “emperrados” pelo controle de regimes militares. De todo modo, muitos antropólogos perceberam a necessidade de se especializar em “problemas de políticas de desenvolvimento, depois de descobrirem que estas criam realidades culturais bem especiais” (1997, p.84).

Para o autor, na América Latina, a Antropologia Indigenista praticada trouxe orientações para o desenvolvimento dos povos indígenas, com objetivos emancipatórios. Falava-se, assim, em termos de etnodesenvolvimento, que poderia garantir a participação indígena em relação a problemas futuros.

Segundo Fleischer (2007), no Brasil, a Antropologia em suas versões “intervencionista”, “participativa”, “aplicada”, “da ação” e “da prática”, embora de forma implícita, sempre esteve presente. Os antropólogos brasileiros sempre foram envolvidos direta ou indiretamente com os grupos que estudavam, na “forma de testemunhas, mediadores, tradutores, denunciando e divulgando os diferentes tipos de violências vivenciados por estes grupos” (2007, p.38). Fleischer vê que o estilo de intervenção se deu de três formas: “a) ela sempre esteve em diálogo (não necessariamente amistoso) com a construção interna das concepções de ‘nação’ e ‘desenvolvimento’; b) ela nasce com forte viés político; e c) ela se deu majoritariamente ‘em

casa' ” (2007, p.39). Nesse cenário, existe aquilo que ela entende como os “antropólogos anfíbios” (2007, p.40):

aqueles que, de forma concomitante ou não, trabalham na universidade (como mestrandos, doutorandos, docentes, pesquisadores etc.) e na vertente da intervenção (em ONGs, em órgãos do governo, em associações comunitárias, em projetos e agências internacionais, em escolas indígenas, em conselhos de saúde etc.).

Para a autora, a Antropologia no Brasil sempre foi anfíbia, mas de forma implícita, devido a certo mal-estar que provocava. Esse seria resultado de algum possível viés político que distanciava o antropólogo de um foco mais científico e acadêmico.

Ela procura refletir sobre o envolvimento político do antropólogo e a questão de o termo “aplicada” ser suprimido em alguns trabalhos, fato esse que demonstraria uma opção ideológica importante. O termo “aplicada” guarda certa relação com o colonialismo, por isso os antropólogos têm preferido o termo “intervenção”, em confluência com a definição de Oliveira Filho: “atuação na prática social” ou “ação no mundo moral”, isso é, “o compromisso com o direito de bem viver dos povos e com o dever de assegurar condições de possibilidade de estabelecimento de acordos livremente negociados entre interlocutores (OLIVEIRA FILHO, 2004, p.10 *apud* FLEISCHER, 2007, p.41).

Fleischer (2007) expõe que, até a década de 1960, a Antropologia brasileira esteve em estreita comunhão com projetos de consolidação do país enquanto nação. Foi sugerido pensar desenvolvimento como uma meta de todo cidadão, mas, depois dessa época, em decorrência da ditadura, da descolonização das nações africanas, dos primeiros embates com as forças econômicas internacionais, como, por exemplo, o FMI, um dos papéis dos antropólogos passou a ser o “questionamento das ideias de progresso, desenvolvimento e modernidade que têm pautado governo atrás de governo, as políticas voltadas para grupos material ou simbolicamente minoritários” (FLEISCHER, 2007, p.45).

De acordo com a autora, vários antropólogos no Brasil, como por exemplo, Cardoso de Oliveira (1990), creditam a Stavenhagen (1985) uma das primeiras tentativas de relativizar o termo desenvolvimento, na década de 1980, ao se fazer crítica à relação entre centro e periferia, tomando o subdesenvolvimento como parte dessa relação, sem levantar as causas históricas nos contextos locais ou nacionais⁴².

⁴² Para um maior esclarecimento, o artigo de Fleischer (2007) traz um bom panorama da relação da Antropologia brasileira com o tema do desenvolvimento.

Ainda trazendo um pouco de Stavenhagen Fleischer (2007), desenvolvimento precisa ser pensado como política ou modelo a ser substituído, seria preciso, portanto, pluralizar ao máximo nossa curiosidade por grupos humanos e suas diferentes vozes precisam ser consideradas em projetos e programas desenhados e tomados como eficientes.⁴³

Muitos estudiosos têm criticado o conceito de desenvolvimento, além de o desconstruírem, refletindo sobre o seu papel dentro de projetos de intervenção macros ou micros e no quanto as reflexões sobre o termo podem contribuir para fazer a Antropologia brasileira avançar nos pontos “teóricos, metodológicos e éticos”. Usando Escobar (1991) *apud* Fleischer (2007, p.51), seria preciso:

Desnaturalizar a idéia de inevitabilidade do ‘desenvolvimento’ e a da irrevogabilidade do conceito enquanto paradigma e não subestimar as profundas e históricas relações de poder dos atores e das instituições imbuídos de promover o ‘desenvolvimento’ são alguns dos papéis que podem ser resumidos como uma postura que rejeita o caráter etnocêntrico, patriarcal e ecocida dos modos de desenvolvimento.

Fleischer (2007) assinala que, no Brasil, a compreensão crítica do desenvolvimento capitalista adquiriu “acentos de ativismo político” com a crescente participação de antropólogos nos “movimentos de denúncia, no diagnóstico social, cultural de grupos excluídos, planejamento de realocização de populações e monitoramento de impactos sociais de políticas públicas e grandes projetos de desenvolvimento” (p. 52).⁴⁴

Na década de 1990, o termo *etnodesenvolvimento* já fazia parte de diversos discursos indigenistas governamentais, ultrapassando o universo das ONGs. Em 2008, o conceito foi atualizado por Jack Fong, nas pesquisas sobre o contexto birmanês. O autor viu que o conceito deveria articular um projeto étnico contra um estado opressor, assim o *etnodesenvolvimento* deveria ganhar uma conotação libertadora (SCHRÖDER, 2001).

⁴³ “Vivemos numa era de estado-nações; eles são os alicerces do sistema internacional. Como indivíduos, podemos ser muitas coisas, mas aprendemos desde cedo em nossas vidas que, primeiro e antes de tudo, somos nacionais deste ou daquele país. [...] O desenvolvimento [...] é hoje considerado como uma tarefa de construção nacional. Na verdade, a construção nacional é conceito-chave da ciência política contemporânea, principalmente, quando se refere ao desenvolvimento político. Ele inclui alguns elementos essenciais (tais como mobilização social, articulação de interesses, e outros), mas, para nosso objetivo, é mais relevante a integração nacional, [...]. A maioria das definições de nação inclui a ideia de uma língua e cultura comuns. Em muitos casos, o conceito de nação está calcado na idéia de homogeneidade étnica de sua população” (STAVENHAGEN, 1985, p.30).

⁴⁴ Essa colocação serve para condensar o lugar dessa pesquisa. Durante a década posterior, aqui no Brasil, a Antropologia ainda continuou sob essa conformação em virtude das obras e preparativos para o megaevento esportivo entre outras.

De todo modo, o trabalho de antropólogos do desenvolvimento tem sido bastante problematizado, seja por falta de um corpo teórico mais elaborado do qual possa se atribuir uma subdisciplina, ou por uma questão de identidade.

Para Schröder, no contexto da década de 1990, faltava certo capital simbólico para os antropólogos que trabalhavam isolados no setor de desenvolvimento e um debate teórico mais consistente, por isso, naquele momento, não seria possível ainda se falar em uma subdisciplina, embora muitos elementos apontassem para sua futura formação. Contudo, para se tornar uma subdisciplina, alguns critérios deveriam ser cumpridos: “um ou vários objetos de pesquisa, um ou vários objetivos definidos e um corpus especializado de conceitos, teorias e métodos” (1997; 1991).

Muitos antropólogos da área não têm preocupação com esses critérios, e os antropólogos do desenvolvimento são aqueles que pesquisam problemas dessa área. Por isso, o conceito de desenvolvimento tem sido bastante problemático, sem muito consenso. Ademais, muitas compreensões foram trazidas de outras áreas.

Desse modo, a Antropologia delineou poucas teorias de desenvolvimento, algumas de cunho evolucionista ou dependencialista, porém apresentou vários métodos. Todavia, a influência da Antropologia ao fazer levantamentos e planejamentos nas agências e em órgãos de desenvolvimento configurou-se como atividade mais importante.

Por isso, a partir dos critérios, Schröder diz que só é possível falar de uma subdisciplina do ponto de “vista metodológico e, periféricamente, teórico”. Nessa perspectiva, autor explica que em 1997, a Antropologia do Desenvolvimento era caracterizada por uma gama ampla de temas, métodos e campos de trabalho, porém os critérios, como conceitos, que poderiam torná-la uma disciplina, ainda deveriam ser aprofundados (1997, p.94).

Nas décadas de 1980-1990 apareceram críticas ao desenvolvimento embasadas, em parte, no pensamento marxista, mas também em Foucault, no seu enfoque em discurso e nas relações entre “saberes e poder”.

Essas críticas foram chamadas de “crítica pós-moderna ao desenvolvimento ou pós-desenvolvimento”, nas quais as análises tomavam o desenvolvimento como um discurso e levava a desconstruir todo o campo epistemológico em torno do conceito e das políticas pautadas neles. Os autores mais citados dessa corrente em Antropologia são Escobar (1995) e Ferguson (1994). Eles asseveram que “discursos de desenvolvimento” funcionam como “representações de cosmovisões hegemônicas que bloqueiam, para as pessoas vítimas de tais políticas, caminhos alternativos para alcançar o bem-estar” (SCHRÖDER, 2011).

As críticas a esses pesquisadores do pós-desenvolvimento situam-se em torno de que eles representariam o “campo de forma equivocada como bastante homogêneo”, esquecendo as “divergências internas do campo político”, sem prestar muita atenção a abordagens baseadas em “agência”, deixando de observar, assim, a heterogeneidade de reações ao desenvolvimento e reinterpretações de modernização (SCHRÖDER, 2011).

As elucubrações acima mostram como é bastante fértil a relação da Antropologia com desenvolvimento. Outros diálogos poderiam ainda fazer parte do debate, porém esse não foi o propósito seguido. Tentei mostrar como antropólogos têm contribuído com o debate, seja acadêmico ou através de outras instituições as quais estão vinculadas, buscando sempre promover uma compreensão de como ações em nome do desenvolvimento interferem na realidade social.

“Desenvolvimento” ainda ronda no imaginário social como um caminho inevitável a ser perseguido por todos. Tal argumento tem o efeito de tonar suportável as consequências dos impactos negativos aos atingidos por projetos de desenvolvimento, pois são enquadrados como necessário para o progresso. E mesmo que não se tenha ainda a disciplina de Antropologia do Desenvolvimento, nos moldes elencados acima por Schröder (2011), os trabalhos de pesquisadores brasileiros possibilitam um rico suporte de análises para interpretar a realidade de algumas práticas e consequências de projetos ou políticas realizadas nesse âmbito.

Projetos em nome do desenvolvimento continuam sendo feitos, como, por exemplo, a realização de um megaevento: a Copa 2014 e suas obras em Pernambuco. Deles, também advém impactos à população, por causa de suas obras “estruturadoras”, como no caso específico desta pesquisa, aos moradores da comunidade Jardim Penedo de Baixo. No mais, estou certa de que tantos outros projetos continuam sendo executados no Brasil afora, resultando em diversos impactos à sociedade, sob a rubrica do “desenvolvimento”.

Conforme ressaltado por Esteva (2000), verte-se sob projetos de desenvolvimento atributos ligados a uma linearidade, através da qual se acredita que a evolução da humanidade passa unicamente por esse caminho e se deixa de problematizar a realidade de tais projetos. Acredito que é problematizando e abrindo o diálogo que conseguiremos constituir mais suporte analítico dentro da área. Nesse sentido, procuro, nesta pesquisa, dialogar com os autores acima mencionados e outros que trabalham com o tema do desenvolvimento há bastante tempo.

Assim, é na vertente de análise adotada por Ribeiro (2008; 2012), Schröder (2011) e Zhouri (2007) que esta tese se situa, sobretudo, quando esses, na busca pelo entendimento das lógicas e tramas que envolvem projetos de desenvolvimento, se alinham às concepções de campo de Bourdieu (2015), considerando “desenvolvimento” como um “campo de poder”, em

Ribeiro (2012) e Zhouiri (2007), e, como campo político, em Schröder (2011). Dessa maneira, o “campo”, ou campo social, constrói-se semanticamente como espaço determinado pelas pessoas pertencentes a ele, com características e concordâncias às suas regras.

Advirto que esta tese não se propõe a ser uma aplicação prática da teoria de Pierre Bourdieu, no sentido de estar totalmente emoldurada em suas concepções e na estrutura de seus atributos específicos, procedimentos metodológicos e análises (BOURDIEU, 1996). Minha intenção é usar alguns de seus aportes teóricos e pressupostos metodológicos para interpretar o “campo do desenvolvimento”, sob o qual meus interlocutores se inserem como atingidos; e analisar a forma como os interesses dos agentes do desenvolvimento, no caso, o Estado e seus parceiros, aos quais estou dando o nome de Rede-Megaevento, operaram um *ethos* e uma rede de relações e estratégias de “poder” dentro desse “campo”.

Estabeleço, ainda, relações dialógicas mais estreitas com, Scott (2009, 2012, 2014), Schröder (2009, 2011, 2014) e outros pesquisadores, ligados à corrente marxista, que analisaram a produção do espaço e suas dinâmicas na relação com o Estado, como por exemplo Lefebvre (2016); Harvey (2003, 2004, 2005, 2007, 2012, 2014), Milton Santos (2008); Carlos (2015), Maricato (1999, 2002, 2003, 2012, 2014) Raquel Rolnik (2007, 2008, 2012, 2014), entre outros. Alguns autores foram mencionados no tópico anterior e outros aparecerão ao longo do texto, como aporte para a interpretação da experiência de remoção forçada dos moradores de Jardim Penedo de Baixo, como consequência da produção do megaevento Copa 2014 no Brasil e suas implicações à sociedade.

Como dito anteriormente, adotei categorias e conceitos de Bourdieu dos quais Ribeiro (2008, 2012) faz uso, por isso irei expor brevemente sobre esses.

Pierre Bourdieu realiza uma teoria das estruturas sociais. Em seus trabalhos busca uma estrutura subjacente ao social, com um esforço de encontrar lógicas e tramas. Contudo se diferencia de Lévi-Strauss, por acreditar que as estruturas, as representações e as práticas constituem e são constituídas continuamente. Rejeita, assim, a redução objetivista que nega a prática dos agentes e nega, também, o determinismo e a estabilidade das estruturas. Considera que as estruturas devem ser analisadas a partir da prática, no qual, a estrutura é algo dinâmico, pois é um conjunto de relações históricas, produto e produtora de ações que é condicionada e condicionante (BOURDIEU; 1996; 2001; 2015).

Um conceito importante para entender a Sociologia de Bourdieu é o de *habitus*, o qual corresponde ao “sistema das disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e ideologias características de certos agentes” (2015, p. 191). Em outras palavras, pode-

se entender como modos de perceber, sentir, fazer, pensar que nos levam a agir de uma forma ou de outra, que gera lógica, racionalidade prática, irreduzível à razão teórica, adquiridas através da interação social, ao mesmo tempo em que classifica e organiza essa interação. O *habitus* é formado pelo *ethos*, *héxis* e *eidos*. Enquanto *ethos*, trata-se de um conjunto sistemático de disposições morais, de princípios práticos; o *héxis*, por sua vez, princípios interiorizados pelo corpo, adquirido como postura e, por fim, o *eidos*, o qual sugere um modo de pensar específico, uma apreensão da realidade, que, de acordo com Bourdieu (2001, p.185), é uma crença pré-reflexiva do valor indiscutível nos instrumentos de construção e nos objetos construídos. O *habitus* são estruturas (disposições interiorizadas duráveis) e são estruturantes (geradoras de práticas e representações). O campo social possui uma lógica que engendra e é engendrada pelo *habitus* referido a um “campo”.

Segundo Bourdieu (1996), o social é formado por campos, microcampos ou espaços de relações objetivas, com lógicas próprias, não reproduzida e irreduzível à lógica que regem outros campos. O campo seria tanto um “campo de forças”, na medida em que vira uma estrutura que constrange os agentes nele envolvidos, quanto um “campo de lutas”, onde os agentes atuam conforme suas posições relativas ao campo de forças, conservando ou transformando sua estrutura (1996, p.50). Assim, a estrutura do campo não é fixa, mas produto da história, das posições constitutivas e das disposições que elas privilegiam. A existência de um campo e seus limites é conformada a partir de interesses específicos, e depende de seus agentes e instituições dotadas de um *habitus*. A vida de um campo depende da ação dos indivíduos e dos grupos, constituídos e constituintes das relações de força. Além do *habitus*, as propriedades do campo são a estrutura, a *doxa* (opinião consensual ou um senso comum) e *nomos* (leis gerais que governam o campo).

Aos interesses postos em jogo no campo, Bourdieu denomina de “capital” (bens culturais, econômicos, sociais, simbólicos etc.). Dessa forma, a posição na estrutura dos agentes é determinada pelo volume e pela qualidade de capital. Todo campo vive um conflito entre os agentes que dominam os demais, pela via da “violência simbólica”, entendida como autoridade, direcionada contra os agentes com pretensão à dominação. Os campos podem ser divididos em subcampos e a dinâmica deles é dada pela luta de classes sociais na tentativa de modificar sua estrutura, alterando o princípio hierárquico (simbólico, econômico etc.). Vale ressaltar, ainda, que os campos se interpenetram e se inter-relacionam, seja pelos efeitos dos conflitos ou pela contaminação das ideias (BOURDIEU, 1996; 200; 2015).

Outro aspecto importante está em perceber e entender como o “poder” aparece sendo manipulado (RIBEIRO, 2008) e como as forças regem o campo e suas estruturas.

Ribeiro (2012),⁴⁵ ao analisar o desenvolvimento no campo das cooperações técnicas, no qual há diferentes atores e concepções que trazem dinâmicas e transformações também para as formações discursivas sobre desenvolvimento, observa que ele é um “*campo de poder formado por redes e instituições, e a consorciação*”. Essa é a chave usada por ele para explicar as articulações estruturadas nesse campo e para entender as posições assimétricas em termos de poder.

Em suas análises, ele assume o poder a partir de três perspectivas teóricas: a de Richard Adams (para quem o poder é o controle que um coletivo possui sobre o ambiente de outro coletivo); de Max Weber (poder como a capacidade de incitar pessoas a fazerem o que não querem); e Eric Wolf (poder estrutural, a capacidade que forças e relações históricas têm de criar e organizar cenários que constroem as possibilidades de ação das pessoas e de especificar a direção e distribuição de fluxos de energia). Desse modo, “Poder” refere-se à capacidade (a) de ser sujeito do seu próprio ambiente, de ser capaz de controlar seu próprio destino, quer dizer, de controlar o curso da ação ou dos eventos que manterão a vida como está ou a modificarão; ou (b) de impedir as pessoas de se tornarem atores “empoderados” (2012, p.197).

Ribeiro compreende o desenvolvimento como campo de Poder, tomando-o como arena heterogênea, de diferentes atores, instituições, discursos e forças em tensão que trazem sentido ao campo por meio de oposições e distinções. Os atores do campo em relação seriam: sociedade local; empresários privados, funcionários e políticos; pessoal de corporações nacionais, internacionais e transnacionais; consultores; e pessoal de organizações internacionais de desenvolvimento, entre outros. Ele afirma que a estrutura e dinâmica de cada campo de poder e interesses são articulados por “processos históricos de estruturação de redes”.

O autor ainda afirma que o “Desenvolvimento” encobre diferentes “*visões e posições políticas, variando do interesse em acumulação de poder econômico e político a uma ênfase em redistribuição e igualdade*” (RIBEIRO, 2012, p.111).

Além de que, Ribeiro mostra a possibilidade de identificar que as lutas de poder são comuns e se expressam por disparidades dentro da rede. Nesse sentido, existem aqueles que detêm maior poder, portanto são rotulados como “indústrias de desenvolvimento”, que se empenham na reprodução do campo, e do outro lado, também existem os atores menos poderosos como os “grupos locais vulnerabilizados”. A distribuição de poder dentro do campo do desenvolvimento depende dos “*processos por meios dos quais as redes são formadas e das*

⁴⁵ Gustavo Lins Ribeiro.

características das intervenções institucionais decorrentes do drama do desenvolvimento” (RIBEIRO, 2012, p.111).

Quanto constituição de redes, Ribeiro afirma não ser novidade dentro da economia capitalista. Desse modo, o autor ressalta como elas têm operado nos contextos dos grandes projetos de infraestrutura (PGEs) e como têm se apoiado em instituições poderosas, desempenhando, pois, papéis importantes na economia política dos últimos dois séculos, tornando-se, dessa maneira, centros de difusão de ideias sobre novos projetos. Ribeiro, ainda, destaca a importância dessas conexões históricas no entendimento das crenças, práticas geradas internamente no campo das grandes obras. Assim, o conhecimento sobre PGEs também permite entender o desenvolvimento como uma “força expansiva historicamente intrínseca à globalização”.

Essa estruturação analítica de Ribeiro, salvo suas especificidades, serviu como apoio para interpretar a experiência da remoção forçada de meus interlocutores, sobretudo no entendimento de que eles foram vítimas de um “grande projeto de desenvolvimento urbano”⁴⁶ (GPU) gerido e executado por uma “Rede”⁴⁷, muito facilmente configurada em termos de uma “indústria de desenvolvimento”.

A Rede formada por atores (FIFA, Estado, empresários, políticos, técnicos, entre outros) envolveu setores diversos, com capital financeiro nacional e internacional, operou de maneira orquestrada pela FIFA e catalisada pelo Estado, por meio de projetos, pactos e por uma lógica neoliberal que guiou gestores, tal qual o governo de Pernambuco e seus planejadores, os quais agiram sob o escrutínio do “planejamento estratégico”, que busca oportunidades para pôr em prática as estratégias de fazer “bons negócios” e vender a cidade⁴⁸. Chamarei a rede formada em Pernambuco, por “Rede-Megaevento”. Essa rede tem na figura do Estado um facilitador dos interesses de seus parceiros capitalistas, servindo para “destravar” burocracias, “flexibilizar” legislações e usar toda a máquina pública para “limpar o terreno” e produzir o megaevento, entre outras estratégias apresentadas nos próximos capítulos.

Para Ribeiro (2012), as redes se caracterizam como atores pragmáticos, disseminados, circunstanciais e até voláteis. Sua força vem dessas características e de uma heterogeneidade:

⁴⁶ Aqui faço uma opção por esse termo por perceber que ele se adequa melhor a realidade que encontrei, já que as interferências realizadas recaem sobre o espaço urbano e em muitos pontos, dialoga com teorias do urbanismo. Mais à frente, essa escolha ficará mais clara.

⁴⁷ Usarei com a letra inicial maiúscula na tentativa de produzir a ideia de que se trata de um conjunto de atores, quase uma entidade, com cultura e vontade próprias.

⁴⁸ Essa perspectiva de venda da Cidade ou a cidade como negócio será debatida nos próximos tópicos.

que as capacita a estar à altura de um campo político e econômico variante, com mais eficácia do que atores tradicionais que, em geral, estão limitados pela necessidade de coerência e coesão internas em termos ideológicos, organizacionais e políticos (com os consequentes pesos institucionais e grandes investimentos de energia) (2012, p.204-205).

A culminância dos objetivos duradores das Instituições, bem como os interesses e objetivos definidos nas redes, tendem a torná-las baseadas tanto em relacionamento pessoais como em racionalidades burocráticas, onde as instituições envolvem uma grande quantidade de cooperação técnica e monitoramento, sendo instituições de burocracias diretamente proporcionais às iniciativas de desenvolvimento e ao poder. A burocratização também é uma instância de poder. E as instituições se tornam parte de várias redes dentro do campo de desenvolvimento. A esse fenômeno, Ribeiro denominou de Consorciação, por resultar no objeto consórcio, sendo comandado por grupos de poder atuantes em níveis elevados de integração.

No contexto pernambucano, para realizar o megaevento, no caso a Arena Pernambuco e a Cidade da Copa,⁴⁹ também foi elaborada uma “Consorciação” formada pelas empresas do consórcio ganhador da licitação⁵⁰ Odebrecht Participações e Investimentos (OPI) e Construtora Norberto Odebrecht, e viabilizada pelo instrumento burocrático jurídico PPP (Parceria Pública Privada)⁵¹, com contrato administrativo de concessão especial (PPP) assinado em maio de 2009. Nesse consórcio o Estado, além de facilitador dos parceiros, foi agente responsável por obras de mobilidade e urbanização na área.

Neste campo de poder estão inclusos os posseiros de Jardim Penedo de Baixo, que irão se relacionar com a Rede e suas forças. Da relação com a Rede se observa o modo pelo qual as estruturas e as forças regem o campo e consolidam sua estrutura, e de que forma o “poder” é manipulado (RIBEIRO, 2012). As consequências dessa manipulação recaem sobre os posseiros através de suas remoções forçadas. Assim como destacou Ribeiro no uso que faz de Richard Adams, o poder é o controle de um coletivo sobre o ambiente de outro.

A partir dessas delimitações do campo, poder, desenvolvimento e consorciação, procuro subsídios para interpretar as estratégias que a Rede-megaevento, ativadas principalmente pela gestão pública, assumiu para produzir a Arena Pernambuco e Cidade da Copa, privilegiando, no entanto, o ponto de vista dos atingidos, os removidos de Jardim Penedo de Baixo.

⁴⁹ Ambos serão mais à frente analisados em seus detalhes.

⁵⁰ Saliento que o processo de licitação está sob investigação da Polícia Federal, desde 2015. Mais à frente, apresentarei detalhes.

⁵¹ A PPP é uma maneira encontrada pelo Estado em executar atividades e prestar serviços públicos de maneira associada ao setor privado, quando sozinhos não iriam ter condições da execução. A PPP é fundamentada pela Lei nº 11.079/2004.

As dimensões do campo, no que pesem os aspectos do poder, trazem pressões instituídas e construídas pelos acordos realizados entre o Estado Brasileiro e a FIFA, através da Lei da Copa, e consagradas entre as cidades-sede através das matrizes de responsabilidades estabelecidas, ao assumir o encargo de cumprir prazos e formatos de obras com padrões exigidos pela entidade. Além de que boa parte dos gestores das cidades aproveitou a “oportunidade” para realizar reestruturações e/ou projetos de expansão urbana, como no caso de em Pernambuco.

Nesse campo, o poder não é distribuído de forma igualitária, mas manipulado, não sem pressões, em diferentes níveis hierárquicos. Todavia os conflitos são estabilizados pela força do contrato assumido com a entidade. O Brasil não podia deixar de realizar a Copa 2014 depois de ter assumido o compromisso, cabendo-lhes apenas cumprir tudo o que foi imposto. Romper com esse suposto “Projeto de Nação” levaria o país a ser reconhecido internacionalmente como incompetente, trazendo efeitos simbólicos negativos difíceis de calcular também para o âmbito político. Então a FIFA jogou com sua dimensão de poder, deixando explícito várias vezes que suas exigências deveriam ser aceitas, pois foi o Brasil quem procurou a FIFA e não o contrário (CHADE, 2015).

Ao longo do texto essas referências teóricas apontadas tornam-se instrumentos de auxílio na interpretação dos dados coletados. Sinalizando aspectos que confirmam como o discurso de “desenvolvimento” foi bastante mobilizado e “colonizado” para dar sentido às ações de produção do espaço; de remoção e demais atitudes para realizar o megaevento. Por outro lado, será possível observar uma relativização em torno de como os “posseiros” foram atingidos pelo “desenvolvimento”.

Embora situe a lógica de desenvolvimento dentro de um campo de poder e político, assumindo uma estruturação da sociologia francesa de Bourdieu, não excluiu a possibilidade de interagir com algumas chaves de leitura deixadas por Escobar em seus trabalhos, mesmo sabendo que sua concepção se faz calcada nos suportes analíticos de Michel Foucault e nas críticas que recebe. Entendo que seu conceito de desenvolvimento é um ponto de reflexão importante para perceber como o poder se articula em relação ao desenvolvimento.

Escobar (1995) toma o “desenvolvimento como uma formação discursiva que dá origem a um aparato eficiente que relaciona formas de conhecimento com técnicas de poder.”

Escobar (1995, p. 41 apud PARESCHI, 2000) define o desenvolvimento como um:

[...] sistema de relações que estabelece uma prática discursiva que dita as regras do jogo: quem pode falar, de que ponto de vista, com qual autoridade e de acordo com qual critério de especialidade, ela dita as regras que devem ser seguidas por este ou

aquele problema, teoria, ou objeto que emerge ou é nomeado, analisado e eventualmente transformado numa política ou plano.⁵²

A tentativa de Escobar é entender como certas representações se tornam dominantes e dão formas e modos de imaginar a realidade e interagir com ela, ao mesmo tempo em que produz maneiras permissíveis de ser e pensar, enquanto despreza e desqualifica outras. O discurso de desenvolvimento é muito adaptado a inúmeras variáveis e objetos, mas sem representar modificação na inter-relação, podendo, por isso, existir dentro do mesmo campo noções opostas.

É preciso deixar claro que essas opções teóricas são apenas uma chave de interpretação escolhida, não pretendem cristalizar a realidade social por um determinismo intransponível. Certamente que, durante a leitura do texto, o leitor poderia supor outras possibilidades de análise, ou mesmo ser levado a questionar minhas inferências, lacunas e limitações. Não sem razão, fiz opções e enquadramentos para gerar coerência interpretativa. Mas prevalece a eminência dos fatos, sobretudo os significados da experiência de remoção de meus interlocutores e as ações do Estado de Pernambuco associadas em rede para realizar o megaevento.

No próximo subtópico, discorro sobre a origem do megaevento e o seu processo de transformação histórico influenciado pela visão mercadológica do esporte, ao transformá-lo em mercadoria lucrativa e bastante desejada por “gestores empreendedores” que compartilham de uma visão neoliberal e globalizada de cidade. A concepção de “legados” também será problematizada, tanto em termos de suas variações, como pelo que mobiliza simbolicamente ao gerar “expectativas” de desenvolvimento e por servir de argumento para justificar os gastos públicos, bem como os impactos em nome da “utilidade pública” e interesse coletivo maior que subjazem direitos.

2.3.3 Desenvolvimento e Copa 2014: definições de megaevento e legados

Após ter contextualizado desenvolvimento como um campo de poder, é necessário definir como o megaevento Copa 2014 se insere dentro dessa perspectiva e na transformação do espaço, alicerçado pela força da economia mundial que norteia a gestão pública nos países periféricos.

⁵²ESCOBAR, A. **The Making and Unmaking of the Third World**. Princeton: Princeton University Press, 1995. 301p.

O megaevento é uma das oportunidades criadas pelo capital para se reproduzir. Essa oportunidade foi idealizada e planejada pelo Estado brasileiro no intuito de unir a maioria da sociedade em torno de um projeto nacional, acreditando que a população, apaixonada pelo futebol, o abraçasse sem muitos conflitos. Encantada com as promessas de legados expressivos, consequência da força midiática e política, a sociedade não fazia ideia do verdadeiro “espetáculo”: o grande negócio do empreendedorismo urbano. O principal objetivo foi atrair investimentos, vendendo a cidade, traçando estratégias e articulações com o capital privado em nome de um desenvolvimento que só alcança parte da população.

Para desvendar esse “encanto” pelo megaevento e toda a estrutura que o torna mundialmente influente, é preciso voltar até o final do século XIX, quando os Jogos Olímpicos⁵³ foram resgatados. Cabe lembrar que as finalidades desse projeto ainda se pautavam na disseminação do esporte e suas marcas pouco tinham expressão no espaço urbano. Contudo, após a Segunda Guerra Mundial, com os países envolvidos arrasados pelo combate e momento em que o Estado, baseado no bem-estar, (*welfare state*) da sociedade vingou, é que o esporte foi pensado como ensejo para reconstruir o patrimônio destruído. Foi quando, a política fez sua estreia nas decisões sobre a realização dos jogos:

Os Jogos Olímpicos, no entanto, continuaram com edições europeias, e foram utilizados como oportunidade para reconstrução do pós-guerra na diminuição do déficit habitacional, como em Helsinki 1952. Os megaeventos esportivos ganharam força política, atraindo o apoio dos governos para a promoção do esporte do ponto de vista da integração social (CHAUSSARD, 2015, p.47).

Outros objetivos, além do esportivo, começaram a ganhar força com o apoio relevante dos governos, trazendo para a população local a ideia de que os jogos poderiam legar o bem-estar e integração social, bem como meios significativos de modificação do espaço.

Entretanto, foi a FIFA a responsável pelo surgimento da expressão megaevento nos moldes de hoje, quando reuniu os times de futebol representantes das nações em uma só competição chamada de Copa do Mundo de Futebol. O campeonato começou humilde e, antes dos anos 1970, exigia dos países que se propusessem a sediar o ainda pouco divulgado evento esportivo, poucas obras de infraestrutura. Contudo, a proporção desses legados ganhou força e contornos mais influentes quando a FIFA conseguiu divulgar seu campeonato na mídia internacional.

⁵³ **História dos Jogos Olímpicos.** 2014. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/noticias/esporte/2014/07/especial-da-grecia-antiga-para-a-era-moderna-conheca-a-historia-dos-jogos-olimpicos>. Acesso em: 13 ago. 2018.

A transformação aconteceu na Copa do Mundo de 1970 no México, com a primeira transmissão ao vivo pela mídia televisiva, alcançando bilhões de telespectadores pelo mundo e com o forte patrocínio de grandes empresas, dando início à era do megaevento esportivo:

Em 1970, a Copa do Mundo realizada no México marcou o prenúncio de uma nova era: a das transmissões ao vivo e em cores de partidas internacionais para dezenas de países, o que se tornou possível graças ao desenvolvimento da tecnologia dos satélites. Era evidente que o futebol se transformara no mais popular esporte coletivo do mundo, o que levaria a FIFA a contar com mais países-membros que a própria ONU. Contudo, naquela época, ainda não era previsível que as Copas do Mundo se tornariam **megaespectáculos** (grifo nosso) produzidos para gerar milhões de dólares (PRONI, 1998, p.154).

Então, o futebol passou a ser tratado como um negócio, não só lucrativo, mas, também, de grande influência política. Na época, as políticas de Estado estavam em franca mudança de um Estado forte e intervencionista quanto aos problemas da sociedade, para um Estado mínimo, pautado nas privatizações das empresas públicas, abertura de mercado e na economia capitalista tardia, o neoliberalismo.

Cabe ressaltar, ainda, que foi com a entrada do brasileiro João Havelange, em 1974, na presidência da FIFA que o “jogo” realmente começou, com a inclusão de outros países (da Ásia e África), atraídos por promessas de financiamento para a construção de estádios, centros médicos, etc., a formação de outras modalidades como as categorias de base e outros torneios internacionais, custando mais do que a FIFA poderia gastar com recursos vindos de um campeonato que acontecia apenas de quatro em quatro anos. Nasceram, então, as grandes “parcerias” comerciais como a Adidas e Coca-cola, que já patrocinavam esportes de alto rendimento, a exemplo dos Jogos Olímpicos (PRONI, 1998, p.155).

A prática de parceria empresarial e o uso de marketing (mídia) também se espalharam para as entidades futebolísticas pelo mundo, quando os clubes, com graves problemas financeiros, passaram seus domínios para as empresas privadas com o intuito de gestão segura e moralizadora, vendendo sua imagem para a televisão, como foi o caso da Itália em meados dos anos 1970, dando, assim, origem a expressão futebol-empresa (PRONI, 1998).

Diante dessa transformação econômica e política, os países, mesmo com o aumento das exigências FIFA, concorriam entre si para sediar o campeonato na intenção de aparecer para o mundo, vender sua imagem e seus “produtos”.

Desse modo, a expressão megaevento, como foi caracterizada pela Copa do Mundo FIFA, torna-se um evento de público alvo mundial, com ampla cobertura midiática e provedora de alianças comerciais transnacionais. E, como corrobora Seixas (2010), uma gama de agentes

acarretando transformações econômicas e socioespaciais às populações do local onde ele se realiza, entre outros aspectos. Um empreendimento tão grandioso que, na sua realização, divide-se em quatro etapas (Figura 18):

Figura 18 – Etapas do megaevento



Fonte: Brightenti *et. al* (2005) *apud* Seixas (2010).

Cada uma dessas etapas tem seu próprio desdobramento e peculiaridades proporcionais à grandiosidade de cada evento: a **ideia** concebida da vontade de realização (candidatura), o **planejamento**, fase em que os recursos financeiro/administrativos são captados e organizados, a **exploração** desses recursos operacionalizados quando de sua execução e o **encerramento**, **etapa em que** todos os aspectos, positivos e/ou negativos ocorridos durante o evento, são avaliados. (SEIXAS, 2010).

Os megaeventos também são divididos por tipo e interesse midiático seguindo uma hierarquia (Figura 19):

Figura 19 – Hierarquia dos megaeventos e mídia interessada

Tipo de evento	Exemplo	Interesse de Mídia
Megaevento	Jogos Olímpicos Copa do Mundo Fifa Exposição Mundial	Global
Especial	Campeonato UEFA Grande Prêmio de F1 Commonwealth Games Salão do automóvel	Internacional e nacional Mídia especializada
"Hallmark Events" ou Eventos de Marca	NFL Superbowl Festivais locais como Edinborough Festival	Nacional Regional e local
Comunitários	eventos patrocinados, como "Charity Big Walk" (Cidade do Cabo)	Local

Fonte: Adaptado de Chaussard (2015).

Aliadas a essas, outras características surgiriam na formação desse conceito, como afirmam Damo e Oliven quando explicam a diferença entre participar e *sediar* a Copa do Mundo de Futebol FIFA:

Se jogar a copa é participar de uma guerra mimética, tanto mais dramática deve ser a organização desse evento extraordinário. Entretanto, há aqui duas diferenças essenciais. A primeira é que na organização da copa quem representa a nação não é o time da CBF, mas o Estado, seus agentes e suas agências, sejam elas federais, estaduais ou municipais. A segunda é que a organização da copa demanda o aporte de **recursos econômicos e políticos** (grifo nosso) de grande monta, algo que não ocorre quando se joga a copa (DAMO E OLIVEN, 2013, p. 21).

Aproveitando Damo (2009), a Copa 2014, ainda mais no Brasil, tem no forte simbolismo uma das armas usadas pelo Estado para justificar ser sua sede: o amor pelo futebol. A mobilização popular chega a ser mais forte que muitos eventos tradicionais de culto à nação.

O Brasil é um vencedor desse esporte, admirado no mundo todo pela sua capacidade futebolística, não só por conta da seleção brasileira, mas também pelos clubes vencedores de torneios internacionais (Libertadores da América e Mundial de Clubes). Essa institucionalização do futebol, no país, agrega à população um desejo de vencer, principalmente pela frustração do “Maracanazo” em 1950, quando a seleção perdeu o título de campeão.

É preciso observar com cuidado e olhos críticos os significados que mantêm os megaeventos esportivos, nesse caso, a Copa FIFA, e os seus “possíveis” legados como um poderoso “poder” de massificação e mobilização, tendo a política como sua coadjuvante na caracterização das administrações públicas, que buscam no megaevento a oportunidade de realizar seus planejamentos para a cidade.

Na análise desses significados, surgem algumas perguntas: se a “seleção brasileira” não tivesse sido cinco vezes campeã dessa competição, será que esse evento teria a mesma importância de hoje para os brasileiros? Por que tantos “rituais” midiáticos em torno de um evento esportivo, como o anúncio da escolha do país sede, convocações de jogadores e sorteios dos jogos? Por que tanto interesse em sediar um evento que exige e custa tanto investimento econômico e administrativo para o país que o sedia?

Para começar não existe “seleção brasileira”. Existe um time formado por brasileiros representante da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), órgão autônomo com características próprias de Estado, que através de suas leis próprias, controla o futebol em território brasileiro. Contudo, a paixão do torcedor brasileiro por futebol, incutida ao longo do tempo, não permite separar uma coisa da outra, de modo que esse, acaba confundindo o time da CBF com o próprio país:

A participação do Brasil ou de qualquer outra representação nacional em competições esportivas é, de fato, uma participação delegada, que se realiza por um time organizado por uma entidade esportiva que, a rigor, não possui qualquer relação com

o Estado, embora este disponha de legislação visando balizar a atuação dessas agências. A transformação do time da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) em “seleção brasileira”, ou simplesmente em “Brasil”, envolve um processo de investimento simbólico realizado ao longo de algumas décadas e cuja atualização ocorre, de forma mais intensa, nos períodos que antecedem às copas ou competições equivalentes (DAMO e OLIVEN, 2013, p.20),

A comoção nacional é aliada às pretensões do Estado empreendedor urbano, que joga na mídia e literatura as benesses de se sediar um megaevento, os chamados legados.

Para conceituar estas benesses, o livro “Legados De Megaeventos Esportivos”, subsidiado pelo Ministério do Esporte, traz em um de seus textos encabeçados por Bernardo Villano (2008, p.48-49), a classificação quanto aos “possíveis” legados advindos da realização do megaevento. Legados esses, que foram divididos em cinco categorias, das quais destaco duas por estarem relacionadas ao meu objeto:

- Legados da imagem do Brasil: projeção da imagem do país; projeção da imagem da cidade-sede dentro e fora do país (*city marketing*), considerada como cultura urbana; projeção de **oportunidades econômicas** e de serviços oferecidos; nacionalismo e confiança cívica; bem como o orgulho regional e nacional.
- Legados de **Governança: planejamento participativo**; cooperação e diferentes órgãos administrativos; **parceria público-privada**; liderança do poder público local.

Os legados tidos como a promessa de desenvolvimento usada para convencer a massa de que o país deve sediar o megaevento, perpassam os legados considerados intangíveis (sentimentos cívicos) e os tangíveis (obras e entre outros). Contudo, são o patrocínio da imagem (*city marketing*) e as oportunidades econômicas (parceria público privada- PPP) os principais objetivos do Estado quando se propõe a realizá-lo.

Na busca desses legados, o Brasil chegou a sediar, além da Copa do Mundo 1950, na qual Pernambuco⁵⁴ foi sede pela primeira vez, os Pan-americanos de 1963 (São Paulo), de 2007 (Rio de Janeiro), e, posteriormente a Copa 2014 e os Jogos Olímpicos 2016.

Sediar um megaevento torna-se irresistível, irrecusável. Cumpre-se, então, a missão de fazer tudo para alcançar o padrão FIFA, tornando mais fácil articular associações no território. Assim sendo, a gestão e planejadores levam seus interesses para a produção do espaço,

⁵⁴ **REPORTAGEM A primeira vez da Copa do Mundo em Recife.** Disponível em: <http://especiais.ne10.uol.com.br/recifeacopa/a-primeira-vez.html>. Acesso em: 20 ago. 2018.

associando, mais uma vez, a ideia de desenvolvimento sob o véis de “planejamento estratégico”. Vende-se uma ideia, no caso de Pernambuco, vendeu-se uma ideia grandiosa para atrair parceiros do setor imobiliário, para vender a cidade, no caso a Cidade da Copa. Mais adiante, as especificidades dessa forma de planejar serão vistas no próximo tópico, e, mais detalhadamente, no capítulo 3.

2.3.4 Desenvolvimento e seu uso na produção do espaço: gestão urbana e planejamento estratégico das cidades

Como foi relatado no último tópico, o maior atrativo divulgado para sediar o megaevento é a abertura de oportunidades econômicas viáveis para financiar os planos de desenvolvimento urbano através do planejamento estratégico de venda da cidade (*marketing city*).

A abordagem do que significa esse planejamento é requisito para se entender quais ferramentas a gestão pública neoliberal do governo do economista Eduardo Campos utiliza para alcançar os objetivos de “limpeza do terreno” para a especulação imobiliária, afetando, consequentemente, as populações encontradas no caminho, como no caso da comunidade de JPB, objeto deste estudo. Primeiro, é necessário conceituar duas categorias que dão suporte para o intento: planejamento e gestão, e a forma como se completam no propósito do desenvolvimento urbano. Em seguida, é preciso também reiterar o conceito de planejamento estratégico originário das pressões econômicas internacionais que exigem das cidades uma postura empresarial de competições por resultados. A representação desse modelo de gestão é marcada pelos Grandes Projetos Urbanos (GPU), como os realizados para a Copa 2014.

Pensar em planejamento urbano requer pensar, em primeiro lugar, na definição do espaço urbano. O conceito de espaço, no sentido geográfico, envolve uma apreensão de mundo complexa, que interliga vários conceitos. No entanto, a priori, diz-se que espaço são formas (paisagem) e função (sociedade), onde ocorrem os diversos processos contidos nele. Para Milton Santos, o espaço é uma instância da sociedade, econômica e cultural-ideológica. A essência do espaço é social. Como instância, “ele contém e é contido pelas demais instâncias, assim como cada uma delas o contém e é por ele contida” (SANTOS, 2014, p.12).

A economia, a cultura e a ideologia, junto com a paisagem formada pela sociedade, portanto, formam o espaço urbano, aquele que mantém a dinâmica de produção capitalista, e amplia as necessidades de contingente humano (trabalho), onde as ideias se transformam e se movem numa velocidade estonteante, provocando inovações, mas que, também, além das

localizações, é o lugar onde a identidade do sujeito é construída. O espaço é onde o desenvolvimento humano acontece através de planejamentos e gestões urbanas características.

Em seu livro, *Mudar A Cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos*, Marcelo Lopes de Souza (2016) discute as diferenças entre planejamento e gestão, muitas vezes, interpretados como termos iguais na questão da administração pública e seu modo de governar. Em uma maneira simplista de fugir da rigidez “direitista” da ideia de planejamento, ou seja, tecnocrática, para a faceta “democrática” da administração, que envolve a participação social nas tomadas de decisões, o poder público apropriou-se do termo gestão.

Como não poderia deixar de ser, o termo *gestão* está intimamente ligado à administração empresarial, partindo daí, outras expressões associadas como gestão ambiental, *urbana*, entre outras.

Uma breve verificação etimológica destrói qualquer pretensão de querer “planejamento” à “gestão” em teor, pois planejar está ligado ao futuro, e gestão, ao presente imediato, portanto, longe de serem conceitos similares, são, imprescindivelmente, complementares, uma vez que não há planejamento sem a gestão de recursos para alcançar os objetivos planejados, nem há gestão sem os recursos que o planejamento prévio pode angariar:

[o planejamento] tenta simular os desdobramentos de um processo de melhor precaver-se com possíveis problemas, ou, inversamente, com o fito de melhor tirar partido de prováveis benefícios. De sua parte, gestão remete ao presente: gerir significa administrar uma situação dentro dos marcos dos recursos presentemente disponíveis e tendo em vista as necessidades imediatas (SOUZA, 2016, p.46).

Essas duas vertentes da administração pública são essenciais quando se trata do desenvolvimento socioespacial, contudo, há uma questão abissal a ser observada: o que significa desenvolvimento no âmbito urbano?

Usualmente, o conceito de “desenvolvimento” sofre de um paradoxo perceptível, e é, muitas vezes, confundido, ou, até mesmo, reconhecido como sinônimo de desenvolvimento econômico “e mesmo a maioria das tentativas de amenizar o economicismo [...] não consegue ultrapassar o seguinte ponto: no limite, a modernização da sociedade, em sentido capitalista e ocidental, é o que se entende por desenvolvimento” (SOUZA, 2016, p.60), e desenvolvimento tem a prerrogativa de ser interpretado como “mudança social positiva”:

[...] não devendo [seu conteúdo] ser definido *a priori*, à revelia dos desejos e expectativas dos grupos sociais concretos com seus valores culturais próprios e suas particularidades histórico-geográficas. [...] Um “desenvolvimento” que traga efeitos colaterais sérios não é legítimo e, portanto, não merece ser chamado como tal (SOUZA, 2016, p.61).

Portanto, planejar e gerir caminham juntos para tornar o desenvolvimento urbano completo, tanto social como economicamente.

Tendo em pauta o objeto deste estudo, é preciso frisar que a ideia de desenvolvimento urbano é envolvida por um simulacro ratificado historicamente pela política e poder público, de que intervenções no espaço físico, sejam elas representadas por construções em terrenos vazios, ou mesmo na requalificação de lugares arruinados ou que não se adequam a “modernização” exigida pelo capital, sejam suficientes para significá-lo:

[...] “desenvolvimento urbano” é uma expressão que, muitas vezes, recobre simplesmente, no discurso do dia-a-dia de políticos, administradores e do público em geral, a expansão e complexificação do tecido urbano, seja transformando ambientes construídos outrora intocados ou pouco modificados pelo homem, seja, também, destruindo ambientes construídos deteriorados ou simplesmente antigos para que deem lugar a construções mais novas. O que ninguém se pergunta é sobre a sensatez de qualificar antecipadamente de “desenvolvimento urbano” processos cujas positividade e conveniência, sob o ângulo social mais amplo (o que inclui considerações ecológicas), são muito comumente duvidosas (SOUZA, 2016, p.75).

É sob a ótica política e administrativa das ações de cada gestor, que este desenvolvimento urbano pode assumir características tendenciosas para o mercado capitalista, assumindo o viés neoliberal do planejamento estratégico.

Essa maneira de desenvolver o “urbano” tem sua origem no setor financeiro mundial e foi “abraçada” como um método moderno de governar, com suas peculiaridades capitalistas e pondo como “prioridade” a política econômica e suas estratégias de negócio que tratam a “cidade” como um território de oportunidades para o capital se reproduzir.

A priori, deve-se saber que esse modelo de planejamento é o novo método no qual o poder público alinha a cidade às prerrogativas de uma empresa. Tal maneira de sistematização, através da qual a cidade obriga-se a competir, pressionada pela mundialização da economia e da comunicação, é produzida pela *Havard Business School* (VAINER, 2002, p.76).

Esse é o *modus operandi* do planejamento estratégico: de vender, principalmente, para os compradores internacionais as mesmas mercadorias, legitimando o seu modo capitalista de ser:

Tem-se aqui o perfeito e imediato rebatimento, para a cidade, do modelo de abertura e extroversão econômicas propugnado pelo receituário neoliberal para o conjunto da economia nacional: o mercado externo e, muito particularmente, o mercado constituído pela demanda de **localizações** pelo grande capital é o que qualifica a cidade como mercadoria (VAINER, 2002, p.80, grifo nosso).

Então, se tudo acontece no espaço, é o espaço (localizações) a grande mercadoria a ser vendida pela cidade, e não é um espaço qualquer, é um espaço qualificado, com equipamentos voltados para os compradores de luxo (o capital), em detrimento do comprador sem luxo (morador e mão de obra contingente):

Em síntese, pode-se afirmar que, transformada em coisa a ser vendida e comprada, tal como a constrói o discurso do planejamento estratégico, a cidade não é apenas uma mercadoria mas também, e sobretudo, uma mercadoria de luxo, destinada a um grupo de elite de potenciais compradores: capital internacional, visitantes e usuários solváveis (VAINER, 2002, p.83).

Essa intervenção exógena da globalização capitalista transforma a cidade e interfere diretamente nas relações presentes e constituídas pela sociedade que nela habita. São processos dinâmicos de mudanças socioeconômicas mundiais que, de acordo com suas necessidades de legitimação, modelam, além de outros, a maneira de viver o espaço:

O desenvolvimento das forças produtivas (capital) gera mudanças constantes e com estas, a modificação do espaço urbano. Estas mudanças são hoje, cada vez mais rápidas e profundas, gerando novas formas e configurações espaciais, novo ritmo de vida, novo relacionamento entre pessoas, novos valores. Por outro lado, o espaço é cada vez mais espaço mundial e as relações entre os homens dependem cada vez mais de decisões tomadas a milhares de quilômetros de seu local de residência (CARLOS, 2015, p.27).

A Copa 2014 em Pernambuco foi a oportunidade para a representação desse modelo de gestão urbana apoiada no empreendedorismo e ratificada pelos Grandes Projetos Urbanos⁵⁵ (GPU) como marca de suas diretrizes.

O GPU caracteriza-se pelo alto custo dos investimentos realizados em parcerias (PPP), a dimensão de território urbano por ele atingido, a gama de pessoas na construção das obras e o impacto social que ele acarreta quando de sua realização (desapropriações).

O uso do planejamento estratégico e sua lógica de pensar o território será visto nas ações realizadas pela Rede-Megaevento em Pernambuco, no capítulo 3, assim como a análise das estratégias.

2.4 Sobre o direito à cidade e à moradia: definições sobre remoções forçadas

Este tópico define as consequências implicadas na realização da cultura de GPU e o impacto que provocam: as remoções forçadas. Não apresenta ainda uma discussão da realidade

⁵⁵ Optou-se por este conceito pela pesquisa estar baseada na dimensão do território urbano e suas transformações, e na sua relação com o planejamento estratégico.

encontrada em Jardim Penedo de Baixo⁵⁶, mas levanta as categorias por meio das quais é interpretada essa experiência, observando sob o ângulo da população atingida.

O agente facilitador da Rede-Megaevento (Estado), imbuído de suas aptidões gestoras empreendedoras, decretou e influenciou leis para realizar as obras da Copa 2014. Essas ações apontam para intenções arbitrárias de quem comanda o planejamento urbano na lógica do mercado imobiliário. Este tópico aborda, de maneira sucinta, leis de proteção ao direito de moradia, pactuadas no âmbito nacional e internacional, chamando atenção para o direito à cidade, conceituando moradia e remoções forçadas trazendo-os para o contexto do megaevento.

O direito à cidade e a moradia tem estreita relação com a transformação da legislação de terras no Brasil. Sem querer fazer um aprofundamento na história das ocupações irregulares, sabe-se que elas acontecem desde o império a partir da Lei de Terras⁵⁷. Antes dessa lei não havia direito à propriedade a não ser pela posse caracterizada pela presença do posseiro na terra. Essa lei acaba por excluir as populações de baixa renda impossibilitadas de pagar pelo registro da posse. A partir daí, o direito à terra fica nas mãos de quem tinha recursos financeiros e latifundiários na busca de aumentar suas propriedades. A terra vira a mercadoria de luxo, levando a população pobre para os lugares que lhe resta: áreas praticamente inabitáveis (encostas de morros, áreas alagáveis) ou, como no caso de JPB, áreas de preservação ambiental pouco, ou nunca, fiscalizadas pelo Estado (MARICATO, 2003).

Com a chegada do planejamento estratégico, esta situação torna-se ainda mais dramática, principalmente nos países de periferia como o Brasil:

[...] esse modelo, definidor de padrões holísticos de uso e ocupação do solo [planejamento estratégico], apoiado na centralização e na racionalidade do aparelho de Estado, foi aplicado a apenas uma parte das nossas grandes cidades: a chamada cidade formal ou legal. A importação dos padrões do chamado "primeiro mundo", aplicados a uma parte da cidade (ou da sociedade) contribuiu para que a cidade brasileira fosse marcada pela **modernização incompleta** ou **excludente** (MARICATO, 2002, p.123, grifo nosso).

⁵⁶ As informações mais detalhadas sobre essas pessoas estarão nos capítulos 3 e 4 deste trabalho.

⁵⁷ “Dispõe sobre as terras devolutas no Império, e acerca das que são possuídas por título de sesmaria sem preenchimento das condições legais, bem como por simples título de posse mansa e pacífica; e determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejam elas cedidas a título oneroso, assim para empresas particulares, como para o estabelecimento de colônias de nacionais e de estrangeiros, autorizado o Governo a promover a colonização estrangeira na forma que se declara”. BRASIL. **Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850**. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 20 out. 1850. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/LEIS/L0601-1850.htm. Acesso em 30 out. 2018.

Nesse sentido, a cidade informal não se beneficia do planejamento estratégico. A cidade formada pelas favelas, pelas invasões, de pessoas pobres e moradoras de habitações inadequadas.

Deixar essa discussão teórica por último foi proposital, não apenas pela coerência de estrutura, mas para enfatizar ainda mais que, quando se trata de direitos, nesse caso, o de habitar a cidade e a ela ter acesso, esse é o lugar no qual o poder público o coloca em segunda instância, pois há prioridades acima desse direito. Há “legitimações” econômicas sufocando as necessidades básicas do cidadão. Contudo, é bom esclarecer, que esse cidadão tem uma posição: a de não pode pagar.

Conceituar o termo *cidade* em seu mais perceptível sentido: a de quem a habita, é um ponto importante. Nas palavras de Ana Fani Alessandri Carlos, em seu livro *A Cidade*:

Do ponto de vista do morador, enquanto consumidor, a cidade é meio de consumo coletivo (bens e serviço) para a reprodução da vida dos homens. É o *locus* da habitação e tudo o que o habitar implica na sociedade atual: escolas, assistência médica, transporte, água, luz, esgoto, telefone, atividades culturais e lazer, ócio, compras, etc. (CARLOS, 2015, p. 46).

A cidade só é plena se nela existirem os equipamentos necessários para a sobrevivência urbana e esses, como primordiais, devem ser usufruídos coletivamente e levados ao primeiro plano, quanto ao planejamento urbano. Mas isso não acontece com a nova onda de planejar a cidade, principalmente em regiões metropolitanas, grandes alvos de interesses macroeconômicos globais como se viu anteriormente.

A cidade em sua essência (o social) perde para a força dos interesses vertidos em nome do “desenvolvimento”. O capital não preserva as áreas comumente habitadas pela população histórica que ali encontrou seu lugar para viver e criar sua identidade. A cidade é feita da experiência das pessoas, do trabalho, visto que, além do lugar de troca de valores materiais, ela é feita, também, de valores histórico-culturais independente das práticas econômicas. Como diz Lefebvre em seu livro *O Direito À Cidade*:

A cidade historicamente formada não vive mais, não é mais apreendida praticamente. Não é mais que um objeto de consumo cultural para os turistas e para o esteticismo, ávidos de espetáculos e do pitoresco. Mesmo para aqueles que procuram compreendê-la calorosamente, a cidade está morta (LEFEBVRE, 2016, p.106).

Por tanto, a cidade negócio, abstrata e generalizada pelo externo, pelo capital, em suma, afere-se como potencial assassina da cidade real (formal/informal), interior, da memória histórica, deixando em seu lugar, por vezes, resquícios transformados em relíquias de museu,

ou espetáculos para turistas, assim, ferindo um dos direitos básicos do homem: o de habitar a cidade.

Essas áreas da cidade tomadas pelos interesses de mercado, são periféricas, muitas vezes, “vazias”, sem nenhuma infraestrutura (por isso, logo fornecida pelo poder público quando surge a “oportunidade” do empreendimento) ou antigos polos industriais desativados, e até mesmo, zonas especiais de interesse social (ZEIS), nas quais existe uma população à procura de seu meio de sobrevivência, e invisíveis aos olhos do capital, como a comunidade Jardim Penedo de Baixo (JPB).

O direito à cidade passa pelo crivo desse modelo de gestão, que toma a lei a favor das novas (e velhas) redes de poder (estruturadas no campo do desenvolvimento), da desvalorização do espaço para fins de especulação imobiliária e gentrificação branca (substituição da população local por outra com melhor poder aquisitivo), como foi o propósito do projeto Cidade da Copa.

Para Lefebvre, “a sociedade em que vivemos parece voltada na direção da plenitude, ou pelo menos na direção do pleno (objetos e bens duráveis, quantidade, satisfação, racionalidade)” (2001, p.114-115) e se assim o é, fica cada vez mais longe a práxis de uma cidade mais justa, que pense coletivamente em uma maneira de acabar com a desigualdade entre classes, e a necessidade de habitar do cidadão.

Por isso, a comunidade de JPB foi excluída duas vezes pelo Estado: a primeira, quando, por conta do déficit habitacional em SLM, que em 2010 era de 2.700 unidades habitacionais (MELLO, 2014⁵⁸), foi impelida a “invadir” terras sem nenhuma infraestrutura que a sustentasse, negando seu direito à cidade, e a segunda, quando, em nome do GPU disfarçado de desenvolvimento, esse, lhe tirou o direito de ficar nessa terra na qual muitos moradores haviam investido seu trabalho, sua vida por mais de duas décadas, violando desse modo seu direito à moradia.

A população de JPB era um obstáculo, “era invasora de terras do governo”, uma ameaça ao patrimônio público, nas palavras do representante do Estado, Ricardo Leitão, situação essa que será explorada nos capítulos reservados para discutir sobre os interlocutores desapropriados.

Rolnik (2012) alega que o Brasil vive um paradoxo: apesar de um avanço admirável em todo o mundo quanto às leis de proteção e reformulação para um planejamento urbano

⁵⁸ MELLO, G. M. S. **Transformações na dinâmica territorial de São Lourenço da Mata: da “Cidade da Copa” aos novos empreendimentos imobiliários.** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Humano) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

participativo e voltado para a maioria da população, ainda assim, é o mercado imobiliário o grande beneficiado.

O Estado e sua forma de gerir o urbano, durante a Copa 2014, foi atropelando tudo o que havia sido constituído para a consolidação dos direitos do cidadão (ROLNIK, 2014). Até mesmo marcos internacionais, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (2018) e o PIDESC⁵⁹, dos quais o Brasil é signatário, foram abandonados quando a remoção forçada de populações de baixa renda foi tomada como sacrifício suportável em nome de um desenvolvimento cheio de parcialidades.

Para o fim deste estudo, assumo o conceito de moradia nos moldes da Declaração Universal dos Direitos Humanos (2018) de 10 de dezembro de 1948, em seu artigo XXV, parágrafo 1, ratificado pelo PIDESC⁶⁰, do qual o Brasil é signatário, em seu artigo nº11, pode-se compreender que a moradia não é apenas o bem material de significância econômica, mas, também, a qualidade de vida em que a oferta de condições favoráveis de acesso ao trabalho, à saúde, à educação, e ao lazer, ao sossego e a paz, protegendo o cidadão e sua família tanto social quanto cultural e economicamente. Mas fico com a versão de quem lidou diretamente com esse assunto no mundo todo:

[...] a ideia de direito à moradia nada tem a ver com a ideia de que a moradia é mercadoria, um bem, um produto que você compra, ou mesmo um ativo financeiro, alguma coisa que serve para que através da propriedade desse bem você possa levantar mais dinheiro, ter mais financiamento, etc. A ideia de moradia como direito humano é a ideia de que moradia adequada é um lugar, a partir do qual os indivíduos, as comunidades e as pessoas possam ter acesso a condições para poder atender ao conjunto de seus direitos, então a moradia é uma espécie de portal, de porta de entrada para o direito à educação, para o direito à saúde, para o direito à expressão cultural, para o direito a não discriminação, para os outros direitos, o direito ao acesso ao trabalho, às oportunidades econômicas, às oportunidades culturais, e portanto, a moradia não é quatro paredes e um teto, tijolo, concreto, custa tanto, vale tanto. Não é isso (ROLNIK, 2014).

No entanto, apesar de ser um direito fundamental para a sobrevivência humana, no Brasil, esse direito não é efetivado, como foi citado antes, apesar do ordenamento jurídico salvaguardá-lo no plano constitucional e infraconstitucional (STEFANIAK, 2010). Segundo o

⁵⁹ O Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais - PIDESC, adotado pela Assembleia Geral da ONU em 1966, é o principal instrumento internacional de proteção dos direitos à moradia e qualidade de vida.

⁶⁰ O Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais - PIDESC, adotado pela Assembleia Geral da ONU em 1966, é o principal instrumento internacional de proteção dos direitos à moradia e qualidade de vida.

Comitê dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais⁶¹ (CDESC), em seu Comentário Geral nº 4, são países em desenvolvimento como o Brasil os que mais violam esses direitos, gerando as remoções forçadas (1991, p. 110).

O CDESC, em sua décima sexta sessão (1997, p. 116-120), reforça também ser direito a uma moradia adequada, a estabilidade e garantias legais contra essas remoções, que só devem acontecer quando forem esgotadas todas as alternativas, e, caso a remoção se torne necessária, deve ser feita dentro das normas acordadas no pacto, garantindo a qualidade de vida igual ou superior a que o cidadão usufruía. Ele cita ainda como causas das remoções, em nome do desenvolvimento, os projetos de infraestrutura, especulação desordenada de terras, ou retenção para *eventos esportivos* (no caso deste estudo, a Copa 2014), e coloca nas mãos dos Estados Partes (países signatários) a responsabilidade de se fazer cumprir as normas acordadas, destinando recursos tanto financeiros quanto legais.

As violações do direito à moradia ligada a esses projetos levou a ONU a criar a Relatoria Especial para o Direito à Moradia⁶², essa, foi responsável pela confecção, em 2007, do Guia-cartilha: “Como atuar em projetos que envolvem despejos e remoções?”, orientando, assim, todas as partes envolvidas no processo, no intuito de evitar violações de direitos às populações atingidas por remoção involuntária decorridas desses projetos (p. 4). Esse direito é garantido independentemente da situação legal da moradia (própria, alugada ou originária de ocupações informais).

Apesar desse apelo conjunto do órgão, o Brasil, como outros países ditos em desenvolvimento, não respeita de fato essas recomendações, promovendo remoções forçadas ao executar grandes projetos de desenvolvimento, principalmente os GPU.

A remoção forçada é cada vez mais utilizada no espaço urbano, principalmente nos atingidos pelo crescimento populacional e os planejamentos pautados no empreendedorismo, no caso deste estudo. Esse deslocamento de pessoas das suas moradias contra a vontade própria pode ser temporário ou definitivo. Acontece em três situações: causas naturais (enchentes, terremotos etc.), por eventos políticos (guerras, conflitos étnicos) e por projetos de desenvolvimento (hidrelétricas, estradas etc.). A diferença entre elas está no papel do planejamento quanto ao reassentamento das pessoas (SCOTT, 2016, p.813).

⁶¹ Tirado da Compilação de instrumentos internacionais de direitos humanos, sexta sessão do Comitê do PIDESC em Timor Leste, 1991. OLIVEIRA, B. N.; GOMES, C. M.; SANTOS, R. P. **Os direitos fundamentais em Timor Leste: teoria e prática**. Coimbra: Coimbra Editora, 2015. 571p.

⁶² Criada em 2000, teve como relatora a brasileira Raquel Rolnik de 2008 a 2014.

Scott (2016) explica que os planejamentos para realocação de pessoas removidas causadas por desastres naturais são prejudicados, pois, embora parte das situações seja causada pelo desordenamento urbano (moradias construídas em áreas de encostas, alagáveis, etc.) de certa forma sendo previsíveis, quando os eventos acontecem exigem soluções de emergência com recursos especialmente designados para a ocasião. O mesmo acontece para os assentamentos resultantes de conflitos, pois são exigidas medidas rápidas para o reassentamento da população refugiada ou expulsa. Nesses dois casos, a demanda por assentamentos não foi gerada pela estrutura administrativa que precisa lidar com ela. Nessa perspectiva, é preciso um Estado forte e bem estruturado para solucionar esses problemas (SCOTT, 2016, p. 814).

Diferente dessas remoções, as retiradas causadas pelos projetos de desenvolvimento são previsíveis e passíveis de um planejamento que as contemple na busca de soluções viáveis para a população atingida, no entanto, apesar disso, há o silêncio ou a esquiva dos planejadores quanto a esse problema, em detrimento dos aspectos positivos do projeto (SCOTT, 2016, p. 815). Essa é a crueldade nesse tipo de remoção: saber que acarretará impacto sobre as pessoas e não as incluir devidamente como parte do projeto, assegurando plenamente direitos às pessoas atingidas em seu planejamento.

Essa realidade aconteceu em JPB, no caso das obras para que o megaevento fosse garantido em Pernambuco. Além de não haver, por parte da Rede, nenhum plano de reassentamento, nem para solucionar, nem para mitigar os transtornos da população, fez-se questão de tratar o “problema” como um detalhe a ser resolvido com a máxima urgência para viabilizar o projeto, sem alarde, no tempo técnico (SCOTT *et al*, 2014).

Esse tipo de “limpeza” (remoção da população), no Brasil, é antiga, como é antiga a Rede de poder formada por Estado e capital privado. Nas últimas três décadas do século XIX, no Rio de Janeiro, em nome da saúde, casebres, casas velhas utilizadas como cortiços eram demolidas para a abertura das grandes avenidas. Uma das primeiras remoções causadas pelas grandes obras públicas em parceria com os proprietários de imóveis, a maior e mais famosa delas, foi a demolição do cortiço chamado de “Cabeça de Porco”, em 1893, desabrigando 4.000 moradores (GALIZA; VAZ; SILVA, 2014).

Encerro este capítulo reificando que, a partir de uma discussão sobre a ideia de progresso em diferentes momentos, representada como avanço e melhoria e, posteriormente, associadas a desenvolvimento, procurei mostrar como essa construção cultural e ideológica foi fortemente disseminada no Ocidente, gerando até o presente momento, sua aceitação em diferentes países e contextos sociais. Para esta pesquisa e para a de tantos outros pesquisadores, o desenvolvimento é considerado como um campo de poder e político, operando sob óticas

específicas e oportunistas em diversos segmentos da sociedade capitalista, onde tudo é mercadoria, inclusive megaeventos e cidades.

Ao longo do texto, expus a maneira como gestores públicos brasileiros buscaram na realização da Copa 2014, uma oportunidade para realizar grandes projetos, supostamente de desenvolvimento, colocando em prática o “planejamento estratégico”, um reduto de ações desenvolvimentistas. Em Pernambuco, o agente facilitador da Rede procurou, a seu modo, trazer um megaprojeto para ficar como legado da passagem da Copa no estado: a primeira *Smart City* da América Latina, a Cidade da Copa, passando por cima de direitos constituídos da população atingida.

A Rede usou várias estratégias que foram interpretadas também à luz das contribuições de Scott (2012), quanto às táticas de desmonte utilizadas por agentes do desenvolvimento⁶³.

Para Scott (2012), há táticas assumidas pelos agentes responsáveis por projeto de grande impacto, que seguem um itinerário possível de ser mapeado pelo desmonte realizado após o projeto ficar pronto, deixando as vítimas à deriva de assistência completa.

A primeira tática de desmonte se dá pelo processo de desmoralização que os agentes atingidos recebem, esses, são associados à imagem do atraso e ignorância. A segunda tática, refere-se à metamorfose institucional. As empresas e instituições responsáveis vão se transformando durante o processo de realização das obras e seguem estratégias de redefinição de agentes e dos papéis que desempenham frente às metas as quais precisam alcançar a todo custo, pondo em prática os ajustes técnicos e espaços de atuação que mantêm e permitem o discurso de “descompromisso com promessas anteriores”, feitos por “outros” (SCOTT, 2012, p.140). A terceira tática de desmonte é o abandono do planejado. Nessa estratégia, a comunicação empresarial se alicerça procurando fugir de responsabilidades, desmentindo sua capacidade técnica e revelando o que deveria produzir. Na quarta tática, está a incorporação burocrática na qual, com passar do tempo de execução do projeto, surgem novas demandas que exigem uma mudança na relação com os atingidos. E, por outro lado, nesse momento os atingidos e seus grupos de apoio colocam lista de reivindicações na busca de ações mitigadoras, direitos, entre outras coisas. Contudo, o descaso planejado atinge todas essas etapas. Em outros momentos desta tese, usarei essa perspectiva para interpretar a experiência da remoção forçada no que tange às ações da gestão pública.

⁶³ Outras contribuições importantes do autor, para interpretar o campo, como a concepção dos “tempos” na construção dos grandes projetos de desenvolvimento, apareceram durante os próximos capítulos.

É sobre as estratégias do governo que o próximo capítulo discorre, mostrando como uma gestão neoliberal e “empreendedora” mobilizou recursos e alianças para “cumprir” o dever de casa e limpar a área para produzir esses projetos, através do discurso intensivo sobre criar uma centralidade e desenvolver o Oeste Metropolitano.

Nós queremos e vamos ser sede dessa copa do mundo. Vamos trabalhar de forma arrojada e fazer nosso dever de casa de forma irretocável para que Pernambuco não corra nenhum risco (CAMPOS, 2009).

3 A ESTRUTURAÇÃO DA REDE-MEGAEVENTO: ESTRATÉGIAS PARA A “LIMPEZA DO TERRENO” E A VENDA DA CIDADE DA COPA

Neste capítulo, descrevo ações e estratégias construídas pela Rede, o seu *modus operandi* no intuito de “limpar o terreno” e produzir o megaevento. Para tanto, exibirei o protagonismo do Estado através de seu capital simbólico ao usar os instrumentos burocráticos (decretos, facilitação de trâmites, flexibilização de leis), recursos econômicos e capital humano, na consolidação da “força-tarefa” e baseado no poder legal, instituído pelo corrente ditame “cumpra-se”.⁶⁴

Mostro como a gestão pública retomou o planejamento referente ao território do Oeste Metropolitano para legitimar seu discurso de desenvolvimento na concepção da Nova Centralidade e “convencer” a população sobre os legados que o Projeto Cidade da Copa traria para SLM e seu entorno. Assim, após contextualizar brevemente alguns aspectos do município, detalho a concepção do Projeto Cidade da Copa, com destaque para sua viabilidade, escolha do local e justificativa.

Apresento a Matriz de Responsabilidade do Estado de Pernambuco, documento que informa obras e prevê custos da Copa 2014 assumidos pela gestão estadual. Considero sua assinatura ainda no “tempo de planejamento” (SCOTT; MOURA, 2014), embora as obras estejam situadas no “tempo de execução”. Destaco como os valores das obras inseridas nessa matriz não foram informados adequadamente pelos portais oficiais de transparência.

O marcador para o “tempo de execução” do megaevento foi a estruturação da parceria público privada (PPP), que possibilitou a entrada efetiva e legal do parceiro financeiro na Rede. Outro documento produzido nesse período foi o Relatório de Impacto Ambiental da Cidade da Copa (RIMA, 2012), ambos responsáveis pelo destino do Projeto Cidade da Copa.

Finalizo o capítulo comparando brevemente a atuação da gestão pública no processo de remoção forçada dos moradores de Jardim Penedo de Baixo com a experiência de remoção e desapropriação ocorrido no Loteamento São Francisco, em Camaragibe. Apresento, por fim, a frustração experimentada pela população de SLM quanto às expectativas não atendidas em relação à Copa 2014 na Arena Pernambuco.

⁶⁴ Comumente nos documentos e rituais executados pelo gestor público (portarias internas entre órgãos) é dado um protocolo (norma e procedimento) que após a ordem oficial, é finalizado com as palavras: “Publique-se”, “Registre-se” e “Cumpra-se”. Essas, refletem o poder burocrático estatal em ação.

3.1 A Rede-Megaevento: estratégias e discursos na produção da Copa 2014

A formação da Rede em Pernambuco começa com o desejo do governador, logo nos primeiros dias de sua gestão (2007), em sediar o megaevento.

O governador de Pernambuco Eduardo Campos era economista, formado pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), foi ex-ministro da Ciência e Tecnologia do governo Lula (PT), e chegou a ser o seu principal articulador político. Em 2005, foi presidente do Partido Socialista Brasileiro (PSB), também, governador de Pernambuco por duas vezes consecutivas (2007-2014), sendo em sua última eleição (2010), o governador mais votado do Brasil, quando deixou o cargo em abril de 2014 para se candidatar à presidência da República.

Com um perfil de gestor empreendedor, sua forma de governar foi pautada em “foco nos resultados”, característica típica do planejamento estratégico. Seu programa de gestão era chamado de “Mapa de Estratégia” e primava pelo monitoramento dos resultados traçados como metas, programa que foi premiado por três vezes pela ONU. A primeira em 2012, com o programa de gestão “Todos por Pernambuco” e com o projeto para combater o desemprego decorrente da entressafra da cana-de-açúcar, “Chapéu de Palha”, e, em 2013, com o programa de segurança “Pacto Pela Vida”. Tais premiações fortaleceram a gestão e impulsionaram a credibilidade do estado, facilitando acordos de empréstimos com bancos nacionais e estrangeiros, imprescindíveis para sua gestão (CAVALCANTI, 2014). Esse perfil empreendedor de Eduardo Campos norteou todas as ações em relação à Copa 2014, seu poder de liderança foi usado para costurar o caminho na concretização das obras.

Considerando o perfil do governador, sediar o megaevento em Pernambuco foi a tentativa de projetar a política local a nível nacional. Ele demonstrava ter aspirações grandiosas sobre a oportunidade que o campeonato traria para “desenvolver” o estado e projetar seu nome no cenário político nacional.

Então, restava conceber um projeto que satisfizesse as ambições do agente público e atraísse parceiros comerciais. A opção escolhida foi um projeto de bairro misto, a primeira *Smart City* da América Latina, o Projeto Cidade da Copa, que atenderia as exigências da FIFA e liberaria para o capital imobiliário a concessão definitiva e sem custos de uma área pública para ao mercado imobiliário.

3.1.1 Rede-Megaevento: flexibilizar para tornar “legal”

A cena emblemática apresentada na Figura 20, retrata o momento da comemoração do anúncio oficial de SLM como subsede da Copa 2014 por parte dos gestores públicos e a população local. A reportagem simboliza como o discurso de “desenvolvimento” foi propagado para promover o megaevento, mas, também, sinaliza para o pacto firmado entre agentes públicos na estruturação da Rede-Megaeventos.

Figura 20 – Eduardo Campos e o prefeito Ettore Labanca (1º à esquerda) comemoram, com a população de SLM, a escolha de Pernambuco como subsede da Copa



EM SÃO LOURENÇO, Eduardo ao lado do prefeito Ettore Labanca comemora com o público

Fonte: Diário Oficial do Estado, 02 de junho 2009, nº100, capa.

É mais um projeto estruturante na construção de um novo Pernambuco. A realização da **Copa vai ajudar muito no desenvolvimento** do Estado. Vai gerar muitas oportunidades de trabalho e divulgar o nosso Estado no mundo inteiro (Governador Eduardo Campos, DOE 02/06/2009, grifo nosso).

São Lourenço e toda parte oeste da Região Metropolitana estava carecendo de um **empreendimento que pudesse gerar desenvolvimento**, oportunidade de trabalho. Temos a certeza do impacto positivo que tem para a cidade um equipamento como a Arena multiuso e nove mil habitações. Um novo bairro maior que milhares de cidades no Brasil, onde vão morar 45 mil pessoas. É uma nova cidade (Governador de Pernambuco Eduardo Campos, DOE 02/06/2009 grifo nosso).

É um sonho sendo realizado. Agora, temos um fator preponderante para o **desenvolvimento equilibrado** de São Lourenço (Prefeito de SLM Ettore Labanca, DOE, 02/06/2009, grifo nosso).

Como foi dito anteriormente, a configuração de redes em face de projetos de desenvolvimento não é algo novo. Ribeiro (2012) destaca sua existência desde a Revolução Industrial, operando na viabilidade de grandes projetos, nos quais circulam o enorme fluxo de capital e de pessoas. Para o autor, os projetos de grande escala dependem do estabelecimento de redes, formadas por atores diversos (técnicos, políticos, capitalistas etc.), para os quais, os relacionamentos pessoais são importantes para “navegar” entre os “interesses” e, inclusive, para articulá-los no âmbito local, regional, nacional e internacional/transnacional. As redes revigoram o campo do desenvolvimento ao permitir “coalizões” e construção de alianças.

A Rede-Megaevento se constituiu na articulação entre o poder público estadual, municipal, capital privado e colaboradores (como a organização internacional FIFA e a mídia que, segundo Proni (1998) junto com seus parceiros comerciais foi quem fez um evento de futebol se transformar em um grande negócio). Afinal, o megaevento é um empreendimento que demanda recursos, tanto econômicos quanto políticos (SEIXAS, 2010), e possibilita ao planejamento estratégico da gestão pública a oportunidade para negociar e vender a cidade (VAINER, 2002). Essa atuação conjunta foi necessária para facilitar a solução dos “entraves” na concretização do Projeto Cidade da Copa, para que esse pudesse ser viabilizado e entregue ao capital privado (Consórcio Arena Pernambuco Negócios e Participações S/A).

As ações da Rede foram interpretadas como parte de um processo constituído de etapas e maneiras (*modus operandi*), situadas também a partir da percepção dos “tempos” (SCOTT *et al*, 2014; SCOTT e MOURA, 2014). Para facilitar o entendimento das ações e os objetivos executados dentro de uma lógica, sistematizei um quadro sinótico (Quadro 2). Ressalto que o enquadramento é apenas uma possibilidade de ler as informações que tive acesso, com base na teoria de outros pesquisadores, cujos trabalhos trataram da forma como o megaevento ocorreu em Pernambuco.

Quadro 2 – Ações da Rede definidas nos “tempos” do megaevento

Data	Evento	Observações	Delimitações dos tempos estratégicos baseados em Scott e Moura (2014)
continua			
13/01/2006	O presidente da CBF, Ricardo Teixeira, oficializa junto à FIFA a candidatura do Brasil para sediar a Copa	Disponível em: http://www.clicrbs.com.br/especial/sc/qualidade-de-vida-sc/19,0,1662987 acesso em; 18/03/2017	Tempo do Planejamento

09/02/2007	Primeiro discurso oficial do Governador Eduardo Campos, após sua eleição, sinalizando a entrega de documento formal ao Ministério dos Esportes, desde a primeira semana de janeiro, com a intenção de ser subsede da Copa	Diário Oficial 09 de fevereiro de 2007	Tempo do Planejamento
23/11/2007	Criação oficial do Comitê de Candidatura de Pernambuco na Copa de 2014	Decreto nº 31.052, 23 de novembro de 2007	Tempo do Planejamento
30/12/2008	Decreto de Utilidade pública do terreno, decreto nº 32.926 de 30 de dezembro de 2008.	Alterado pelo Decreto nº 34.682 de 12 de março de 2010. Torna o terreno de utilidade pública. (início da “limpeza do terreno”)	Tempo do Planejamento
Abril/2009	Cadastramento das 333 propriedades de JPB para remoção forçada do terreno.	Inquérito Civil/ MPF (2015) Referências Bibliográfica	Tempo do Planejamento
31/05/2009	Anúncio Oficial da escolha de Pernambuco como subsede	Diário Oficial do Estado, 02 de junho 2009, nº100, capa.	Tempo do Planejamento
30/06/2009	Plano diretor de SLM Lei Municipal nº 2.266/2009.	Altera a Lei Municipal nº 2.159/2006 onde a função social do terreno passa de ZEIS 02 para ZUP 03.	Tempo do Planejamento
31/08/2009	Licença prévia da CPRH para construção da Arena Pernambuco com validade até 31/10/2010.	Anexo 2	Tempo do Planejamento
13/01/2010	Assinatura da Matriz de Responsabilidades	DOE 14 de janeiro de 2010	Tempo do Planejamento
Final de Maio a começo de Junho de 2010	Pagamento de indenização desapropriados de JPB.	Data de acordo com a assinatura do Termo de Aceitação encontrado nos cadastros. (Anexo 3) (Terreno limpo: população removida”)	Tempo do Planejamento
15/06/2010	Assinatura da PPP	Diário Oficial do 17 de junho de 2010	Início do Tempo de Execução/corrido
27/07/2010	Autorização para instalação do canteiro de obras.	Anexo 4	Tempo de Execução/corrido
Set/2010	Estudo de Impacto ao Patrimônio Cultural e Arqueológico.	Referências Bibliográficas	Tempo de Execução/corrido
13/12/2010	Licença definitiva da CPRH	-----	Tempo de Execução/corrido
16/02/2011	Criação do Comitê Pernambuco Copa do Mundo 2014	Decreto nº 36.206 de 16 de fevereiro de 2011	Tempo de Execução/corrido
Dez/2012 *	RIMA Cidade da Copa	Referências Bibliográficas	Tempo de Execução/corrido

Fonte: Autora (2018).

Conforme o quadro, a Rede realizou ações que deram origem ao processo de “limpeza do terreno” ainda no “tempo do planejamento” (SCOTT *et al*, 2014; SCOTT e MOURA, 2014) flexibilizando legislações vigentes e diretamente modificando o destino das pessoas e do lugar.

Esse processo se inicia com o decreto de utilidade pública, o qual disponibiliza o terreno para o projeto (Decreto nº 32.926 de 30 de dezembro de 2008⁶⁵). Esse, foi sancionado meses antes de Pernambuco ser anunciado como subsede do megaevento, sendo um dispositivo usado no processo de desapropriação⁶⁶, conforme Lei Federal nº 3.365 de 21 de junho de 1941.

É importante explicar que somente o Estado tem o poder de desapropriar. Esse ato pode ser por utilidade ou necessidade pública em benefício do próprio Estado, aferindo à propriedade o interesse público. No caso de necessidade pública, é o caráter de emergência que motiva e justifica o uso imediato do bem requerido. Diferentemente da desapropriação por utilidade pública que, apesar de ser do interesse do Estado, não caracteriza alguma imprescindibilidade, ou seja, é necessária, mas não é urgente (BARBOSA, 2016).

Outra ferramenta da etapa de flexibilização e desconstrução de direitos, foi a alteração no Plano Diretor de SLM (2006)⁶⁷. No zoneamento estabelecido pelo Plano Diretor, Lei nº 2.159/2006, parte da área que era, até então, definida como Zona Especial de Interesse Social (ZEIS 02), foi transformada em uma Zona de Urbanização Preferencial – ZUP 03 através da Lei Municipal nº 2.266/2009.

Quando uma área é enquadrada como ZEIS, que é um dos instrumentos da política urbana estabelecidas no Estatuto das Cidades, Lei nº 10.257/2001, significa que o objetivo de sua existência é garantir à população socialmente excluída o direito à cidade formal, cabendo ao município, através do seu zoneamento, definir quais áreas da cidade serão, assim, enquadradas. O objetivo é que a terra seja acessível à população de baixa renda (normalmente são áreas de assentamentos espontâneos ou consolidados/propostos pelo poder público). Desse modo, a consagração de uma área como ZEIS é uma forma de o Poder Público garantir o direito das pessoas à cidade, por meio do Plano de Regularização de Zonas Especiais de Interesse Social (PREZEIS).

⁶⁵ Esse Decreto sofreu alteração pelo Decreto nº 34.682 de 12 de março de 2010.

⁶⁶ A desapropriação ocorreu entre o Estado e a Perpart, pois o terreno fazia parte do patrimônio dessa Sociedade de Economia Mista, com maior parte do capital pertencente ao próprio Estado. Aos meus interlocutores, “posseiros”, coube receber apenas pelas benfeitorias realizadas no terreno. Situação explicada no capítulo 4.

⁶⁷ Para conhecimento das mudanças e consequências delas no solo de SLM, vide Mello (2014).

Raquel Rolnik⁶⁸ em sua passagem pelo Recife para verificar as violações referentes ao direito à moradia causadas pelo Estado em nome da Copa 2014, fala sobre o histórico de luta em Pernambuco, berço do reconhecimento sobre este direito:

Recife foi um dos nascedouros de luta pelo reconhecimento do direito à moradia. Talvez nos anos trinta, quarenta, nos anos cinquenta, nos anos sessenta, não tinha esse nome, não era articulada dessa forma, mas muito claramente a ideia que também se transformou numa prática, num marco legal, num marco jurídico, numa forma de abordagem do planejamento urbano e da política urbana, através no estabelecimento das zonas especiais de interesse social, e do processo participativo de construção dessa integração, integração de baixo para cima, com quem está lá, a partir das suas necessidades, a partir das suas demandas, isso também nasceu aqui! (ROLNIK, 2014)

Dessa maneira, para cumprir seu planejamento estratégico, ao qual deu o nome de “exigências da FIFA”, a Rede passou por cima da história de luta pelos direitos à moradia para satisfazer sua forma de conduzir as políticas urbanas. O megaevento foi a desculpa perfeita para que a retomada de “planos engavetados” ressurgissem como promessa de desenvolvimento, mas essas, não passavam de abertura para a especulação imobiliária, ao valorizar espaços que antes nem eram vistos com interesse pelo mercado, por possuírem uma população de baixa renda residindo como no caso de Jardim Penedo de Baixo.

Com os primeiros “entraves” sendo resolvidos, de maneira concomitante, ainda no tempo do planejamento, restava convencer a população pernambucana da necessidade de interferência no Oeste Metropolitano. A Rede mostrou que o projeto tinha importância crucial para o desenvolvimento da região, ao buscar uma concepção ampla de território estratégico de oportunidades.

Segundo Moraes (2005, p. 139-140), o território, que, na concepção clássica da geografia política, é o espaço de exercício de um poder centralizado no Estado e delimitado pela jurisdição de uma dada legislação, tornou-se objeto de desejo para o qual as estratégias no campo de desenvolvimento foram dirigidas, e onde os poderes interagiram para confirmar seu domínio ou para transformar a realidade de dominação nele existente. A Rede resgatou, oportunamente, o planejamento para a região Oeste Metropolitana, procurando legitimidade e a viabilidade política para a concepção, uma vez que esse discurso entrava em sincronia com direcionamentos anteriores para o desenvolvimento do Estado.

Por essa ótica, a Rede estava em compasso com o direcionamento da gestão da RMR, no sentido do empreendedorismo urbano que vinha sendo estruturado mediante projetos de

⁶⁸ Relatora Especial do Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas para o Direito à Moradia Adequada.

cunho “novo desenvolvimentista” e ligados a uma nova economia centrada na produção e no consumo do espaço, conforme salienta Melo e Nascimento (2011).

Essa história começa na década de 2000, quando Pernambuco vinha recuperando seu desempenho econômico na direção de políticas de “descentralização do desenvolvimento, promovendo a interiorização dos investimentos” (idem, p.2). A gestão pública focava determinadas áreas, que eram os “territórios” para o suposto “desenvolvimento”. Nessa lógica, destacavam-se (Figura 21) o Porto de Suape (Litoral Sul da RMR), Porto digital (Capital), a chegada da Fábrica da Fiat e o polo Farmacoquímico (Norte Metropolitano).

Figura 21 – Representação dos polos de expansão da RMR



Fonte: Adaptado de Melo (2014).

Seguindo essa lógica da promoção do desenvolvimento estratégico em áreas periféricas da RMR, faltava desenvolver o vetor Oeste, que ainda apresentava uma baixa densidade demográfica e baixo desenvolvimento socioeconômico conforme divulgava o Estado (CONDEPE/FIDEM, 2011), configurando, assim, uma Nova Centralidade retomada.

A ideia de Nova Centralidade urbana foi promovida como uma estratégia para conseguir atrair novos empreendimentos imobiliários no entorno da Arena Pernambuco e Cidade da Copa,

incentivados pelos benefícios do Programa do Governo Federal, “Minha Casa, Minha Vida⁶⁹” e pela disponibilidade de terrenos para expansão urbana (MELLO, 2014).

Tais estratégias são partes do chamado “Empreendedorismo Urbano” (HARVEY, 2005; COMPANS, 2005), que tem como paradigma o processo de “reestruturação produtiva” para manter a “reprodução” ampliada do capital nas cidades. Para Compans (2005), o governo promove o desenvolvimento econômico, procurando dar prioridade ao consenso social em torno de “estratégias” de investimentos, com a participação do setor privado, “uma racionalidade empresarial na administração dos negócios públicos” (COMPANS, 2005, p.20).

Mas, como dito anteriormente, o interesse em “desenvolver” o Oeste Metropolitano era um projeto antigo, retomado e usado no discurso para legitimar a ideia da Nova Centralidade no território. Então, o que seria o Oeste?

3.1.2 Rede-Megaevento: a estratégia do discurso hegemônico sobre a Nova Centralidade

A necessidade de um planejamento regional que integrasse Recife aos municípios vizinhos levou a oficialização, em 1973, da Região Metropolitana do Recife pela Lei Federal nº 14. Inicialmente, a região era formada por nove municípios, contudo diante das emancipações municipais ocorridas ao longo do tempo, esse número foi ampliado para 14 municípios⁷⁰.

A integração dos municípios (Figura 22), cada um com suas características específicas, demandou da gestão pública um planejamento que abarcasse suas necessidades e potencialidades. Para atender a demanda, ainda durante a década de 1970, o governo estadual, através de leis, criou a Conderm (Lei nº 6708/74), a Fidem (Lei nº 6890/75) e a Funderm (Lei nº 7003/75), órgãos que tinham por missão planejar o desenvolvimento da RMR, e, posteriormente unificados, deram origem a CONDEPE/FIDEM.⁷¹

⁶⁹ O Programa Minha Casa Minha Vida (PCMV) foi criado em 2004, dentro do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, para aumentar os recursos destinados ao financiamento habitacional e os incentivos fiscais. Em 2009, o programa foi reestruturado pelo governo federal e iniciativa privada com o intuito de enfrentar a crise econômica mundial de 2008 e aquecer a economia brasileira (SILVA, 2016).

⁷⁰ Em 10 de janeiro de 2018, através da Lei Complementar 382, o município de Goiana foi inserido na RMR, portanto os dados e outras informações sobre a região nesta pesquisa não contarão com a referência do município. Pertencente ao litoral norte do estado de Pernambuco, o município foi alvo de um grande crescimento econômico alicerçado pelas instalações das fábricas de automóveis FIAT e JEEP, do Polo Vidreiro e do Polo Farmacoquímico.

⁷¹ A Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco - CONDEPE/FIDEM é uma autarquia da Administração Indireta do Estado, vinculada à Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG), na forma da Lei nº 13.205, de 19 de janeiro de 2007, pessoa jurídica de direito público interno, dotada de autonomia administrativa e financeira, com patrimônio próprio.

Figura 22 – Institucionalização dos municípios na RMR



Fonte: BITOUN et al (2013)

Diversos planos focados em promover “desenvolvimento” foram instituídos ao longo do tempo. Inicialmente, eles assumiram uma visão tecnocrática, porém a partir de 1980, os aspectos sociais foram englobados, institui-se uma visão democrática mais condizentes com a realidade social e natural da região (CONDEPE/FIDEM, 2005).

Ainda na década de 1970, o Plano de Desenvolvimento Integrado (PDI) foi criado, definindo as diretrizes para o desenvolvimento metropolitano, dividindo a RMR em 4 núcleos: (1) Núcleo Metropolitano do Recife (centro); (2) Nucleação II Polo Metropolitano (oeste); (3) Núcleo Metropolitano do Cabo (sul) e (4) Nucleação de Igarassu e Paulista (norte) (CONDEPE/FIDEM, 2005).

A Nucleação II Polo Metropolitano, ou Oeste Metropolitano, era a que detinha os indicadores sociais mais baixos, pobreza e a maior fragmentação socioespacial comparada às outras nucleações (RAMALHO, MELLO, CAVALCANTI, 2015). Apesar dessa peculiaridade, encontrava-se, na infraestrutura da nucleação concentrada no bairro da Várzea - entroncamento rodoviário e ferroviário, rede de energia elétrica, abastecimento de água (Tapacurá e Duas Unas) e condições territoriais favoráveis à expansão urbana - obras como o Terminal Integrado de Passageiros (TIP), o centro urbano do Curado, centro de distribuição de cargas, comércio atacadista e do distrito industrial de São Lourenço da Mata, impulsionadas

pelos planos da gestão para a consolidação da nucleação (RAMALHO, MELLO, CAVALCANTI, 2015). Os Planos eram baseados pela força da infraestrutura, uma marca do planejamento tecnocrático do período da ditatorial militar vigente.

Com o Plano de Desenvolvimento Metropolitano (PDM/1979-1980), Plano Diretor da RMR (PDRMR/1990-2000) e Metrópole Estratégica 2005, as diretrizes gestoras para a RMR entravam na fase mais democrática do planejamento, valorizando as potencialidades específicas dos núcleos, o que foi considerado quando o PDMR assumiu os 10 territórios de oportunidades espalhados pela RMR, colocando parte da nucleação oeste (território onde está inserido o município de SLM) na vertente vocacional de seu território: turismo ecológico, rural e cultural (CONDEPE/FIDEM, 2005).

Esquecidos os planos das décadas anteriores, nenhum grande projeto foi realizado no Oeste Metropolitano, apesar de a gestão pública ter construído obras pontuais importantes para a região como o Parqtel⁷² e o Hospital Pelópidas Silveira (HPS)⁷³; e de mobilidade, como as BR-408 e BR-232.

A região Oeste Metropolitano é, segundo a Condepe/Fidem (2011), caracterizada por uma economia concentrada em atividades primárias (agricultura, comércio e serviços), de baixa densidade urbana e com forte presença de elementos naturais (matas, reservas e mananciais).

Quando o município de SLM foi escolhido para receber a obra de construção da Arena Pernambuco, a Rede justificou tal obra como a “oportunidade” de retomar os planos de desenvolvimento para o Oeste Metropolitano⁷⁴:

Foi um esforço para apresentar um **planejamento estratégico** de investimentos que estão sendo executados ou que ainda vão ser implementados. Por conta dos grandes investimentos que estão chegando, nós estamos **repensando os planos para a RMR**, orientando e debatendo as políticas públicas estruturadoras. (Luiz Quental Coutinho, presidente da CONDEPE/FIDEM, capa Diário Oficial do Estado, 28 de julho de 2009, grifo nosso).

Esse discurso fez parte da estratégia de referenciar a sociedade pernambucana e, conseqüentemente, perpetuá-lo no senso comum, mostrando que o desenvolvimento pretendido

⁷² O Parqtel fica localizado em Recife, próximo à BR-232, ao TIP, às principais instituições de ciência e tecnologia e à BR-408. É uma iniciativa do Governo do Estado para atrair empresas de PD&I e seu comitê foi instituído em 1996.

⁷³ **HOSPITAL Pelópidas Silveira**. Inaugurado em dezembro de 2011 às margens da BR-232 no Curado, é o primeiro hospital neuro-cardio público do Brasil. Curado: Recife, 2011. Disponível em: <http://www1.hps.imip.org.br/cms/opencms/hps/pt/home/>. Acesso em: 16 out. 2018.

⁷⁴ Formado pelos municípios Araçoiaba, Abreu e Lima, Camaragibe, Moreno e SLM.

com a realização do megaevento estava em compasso com tudo o que foi pensado para a região Oeste Metropolitano.

Em sintonia com esse discurso, José Carlos Brandão (Zeca Brandão, como é mais conhecido), principal articulador técnico, arquiteto urbanista e presidente do Comitê de Candidatura de Pernambuco,⁷⁵ criou o projeto Cidade da Copa.⁷⁶ A justificativa pela escolha do território foi embasada na potencialidade da nucleação II Polo Metropolitano como precursora da Nova Centralidade. Essas informações constam no livro Núcleo Técnico de Operações Urbanas (NTOU) - Estudos 2007-2010⁷⁷ (2012), no qual as obras e equipamentos de infraestruturas existentes na região estão listadas e mostra no Plano Diretor de SLM (2006) a expansão urbana prevista, procurando, com isso, consolidar a escolha.

Em outro ponto do livro, a viabilidade do projeto foi reforçada na exposição da ocupação já existente no eixo Aldeia (Recife, Camaragibe, SLM) pelos condomínios horizontais voltados para as classes média/alta, dessa forma, é usada mais uma vez a expressão Nova Centralidade, bem como nomeada as margens do rio Capibaribe como “território ainda sem identidade”, mas de “grande perspectiva de desenvolvimento físico, social, econômico, ambiental e cheio de significado” (BRANDÃO, 2012).

Ao usar a expressão “território ainda sem identidade” nesse contexto, o técnico deixa explícito, na verdade, o “abandono” da área pela gestão pública, que não cumpria a determinação do planejamento já existente para o Oeste Metropolitano. De acordo com o urbanista, o projeto de bairro misto Cidade da Copa traria uma nova identidade. Por outro lado, o discurso também mostra a estratégia da Rede usada para diminuir aspectos e características da população residente no suposto “vazio”: o silenciamento, uma estratégia analisada no próximo capítulo.

O olhar para o território da RMR⁷⁸, esboçado nos projetos anteriores, estava mais direcionado à proteção de suas riquezas naturais e a um uso equilibrado de suas potencialidades. Com a estruturação da Nova Centralidade a partir da Copa 2014, o território passou a ser fortemente alicerçado na concepção de empreendedorismo urbano da gestão pública

⁷⁵ Comitê Pernambuco Copa do Mundo 2014. Decreto nº 31.052, 23 de novembro de 2007.

⁷⁶ É importante dizer que o núcleo estudou outras opções territoriais (Recife e Olinda) assim como fez outros desenhos para sua concepção de Arena e bairro misto, para mais detalhes indico Mello (2014).

⁷⁷ **LIVRO do Núcleo Técnico de Operações Urbanas (NTOU) - Estudos 2007-2010**. Recife: SEPLAG, 2007. Disponível em: https://issuu.com/julienineichen/docs/livro_ntou. Acesso em: 19 out. 2018.

⁷⁸ Nos planos para o Oeste Metropolitano, segundo a Condepe/Fidem (2011), estavam o enfrentamento de cinco desafios cruciais para seu desenvolvimento: 1) Proteção ambiental, já que 1.016 km² da região são de reservas ambientais; 2) o ordenamento da ocupação, ampliação e adequação da infraestrutura urbana e viária; 3) melhoria da qualidade de vida (desemprego e IDH abaixo da média estadual); 4) diversificação da economia (baseada em atividades agrícolas); 5) fortalecimento e integração da gestão pública (revisão dos planos diretores).

(planejamento estratégico), cujos objetivos estavam mais a demanda do capital imobiliário: o terreno para a Cidade da Copa.

Assim, a força do capital associada à gestão pública apontou o destino do Oeste Metropolitano para outro cenário: as ações desenvolvimentistas dirigidas para o crescimento econômico em detrimento do social. De acordo com Souza (2016 p. 61-62), se não abrange a evolução do social na transformação do espaço, não é desenvolvimento, mas apenas crescimento econômico.

Conforme o exposto, a sociedade pernambucana foi convencida da imprescindibilidade de realizar o megaevento como forma de alavancar o “desenvolvimento” no território do Oeste Metropolitano por meio do bairro misto (Cidade da Copa). Tal objetivo foi facilmente alcançado, tendo em vista estar alinhado à ideia perpetrada entre as pessoas sobre desenvolvimento ligado a progresso e à expectativa de um futuro melhor (RIBEIRO, 2012; NISBET, 1991).

As estratégias da Rede para “limpar o terreno” através de artifícios legais e o discurso de resgate do desenvolvimento Oeste, usado para legitimar a realização do Projeto Cidade da Copa, mostram o “sentido do jogo”, naquilo que Bourdieu (2004, p.79) chama de “regularidade das práticas”, que pode ser apreendida historicamente. Como “bom jogador”, o Estado fez o que podia ser feito para que a Rede alcançasse seu objetivo: o Estado facilitou para seus parceiros e ao mesmo tempo, distanciou-se de sua função de promover a garantia dos direitos individuais e coletivos e entre outros, bem como proporcionar o bem-estar da sociedade.

3.2 A Rede-Megaevento: a venda do projeto Cidade da Copa

Neste tópico, descrevo a forma como o Estado concebeu o Projeto Cidade da Copa na visão de seu criador Zeca Brandão. Apresentarei o Projeto Cidade da Copa e alguns aspectos contraditórios do contrato de PPP analisados pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE).

Destacarei, ainda, a flexibilização da lei realizada pela Rede por meio do licenciamento ambiental, documento obrigatório produzido para dar aval ao Projeto Cidade da Copa. Ainda, comentarei o discurso de “cobrança” feito pela mídia e FIFA que foram usados para justificar as estratégias adotadas.

Contudo, antes de iniciar esses assuntos, farei uma breve contextualização do município de SLM, palco da principal obra da Copa 2014: a Arena Pernambuco.

3.2.1 Breve contexto de São Lourenço da Mata

Inserida no Oeste Metropolitano, a cidade de São Lourenço da Mata tem como limites os municípios de Camaragibe, Recife, Jaboatão dos Guararapes e Moreno. A especificidade natural do município está no seu território (264,346 km²) recheado por Unidades de Conservação e mananciais, com relevo medianamente acentuado, dissecado e de vales profundos (CPRM⁷⁹, 2005), compondo seu cenário marcadamente rural, onde, um dia, as culturas do pau-brasil e da cana de açúcar prosperaram.⁸⁰

Seus indicadores sociais demonstram sua fragilidade socioeconômica. O município, em 2017, possuía um IDH de 0,653, sendo 3º da região Oeste, seu PIB per capita era de R\$ 8.846, sendo o 4º da região Oeste (BDE, 2017), e os domicílios com saneamento adequado representavam apenas 33,74% do total de 30.317, sendo o 4º da região Oeste.

Com seus 102.895 habitantes (IBGE, 2010) e sem transporte público formal, a chegada do megaevento gerou a esperança na população de reverter essa condição socioeconômica baixa, como, por exemplo, a realidade de habitações inadequadas (Figura 24) em áreas de risco (alagáveis) e de preservação (margens do rio), que, conforme Maricato (2003), são as que sobram para a população de baixa renda habitar e revelam o não atendimento ao direito à moradia adequada.

Figura 23 – Habitações em áreas de risco e preservação Rio Capibaribe SLM



Fonte: Cavalcanti (2014).

⁷⁹ O Serviço Geológico do Brasil, também conhecido como CPRM, devido à sua razão social Companhia de Pesquisa de Recursos Naturais, é uma empresa pública vinculada ao Ministério de Minas e Energia cuja missão é gerar e difundir o conhecimento geológico e hidrológico básico necessário para o desenvolvimento sustentável do Brasil.

⁸⁰ No capítulo 4, a história do município será aprofundada.

A despeito dessa realidade frágil de SLM, a Rede a escolheu e durante a produção do megaevento, o município passou a ser identificado como a própria Cidade da Copa.

Mello (2014), investigou a dinâmica imobiliária acarretada pelo o megaevento em SLM, e destacou elementos do *marketing* mobilizados para alterar a “identidade” local:

A primeira forma de apropriação do símbolo Copa, surge através do novo título assumido pelo município: “*São Lourenço da Mata, Cidade da Copa*”, que passa a representar, além do novo momento de oportunidades e desenvolvimento econômico que se abre diante da realização da Copa do Mundo, a suplantação de aspectos negativos que já marcavam o nome da cidade. Tal perspectiva, além de envolver possíveis investidores, gera grande expectativa por parte da população com relação a possíveis melhorias na qualidade de vida (MELLO, 2014, p.101).

Antes denominado “em tom de brincadeira de ‘São Lourenço da Morte’ por seus moradores, por causa da violência que “sobrepunha” outras características, a gestão municipal vislumbrou no megaevento a “oportunidade” para transformar essa imagem negativa. Para tanto, criou símbolos e divulgou “*slogans*” que relacionava o município à Copa 2014, na tentativa de gerar uma identidade positiva. Mello (2014, p.102) entrevistou, na época, a secretária de Comunicação Social e Institucional do poder público municipal, Renata Gondim, para entender tal processo:

Eu tô te falando do ponto de vista da comunicação. Qual era o espaço que São Lourenço tinha na comunicação? Era de assassinato, de roubo, de tudo, por isso que ela era conhecida como ‘São Lourenço da Morte’. Hoje em dia, São Lourenço é conhecido como a ‘Cidade da Copa’. Então do ponto de vista da comunicação, você vê a diferença. (Sec. Renata Gondim, em entrevista concedida a Mello no dia 07/07/2014)

Assim, a nova identidade foi uma iniciativa da prefeitura, uma estratégia usada para “ampliar a visibilidade da cidade”, valorizar e atrair investimentos. A incorporação do título “São Lourenço da Mata, Cidade da Copa”, conforme Figura 25, passou a ser amplamente utilizada e foi reconhecida pela população como a nova identidade da cidade, provocando desse modo “a expectativa de transformação e melhorias” (MELLO, 2014, p.103).

Figura 24 – Representação de SLM como Cidade da Copa



Fonte: Mello (2014).

Dessa forma, era de se esperar que a população fosse movida pela esperança de melhores dias com a chegada do megaevento: mais empregos, mais arrecadação de impostos e que fosse empregada em obras de infraestrutura para resolver, por exemplo, as questões de moradia, de saneamento básico, de transporte. A expectativa estava criada na ideia de um futuro melhor⁸¹ e materializada no legado projetado pela Cidade da Copa.

3.2.2 Projeto Cidade da Copa: a melhor escolha para vender a cidade

Vender o projeto Cidade da Copa (Figura 26) era essencial para a Rede.⁸² Para tanto, o comitê de candidatura, instituído pelo Estado, tinha como uma de suas tarefas, analisar os projetos, considerando a viabilidade econômica como elemento importante para atrair parceiros privados.

⁸¹ Para Nisbet (1991), o progresso (desenvolvimento) é tido como marca da evolução humana na busca de avanços sempre positivos em busca de melhorar, aperfeiçoar-se, e essa ideia foi construída ao longo do tempo e está no imaginário da sociedade como um ideal a ser alcançado.

⁸²Na Figura 26, da esquerda para a direita, o secretário extraordinário da Copa Ricardo Leitão indica algum ponto da maquete do Projeto Cidade da Copa.

Figura 25 – Apresentação da maquete Projeto Cidade da Copa



Fonte: DOE, 25/01/2012

Fazendo parte desse contexto, o arquiteto e urbanista, Zeca Brandão, responsável também pelo comitê, estava determinado para atender a esse objetivo, haja vista seu discurso desenvolvimentista sobre legados, quando afirma que:

Na proposta de candidatura o ponto mais forte, na minha concepção, era a criação de um plano estratégico onde todas essas demandas da FIFA, pontuais e pragmáticas, fossem transformadas em legados (BRANDÃO apud LEMOS JR., 2014)

O arquiteto era responsável pelo NTOU, órgão subordinado à Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG), criado para pensar o planejamento urbano na forma da gestão empreendedora do agente facilitador e tinha como premissa pensar o urbano a partir dos fragmentos e não da totalidade da cidade, atraindo as parcerias comerciais catalisadas pelas PPP (LEMOS JR, 2014).

O discurso de desenvolvimento da região (Oeste Metropolitano), tão fortemente divulgado pela Rede, não passou de “desenvolvimentista” em sua essência, e isso ficou ainda mais claro quando o arquiteto confessou seu “erro” ao planejar o Projeto Recife-Olinda, sem antes ter encontrado parceiros imobiliários interessados para viabilizá-lo (LEMOS JR, 2014).

O que estava em jogo era atrair o agente financeiro para a Rede e para realizar o megaevento, não a melhoria da qualidade de vida da população. Os entraves que reprovavam

os outros projetos⁸³ foram sendo lançados como justificativas: falta de espaço para reforma dos estádios em Recife, conflitos com o IPHAN em Olinda, exigências FIFA, prazos, desapropriações em demasia, mas, conforme o discurso, na realidade, o problema foi a falta de interesse dos parceiros privados que desejavam mais vantagens econômicas mais lucrativas.

O projeto vencedor Cidade da Copa atendia a todas às exigências e seria a “primeira *smart city*” da América Latina. Essa qualificação, em um contexto que não fosse o megaevento em Pernambuco, caberia às cidades com maior infraestrutura, como São Paulo ou Rio de Janeiro, contudo, a primeira cidade inteligente do hemisfério sul estava projetada, com um impacto populacional esperado de 100 mil novos moradores (MELLO, 2014), para caber em SLM, que, como já descrevi, mal sustentava a sua própria população.

O projeto Cidade da Copa (Figura 27) entregue ao parceiro privado da Rede nem conseguiu completar a primeira fase de construção, pois parou com a obra Arena Pernambuco, fato esse justificado⁸⁴ pelo entrave da crise econômica no país (MELLO, 2014).

Orçado em dois bilhões de reais, o projeto voltado à classe média/alta, trazia equipamentos de primeiro mundo, alta tecnologia, totalmente sustentável, e tinha suporte do Estado na realização das obras de infraestrutura em saneamento, saúde, educação e transporte. Estavam previstos setores com usos distintos (habitação, comércio, lazer, universidade) a serem construídos em etapas, durante mais de duas décadas, cujo objetivo era “criar um destino para inovar conceitos e oferecer um novo padrão de qualidade de vida” (RIMA, 2012, p.13).

⁸³ Reforma de estádios existentes em Recife, como o Estádio do Arruda e Ilha do Retiro, e área que, além de pertencer a particulares, não oferecia espaço suficiente para as exigências FIFA (terreno em Jiquiá), todos inviabilizados porque não traziam a expectativa de lucro para os parceiros comerciais.

⁸⁴ Esse assunto será debatido no capítulo 6 deste trabalho.

Figura 26 – Imagem do Projeto Cidade da Copa



Fonte: Odebrecht (2012).

Com todo esse aparato de primeiro mundo, era de se perguntar “onde e de que maneira se encaixariam os moradores são-lourensenses nesse projeto”? Mas durante muito tempo, a sociedade pernambucana não sabia dos detalhes, pois o RIMA só foi compartilhado no final de 2012. Pelo que se sabia, era que os moradores do local não se encaixavam no “novo padrão” almejado.

Ao que parece, com prazo apertado e procurando garantir o projeto, a gestão pública se concentrou em fechar o acordo rapidamente depois da remoção das pessoas, ou seja, do “terreno limpo” e dar seguimento à construção da Arena. Assim, inicia-se o “tempo da execução” com a assinatura da PPP. Nela, está explícita a função do poder público na viabilização da Arena e da Cidade da Copa, no que deveria “apoiar” o consórcio: “[o Estado] Apoiará a concessionária na obtenção **da Licença de Instalação** da Arena, agilizando e priorizando os processos relacionados à sua obtenção junto aos órgãos de controle ambiental do Estado” (MELLO, 2014, p.61, grifo nosso). Contudo, esse “acordo” legal, já estava sendo seguido bem antes. A “flexibilização” das leis feita pelo agente público era um acordo tácito, de praxe, entre agentes do desenvolvimento envolvidos em rede para cumprir o grande projeto, como demarquei no início do capítulo.

Nos próximos tópicos que fecham este capítulo, mostrarei como a flexibilização e outras formas do processo ocorreram ainda no “tempo de execução” do megaevento. Como foi dito

antes, meus interlocutores sofreram a experiência da remoção forçada ainda no tempo do planejamento. Porém, olhando sistematicamente para o conjunto de ações, foi possível identificar uma padronização, na qual determinadas práticas seguidas podiam ser enquadradas nos “tempos” elencados por Scott e Moura (2014), essas constituíram-se em um processo técnico e calculado.

No subtópico abaixo exponho as ações da Rede no “tempo de execução”, observando *modus e ethos* usados. Início com o contrato de PPP e, posteriormente, evidencio as ações que interagiram com o espaço urbano diretamente afetado (licenças e obras).

3.2.3 A Rede-Megaevento: a PPP e o licenciamento ambiental no tempo de execução

Pela concepção de Scott *et al* (2014), o “tempo de execução ou corrido” pode ser vinculado ao segundo momento da construção do megaevento. Nesse quadro temporal, o ritmo é acelerado, pois os planos de desenvolvimento têm que se materializar e requerem atitudes rápidas e eficientes “na resolução dos conflitos porque inexiste qualquer viabilidade de modificar o cronograma” (SCOTT *et al*, 2014).

Um dos encontros mais importante da Rede, que marca a entrada nesse tempo de execução, foi a assinatura do contrato de PPP, a qual garantia a execução das obras relativas ao Projeto Cidade da Copa. Esse momento representou o marco legal para a “venda da cidade”, instituindo o acordo entre o agente facilitador e o financeiro (Figura 23).

Figura 27 – Discurso de Eduardo Campos na assinatura da PPP Cidade da Copa⁸⁵



Fonte: Diário Oficial do Estado de 17 de junho de 2010.

Estamos de olho na Copa, mas também no pós-Copa [legados], que é mais importante do ponto de vista da população, de muitas pessoas que às vezes nem assistem futebol, mas vão ter nas suas vidas os ganhos que a Copa traz (Eduardo Campos, DOE 17/06/2010).

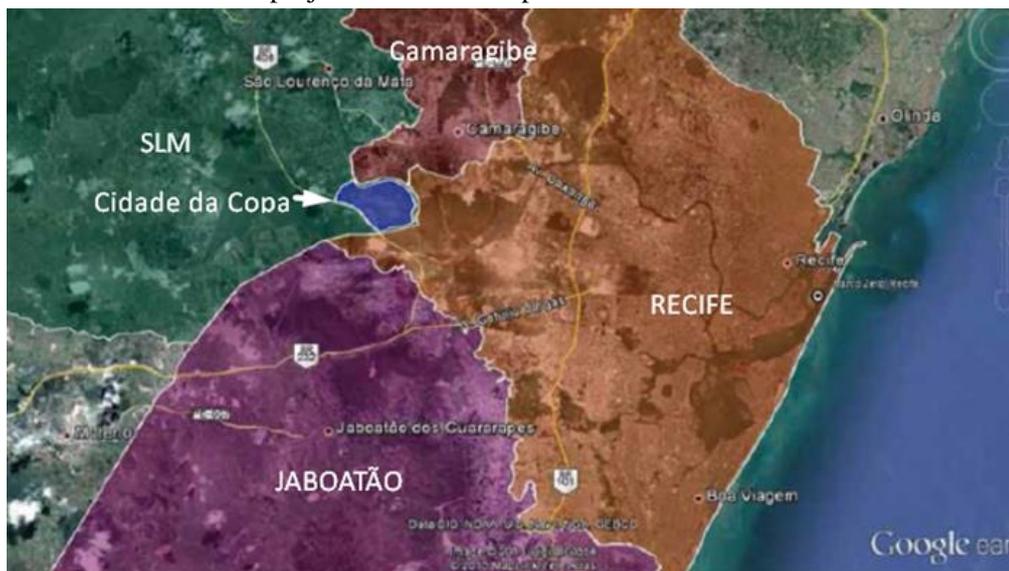
As palavras do governador podem servir para ilustrar o uso do discurso de desenvolvimento como elemento aglutinador e mobilizador em prol do megaevento. A abordagem reforça a “plasticidade do discurso sobre desenvolvimento”, a qual Ribeiro (2012, p. 213) afirma ser “central para assegurar sua viabilidade continuada”. Esses elementos formam uma espécie de “gramática do desenvolvimento”, que pode apresentar discursos hegemônicos obsoletos, contudo deve-se ir além deles, pois “o que está em jogo é a aceitação pelos atores sociais de novos discursos sobre seus destinos”. O governador procurou prospectar concepções positivas e ganhos significativos para a sociedade pernambucana.

⁸⁵ Na Figura 23, ao lado do governador Eduardo Campos que discursa estão, da esquerda para a direita, o prefeito de SLM, Ettore Labanca, o secretário de planejamento (SEPLAG), agora o atual prefeito de Recife, Geraldo Júlio e Ricardo Leitão, na época secretário da casa civil do estado e secretário extraordinário da Copa (SECOPA).

Dentro desse contexto, o objetivo da Rede era concretizar o projeto por meio de estratégias racionais e ordenadas que dependiam, além de fatores econômicos, da influência política na mobilização da máquina pública. Nessas articulações, o capital simbólico foi acionado em diferentes instâncias e precisava funcionar adequadamente, tendo na PPP um poderoso instrumento catalisador dessas ações. Desse modo, a Parceria Pública e Privada foi utilizada na construção da Arena Pernambuco, conforme a Lei Federal nº 11.709/04 e as Leis Estaduais nº 12.765/05, nº 12.766/05 e nº 13.282/07.

Em um contrato de 97 páginas, assinado em 15 de junho de 2010, a gestão estadual se comprometeu com a concessionária⁸⁶ (agente financeiro) a doar um terreno localizado em SLM com 257, 31987 hectares⁸⁷ (Figura 28) desmembrado em duas partes: uma para receber a construção do estádio Arena Pernambuco, a prioridade por conta do megaevento, e a outra, para a execução do projeto imobiliário Cidade da Copa.

Figura 28 – Área destinada ao projeto Cidade da Copa



Fonte: Adaptado de Ramalho (2015).

No Capítulo VII, do contrato da PPP, estão descritas as responsabilidades das partes, especificamente sobre o ônus em relação às remoções possíveis. Segundo o texto, a concessionária arcaria com os custos das desapropriações ocorridas na área onde a Arena fosse construída. Mas, como foi exposto no início deste capítulo, a “limpeza” da área, isso é, a remoção forçada, já havia sido feita quando ocorreu a assinatura desse contrato. Na reportagem

⁸⁶ Formado pelas empresas Odebrecht Investimentos em Estrutura LTDA e Odebrecht Serviços de Engenharia e Construção S/A, que constituíram a Sociedade de Propósito Específico (SPE), Arena Pernambuco Negócios e Investimentos S/A.

⁸⁷ Dimensão disposta pelo Decreto Lei nº 34.662 de 12 de março de 2010.

do DOE, no início deste tópico, a gestão pública afirmava que já havia “relocado” 100 famílias da área, com mais 135 em vias de remoção do terreno destinado à construção da Arena⁸⁸.

Segundo Ramalho (2015), outro colaborador do agente público, o Tribunal de Contas do Estado (TCE), encontrou pontos críticos no contrato, como orçamento pouco detalhado, a insegurança na projeção das receitas (a condição de os três grandes times de futebol teriam que aderir ao uso da arena multiuso), a obscuridade na estimativa das receitas acessórias (não fica claro quais investimentos e quanto a concessionária ganharia com o uso do terreno doado para a Cidade da Copa) e a inconsistência da análise do *Value for Money* (não fica claro se o Estado seria o maior beneficiado no contrato), mesmo assim, o TCE validou o negócio. Fato que demonstrava a influência política do agente facilitador na instituição e, de certo modo, do poder da Rede.

As condições do contrato com o Consórcio Cidade da Copa para a Arena Pernambuco evidenciaram a atuação favorável do Estado que, além de ceder o terreno de maneira irrestrita e definitiva ao seu parceiro, ainda bancaria os prejuízos de arrecadação da Arena Pernambuco, cuja concessão duraria 33 anos (MELLO, 2014).

Contudo, o prejuízo não foi só financeiro. A especialista em Gestão Pública pelo IFPE, Damares Revoredo⁸⁹, comentou a cláusula que trata dos impactos político-sociais inclusos na PPP de concessão da Arena Pernambuco:

[...] tomando como análise a primeira cláusula do contrato de concessão, que prevê *O PROGRAMA DE GESTÃO SOCIAL*, cujo objetivo é o de minimizar os impactos político-sociais, verifica-se a notória falta de gestão das ações governamentais exatamente nesse requisito. Identificamos que pouca atenção foi dada à infraestrutura, aos serviços e aos meios de subsistência nos locais propostos para realocação das comunidades. Além disso, o alto custo de manutenção e os investimentos não recuperados podem trazer um enorme impacto (negativo) para os cofres do governo. Em Pernambuco, a contraprestação máxima que deve ser paga pelo Estado, ao longo de 30 anos de exploração da ARENA ao Parceiro Privado poderá chegar a *três milhões e novecentos e noventa e quatro mil reais*, reajustados anualmente (REVOREDO, 2015).

⁸⁸ Os números que a gestão estadual informa sobre os desapropriados não batem com os do inquérito civil (MPF 2015), que analiso em outro capítulo, lá foram indenizados cerca de 333 posseiros, cem a mais do que a conta do Estado nessa publicação oficial.

⁸⁹ REVOREDO, D. **A parceria público-privado no projeto “Cidade da Copa”, em São Lourenço da Mata/PE.** Recife, Blog Revista Escrita Pulsante, 2015. Disponível em: <https://revistaescritapulsante.com.br/2015/10/28/a-parceria-publico-privada-no-projeto-cidade-da-copa-em-sao-lourenco-da-matape/>. Acesso em: 10 out. 2018.

A especialista ainda questiona sobre os empregos que não contemplaram em quantidade suficiente os moradores de SLM, atestando que o legado da Copa 2014 não passou da “criação de uma nova área de expansão” na RMR. Ainda, que, não fica claro como a população iria utilizar os equipamentos construídos. Essa situação não foge ao que vinha sendo dito, mostrando o quanto a população significava para Rede: obstáculos que deveriam ser retirados do caminho ou simplesmente, ignorados como parte do sacrifício que desenvolvimento requer.

Depois de selado o contrato, o projeto precisaria, também, do licenciamento ambiental, sendo necessária a construção do Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA 2012⁹⁰).

Tendo a celeridade como palavra de ordem, o agente público, para evitar “problemas” com as licenças ambientais, preferiu separar os “produtos” (Arena Pernambuco e Cidade da Copa) ao dar entrada no órgão competente (CPHR), embora na PPP se tratasse de um contrato sobre um projeto Cidade da Copa, do qual a Arena fazia parte⁹¹, ou seja, não eram distintos. Porém, para efeito das licenças, a estratégia foi liberar primeiro as da Arena Pernambuco. A Licença Prévia da Arena (Anexo 3) saiu no dia 31 de agosto de 2009, ou seja, antes mesmo da assinatura da PPP, porém sua autorização de terraplanagem ocorre no dia 27 de outubro de 2010, quatro meses depois, tempo considerado rápido. Para a licença da Arena, não houve estudos de vizinhança ou relatório de impacto ambiental, mas foi feito o Estudo de Impacto sobre o Patrimônio Cultural, o EIPCA (2010), do qual irei tratar um pouco mais no próximo capítulo.

Infelizmente, a celeridade não ocorreu também na divulgação do Relatório de impacto da Cidade da Copa, o RIMA (2012), que somente foi entregue ao órgão ambiental bem depois das interferências terem acontecido no terreno, e sem a participação efetiva da sociedade, fato esse que aponta para outra estratégia adotada no processo.⁹²

Contudo, RIMA foi favorável à construção da Cidade da Copa e seguiu a linha do discurso adotado pela gestão pública para a região do Oeste Metropolitano:

⁹⁰ O RIMA irá ser problematizado no capítulo 4. Aqui aparece como mais um exemplo de “flexibilização” e ajuste legal feito pelo agente facilitador da Rede para construir a Arena.

⁹¹ No contrato, cláusula I, que trata das definições, consta: “Arena multiuso da copa 2014: é o projeto cidade da copa previsto no Projeto básico da cidade da copa e modelagem, do edital, no local indicado no anexo VII – localização da arena multiuso da Copa 2014, com capacidade total para 46.000 pessoas sentadas” (PPP, 2010, p.7)

⁹² Segundo reportagem Uol [online 10/07/2014], o Projeto Cidade da Copa não estaria pronto porque as licenças ambientais não haviam sido concedidas e o governo esperaria elas saírem para transferir o terreno para o Consórcio, essas informações foram passadas pela SECOPA. A reportagem foi de: MEDEIROS, C. **No Recife, maior legado da Copa espera licenças e só fica pronto em 2030**. Recife, Uol online, 2014. Disponível em: <https://copadomundo.uol.com.br/noticias/redacao/2014/07/10/no-recife-maior-legado-da-copa-espera-licencas-e-so-fica-pronto-em-2030.htm>. Acesso em: 22 dez. 18.

A implantação da Cidade da Copa é, portanto, uma estratégia de política pública. Trata-se de criar uma nova centralidade urbana no município de São Lourenço da Mata, gerando novas oportunidades de **crescimento econômico e sustentável** no entorno da Arena da Copa e adjacências, dinamizando, assim, a economia do Oeste Metropolitano como um todo (RIMA, 2012, p. 42).

O relatório teve por função apresentar à sociedade de maneira objetiva e compreensível, com uso de recursos gráficos, o que o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) encontrou na área, todavia percebe-se uma tendência em ratificar as intenções da Rede. Sobre o licenciamento ambiental Zhouri (2012) alerta:

Sob o risco de uma excessiva simplificação, é possível identificar hoje no Brasil pelo menos três visões acerca do licenciamento ambiental: a) ele é visto como uma barreira ao desenvolvimento por setores do governo e do empresariado, b) é defendido como instrumento suficiente, mas carente de aplicação eficiente por técnicos e agências de meio ambiente, Ministério Público, ambientalistas e c) é entendido como um procedimento insuficiente para uma efetiva avaliação sobre a viabilidade socioambiental e cultural das obras por alguns movimentos sociais e ambientalistas (p. 46)

Para a autora, esse documento é um avanço no marco regulatório ambiental brasileiro, mas está condicionado a uma lógica urbano-capitalista de apropriação da natureza, por um planejamento centralizado e denuncia que o processo é realizado quando “os projetos já estão prontos, inexoráveis e inquestionáveis”.

Débora Bronz (2013) ratifica o pensamento e vai mais além:

No licenciamento ambiental, os saberes disciplinares que constituem o conjunto de estudos exigidos durante o procedimento também são utilizados na produção de um discurso que carrega grandes semelhanças com aquele produzido pela disciplina da geopolítica, criando argumentos para justificar a localização dos empreendimentos e a sua ocupação territorial, defendendo o desenvolvimento como meta e determinando estratégias para construção dos aparatos de controle e gestão dos territórios e das populações (p.41).

O governo estadual montou essa estratégia junto com o consórcio Odebrecht, para, supostamente, diminuir a “burocracia” que acompanha o desenvolvimento de projetos imobiliários, dando “celeridade” às obras da Arena Pernambuco. Ou seja, colocou toda a máquina estatal para flexibilizar procedimentos legais e agiu como um “facilitador” dentro da Rede.

Para Ribeiro, quando as redes têm objetivos bem definidos, elas tendem a se tornar instituições baseadas “não somente em relacionamentos pessoais, mas também em racionalidades burocrática” (2012, p.205). A desconstrução da burocracia do Estado em nome do megaevento se tornou uma prática aceitável e pré-definida desde o começo. A rede

transformou os procedimentos habituais em “entraves legais”, em “desafios” que precisavam ser eliminados através da cooperação técnica dos diferentes setores públicos envolvidos. Assim, articulou e capitalizou meios para gerir suas próprias “racionalidades burocráticas”, que sinalizaram para procedimentos “desburocratizantes” em nome do cronograma de obras estipulado pela FIFA.

3.2.4 A Rede-Megaevento: outras estratégias usadas no tempo da execução

Neste tópico, pontuo como o agente facilitador da Rede e “promotor” do “desenvolvimento” usou de outras estratégias na construção das obras da Copa 2014. Após ter “flexibilizado” a legislação, outras estratégias foram a tentativa de “silenciar” informações e o processo de “metamorfosear” a si mesma. Também pontuo aspectos comparativos da atuação da gestão pública no processo de remoção forçada dos moradores de Jardim Penedo de Baixo com a experiência de remoção e desapropriação ocorridas no Loteamento São Francisco, em Camaragibe.

Dessa forma, é possível afirmar que o Estado, no cumprimento das metas estabelecidas pela Rede, envolveu bastante capital humano na criação de secretarias para lidar com os problemas/desafios/impactos das remoções forçadas, e não foi transparente quanto às informações relativas aos custos dispendidos.

Abro a discussão falando sobre a verba liberada através do documento Matriz de Responsabilidade - MR (Figura 29).

Figura 29 – Pernambuco assegura verbas para obras da Copa 2014



Fonte: Adaptação do DOE de 14 de janeiro de 2010.

Nós temos um grande desafio que é a questão da mobilidade urbana. Estamos aproveitando projetos que já existiam, mas que não contavam com recursos necessários para tirá-los do papel. Essas obras representam o legado que será deixado pelo mundial de futebol para os brasileiros (DOE, 14 de Janeiro de 2010)

O gestor pernambucano (Figura 29) dirige-se para os brasileiros aproveitando a rede nacional, repetindo o discurso para convencer a sociedade pernambucana de que o caminho para o desenvolvimento no estado era a Copa 2014 e seus legados.

Contrariando o discurso inicial de que o megaevento seria bancado pela FIFA e seus parceiros, o governo federal abriu a porta dos cofres para os estados e cidades na intenção de realizar o megaevento. A participação da iniciativa privada, antes protagonista nos custos/gastos, foi a de mera coadjuvante, representando apenas 3% desse total (SCOTT *et al*, 2014). Já a FIFA e seus parceiros comerciais, segundo Chade (2015), foram beneficiados nas isenções de impostos⁹³, estendidos também as construtoras e indústrias de materiais para construção civil.

⁹³ BRASIL. **Lei nº 12.663, de 05 de junho de 2012.** Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações FIFA 2013, à Copa do Mundo FIFA 2014 e à Jornada Mundial da Juventude - 2013, que serão realizadas no Brasil; altera as Leis nºs 6.815, de 19 de agosto de 1980, e 10.671, de 15 de maio de 2003; e estabelece

Na foto acima, o presidente da República, Luiz Inácio “Lula” da Silva (agente federal da Rede-Megaevento) e o governador de Pernambuco Eduardo Campos, comemoram a assinatura do acordo fechado e o comprometimento quanto à verba a ser liberada para pôr em prática o “projeto nacional” de desenvolvimento. Dessa maneira, aponta para a ideia de progresso e desenvolvimento que coloniza (NISBET, 1991) não só o imaginário da população, mas, forma de agir do gestor.

Retomando o documento Matriz de responsabilidade⁹⁴, nas cinco páginas de seu conteúdo sucinto sobre “obrigações” e “responsabilidades” para com as duas competições (Copa das Confederações 2013 e a Copa 2014), o Ministério do Esporte/FIFA joga toda a carga de custos e execução das obras para as esferas governamentais envolvidas, Federal, Estadual, Municipal e Distrital sobre as intervenções referentes: à mobilidade urbana; aos estádios e a seu entorno; entorno de aeroportos; entorno de terminais turísticos portuários.

Dois documentos acompanham a MR, um Anexo com quatro grandes obras de mobilidade urbana e a construção de um estádio, e o Termo Aditivo, no qual as obras de infraestrutura portuária e aeroportuárias foram discriminadas.

Com a verba liberada e o início das obras, o agente público criou o Comitê Pernambuco Copa do Mundo 2014 (Decreto nº 36.206, de 16 de fevereiro de 2011), do qual a Secretaria Extraordinária da Copa (SECOPA) era o órgão competente para controlar e dar cabo de todas as ações gerenciais do megaevento no estado. O comitê integra todas as secretarias estaduais envolvidas com o empreendimento. A Rede-megaevento estava blindada diante da garantia do capital humano (a máquina pública) totalmente concentrado na realização de seu objetivo.

Sobre os valores referentes às obras, cabe ressaltar que o portal da SECOPA apresentou divergências em relação aos valores anunciados no Portal de Transparência Federal da Copa do Mundo de 2014 e a MR⁹⁵, por isso a Figura 30 demonstra valores previstos e não representam os valores absolutos, assim, serviu como mais uma forma de mostrar como a Rede foi

concessão de prêmio e de auxílio especial mensal aos jogadores das seleções campeões do mundo em 1958, 1962 e 1970. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 5 jun. 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12663.htm>. Acesso em: 10 out. 2018.

⁹⁴ BRASIL. **Matriz de responsabilidades que entre si celebram os entes federativos abaixo nominados com o objetivo de viabilizar a execução das ações governamentais necessárias à realização da Copa das Confederações Fifa 2013 e da Copa do Mundo Fifa 2014.** Ministério do Esporte. Brasília, 13 jan. 2010. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/arquivos/futebolDireitosTorcedor/pe/matrizResponsabilidade.pdf>>. Acesso em: 13 ago. 2018.

⁹⁵ Cabe ressaltar que os valores que constam na MR foram estimados e financiados pelos bancos: Caixa Econômica Federal (CEF), Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) e recursos do estado e município (Via Mangue em Recife).

“responsável por certa falta de transparência e de responsabilidade nas prestações de contas” algo habitual em projetos de desenvolvimento conforme Ribeiro (2012).

Figura 30 – Valores das obras em Pernambuco e canais de informações

Ação	Matriz de responsabilidade - Portal da Transparência Federal	Portal da Transparência Federal da Copa de 2014	Portal da Transparência Estadual SECOPA-PE - 2014
Estação de metrô Cosme e Damião	7.390.000,00	7.400.000,00	
Terminal Integrado Cosme e Damião - 1	15.800.000,00	16.393.882,61	18.131.208,60
Terminal Integrado Cosme e Damião - 2 - conclusão		9.877.977,09	
Arena Pernambuco - Obra	529.500.000,00	379.263.314,00	379.263.314,00
Arena Pernambuco - fiscalização da obra		6.044.291,81	
BRT - LESTE/OESTE	137.000.000,00	131.014.036,10	155.431.220,28
BRT - NORTE/SUL - Trecho Igarassu - Tacaruna - Centro do Recife	180.900.000,00	151.113.293,56	151.113.293,56
Corredor Leste-Oeste - Caxangá	74.000.000,00	145.380.016,61	
Corredor VIA MANGUE - Gerenciamento			23.004.629,84
Corredor VIA MANGUE - Obra	433.200.000,00	496.819.680,17	418.240.634,13
Obras do Porto do Recife	21.800.000,00	21.653.976,87	18.131.208,60
Viaduto BR-408	25.000.000,00	25.000.000,00	34.069.031,67
Ramal da Copa			131.014.036,10
Aeroporto Internacional do Recife/Guararapes - Gilberto Freyre	19.800.000,00		
Modernização da infraestrutura e serviços e suporte às competições	371.220.000,00		
Estruturas complementares - Copa das Confederações		35.700.000,00	35.000.000,00
Estruturas complementares - Copa do Mundo FIFA de 2014		33.900.000,00	30.960.000,00
TOTAL	1.815.620.000,00	1.459.560.468,82	1.404.358.576,78

Fonte: Adaptado de Pimentel Neto (2017).

Na Figura 30, as setas em vermelho assinalam os projetos relevantes para esta tese: a construção da Arena Pernambuco e as obras de mobilidade urbana em SLM e Camaragibe.

Essas obras foram destacadas em virtude do descompasso com o discurso do agente público abordado no início deste texto, ao afirmar que as obras de mobilidade urbanas constavam nos planos do Estado. Inclusive, Ramalho (2015) rebate esse argumento, ao dizer que, algumas delas, além de não estarem incluídas no Plano Diretor de Transportes Urbanos, (PDTU/2008) não tiveram a participação da sociedade nas decisões.

Além do mais, as obras tinham dois objetivos: interligar o empreendimento privado Cidade da Copa aos demais municípios e garantir a acessibilidade dos torcedores à Arena Pernambuco, pois, em SLM, o transporte local era alternativo. Tal objetivo ficou claro na Copa das Confederações 2013, quando a propaganda veiculava o uso do metrô até a Arena multiuso, porém não era possível realizar o percurso completo, pois faltava quase 4 km de distância da

estação até a Arena. Foi preciso, então, ampliar o Terminal Integrado Cosme Damião e fornecer ônibus; uma obra que não se justificava, considerando-se a pequena demanda da comunidade residente (RAMALHO, 2015).

Essas obras, junto com a construção da Arena Pernambuco e o projeto de bairro misto Cidade da Copa, foram responsáveis pelos impactos à população mais pobre encontrada no caminho. Famílias pegas de surpresa, vítimas do “silenciamento” da gestão pública a respeito das obras, e que tiveram suas vidas desconstruídas durante o “tempo de execução”, fato ocorrido, por exemplo, na comunidade do loteamento São Francisco em Camaragibe, pesquisada pelo FAGES⁹⁶. Tal situação pode ser enquadrada naquilo que Ribeiro (2012) chama de “drama desenvolvimentista”:

Antes da existência de um projeto de desenvolvimento, populações locais dificilmente poderiam conceber que seu destino era suscetível de ser sequestrado por um grupo organizado de pessoas. Planejamento – isto é, a determinação antecipada de como uma certa realidade será – implica a apropriação, por parte de *outsiders*, do poder das populações locais de serem sujeitas dos seus próprios destinos. De sujeitas de suas próprias vidas, essas populações se tornam sujeitas a elites técnicas prescientes (p. 222-223).

Com o cronômetro nas costas, a Rede manteve a estratégia ao lidar com a população removida de Camaragibe, ao planejar obras e executar sem sensibilizar a comunidade atingida. Dessa maneira, impossibilitou a participação democrática, bem como e decidiu-unilateralmente o destino de comunidade inteira. Além de que, quando surgiram os conflitos, neste tempo corrido, as ações implicaram ainda mais nas violações de direitos.

As ações da Rede nesse contexto podem ser enquadradas naquilo chamado como “metamorfose do estado⁹⁷” (SCOTT, 2012), na qual as empresas e instituições responsáveis por grandes projetos tendem, após a execução das obras, transformar-se, redefinindo papéis e fazendo ajustes técnicos, operando, desse modo, um “descompromisso com promessas anteriores”, a exemplo da criação e da posterior extinção da Secretaria Executiva de Desapropriações (SEDES).

Para lidar com as remoções ocorridas durante a construção das obras do Ramal da Copa, em Camaragibe, a gestão pública criou a SEDES, para sistematizar as ações do jurídico e da equipe de engenharia e o setor social. De acordo com Procurador Thiago Norões:

⁹⁶ Para entender melhor a experiência vivida pelos moradores do Loteamento São Francisco, em Camaragibe, vide o trabalho realizado pelo pesquisadores do núcleo, já mencionados no capítulo anterior, no qual se destacam os trabalhos de Scott (2014); Scott e Moura (2014); Moura (2016) e Scott; Moura e Lemos JR (2014), entre outros que podem ser vistos no CD ROM /FAGES, (MOURA; SCOTT; OLIVEIRA, 2015).

⁹⁷ Essa seria a segunda “tática de desmonte”, inserida naquilo que Scott (2012) chama de “descaso planejado”.

A gente sentiu a necessidade de centralizar o trabalho de desapropriações em um órgão específico que juntasse a parte jurídica, a parte de engenharia e a parte social. Foi criada uma secretaria especial de desapropriações. Se avaliou onde ela ficaria melhor, aí, não, bote na procuradoria, porque, vamos dizer assim, o ferro na ponta da lança é o jurídico [...] (Thiago Norões, Procurador Geral do Estado de Pernambuco, 2014, in: CD-ROM FAGES, COPA SEM CASA, 4min11seg-4min30seg)

Melhor colocação não seria possível quando o próprio Procurador diz que o jurídico “é o ferro na ponta da lança” no comando das desapropriações. Ao unir responsabilidades em um único órgão, tendo como alicerce a própria procuradoria, cuja função era a de impedir a violação de direitos, o agente facilitador da Rede, o Estado tentou operar de forma eficiente a seu favor.

A criação do órgão deu aval às ações do Estado quando esse, aplica, mais uma vez⁹⁸, a Lei Federal de desapropriação por utilidade pública nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

Segundo Lima (2015, p.70), a SEDES foi criada para dar celeridade às expropriações, e implantou um manual de procedimentos cujas ações vão ao encontro dos interesses do governo, e foi baseada estritamente na lei, reduzindo a amplitude legal que envolve o processo de desapropriação (CF/88). Para a autora, o manual produzido pela SEDES possui um “fosso referencial e conceitual” diante da legislação nacional e internacional que tratam das “consequências da desapropriação e dos procedimentos que devem ser realizados nestes casos, desconsiderando, por sua vez, elementos importantes que certamente minimizariam os efeitos nocivos de tal processo” (LIMA,2015,p.70).

De acordo com Moura (2016), a desintegração da SEDES ocorreu em 2016. Nesse período, vários moradores removidos do Loteamento São Francisco ainda não tinham finalizado o seu processo de desapropriação, por não terem recebido o valor total da indenização, mesmo assim, a SEDES foi extinta e suas atribuições destinadas a outro órgão (Núcleo Imobiliário). Para a autora, esse é um exemplo dessa “metamorfose institucional” que acontece no tempo de fuga, após o término do megaevento. De acordo com Scott et al (2014), o tempo de fuga ocorre quando:

[...] ao alcançar os objetivos delineados no planejamento, os idealizadores operam um processo de instalar um tempo de fuga dos compromissos negociados durante o período de execução, percebidos como custos desnecessários da obra completada, ao mesmo tempo em que estabelecem a continuidade dos seus projetos de desenvolvimento, associando-os ao evento realizado (p. 112, grifo nosso).

Desse modo, para a Rede, as pessoas significavam apenas obstáculos que precisavam ser removidos. O *modus operandi*, que diminuía entraves e usava o discurso do

⁹⁸ A primeira foi para a remoção forçada da comunidade JPB, já citada nesta tese.

desenvolvimento, continuava prevalecendo durante o “tempo de execução e fuga”. A Rede não considerou devidamente o direito à moradia da população atingida.

Scott salienta como o Estado arranja formas de sistematizar o sofrimento do povo:

Gosto de brincar um pouco também com a organização do Estado em termos de sistematizar o seu jeito de estragar a vida do povo que formou aqui um novo setor dentro do governo que está na PGE que é o setor secretaria de desapropriações, quer dizer, eles conseguiram sistematizar como tirar as coisas do povo (Russel Parry Scott, professor da UFPE e coordenador do FAGES, *in*: CD-ROM FAGES, COPA SEM CASA, 5min03seg-5min22seg).

Da mesma forma que aconteceu com os valores de custos/gastos apresentados para as obras, a prestação de contas quanto ao número de remoções também foi feita com inconsistências durante todo o processo.

O inquérito Civil (MPF, 2015), Volume III⁹⁹ traz um ofício respondendo à Procuradoria Geral da União em Pernambuco sobre as desapropriações realizadas pela SEDES, no qual ela informa a desapropriação de 298 imóveis em Recife; 121 em Camaragibe e 38 em Olinda.

Em SLM, foram 333 remoções forçadas na comunidade JPB, mas essas, não foram contabilizadas nessas informações, possivelmente por se tratar de posseiros em área pública, e por terem ocorrido no tempo de planejamento, no qual vigorou o silenciamento de informações como estratégia.

Outra estratégia da Rede no “tempo de execução” foi acelerar as obras e descumprir “burocracias” que atrasariam seus objetivos. Um dos seus parceiros financeiros, a FIFA, já tinha garantido a verba pública para a construção de “seus estádios” (padrão FIFA), a acessibilidade e conforto de seus torcedores; a proteção para sua marca e produtos, além de vantagens comerciais e fiscais para seus parceiros comerciais (Lei da Copa), ou seja, exitosamente operava o chamado *market friendly* e *market oriented* como parte do planejamento estratégico (MOURA; SCOTT; LEMOS JR, 2014). Era preciso, então, realizar as devidas cobranças e dar visibilidade a elas no momento certo para que tudo ficasse pronto a tempo e a contento. A CBF, seu representante no Brasil, cumpria tais cobranças e as veiculava na mídia como forma de pressionar os gestores públicos das cidades-sede (Figura 31).

⁹⁹ Anexo 5

Figura 31 – CBF cobra cumprimento de cronograma das obras Copa do Mundo 2014



Fonte: Adaptado do Jornal Diário de Pernambuco, 02 de junho de 2009.

Com o auxílio da mídia, a FIFA joga sua influência para cobrar resultados e convencer a sociedade da importância da Copa 2014 para o Brasil, pois a comunicação foi a ferramenta utilizada pela Rede para fortalecer seu discurso de desenvolvimento e fazer os parceiros cooperarem. Nas palavras de Ribeiro (2012):

Para cooperar, as pessoas precisam entender. Ao mesmo tempo, competência comunicativa não é um recurso igualmente distribuído dentro das redes de desenvolvimento. Além disso, a competência linguística, como percebeu Bourdieu (1983, p. 161 e seguintes), não pode ser separada da análise de poder. Quem fala, para quem, por meio de que mídia e em quais circunstâncias construídas são elementos vitais de qualquer processo de comunicação (p.219).

As cobranças da FIFA foram usadas como aporte para que o Estado mais uma vez “mexesse seus pauzinhos” para acelerar as obras da Arena Pernambuco. Os esforços do agente facilitador funcionaram como o previsto. Toda burocracia, lei, ou convenção, que pusesse em perigo a venda da cidade e o megaevento, foram simplesmente resolvidos como se nada fosse mais importante.

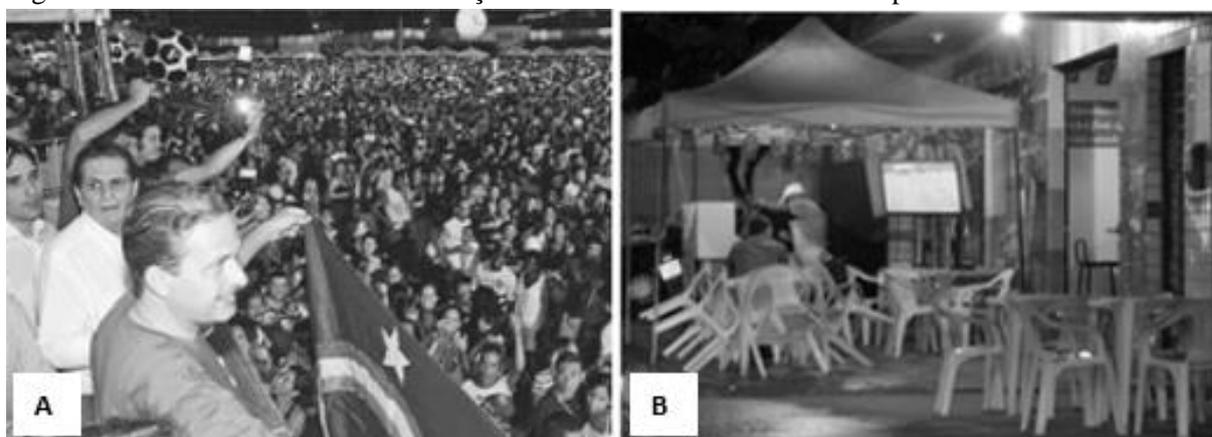
No entanto, a construção do Projeto Cidade da Copa foi interrompida. A Copa 2014 aconteceu e a Rede-Megaevento foi desmobilizada:

A pragmática criação de redes é um instrumento cuja eficiência se reflete na forte habilidade que as redes têm em mover-se de cenários locais a nacionais, internacionais e transnacionais. A criação de redes também engendra uma perda relativa de homogeneidade entre os sujeitos coletivos resultantes. Estes, em geral, existem como coalizões orientadas a uma tarefa que, uma vez completada, redunde no desmantelamento do grupamento *ad hoc* (RIBEIRO, 2012, p.204).

A Rede, que agora não é mais chamada de megaevento, vai procurar outros projetos, outras oportunidades de perpetuar seu *modus operandi*, de fornecer à sociedade, a menos discursivamente, uma expectativa de melhoria e uma forma de reproduzir o capital que lhe sustenta.

Após todas essas ações, o destino da Cidade da Copa parece ser o mesmo da Central de Cargas, como foi visto no plano para o desenvolvimento do Oeste Metropolitano. Para SLM, apesar de toda a expectativa para o crescimento, ficou a experiência de dois momentos distintos: o primeiro com a festa comemorativa de Pernambuco na Copa 2014, e o segundo, a frustração dos comerciantes em plena realização dos jogos no município (Figura 32).

Figura 32 – Contrastes entre comemorações em SLM: antes e durante a Copa 2014



Fontes: A) DOE (02 de junho 2009) e B) Especiais NE/Uol [online] (14 de junho de 2014)¹⁰⁰

Nem os turistas e tampouco os moradores locais foram para o centro de SLM consumir os produtos de lojas e bares, justo porque o local da Arena Pernambuco possuía pouco moradores em seu entorno, bem como era distante do centro comercial. A arena era mais próxima à Camaragibe e ao Recife.

A reportagem de Marília Banholzer do NE10 (2014) traz esse paradoxo acontecido durante a Copa do Mundo: o jogo acontecendo no “quintal da casa” de SLM e o marasmo tomando conta do seu centro comercial, contrastando com a comemoração da escolha de Pernambuco para subsede do megaevento.

A prefeitura não preparou nenhum atrativo para a população no centro da cidade durante os jogos. O alto preço das mercadorias e dos ingressos, e reclamações de comerciantes e taxistas

¹⁰⁰ DOE (02 de junho 2009) e Especiais NE/Uol [online] (14 de junho de 2014)¹⁰⁰. Disponível em: <http://especiais.ne10.uol.com.br/arenadasnacoes/noticia/cidade-da-copa-sao-lourenco-da-mata-esta-alheia-ao-mundial-da-fifa-1051>. Acesso em 24 fev. 2017.

desapontados com o descaso foi o que sobrou para a população, alheia ao megaevento que, segundo o comentário de um leitor, aconteceu no “quintal” de Recife e não de SLM.

O megaevento foi concluído, mas a Cidade da Copa não saiu do papel. As expectativas para quem esperava um crescimento em SLM, ficou restrita à presença de um “elefante branco” cuja alimentação caríssima, bem como sua manutenção está na conta do Estado, ou seja, do povo.

A Cidade da Copa não conseguiu existir fora do imaginário da sociedade. Todavia, naquele terreno, agora “vazio”, ainda restam vestígios de uma comunidade que tinha uma dinâmica e especificidades próprias e que foi removida forçadamente. Essa experiência e seus significados será um dos assuntos explorado no próximo capítulo.

*No meio do caminho tinha uma pedra
tinha uma pedra no meio do caminho
tinha uma pedra
no meio do caminho tinha uma pedra.
[...]*

Carlos Drummond de Andrade, 1928

4 A “SUJEIRA DO TERRENO”: OS MORADORES DE JARDIM PENEDO DE BAIXO

Neste capítulo, apresento mais detalhadamente a extinta comunidade Jardim Penedo de Baixo. Descrevo aspectos de sua paisagem, padrões construtivos, além da vida de meus interlocutores, sua chegada ao lugar, a ocupação e o uso do solo. Por fim, destaco elementos da experiência de remoção forçada, ressaltando a forma como ocorreu, as estratégias e acordos realizados com a Rede.

Começo pela caracterização da localidade¹⁰¹ através de sua formação e ocupação histórica. Para tanto, explorei fontes variadas: históricas (livros, blog, IBGE, dissertações, artigos, reportagens e fotografias), fiz uso de documentos produzidos pela Rede (estudos de impacto, cadastramento e legislações), além disso, utilizei entrevistas e conversas com meus interlocutores atingidos. Cada elemento dessa abordagem possibilitou a desconstrução do discurso da Rede que, para justificar as intervenções, tratava Jardim Penedo de Baixo como um “matagal” ou “terra sem identidade”. As informações de meus interlocutores dialogaram também com aquelas contidas nos cadastros de desapropriação da CEHAB (RCSADAB). Dessa forma, usei informações quantitativas (condensadas em tabelas e gráficos), imagens e entrevistas, para aprofundar a interpretação e fornecer mais detalhes sobre todo esse processo de remoção forçada

Posteriormente, trago os significados atribuídos por meus interlocutores ao lugar e as sociabilidades produzidas. Além de que, as narrações quanto à chegada à localidade; a ocupação; a descrição da comunidade e a forma como viviam foram trabalhadas de maneira que possibilitassem o entendimento das afetividades geradas na produção do lugar, ou seja, voltei a atenção para encontrar elementos característicos do espaço como um “lugar antropológico” repleto de significados identitários, relacionais e históricos, como define Marc Augé (2012).

A forma como interagiam com a terra foi dimensionada a partir de duas categorias “posseiros” e “invasores”, tais nomenclaturas foram discutidas dentro do contexto comunitário, observando as especificidades, em seus significados êmicos.

Outro ponto importante que menciono no capítulo, foi a maneira como meus interlocutores expuseram a Associação de moradores como um instrumento de luta, ao operar na produção de estratégias e ações para lidar com o desassossego provocado pela remoção forçada.

¹⁰¹ No texto, uso o termo “localidade” para Jardim Penedo de Baixo quando não se trata de um tópico que aborda os significados de seus moradores, nesses, prefiro utilizar o termo “comunidade”.

4.1 Jardim Penedo de Baixo: história e processo de ocupação

Antes de transcorrer sobre a história da localidade, abro um pequeno parêntese para discorrer brevemente sobre a pesquisa histórica. Em muitas das fontes consultadas, a história do município é uma síntese de informações repetidas que não fornecem detalhes sobre a localidade de Jardim Penedo de Baixo. Grosso modo, elas são superficiais e chegam a ser, as mesmas informações, propagadas em sites diferentes, como o da Prefeitura de SLM, AMUPE e IBGE. Tal constatação pode representar a inexistência de informações ou a prática contemporânea, em tempos de avanços digitais, do famoso “copiar e colar”, que embora facilite para o produtor de conteúdo de sites, reduz significativamente o nível de informação histórica. De uma maneira ou de outra, demonstra a pouca importância dada à memória das cidades por órgãos públicos.

O descaso com a história e a falta de cuidado com a memória da cidade é uma realidade naturalizada, corriqueira e tratada como inevitável por entidades públicas, funcionários e sociedade em geral. Práticas comuns de sujeitos pertencentes a um contexto social, que aprendeu a desvalorizar tudo o que não for instrumentalizado para o capital. A memória e identidade não são consideradas elementos eficazes para o desenvolvimento da cidadania, consequentemente não assumem a importância devida nos processos formativos de pessoas capazes de intervir na construção de sua cidade e no seu destino. A invisibilidade histórica fortalece o desrespeito ao direito à moradia e à cidade. Nesse descaso, perde-se a história, a memória e, consequentemente, o patrimônio cultural todos os dias. Infelizmente essa pode ser uma prática intencional, algumas vezes, se a cidade estiver na mira do mercado imobiliário.

Em virtude de tais circunstâncias, a importância desta pesquisa ficou ainda mais evidente, não só por registrar a experiência de remoção de um “lugar” que não existe mais, senão como memória. Ao contar sobre disputas e estratégias para “habitar”, fiz um movimento contrário ao esquecimento. Esbocei uma tentativa de salvaguardar a memória social de um lugar, também, por meio dos marcadores da remoção forçada que, entre outras coisas, expõe a maneira como o Estado e o mercado uniram-se para eliminar a estrutura social menos valorizada diante de seus interesses.

Sem esquecer que escrever sobre um lugar é situá-lo social e historicamente também a partir das mudanças, é fundamental entrar em contato com construções, desconstruções, reconstruções, vestígios, relações, memórias, afetividades, significados e interações. O argumento passa a ser uma reflexão sobre a presença, que faz o “habitar” ser visto por meio de

suas diferentes funções, como diria Lefebvre (2016).¹⁰² Contudo, nem sempre a presença é aceita ou desejada por todos os envolvidos em grandes projetos de desenvolvimento. Nesse caso, apagar vestígios é agir em favor de interesses que transcendem ao de quem habita, é voltar-se para quem considera não ser relevante conhecer detalhes que não tragam vantagens necessárias ao novo uso do espaço e ao mercado imobiliário. Apagar memórias e apagar o “habitar” é um recurso levado a cabo em grandes projetos de desenvolvimento com abordagens autoritárias. Foi por isso que, ao olhar para tantas “ausências” produzidas como estratégias da Rede, não pude deixar de interpretá-las. Dito isso, fecho esse parêntese e retorno ao contexto histórico.

De todo modo, os documentos históricos tornaram-se indispensáveis e, para compreendê-los dentro do contexto, foi necessário relacioná-los com os depoimentos de interlocutores. Alguns autores que têm trabalhado com o uso de documento em Antropologia e lidam com a burocracia do Estado como fonte de suas pesquisas e questionamentos, como por exemplo, Teixeira (2014); Vianna (2014); Lugones (2014); e Enne (2014), consideram os documentos como “aldeias-arquivo”, como bem expôs Sérgio Carrara (1998 apud VIANNA, 2014), onde se pode fazer questionamentos e interpretações.

As poucas informações históricas sobre a área de antigos engenhos¹⁰³ é um fato lamentável, por se tratar de uma das mais antigas regiões do Brasil, na qual se encontra registro de povoamento desde a segunda metade do século XVI.

O território de São Lourenço da Mata, SLM, possui registro de povoamento desde o começo da ocupação portuguesa, com a presença de índios da tribo Tupinambá em suas áreas cobertas por Mata Atlântica. Bastante explorado, o território tornou-se uma fonte importante de riquezas naturais, com a extração de pau-brasil, a principal atividade do período, e, em consequência, foi erguido um entreposto com o nome de São Lourenço, próximo ao rio Capibaribe. A madeira era levada, ainda no século XVI, em carros de boi até às margens do rio Capibaribe, de onde partia em canoas até Recife, mais especificamente até o paço de Santana, atual bairro Santana, em Recife, conforme Maranhão (1981) e o Estudo de Impacto ao Patrimônio Cultural da Arena, a partir de agora EIPCAA (2010).

¹⁰² Para Lefebvre (2016), habitar é apropriar-se; participar, é praticar diferentes funções.

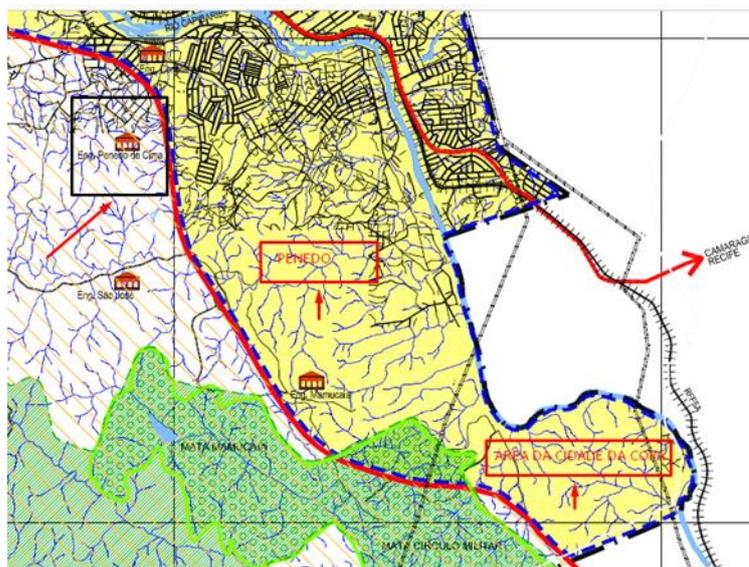
¹⁰³ Em visita ao município, vi o pouco interesse sobre a memória social e a história. Os funcionários não sabiam dizer se existia o arquivo público, ou mesmo um pequeno acervo para consulta. Apenas um livro no setor de comunicação retratava aspectos históricos. Esse foi a “História de São Lourenço da Mata”, escrito pelo jornalista José Albuquerque Maranhão, 2ª edição de 1981. Essa edição foi patrocinada pela Prefeitura de São Lourenço da Mata por ocasião das comemorações do Tricentenário da Restauração Pernambucana, sendo a primeira publicada em 1954.

Após a chegada dos portugueses, entre o final do século XVI e início do século XVII, e a expulsão dos índios, ocorre a implantação dos primeiros engenhos de açúcar na região, cuja atividade passou a ser sua principal fonte de renda. Em 1630, devido ao êxito quanto à aptidão agrícola favorável ao cultivo da cana, os holandeses se interessaram pelo território, chegando a invadir terras e tomar engenhos. Contudo, por volta de 1650, eles foram vencidos pelos portugueses, e a região lentamente retomou suas atividades. Em 1775, São Lourenço da Mata passou a ser distrito de Recife e Pau D'Alho (MARANHÃO, 1981).

Quanto à localidade Jardim Penedo de Baixo, assim denominada pelos meus interlocutores, as fontes históricas consultadas não faziam referências. As informações eram sobre as áreas adjacentes, com eminente referência aos engenhos Penedo de Cima e Penedo, devido à produção canavieira desempenhada por eles outrora.

O engenho Penedo de Cima pode ser visualizado na Figura 33, nela, se tem uma melhor dimensão do território. Para fins didáticos, adicionei o nome de Penedo e Cidade da Copa à imagem original.¹⁰⁴

Figura 33 – Recorte Penedo de Cima e Penedo



Fonte: Adaptações do Relatório do Plano Diretor (2006).

No destaque da Figura 33, está a área Penedo de Cima (canto superior), no meio fica Penedo e na parte inferior estaria Jardim Penedo de Baixo, local em que se visualiza o nome

¹⁰⁴ Outras informações sobre a história dos engenhos que existiram no território estão descritas no blog “Engenhos de Pernambuco”: RODRIGUES, M. L. N. B. **Engenhos de Pernambuco**. Recife: Blog, 2018. Disponível em: <<http://engenhosdepernambuco.blogspot.com.br>>. Acesso em: 11 ago. 2018.

Cidade da Copa. Outras referências históricas sobre áreas adjacentes ao Jardim Penedo de Baixo aparecem no livro do jornalista Maranhão (1981).

Em 7 de agosto de 1833, a cidade do Recife foi dividida em Distritos de Paz, por um decreto lei, art.10, da Câmara Municipal do Recife. Em virtude da nova divisão, a freguesia de São Lourenço da Mata ficou com dois distritos: o primeiro do Giquí e o segundo, Massiapinho.

Em 19 de dezembro de 1875, São Lourenço da Mata, enquanto um Distrito de Paz de Recife, realizou o seu primeiro serviço de alistamento para o Exército e Armada. É nessa referência, feita pelo pesquisador Maranhão (1981), que os nomes de Penedo de Cima e Penedo de Baixo aparecem como engenhos de onde foram feitos os alistamentos.

Outra referência foi encontrada quando ocorreu a fundação do município de SLM, em 10 de janeiro de 1890. Sua divisão foi feita em dois Distritos de Paz; três Distritos policiais e quarenta e cinco quarteirões. No primeiro Distrito de Paz ficavam os “quarteirões”: 4º Roncaria; 18º Penedo de Cima; **19º Penedo de Baixo**; 20º Camaragibe, entre outros (MARANHÃO, 1981, p.62).

O autor ao abordar sobre o rio Capibaribe, que corta o município de SLM, indica os engenhos de Penedo de Cima e Penedo de Baixo como áreas banhadas por ele. Outro dado remete às safras de cana-de-açúcar de 1952/53, moídas nas usinas de Tiúma e Capibaribe, ambas situadas no município, nas quais um dos engenhos destaques no cultivo da cana-de-açúcar foi o de Penedo de Cima, ao sudoeste (SE) da sede e limítrofe ao engenho Penedo de Baixo, e à margem direita do rio Capibaribe. Nessa época, SLM teria 78 propriedades rurais, sendo, que, 60 delas, destinadas à plantação de cana-de-açúcar (MARANHÃO, 1981, p.64).

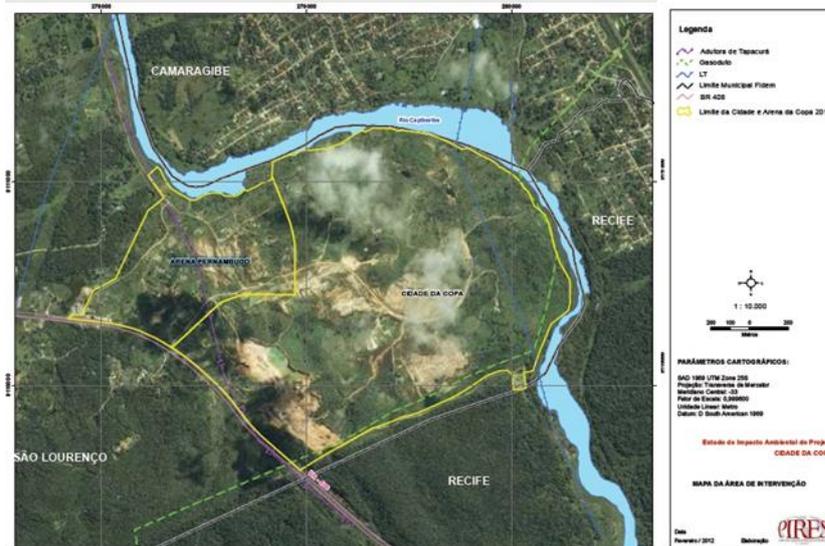
Por essas fontes, não se chega a muitos detalhes sobre a área destinada a construção da Cidade da Copa, pois ela não aparece exatamente definida, nem mesmo em termos de povoamento nesse período. Todavia, é possível deduzir que ela pertencia ao engenho Penedo de Baixo, e que, possivelmente, deveria ter sido usada também para o plantio de cana-de-açúcar até a segunda metade do séc. XX.

Do ponto de vista dos documentos elaborados por ordem do megaevento (leis, decretos e estudos), a história da localidade e sua ocupação também foram pouco ou quase nada exposta. Aparentemente fica a impressão de terem sido invisibilizadas, sempre que possível, pelos agentes da Rede-Megaevento no tempo técnico do planejamento.

As informações sobre a localidade são os marcadores da área por hectares e limites geográficos, elas estão nos decretos estaduais, especialmente nos dois que tornaram a área como “utilidade pública” e nos relatórios de impactos ambientais elaborados para garantir as licenças da Arena Pernambuco e o da Cidade da Copa.

Antes de expor os decretos, situarei novamente a localidade (Figura 34) na forma como aparece no relatório de impacto ambiental.

Figura 34 – Demarcação da área Cidade da Copa e seus limites



Fonte: Adaptada do Rima da Cidade da Copa (2012).

A delimitação do perímetro foi definida no memorial descritivo, documento anexado ao Decreto de nº 32.926, de 30 de dezembro de 2008, (DOE, 31 dezembro de 2008) que tornou a área como sendo de “utilidade pública e de interesse social”.¹⁰⁵

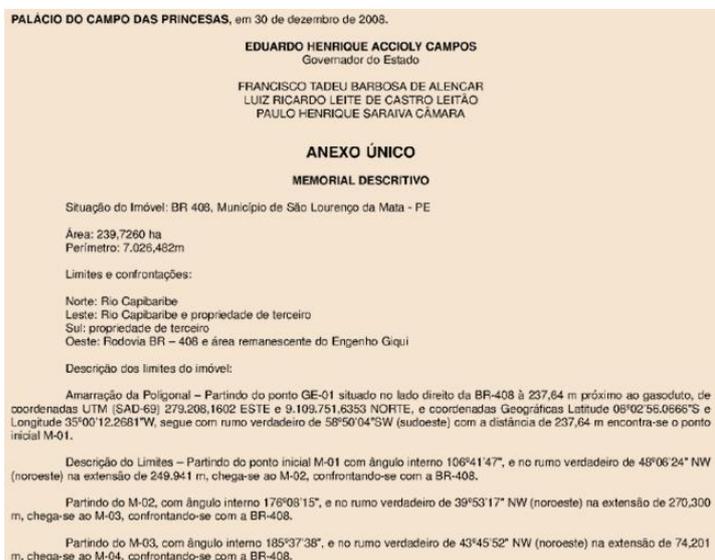
Relembro que essas ações aconteceram antes da oficialização da candidatura de Pernambuco, que foi feita em 31 de maio de 2009. A Rede, através do protagonismo do Estado, interferiu na vida dos posseiros ainda no tempo do planejamento (SCOTT, 2014), no qual o projeto ainda estava sendo, supostamente, decidida, sem que houvesse qualquer diálogo com moradores. A concepção de gestão democrática da cidade, cumprimento da função social da propriedade, foi simplesmente descumprida nesse momento.

Nesse Decreto, o tamanho da área de terra era de **239,726** ha, e aparecia no anexo, documento denominado de *Memorial Descritivo*. Nele, as áreas foram detalhadas, conforme Figura 35, por especificações georreferenciadas, sendo informados os limites: ao Norte, rio

¹⁰⁵ No capítulo anterior, foi problematizado o significado de tornar a área de utilidade pública, de acordo com a legislação de desapropriação (Lei de Desapropriação - Decreto-lei 3365/41 | Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941). As mudanças no Plano Diretor do Município, lei 2159, de 10 de outubro de 2006, que transformaram a área de ZEIS para Zona de Expansão Urbana- ZEU, foram publicadas no Diário Oficial dos Municípios em 15 de março de 2011, sob lei 2332/2011. Contudo, no D.O.M, fala-se que o prefeito assinou em 23 de fevereiro de 2010, ou seja, um ano antes. De toda forma, o decreto só tem vigência depois de ser publicado oficialmente.

Capibaribe; ao Leste, rio Capibaribe e propriedade de terceiro; ao Sul, propriedade de terceiro e a Oeste, rodovia BR- 408, e área remanescente do Engenho Giquí.

Figura 35 – Recorte do memorial descritivo da área destinada a Arena



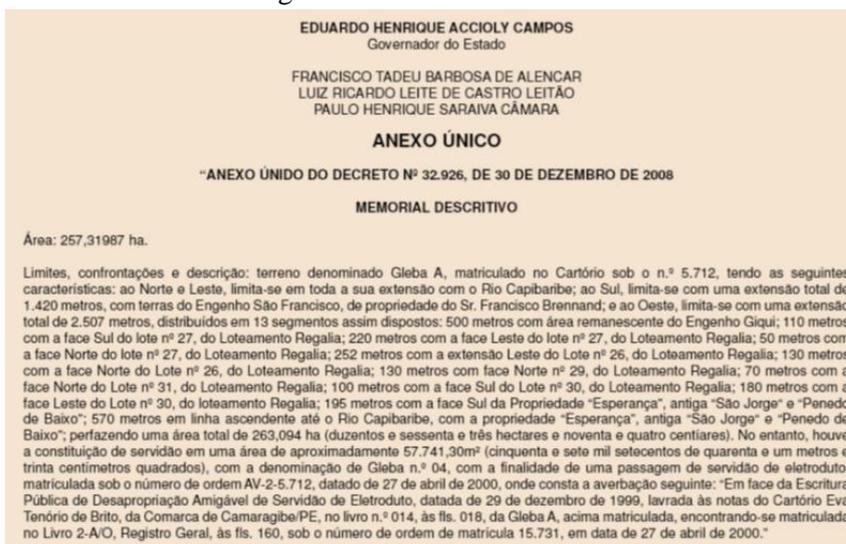
Fonte: Diário Oficial do Estado de Pernambuco (2008).

Destaco a referência ao engenho “*Giquí*” que, conforme Maranhão (1981), foi o nome dado ao primeiro distrito de São Lourenço da Mata, em 1833, do qual Penedo de Cima, Penedo de Baixo e Roncaria faziam parte. É possível depreender a existência de uma relação entre o nome do engenho e o distrito, e, possivelmente, da vocação outrora da localidade para o plantio de cana-de-açúcar.

No segundo Decreto, de nº 34.662, de 13 de março de 2010, em seu memorial descritivo (Figura 36), o perímetro é ampliado com a incorporação de outro trecho denominado de Gleba¹⁰⁶- 4. A descrição da área é feita sem o georrefenciamento, sendo usadas nomenclaturas como referências e essas, trazem um pouco mais de informação.

¹⁰⁶ Segundo a Lei de Parcelamento do Solo, nº 6.766/79, é possível depreender que Gleba é a porção de terra que não tenha sido submetida a parcelamento, significa uma porção de terra que jamais foi loteada ou desmembrada. Logo, Gleba é a terra crua, sem qualquer regulamentação e adequação às leis brasileiras e regionais: MENEZES, T. **Diferença entre gleba, lote, desmembramento e loteamento.** DireitoNet, 2015. Disponível em: < <https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/9231>>. Acesso em: 04 mai. 2018.

Figura 36 – Memorial descritivo do segundo Decreto nº 34.662



Fonte: Diário Oficial do Estado de Pernambuco de 13 março de 2010.

O memorial descritivo trouxe muitas informações. Para facilitar sua compreensão produzi o Quadro 3, listando as áreas que formaram o perímetro a ser usado pelo empreendimento Cidade da Copa. Assim, fica mais fácil visualizar e distinguir o nome da localidade desmembrada e lembrada.

Quadro 3 – Descrição da área de 257, 31987 hectares

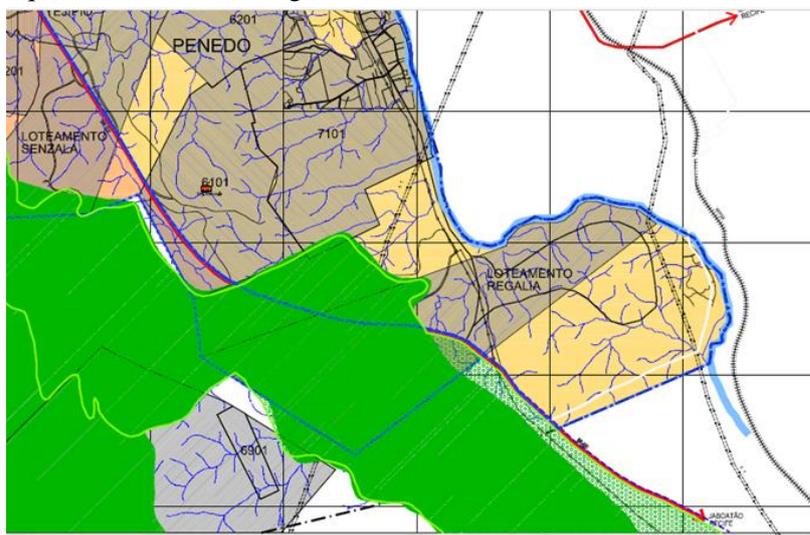
Segmento	Metros	Segmento	Metros
1.Engenho Giquí	500	7.LR face norte, nº29	130
2.Loteamento Regalia/LR, face sul, nº27	110	8.LR face norte, nº31	70
3.LR face leste, nº27	220	9.LR face sul, nº 30	100
4.LR face norte, nº27	50	10. LR face leste, nº30	180
5.LR face leste, nº26	252	11. face sul Propriedade Esperança, antiga São Jorge e Penedo de Baixo.	195
6.LR face norte, nº26	130	12. linha ascendente até o Rio Capibaribe, com esperança, antiga São Jorge e Penedo de Baixo.	570
Total dos 13 segmentos:	263,094 ha + gleba 4 = 257,31987 ha (área concedida de 57.741,30 m ²)		

Fonte: Autora (2017).

O memorial descritivo mostrou que houve o desmembramento e remembramento do solo, nas localidades: *Engenho Giquí*, *Loteamento Regalia*, *Propriedade Esperança*, antiga *São Jorge e Penedo de Baixo*. O nome *Loteamento Regalia*, que pertencia ao bairro de *Penedo*,

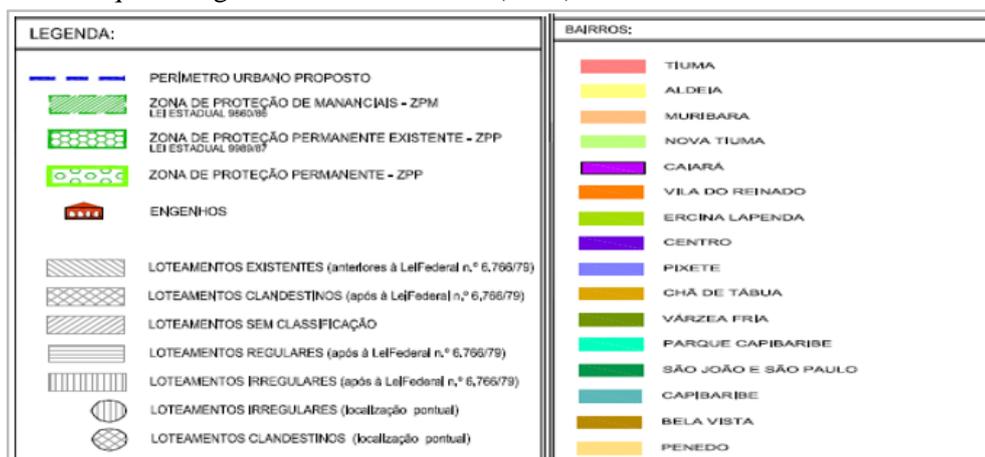
aparece no Plano Diretor Participativo de SLM (2006), cujo perímetro atualmente envolve parte da área destinada à Cidade da Copa, conforme as Figuras 37 e 38.

Figura 37 – Destaque do Loteamento Regalia, local atual da Arena Pernambuco



Fonte: Adaptado do Plano Diretor Participativo (2006).

Figura 38 – Destaque da legenda do Plano Diretor (2006)



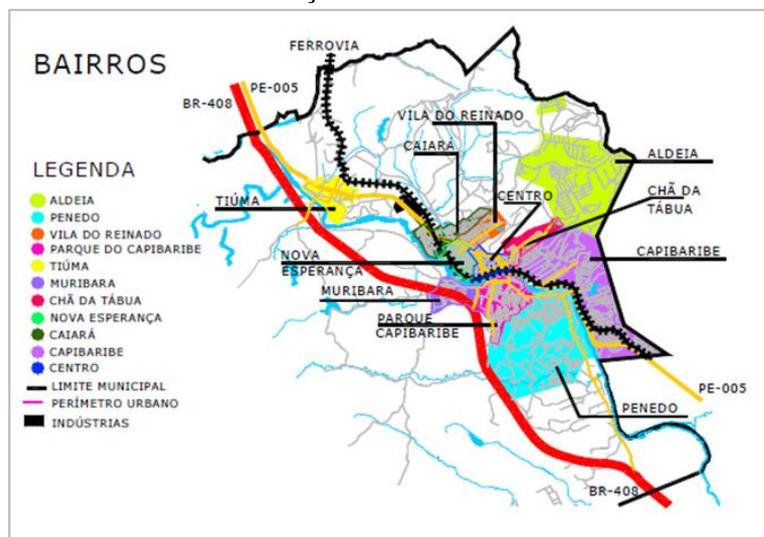
Fonte: Adaptado do Plano Diretor Participativo (2006).

Os decretos estaduais apontam que parte da área já possuía registro de ocupação em 2006. As marcações sinalizadas no Plano Diretor do município dão evidência a loteamentos irregulares dentro do perímetro. O relatório do Plano Diretor Participativo foi elaborado pela prefeitura em parceria com outras entidades, como a Agência Condepe/Fidem e com representantes populares, conforme descrito em seu texto.

Antes de explorar mais o registro do processo de ocupação da localidade que aparece no documento, pontuo a falta de controle urbano do município, pois, observando atentamente os documentos (Plano Diretor, 2006, 2009; leis, decretos, estudos), é possível perceber a

dificuldade tanto da gestão municipal, quanto das demais esferas em fazer, com clareza, a delimitação e o enquadramento do município por bairros (Figura 39).

Figura 39 – Recorte dos bairros São Lourenço da Mata



Fonte: Plano Diretor de São Lourenço da Mata (2006).

De acordo com o Plano Diretor (2006), a área destinada para a Cidade da Copa, em 2006, não era configurada como sendo um bairro. A área aparece em branco, levando a crer, que se estendia ao bairro Penedo e, conforme sua localização na planta (ficando em posição subsequente a Penedo), pode-se denominá-la, como alguns interlocutores o fizeram, de Jardim Penedo de Baixo.

Por sua vez, o enquadramento por zona do município, mostrou a área identificada como ZEIS II (PPD-SLM, 2006). No corpo da Lei, a área de interesse foi definida no capítulo II, que versa sobre a Política de Desenvolvimento urbano, ambiental e rural, na seção que delimita as ZEIS. Nela:

§ 1º As áreas identificadas nesta Lei como ZEIS II serão objeto de planos urbanísticos específicos por parte do poder executivo municipal, e correspondem a uma área localizada próxima à rodovia estadual PE-05, próxima à localidade de Tiúma e ao Núcleo Central e com relevo apropriado para expansão da infra-estrutura e ocupação urbana; e a uma área com 240 ha (duzentos e quarenta hectares), de propriedade do Governo do Estado de Pernambuco, localizada às margens da Rodovia Federal BR-408, próxima à linha de metrô, trecho TIP-Timbi, já em operação, situada a menos de 800m (oitocentos metros) de distância da futura estação metروiária Cosme Damião (Lei municipal nº 2.159 de 10 de outubro de 2006, grifo nosso).

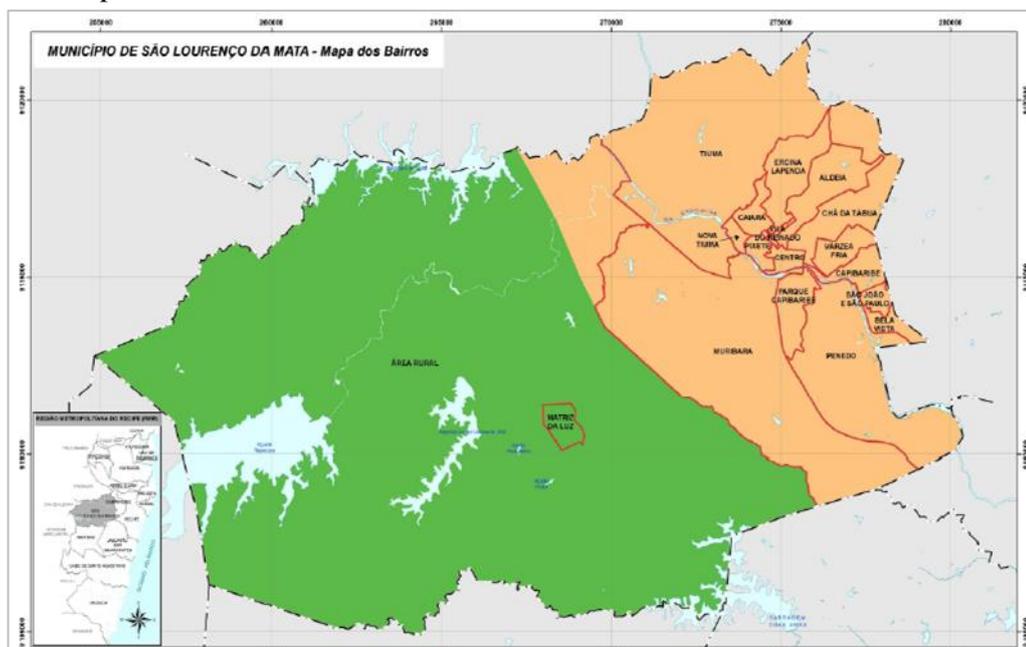
O texto sinaliza os limites e a propriedade da área, porém também não delimita o bairro, nem o enquadra com o nome usado pelos moradores residentes. Seu zoneamento foi alterado

em 2009 para atender às necessidades do empreendimento Cidade da Copa, conforme foi exposto no capítulo anterior.

Em uma referência mais recente sobre o município de SLM, encontrei o Atlas de Desenvolvimento Humano da RMR (2011), nele, existe a delimitação de 16 bairros em SLM, acrescido do distrito de Matriz da Luz.

No mapa (Figura 40), o bairro de *Penedo* fica melhor definido. Esse é o documento mais atual e, aparentemente, essa, seja uma delimitação mais apropriada para o enquadramento da área. Porém, a classificação pode ser alterada em breve, pois conforme o site da prefeitura de SLM,¹⁰⁷ o Plano Diretor encontra-se em processo de atualização e revisão. Essa revisão é obrigatória por lei e deve ocorrer a cada 10 anos, segundo o Estatuto da Cidade (Lei Federal de nº 10.257, aprovada em 2001).

Figura 40 – Mapa dos bairros de SLM



Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano (2011).

Como a área da Arena Pernambuco tem sido referenciada constantemente como Cidade da Copa, possivelmente, após a revisão do plano diretor, o município poderá assumir a mesma nomenclatura para designar ali em um bairro. Ao fazer isso, o município apagará de vez o nome que os moradores removidos davam ao lugar de moradia, “*Jardim Penedo de Baixo*”. Um nome que já vinha sendo ocultado oficialmente desde 2006, conforme se viu no Plano Diretor (2006).

¹⁰⁷ Prefeitura de São Lourenço da Mata, reportagem de: BARBOSA, C. **São Lourenço da Mata dá início à revisão do plano diretor**. São Lourenço da Mata, 2018. Disponível em: < <http://slm.pe.gov.br/sao-lourenco-da-mata-da-inicio-a-revisao-do-plano-diretor/>>. Acesso em: 15 jul. 2018.

A última referência que menciono quanto ao nome da área estudada, surgiu quando de posse do cadastramento realizado pela CEHAB, a localidade onde os moradores residiam aparece denominada de Loteamento Rivaldo Ferreira, um nome que já havia sido divulgado pela imprensa, e em artigo de Ramalho (2015). Seguindo essa informação, procurei os registros do loteamento na Agência Condepe/Fidem, uma vez que, por lei, cabe-lhe a competência de acondicioná-las. Encontrei, no site da agência, a tabela referente à anuência de 2005 (Figura 41).

Figura 41 – Lista de Loteamentos e condomínios anuenciados em SLM, 1978-2009

LOTEAMENTOS E CONDOMÍNIOS ANUENCIADOS NA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE
Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco - CONDEPE/FIDEM
Gerência e Gestão do Uso e Ocupação do Solo de Territórios Estratégicos - GEUS

OBS: OS NOMES DOS LOTEAMENTOS E CONDOMÍNIOS ESTÃO RELACIONADOS POR ORDEM NUMÉRICA DO CERTIFICADO.

MUNICÍPIO: SÃO LOURENÇO DA MATA PERÍODO: DEZEMBRO/1978 À DEZEMBRO/2009

PARCELAMENTO		PROPRIETÁRIO	CERTIFICADO DE ANUÊNCIA PREVIA Nº E DATA	CERTIFICADO DE RENOVAÇÃO DE ANUÊNCIA	ÁREA TOTAL DA GLEBA (Ha)
NOME	TIPO				
SINAL VERDE	Loteamento	H.L ENGENHARIA E COM. LTDA./ M.M LACERDA LTDA.	3764/1980 – 15/09/80	-	201,4930
LAGOA AZUL	Loteamento	IMOBILIÁRIA ALPINHO LTDA.	3926/1981 – 14/09/81	036/89 – 12/04/89	79,8000
PARQUE RESIDENCIAL SÃO LOURENÇO	Conjunto Habitacional	ALOÍSIO DO AMARAL CORREIA DE ARAÚJO	3041/1982 – 29/07/82	-	21,9763
VILA RICA	Loteamento	IMOBILIÁRIA NORDESTINA LTDA.	3999/1982 – 04/10/82	-	13,2240
ANDARAI	Loteamento	CANGAÇÁ IMOBILIÁRIA LTDA.	5012/1982 – 23/12/82	-	49,1520
IRINEU BARBOSA TEIXEIRA	Loteamento	EDUARDO TEIXEIRA GUERRA	218/1983 – 13/12/83	-	7,8763
JALISCO	Loteamento	SEMPRE- EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.	0238/1983 – 24/01/83	-	26,7224
MONTE ALEGRE – 2º PLANO	Loteamento	IMOBILIÁRIA SÃO LOURENÇO LTDA.	0364/1983 – 04/02/83	-	6,0000
PARQ. RESIDENCIAL CAPIBARIBE 2	Conjunto Habitacional	COHAB – PE.	047/1985 – 11/09/85	0533/92 – 11/12/92	127,8500
PARQ. RESIDENCIAL CAPIBARIBE 1	Conjunto Habitacional	COHAB – PE.	028/1990 – 24/10/90	029/92 – 17/01/90	172,4000
DISTRITO INDUSTRIAL SANTOS DUMONT I E II	Loteamento	AD / DIPER	003/1997 – 24/01/97	-	21,9023
RESIDENCIAL FRANCISCA DE PAULA	Conjunto Habitacional	CONSTRUTORA JOLE LTDA.	018/2001 – 20/04/01	-	4,8871
PARQUE PAU BRASIL	Loteamento	ALOYSIO QUEIROZ MONTEIRO FILHO	043/2001 – 06/09/01	-	64,6868

PARCELAMENTO		PROPRIETÁRIO	CERTIFICADO DE ANUÊNCIA PREVIA Nº E DATA	CERTIFICADO DE RENOVAÇÃO DE ANUÊNCIA	ÁREA TOTAL DA GLEBA (Ha)
NOME	TIPO				
PORTAL DE TIUMA	Loteamento	RODOLFO JOSÉ COTTARD GIESTOSA	019/2003 – 26/08/03	-	21,2679
RIVALDO JOSÉ FERREIRA	Conjunto Habitacional	CEHAB – CIA. ESTADUAL DE HABITAÇÃO	012/2005 – 09/05/05	-	239,7260
PRIVÉ SOLAR MONT BLANC	Conjunto Habitacional	IMOBILIÁRIA PROLAR LTDA.	001/2008 – 04/01/08	-	2,6982
JARDIM CAPIBARIBE	Conjunto Habitacional	ELIENE FERREIRA DOS SANTOS	023/2008 – 11/07/08	-	3,3747
TOTAL: 17					1064,8190

Fonte: Adaptado de Condepe/Fidem (2015).

Pela lista, a Agência Condepe/Fidem tinha concedido a anuência para um conjunto habitacional com o nome de Rivaldo José Ferreira, em 2005, que ocuparia 239,726 ha, o mesmo perímetro decretado de utilidade pública, em 2008.

Mais do que loteamento, consta que o projeto era desenvolver um conjunto habitacional na área, possivelmente, voltado à população de baixa renda, tendo em vista ser esse um dos atributos da Secretaria de Habitação de Pernambuco, conforme site do governo.¹⁰⁸ Possivelmente, isso explica o fato da função social da terra estar vinculada à população de baixa renda já em 2006, data do Plano Diretor de SLM, que tornava explícita sua classificação como ZEIS. Porém a Rede também conseguiu alterar essa função social da terra, para acatar as exigências do setor imobiliário.

Mesmo depois de muito tempo de pesquisa, não consegui identificar nos documentos uma sequência histórica capaz de traçar uma linha desde a origem do processo de ocupação de Jardim Penedo de Baixo até chegar a ser propriedade estatal. Pela descrição feita até aqui, tratava-se de várias glebas com proprietários diferentes, e, que, posteriormente, foram adicionadas ao patrimônio da Pernambuco Participações e Investimentos S/A (PERPART). A PERPART¹⁰⁹ é uma empresa estatal de economia mista, com capital majoritário do Estado. No momento de sua criação em 1995, recebeu parte do patrimônio de outras sete empresas estatais, entre o qual, o terreno em SLM. Em 2008, esse terreno que foi destinado à Cidade da Copa, foi declarado pelo Estado como de utilidade pública e, conseqüentemente, desapropriado. Coube então ao Estado a remoção dos posseiros e o pagamento pelas benfeitorias.

Solicitei a PERPART informações de como ela adquiriu do governo estadual a área de terra, ao que ela respondeu desta maneira:

Em resposta à consulta formulada através do Pedido de acesso à Informação (PAI), Protocolo n° 201851378, prestamos os esclarecimentos que se seguem. A consulta versa "sobre as desapropriações ocorridas no terreno da cidade da copa, loteamento Rivaldo Ferreira, Jardim Penedo de Baixo, São Lourenço da Mata", único registro de desapropriação de imóvel pertencente à Perpart, no Município de São Lourenço da Mata, diz respeito às áreas de terra situadas às margens da Rodovia BR 408, que perfazem um total de 257,31987 hectares, sendo 197.826 hectares, correspondente à área de terreno e os demais, às respectivas benfeitorias.

¹⁰⁸ **SECRETARIA de Habitação de Pernambuco.** Campo Grande: Recife, 2018. Disponível em: <www.cehab.pe.gov.br>. Acesso em: 20 ago. 2018.

¹⁰⁹ De acordo com o site, a **Pernambuco Participações e Investimentos S/A** (Perpart) foi criada pela **Lei N.º 11.314**, de 29 de dezembro de 1995, sua finalidade inicialmente era a geração de recursos para alocação em investimentos públicos. Mas, em 1999, ocorreram mudanças no seu objeto, tendo como objetivos “a administração dos créditos, direitos e obrigações decorrentes da incorporação de outras empresas públicas e sociedades de economia mista de que o Estado detenha o controle acionário”, firmado pela Lei N.º 11.671, de 27 de setembro de 1999. A PERPART é a sucessora de sete empresas, e os bens, direitos e obrigações acumulados estão sob sua responsabilidade. As empresas são: a Companhia de Habitação Popular do Estado de Pernambuco (Cohab-PE), a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Pernambuco (Emater-PE), a Empresa de Abastecimento e Extensão Rural do Estado de Pernambuco (Ebape); a Companhia Pernambucana do Meio Ambiente (CPRH), a Empresa de Fomento da Informática do Estado de Pernambuco (Fisepe); a Companhia de Abastecimento e Armazéns Gerais do Estado de Pernambuco (Ceagepe); e a Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos (EMTU). Disponível em: <<http://www.perpart.pe.gov.br>>. Acesso em: 15 ago. 2018.

A referida área, em conjunto com suas benfeitorias, foram declaradas de utilidade pública por força do Decreto Estadual nº 32.926, de 30 de dezembro de 2008, alterado pelo Decreto Estadual nº 34.682, de 12 de março de 2000, sendo objeto de Ação de Desapropriação promovida pelo Estado contra a Perpart e mais 3 (três) réus, na Comarca de São Lourenço da Mata, em abril de 2011.

Na certidão de Matrícula do imóvel juntada nos autos do processo, consta a antiga propriedade do Estado de Pernambuco, transmitida à Adquirente Pernambuco Participações e Investimentos S/A - Perpart, não sendo possível identificar a cadeia sucessória do imóvel.

Ressalte-se que a Perpart - desde a sua constituição - não adquiriu nenhum imóvel através de transação de compra e venda. Todo o patrimônio imobiliário foi transmitido para a Perpart, em decorrência da incorporação das empresas extintas. **O valor pago pelo Estado, a título de indenização pela desapropriação do terreno foi de R\$ 2.662.287,00 (dois milhões, seiscentos e sessenta e dois mil e duzentos e oitenta e sete reais), conforme avaliação. Tanto nos autos da ação, quanto nos acervos da Perpart, não consta nenhum registro de evento de deslocamento forçado de pessoas ou remoções. Os 3 (três) ocupantes da área, receberam indenização pelas benfeitorias (construções e plantações) edificadas no terreno, nos próprios autos da Ação de Desapropriação. [...] Cordialmente, Artur Barros/Superintendência de Controle Interno.¹¹⁰ (2018, grifo nosso)**

A PERPART não deu a informação sobre o momento em que a “área” foi incorporada a seu patrimônio. A única informação diferente sobre o terreno deve-se ao fato de que ele fazia parte dos imóveis herdados de outras instituições públicas. A PERPART não soube informar de qual instituição, nem tampouco sobre os planos anteriores para o terreno. Também não definia um nome para a gleba. Nas respostas a esses dois pedidos fica claro que o Estado desapropriou a PERPART e, depois, removeu os posseiros que estavam no terreno.

Os dois relatórios de impactos ambientais gerados para a construção do projeto Cidade da Copa, que serão explorados abaixo, seguiram a mesma estratégia da Rede, ao silenciar sobre a história recente de ocupação da comunidade, sobre as relações sociais e as dinâmicas de uso do solo, bem como o padrão construtivo que existia.

4.1.1 A história da localidade nos documentos produzidos: o silenciamento como estratégia

O Estudo de Impacto sobre o Patrimônio Cultural (EIPCA, 2010), concernente às obras de Implantação da Arena da Copa 2014, em SLM, contém informações históricas adicionais sobre a ocupação, advindas dos vestígios ali encontrados. Como foi dito anteriormente, esse estudo não trata da Cidade da Copa, mas diz respeito apenas à Arena Pernambuco, pois os empreendimentos foram divididos para facilitar a liberação das licenças de operação.

¹¹⁰ PERPART. Pedido de Informação, Protocolo nº 201851378 [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <nubiamichella34@gmail.com> em 13 ago. 2018.

Para se obter a Licença Prévia¹¹¹, é necessária a elaboração de algumas ações junto ao órgão fiscalizador do meio ambiente no Estado, que tende a atestar se há viabilidade legal do empreendimento de acordo com a legislação municipal, e isso não é um processo rápido, uma vez que se precisa seguir os protocolos e estudos que garantam a liberação.

Um dos protocolos obrigatórios¹¹² para se obter a Licença Prévia, é o Relatório de Impactos Ambientais/EIA, nele, é exigido um estudo sobre os impactos ao patrimônio histórico e arqueológico da área alvo do empreendimento. Esses instrumentos são preconizados no art. 1º, da Portaria do IPHAM, de nº230, de 13 de dezembro de 2002.

Em 2010, para o empreendimento Arena Pernambuco foi feito o estudo de impacto sobre o patrimônio cultural, o EIPCA (2010), concernente às obras de implantação e seu respectivo relatório, tal estudo, posteriormente, encaminhado à Superintendência Regional do IPHAN¹¹³ em Pernambuco, foi conduzido por Marcos Albuquerque (coordenador do laboratório de Arqueologia da UFPE) e executado pela empresa Arqueolog Pesquisas Ltda.

O estudo concluiu que a construção do empreendimento Arena Pernambuco, “não interferirá fisicamente em áreas urbanas nem em áreas em que estejam registradas edificações rurais oficialmente reconhecidas como de interesse histórico”, de acordo com EIPCA (2010, p.152), assim sendo, teve um parecer favorável à concessão da licença pelo IPHAN.

A área da Arena Pernambuco é pouco contextualizada no estudo, também não traz uma definição do bairro, nem informações aprofundadas sobre os engenhos das adjacências da área explorada. Ele não mostra bens tombados no âmbito federal em SLM, mas existiam três bens, na época, em processo de tombamento estadual pela FUNDARPE¹¹⁴: a Estação Ferroviária Frei Caneca-Sede, Estação Ferroviária Tiúma e a Igreja Matriz de Nossa Sra. da Luz.

Com relação aos caminhos da ocupação da área onde a Arena Pernambuco (Figura 42) foi construída, a equipe identificou dois pontos de ocorrência arqueológica na etapa de prospecção do solo, e registrou a presença de algum tipo de vestígio.

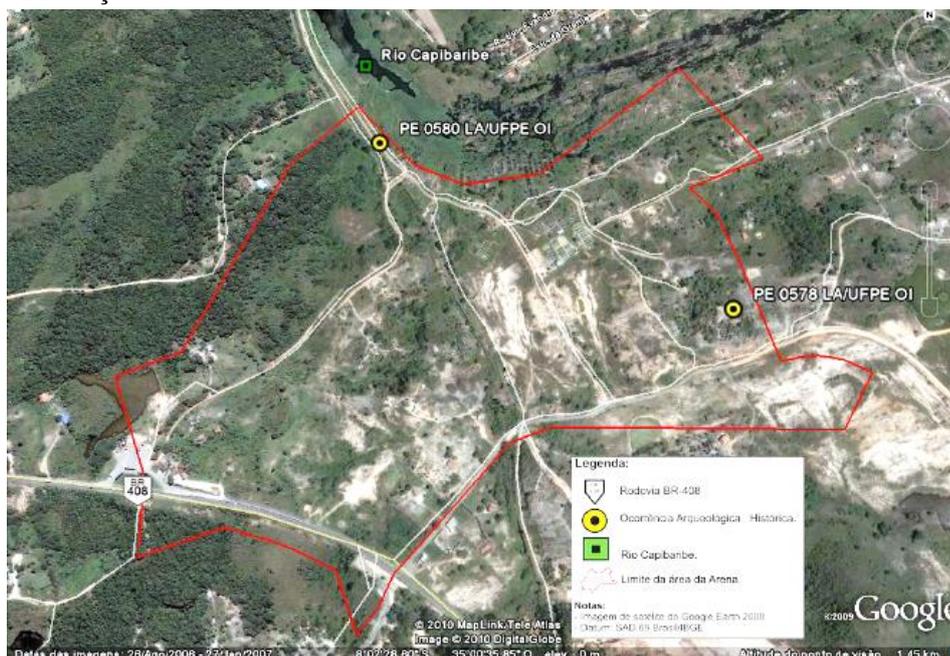
¹¹¹ CONFORME a CPHR, a Licença Prévia é um dos requisitos legais concedida pelo órgão estadual fiscalizador do meio ambiente, na fase preliminar do planejamento do empreendimento, pelo qual se aprova sua concepção e localização, atestando sua viabilidade ambiental, observando o zoneamento e a legislação. Disponível em: http://www.cprh.pe.gov.br/ARQUIVOS_ANEXO/Doc%20LP;1526;20110920.pdf. Acesso em: 18 ago. 2018.

¹¹² De acordo com a Constituição, art. 225, parágrafo 1º, inciso IV, que especifica a obrigação do poder público em exigir estudo prévio de impacto ambiental para a instalação de obra ou atividade com potencial para degradação ambiental (1988), por sua vez o CONAMA, Resolução 001/86, especifica como deve ser o diagnóstico.

¹¹³ IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

¹¹⁴ Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco.

Figura 42 – Marcação de ocorrência histórica



Fonte: EIPCA (2010).

Nessa imagem está definido o perímetro da Arena Pernambuco, e, nos pontos destacados, os locais onde foram encontradas as Ocorrências Arqueológicas (Figuras 43 e 44).

Figura 43 – Faiança fina, área PE0578



Fonte: EIPCA (2010).

O estudo descreve que as duas ocorrências são compatíveis com o século XIX, indicando a presença de ocupação nesse período. Também aborda sobre a descoberta de mais duas ocorrências arqueológicas do século XIX/XX, catalogadas nas áreas PE 0579 do Laboratório Arqueológico da Universidade-LAU/UFPE (Áreas PE 0579 e PE 0581), conforme o EIPCA (2010).

Ao relacionar as informações históricas anteriores, que mostravam a presença de engenhos na região, como essas trazidas pelo estudo, tive os registros mais antigos encontrados sobre a ocupação na localidade.

O EIPCA foi concluído em agosto de 2010, posteriormente à execução do cadastramento de moradores da área, como ressaltado anteriormente, foi feito por uma empresa terceirizada e contratada pela CEHAB, quando já não havia mais residentes na área. Por isso as casas aparecem em ruínas, todas demolidas. Todavia, no estudo, afirma-se que foram colhidas informações com moradores, sem mencionar sobre quem ou quantos, nem sobre a área habitada por eles. Na Figura 45, por exemplo, há um registro de contato com ex-morador, mas sem informações adicionais no relatório que possam qualificar sua situação ou seu contexto.

Figura 43 – Conversa de arqueólogos com morador da área

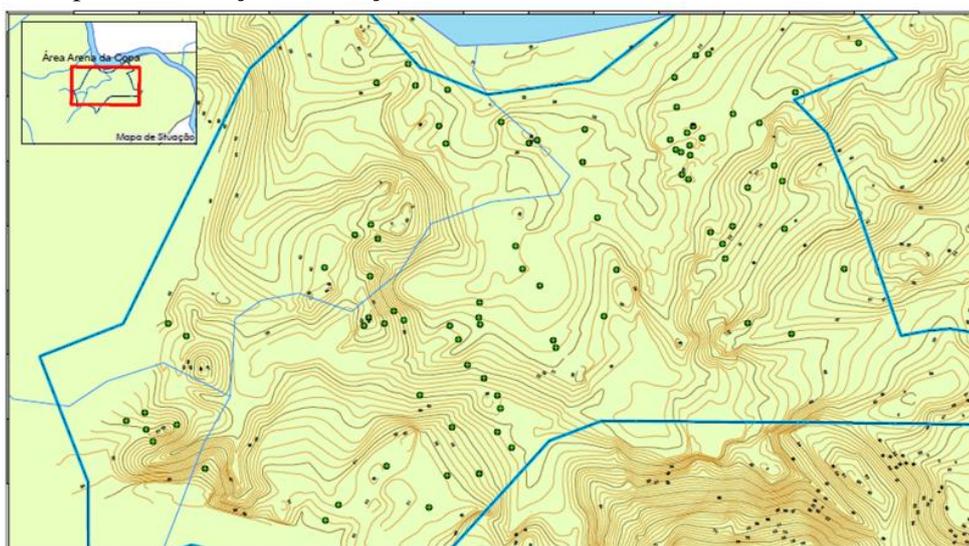


Fonte: EIPCA (2010).

Durante a prospecção arqueológica de superfície, os arqueólogos apontaram estruturas de edificações de casas demolidas, eles as delimitaram em um mapa (Figura 46), e, associada a elas, montaram uma lista que especifica e qualifica essas estruturas quanto ao uso. Assim, existiam 85 estruturas de edificações demolidas na área da Arena Pernambuco, compostas por uma Igreja Evangélica, dois galpões, duas casas com viveiros de peixes, duas com galinheiros,

três casas com cocheiras, uma casa com bar e as demais casas sem especificações (EIPCA, 2010, p.131-133)¹¹⁵.

Figura 44 – Mapa da localização construções demolidas na Arena



Fonte: EIPCA (2010).

Nessa parte do estudo, pode-se ter uma ideia de como as construções estavam dispostas na área. Infelizmente a prospecção não cobriu todo o terreno, mesmo sendo necessário, uma vez que se faria a construção do empreendimento Cidade da Copa como um todo e já havia tido a movimentação do solo.

Ainda há, no estudo, a seção denominada de “documentação fotográfica das edificações” (2010, p.210). Nela, constam 85 fotografias das estruturas encontradas dentro do local onde hoje se situa a Arena Pernambuco (Figura 47).

Figura 45 – Imagens das estruturas demolidas



Fonte: Adaptado do EIPCA (2010).

¹¹⁵ Essas informações foram comparadas a outras advindas do cadastro da desapropriação em outro tópico à frente.

O documento traz fotografias das casas demolidas que mostram os diferentes usos do espaço e ocupações dos antigos moradores removidos do local. As fotos demonstram que os ex-moradores eram agricultores e criavam animais de grande e médio porte. Porém, as ruínas de casas demolidas, tanques de peixes, coqueiras e cultivo de árvores frutíferas são as únicas referências aos posseiros. Não existe nada mais sobre os ex-moradores que deixaram seu lugar de trabalho e moradia, nem mesmo um relato sobre o tempo em que residiam na área. Nem outras fontes foram utilizadas para descrever algo para além das ruínas fotografadas. Nesse sentido, o estudo é bastante “asséptico” e foi voltado exclusivamente para os vestígios de outros tempos, desprezando, desse modo, a recente ocupação.

A ausência de detalhes sobre a população, a forma de ocupação, usos da terra e relações sociais dos ex-moradores, mais uma vez, aponta para o uso da estratégia de silenciamento manipulada nos documentos.

Relembro que quando o EIPCA (2010) foi elaborado, o cadastramento das posses já havia sido elaborado pela CEHAB, nele, existiam informações que poderiam ter sido usadas para caracterizar a comunidade Jardim Penedo de Baixo. O que se observa é a eliminação dos registros subjetivos da ocupação recente. Supostamente uma forma de ocultar o impacto da remoção forçada e para diminuir conflitos e contestações por parte da sociedade civil organizada.

Das fotos tiradas pela equipe de arqueólogos das construções demolidas, sobressai uma leitura sobre os tipos de construções, materiais usados (casas de alvenaria, de taipa), algumas com características mais antigas que outras (Figuras 48).

Figura 46 – Estruturas de casas demolidas, Copa 245 e Copa 262



Fonte: Adaptado do EICPA (2010).

Como foi dito anteriormente, o EIPCA (2010) não trata sobre a área da Cidade da Copa, sendo o Relatório de Impactos Ambientais, Rima da Cidade da Copa, a partir de agora RIMA (2012), o documento responsável por essa área.

O RIMA (2012) apareceu depois da terraplanagem e outras interferências terem ocorrido na área, o que, de certo modo, chama a atenção para a inconsistência do processo. O estudo foi elaborado por uma equipe multidisciplinar sob a coordenação da empresa Pires Advogados e Consultores.

Segundo o relatório, o estudo aconteceu: “nos termos e condições previstos nas Resoluções nº 01/86 e 237/97 do CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente, no Manual de Diretrizes para Avaliação de Impactos Ambientais da CPRH - Agência Estadual de Meio Ambiente” (2012, p.2).

No documento, a área da Cidade da Copa é localizada, também, sem referências para o nome do bairro e apenas apresentada como gleba de 242 hectares (Figura 49), ou seja, um pouco menor do que a área que foi destinada à utilidade pública, dando-se destaque a localização “privilegiada”, devido à proximidade a centros urbanos.

Figura 47 – Quadro de divisão da área

Áreas	Hectares
Área total da gleba	242,6
Arena Multiuso	35,6
Radial da Copa	12,10
Subtotal	104,81
APP do rio Capibaribe/outros (não edificável)	80,63
Cidade da Copa	105,18

Fonte: RIMA (2012).

Essa foi a informação mais específica divulgada pelo Consórcio Odebrecht à população sobre como seria disposto o empreendimento no terreno.

No relatório, na parte que destaca o meio antrópico, tem-se um pouco mais de informação sobre a área. Segundo o documento, o município de SLM não está dividido pelo IBGE (2010) por bairros. O RIMA (2012, p.105) diz que, naquela época, o terreno estaria “vazio” e inexistiam comunidades ou residências isoladas na área, mas informa sobre a presença de posseiros no passado:

No local, até no passado, a área pertencente ao Governo de Pernambuco foi ocupada de maneira irregular por posseiros que, no local, construíram casas e cultivaram lavouras. A desapropriação e a retirada dos posseiros foram efetivadas quando da concessão de licença de instalação ao empreendimento Arena da Copa. No local, até àquela data, havia pequenos sítios dedicados a atividades agropecuárias de subsistência e, também, de caráter comercial. Parte dos ocupantes dedicava-se à criação de gado, embora em escala reduzida, segundo informações de ex-moradores da localidade (RIMA, 2012, p.105/106).

Essa é a única indicação no texto que faz referência à presença de moradores anteriormente no local. Apenas mencioná-los parecia atender de maneira satisfatória à legislação, sendo desnecessária qualquer problematização sobre o impacto causado pelo empreendimento à vida da população que ali residia.

Também não aparecem ações mitigadoras realizadas. Os indivíduos removidos não foram quantificados e qualificados, apenas adjetivados como “posseiros” “irregulares” em terras que usavam para produzir e morar.

Um dado importante a ser destacado é o fato de o estudo mencionar a existência de outros empreendimentos acontecendo na área, e que são complementares à futura Cidade da Copa: “a Arena Multiuso (Arena Pernambuco) e a via Radial da Copa”, porém “nenhum dos empreendimentos faz parte do presente licenciamento, já havendo sido objeto de processo de licenciamento autônomo anterior” (RIMA, 2012, p.10).

Nesse ponto, o RIMA trata sobre a Cidade da Copa e separa os outros dois empreendimentos. Contudo, ao justificar a alternativa locacional - critério exigidos por lei, o empreendimento é mencionado como “**obrigatoriamente uma estrutura contígua à Arena Multiuso**, cuja localização, por sua vez, já foi definida” (2012, p. 43). Isso significa dizer que não existia a possibilidade de a construção não acontecer, tendo em vista toda amarração preparada para o cumprimento da obra.

Tal amarração, aparentemente, foi necessária para garantir respostas às supostas perguntas: por que fazer a Cidade da Copa? Por que retirar as pessoas que já produziam e usavam o território? Desse modo, a associação dos empreendimentos na justificativa alternativa pelo local foi um dispositivo criado para dar legitimidade legal à Cidade da Copa.

Outro documento produzido pela Rede foi o cadastramento das “posses” dentro da área para fins indenizatórios, a cargo da CEHAB.

Em 2009, o órgão cadastrou “333 posseiros” nas áreas que compreendem a Cidade da Copa e a Arena Pernambuco. Supostamente, para diminuir o impacto, não se divulgou o número de moradores por residência ou posse. As informações fazem deduzir a existência de uma relação direta entre o número de cadastros 333 e o de pessoas, todavia quando os analisei, colhi entre os dados socioeconômicos um quantitativo bem maior de pessoas residindo nas 333 posses. Esse número chegou a mais de quinhentas pessoas e pode ser até mais, quando se considera que, muitas vezes, as famílias compartilham o terreno com seus parentes, tendo uma segunda casa menor para os filhos casados, por exemplo.¹¹⁶

Nos cadastros, a maioria das casas estavam na área denominada por “Loteamento Rivaldo Ferreira”, no “bairro Jardim Penedo de Baixo”. Outros nomes apareceram para definir localidades, como, por exemplo, o condomínio “Sagrada Família”, o qual estava vinculado ao cadastro da Comunidade Obra de Maria, tendo suas casas pertencentes a pessoas do movimento religioso.

Saliento que essa jornada na busca de informações históricas ao longo da pesquisa foi uma leitura do movimento e dialética do objeto, percebido não de maneira imediata, mas lentamente e concomitante ao acesso às fontes de pesquisa. Em algumas conversas e entrevistas, não dei a atenção devida à confusão e lacunas que os nomes ofereciam. Não era minha a intenção compreender como os interlocutores se apercebiam do seu “lugar” no contexto desses nomes “formais” divulgados, inclusive, ressalto que, para os interlocutores

¹¹⁶ Essa situação de moradia compartilhada também foi encontrada por Moura (2015), no Loteamento São Francisco em Camaragibe.

entrevistados, o lugar ou era “Terreno do Estado”, “Invasão” ou, na maioria, Jardim Penedo de Baixo. Portanto, o nome “loteamento Rivaldo Ferreira”, como enquadrava a CEHAB nos cadastros, era desconhecido pelos moradores.

Assim, identifiquei três movimentos inerentes à área: um movimento espontâneo, no qual a formação da ocupação irregular ou informal acontecia, mostrando os diferentes usos (moradia, trabalho, descanso), afetos e significados e assumia o nome de comunidade Jardim Penedo de Baixo por seus moradores. O outro movimento era a produção do espaço “formal”, esse, intencionado no Plano Diretor de SLM (2006), compatível com a realidade de ocupação existente na área e assim, garantiria a habitação popular. O terceiro movimento, retomou a área como um “território de oportunidades” para saciar a fome do mercado imobiliário, ignorando a população nele já inserida.

Agora, depois de desfiados os documentos, nos quais se viu um pouco das ações desenvolvimentistas da Rede, nas manobras e arranjos institucionais, no “descaso planejado” em relação às pessoas atingidas, resta falar de como meus interlocutores deram sentido à comunidade, suas atividades, experiências e sociabilidades.

4.1.2 A localidade e sua ocupação a partir de uma “interlocutora testemunha”

A tarde estava abafada. Sem vento. Bodes, cabras, galinhas, patos e pavão passeavam livremente pelo terreno que fica às margens da BR- 408, por trás de dois restaurantes. No fundo do terreno ficava a escola municipal, próxima a uma árvore, denominada de “ingá”, segundo Dona Maria. Naquele horário, os alunos já tinham ido embora. As aulas eram no período da manhã. Dona Maria estava saindo do restaurante de seu João com uma vasilha com sarapatel de bode. Como sempre, ela estava sorridente, com seus cabelos crespos grisalhos, presos. Vestia camisa de malha branca, de mangas azuis, farda da escola, complementada por saia jeans abaixo dos joelhos e usava sandálias estilo havaianas. Passei por seu João, que matava galinha na parte de trás do seu restaurante [...]. Fiz comentários iniciais sobre o sarapatel; sobre o tempo, sobre os bodes. Depois de estarmos sentadas, em duas cadeiras de plástico, na frente da escola, puxei conversa sobre um papo anterior. Disse que havia ficado curiosa sobre como ela começou a dar aulas ali. Se poderia contar algo mais sobre isso [...]. (Diário de campo, 09 de novembro de 2016).

Dona Maria, a professora, moradora de uma área próxima à Cidade da Copa há mais de 60 anos, tinha um discurso rico em fatos, em datas de sua vivência e experiências. Suas falas atribuíam significados para questões em relação à história da localidade e aos projetos anteriores da gestão pública. Ela era minha “interlocutora-testemunha”. Era assim que eu pensava na professora Dona Maria. Ela não era uma das removidas, mas uma observadora e testemunha das “ocupações”.

Como interlocutora, era uma das mais disponíveis e dispostas ao diálogo. Nossas conversas duravam mais tempo, pois existia uma grande vontade em falar e colaborar com a pesquisa. Interpretei essa disposição relacionando-a ao seu lugar de fala: diferenciado. Ela sentia empatia e reconhecia o que era uma pesquisa para a “faculdade” já que, recentemente, havia feito seu “TCC”, tendo escrito um “texto maior” (monografia) e “sofrido”, como disse certa vez. Outro ponto importante foi o fato de que sentia ter certa “liberdade” para falar, por não ter “recebido” nenhum dinheiro do Estado, fazendo referência à indenização paga pela remoção. Ela legitimava o seu lugar de fala como totalmente neutro, verdadeiro e por isso válido.

Por ser uma moradora antiga da localidade, suas conversas foram fontes importantes para o entendimento do processo de “ocupação” da comunidade. Nossos encontros aconteciam, normalmente em dias úteis, após às 14 horas, quando não havia mais crianças na nova sede da escola Municipal Marechal Mascarenhas de Moraes (Figura 50).

Figura 48 – A sede atual da escola municipal no fundo do terreno



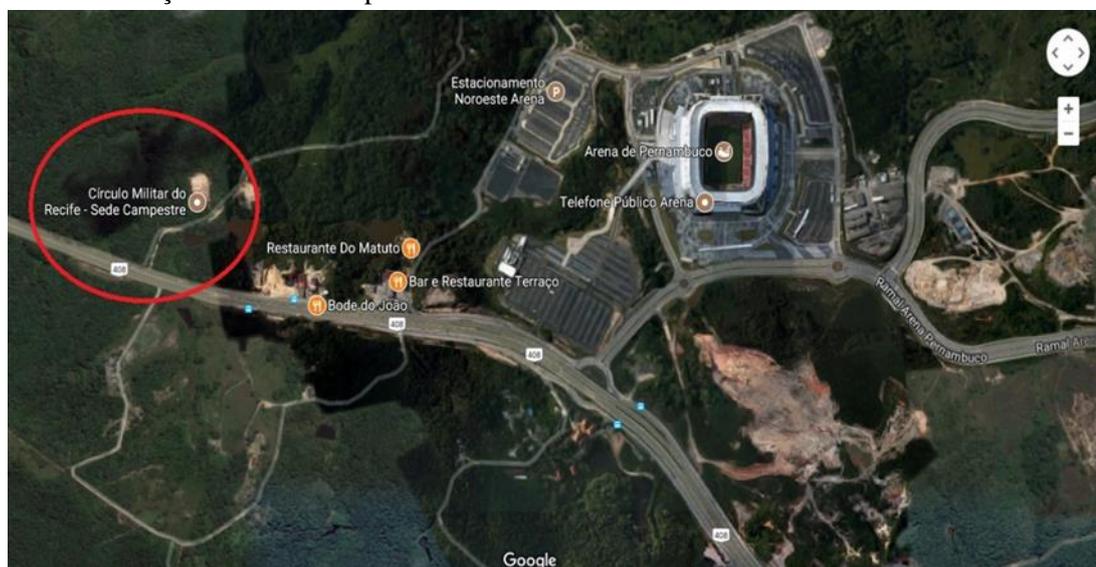
Fonte: Autora (2016).

Durante muito tempo ela pôde acompanhar as “ondas” de “ocupação” da localidade, e sofria, inclusive, interferências em seu trabalho, pois era ela quem dava aula para filhos de moradores, em idade de 7 até os 12 anos. Seu relato traz algumas das referências mencionadas anteriormente a partir dos documentos.

A partir do relato de Dona Maria e de outros interlocutores, identifiquei para fins metodológico, apesar de apresentar um longo intervalo, três momentos de ocupação mais significativos: a primeira, nos séculos XVI/XVII (período de Engenho, sem o intuito de moradia) até 1978/79; a segunda de 1979 até 1985 (fase central de Cargas, já com ocupação de moradores) e a terceira de 1986 até 2010 (fase mais habitada Comunidade Jardim Penedo de Baixo).

No primeiro momento, as aulas aconteciam na sede da Escola Municipal Marechal Mascarenhas de Moraes dentro Círculo Militar (Figura 51), sendo transferida em 2013.

Figura 49 – Delimitação da Sede Campestre do Círculo Militar



Fonte: Adaptado de Google (2017).

A Sede Campestre do Círculo Militar fica em uma Zona de Proteção Ambiental (ZEPA 3), segundo o Plano Diretor de SLM (2009), e tem assegurada a preservação da mata, à margem direita da BR-408.

No momento de maior ocupação da localidade, a escola chegou a ter mais de 70 alunos matriculados no sistema de ensino multisseriado, através do qual se reúnem, no mesmo turno e sala, estudantes de níveis diferentes, sendo o conteúdo ministrado de maneira correspondente ao nível.

A narrativa de Dona Maria sobre a localidade começa por volta de 1956, quando existiam pouquíssimas casas na área. Foi nesse período que seus pais chegaram, vindos de

Jaboatão dos Guararapes, para administrar a fazenda “Boa Esperança”¹¹⁷, pertencente a um coronel natural do Rio de Janeiro.

Núbia: (...). Aí vocês vieram, e ele veio trabalhar aqui. Como era a região aqui?

Dona Maria: assim habitada? Não. Habitada num era muito, não, porque era tudo engenho: Engenho Penedo de Baixo, Engenho Penedo de Cima, Engenho Giquí, Engenho Santa Rosa, Engenho Mamucaia.

Núbia: essa área que está a Cidade da Copa é engenho?

Dona Maria: é Engenho Penedo de Baixo.

(Entrevista de Dona Maria, 2017)

Em 1964, a fazenda foi vendida aos militares e seu pai foi selecionado entre os funcionários para continuar “tomando conta da área”, que passou a ser a Sede Campestre do Círculo Militar. Na ocasião, o local virou uma espécie de clube de campo, com piscina, local para churrascos e outras infraestruturas para lazer. Dona Maria, nessa época, estava com mais ou menos 14 anos, e continuou alfabetizando as crianças durante a semana no local que lhe foi destinado e nos finais de semana, ajudava o pai no clube.

Conforme a professora, a área da Cidade da Copa pertencia ao Engenho Penedo de Baixo, e sua propriedade era do Dr. Jorge Correia de Araújo. Na época, em que chegou, não era muito habitada, por ser área de engenhos.

Seu Carlos tinha... criava gado... a mesma coisa como a “Esperança”, como era a da gente lá... criava gado, cavalo, fazia plantações de macaxeira, de mandioca, de cana... Logo no início era cana porque era engenho. Aí, o engenho fornecia cana pra Usina Capibaribe¹¹⁸... Aquela que fica aí na (PE) e depois quando deixou de ser o Engenho, começou a dividir por granja, cada um dono... pra... acho que filho... uma coisa assim, não sei, mas acho que era filho... aí quando dividiu suas granjinhas aí. (Entrevista de Dona Maria, 2017)

No local onde hoje está a Arena, ficava a “granja São Carlos”. Parte dela era do engenho Giquí e seus limites chegavam até as proximidades do bairro Cosme e Damião (Recife). A granja “pegava” também parte das terras do Engenho Penedo de Baixo.

Com o passar do tempo, a ocupação e a vocação da área foi se transformando à medida que o solo foi sendo parcelado em pequenos lotes, dando origem a outras granjas, e ao Loteamento Regalia.

¹¹⁷ O segundo Decreto nº 34.682 de 2010, no seu memorial, aborda a propriedade Esperança.

¹¹⁸ Segundo site do IBGE, a usina Capibaribe foi desativada em 1962, tendo sido uma das mais produtivas e modernas do estado, embora fosse pequena: IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática**. Sistema de dados agregados. Brasília: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2018. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=446888>. Acesso em: 21 ago. 2018.

Dona Maria: 'Loteamento Regalia'

Núbia: Regalia?

Dona Maria: Aí foi quando começou a primeira desapropriação do loteamento para **central de cargas**.

Núbia: Aí o governo veio e tomou o loteamento?

Dona Maria: mas indenizou tudinho do pessoal

Núbia: Sim e aí?

Dona Maria: Para central de carga.

Núbia: Então...

Dona Maria: Que não aconteceu, né?

Núbia: Isso foi em... já...?

Dona Maria: Isso foi em 80, 79, 80 por aí

Núbia: A primeira desapropriação em 1979 a 80 por aí, né?

(Entrevista de Dona Maria, 2017)

No relato de Dona Maria, alguns pontos merecem destaque, como a menção que faz sobre o Loteamento Regalia, esse que foi abordado no relatório do Plano Diretor de SLM (2006). Outro ponto foi informação dada de que o governo já teria realizado uma desapropriação no terreno na década de 1980. Ela afirmou, ainda, que o governo “indenizou tudinho” nesse processo, mais ou menos umas cem famílias espalhadas nesse momento. Ou seja, o Estado parece repetir um processo de planejamento e retirada da população residente sem resultar em benefícios a esses moradores.

A informação sobre ter existido uma “primeira desapropriação¹¹⁹” foi importante na compreensão dos significados atribuídos ao lugar e ao imaginário das pessoas residentes na comunidade, que constantemente expressavam sua insegurança em virtude dessa remoção anterior.

Embora tenha procurado em documentos oficiais, não consegui saber mais sobre essa remoção através dos órgãos públicos. Todavia, mesmo sem uma resposta do Estado sobre sua interferência na área antes de 2010, era possível deduzir que essa ocorrência tenha se dado por causa dos projetos para a nucleação Oeste da Região Metropolitana, mencionada no capítulo anterior. Possivelmente, é nesse momento que essa área passa a ser propriedade do governo estadual.

Outras fontes traziam ainda informações adicionais, como as do livro organizado por um dos idealizadores do projeto de bairro misto, professor da Universidade Federal de Pernambuco e um dos participantes do Núcleo Técnico de Operações Urbanas do Estado, o arquiteto e urbanista Zeca Brandão (2012). Brandão comentou que, em 1970, houve alguns

¹¹⁹ No momento em que é feita a primeira retirada da população na área, a propriedade do terreno estava nas mãos de terceiros, ou seja, houve de fato uma suposta “desapropriação” do Estado, sendo diferente da situação dos moradores de Jardim Penedo de Baixo, os quais eram posseiros, cabendo-lhes legalmente a indenização apenas por benfeitorias e seu processo denominado por “remoção forçada”.

estudos do Governo de Pernambuco para criar na nucleação Oeste um Centro Administrativo. Naquele momento, estruturava-se a perspectiva de um polo metropolitano na região Oeste, com o Complexo Industrial do Curado, o Terminal Integrado de Passageiros (TIP) e a linha do metrô.

Assim, a intenção do II polo Metropolitano era da década de 1970, como projeto da construção de uma Nova Centralidade, no qual estaria o centro urbano do Curado, com a implantação de conjuntos residenciais populares, do TIP (inaugurado em 1985, que levou oito anos para ficar pronto), do Centro administrativo do Estado (esse não saiu do papel)¹²⁰, e do Centro Atacadista de Distribuição, além do distrito industrial.¹²¹

De acordo com Dona Maria, embora a “Central de Cargas” não tenha acontecido, a movimentação provocou algo bom que foi o fato de ter, novamente, “unificado o terreno”, ou seja, lembrado o solo, porém, pouco tempo depois, ocorreu uma nova “invasão do terreno”:

[...] foi bom porque quando ele... esse aqui passou a Central de Carga, aí, então, unificou. Deixou de ser 'pedacinho, pedacinho, pedacinho'. Ficou uma só coisa e os pessoais sair... só foram embora dos pedacinhos, mas aí vem mais... houve a invasão, né? (Entrevista Dona Maria, 2017).

Segundo Dona Maria, a “invasão” do terreno começou quando ele passou a ser propriedade do Estado, em virtude de a terra ter ficado “abandonada” e, conseqüentemente, ter deixado de cumprir sua função social. As pessoas começaram a chegar de diferentes localidades, como Camaragibe, Jaboatão, Cavaleiro e de São Lourenço da Mata, por volta da metade da década de 1981 e 1982 em diante, para ocupar a área.

Essa terceira “onda” de ocupação ocorreu aos poucos, foi “acontecendo”. De acordo com ela, a movimentação foi se intensificando, chegando até mais de 250 famílias morando na área, momento do ápice. É nesse período que o quantitativo de alunos dela aumenta significativamente, chegando até uma média de 55 estudantes, e, nos anos 2000, por volta de 70 alunos.

De 1979 a 1980, um pouco antes de começar a movimentação dessa ocupação e aumentar o número de estudantes, a escolinha de Dona Maria passou a ser efetivada e legalizada como municipal, com a ajuda do Círculo Militar e o prefeito de SLM na época. Durante o

¹²⁰ Chamo atenção a repetição do processo de práticas em termos de planejamento, quando projetos são idealizados, mas não costumam “sair do papel” quando não se encontram parceiros, ou por não serem viáveis financeiramente, ou mesmo por causa de investigação de irregularidades, como será visto no último capítulo ao falar do destino da Cidade da Copa.

¹²¹ O Oeste Metropolitano foi explorado no capítulo anterior.

período em que sua escola não era legalizada, dona Maria não recebia salário. Somente passou a receber após ter sido incorporada ao quadro de funcionário da prefeitura, em 1979.

Ela ainda conta que as “invasões” na localidade continuaram até 2010. Nesse período, a escola possuía dois turnos. Um turno, pela manhã, com 40 estudantes e, outro, à tarde, com 30 estudantes. Sendo a maior parte deles moradores de JPB.

Em uma de nossas conversas, a professora salientou a existência de um mapa cartográfico da área, com marcações de lotes, do ano de 1999, encomendado pela PERPART.

Eram 15 horas da tarde quando cheguei à escola. As filhas de Sr. João (dono do restaurante) estavam na frente da instituição e brincavam com outras crianças. Na escola, seu Manoel estava fazendo suas unhas com Rosa. Dona Maria estava dentro da escola. Dei boa tarde e fiquei um pouco com as crianças quando ela chegou e nos cumprimentou, estirando um papel para mim. Olhei e percebi que se tratava da sua história de vida. Era um breve relato feito por uma aluna da graduação e apresentado em sala de aula. Dona Maria mostrou-nos orgulhosa que havia ganhado também um diploma com o título de Cidadã Benemérita por serviços prestados ao município. Estava radiante. Eu disse que era bom colocar numa moldura. Ela disse: “é mesmo”, “no vidro”. Vendo que eu havia dado a ideia, decido colocar eu mesma na moldura e pergunto se posso levar. Pergunto que cor ela queria. Ela diz “uma que você ache que combine comigo”. Pegamos as cadeiras e colocamos na sombra. Mal sentamos e ela começa a falar de uns papéis que achou. Um mapa da área. **“tem as casinhas dos moradores”**. Eu pergunto de onde. Ela diz: da área da Cidade da Copa. Subitamente fico muito excitada com a informação. Ela começa a dizer que eles nem sabem que ela tem. “mas, olhe, eu guardo tudo”. Dona Maria começa a relatar sobre sua casa, que é simples. Que quando morrer já falou para juntar seus papéis e queimar. “Tem muito papel”. Vejo uma preocupação em descrever a casa e a simplicidade. **“As pessoas perguntam se eu quero mudar, mas eu não quero mudar. Eu quero morar aqui.”** Muito empolgada, eu pergunto se posso ir pegar o mapa com ela, que eu vou tirar cópia e depois devolvo. Dona Maria diz que sim. Pergunta se eu a trago de volta, visto que é um pouco longe da escola para sua casa. Partimos lá. [...] Fico do lado de fora. Embaixo das árvores. Dona Maria abre a porta e fala com seus animais, que estão espalhados no terreiro (gatos, cachorros, pavão, galinha). Ela não demora e **volta com um tubo de papelão, desses que armazenam mapas. Vejo que se trata de uma planta do entorno do Círculo Militar**, mais especificamente, da área da Cidade da Copa. Naquele momento pensei ter encontrado um tesouro (Diário de Campo, 05 de dezembro de 2016).

Esse mapa representava a possibilidade de se obter um melhor panorama em relação às disposições de propriedades, embora não fosse exato, pois, para Dona Maria e para outras pessoas que o viram, faltavam a demarcação de mais casas.

O mapa cartográfico¹²² está em escala de 1:2500 com dimensões de 1,2m x 0,80, elaborado pela Mota Engenharia, tendo como cliente a PERPART, em julho de 1999. Nele, vê-se propriedades localizadas próximas a Sede Campestre do Círculo Militar, em uma área de mais de 250 ha, segundo a professora, a mesma da Cidade da Copa.

¹²² MOTA ENGENHARIA. Prospecção Área de 269 ha. São Lourenço da Mata, 1999. Prospecção da área de 269 ha de propriedade da Perpart, solicitante dele. 1:2500.

Alguns pontos norteadores, como a BR-408 e a Adutora da Compesa, Engenho Jiqui,¹²³ Linha de transmissão da Celpe, Linha de transmissão da Chesf, Gasoduto Petrobras, Engenho São Francisco, Sede Campestre de Círculo Militar, BR-408, podem ser facilmente identificados, deixando evidente que se tratava mesmo da área da Arena Pernambuco e parte da área da Cidade da Copa, com destaque para algumas propriedades e nomes de pessoas (Figura 52).

Figura 50 – Recorte Mapa cartográfico da área de 269 hectares



Fonte: Mota Engenharia (1999).

No mapa, consta a demarcação de áreas, possivelmente, lotes irregulares, tendo em vista que todo o terreno pertencia ao poder público estadual. Identifiquei 55 nomes e 68 “lotes”, algumas pessoas possuindo mais de um deles. A maioria dos nomes é de homens e grande parte dos lotes está nas proximidades do rio Capibaribe, ao norte da área, deixando a região central mais vazia.¹²⁴

A representação cartográfica foi de 1999, dez anos antes da representação feito pelo EIPCA (2010), esse último, mostrava uma ocupação mais densa com 85 propriedades dentro do perímetro central, ou seja, onde fica a Arena Pernambuco.

Comparando com o cadastramento da CEHAB, realizado em 2009, o qual expõe 135 posses apenas no perímetro da Arena Pernambuco, vê-se que a densidade da área aumentou

¹²³ Aqui a grafia aparece com “j”. Contudo pode ter sido erro, pois na maioria dos documentos encontrados refere-se à Giqui, com “G”.

¹²⁴ Cada centímetro equivale a 25 metros.

ainda mais. Há, portanto, divergências de informações entre EIPCA (2010) e CEHAB (MPF, 2015).

Grosso modo, pelas informações do cadastro (MPF, 2015) é possível deduzir que, ao longo de uma década, a ocupação na localidade aumentou consideravelmente, em termos de propriedades, passando de 55 (identificadas no mapa cartográfico-PERPART) para 333 no cadastro da área, da qual os mais de 250 hectares são apreendidos. Esse número pode ser ainda maior, se considerar os relatos de meus interlocutores, por exemplo, Jane, que ao observar o mapa sentiu a falta das propriedades menores. De todo modo, a carta cartográfica é uma boa representação da disposição de pontos importantes e do tamanho das propriedades, em 1999.

A partir do que foi exposto é possível constatar a importância de problematizar os documentos elaborados em função de grandes obras de desenvolvimento, tanto para entender como a constituição histórica do lugar e da ocupação podem ser invisibilizadas, como para perceber a fragilidade do controle urbano municipal sobre o território, a memória e, conseqüentemente, sobre a produção da cidadania.

Ao relatar sua vivência e relações estabelecidas com a localidade JPB, dona Maria denomina o processo de ocupação realizado por moradores ao longo dos anos em uma “terra abandonada”, como “invasão”. No entanto, tal dimensão tem significados específicos entre meus interlocutores, assim como descreve uma forma de relação entre a população de baixa renda e seu acesso à moradia nas cidades brasileiras. E, mais à frente se verá como, diante da realização do megaevento, as práticas dos agentes do desenvolvimento transformaram a relação de meus interlocutores com a terra “abandonada” em uma posição desqualificada e “desmoralizante”. Essa também uma tática do desmonte, que Scott (2009; 2012) afirma ser comum acontecer no processo de grandes intervenções, constituindo o modo habitual dos agentes do desenvolvimento se relacionar com a população atingida.

No próximo tópico, os significados da relação com a cidade formal e suas formas restritivas, ou seja, a “invasão” será caracterizada por meus interlocutores, os ex-moradores de JPB. O itinerário de chegada, as formas de ocupar e produzir, as sociabilidades e experiências dentro da comunidade se relacionam com a condição de ser “invasores”, “posseiros”, e nas formas de lutas coletivas que realizaram. As dimensões negativamente construídas a partir do contato com a cidade formal, na relação com a Rede, aparecerão no capítulo seguinte.

4.2 Desconstruindo discursos: os “invasores” e a convivência com o “desassossego”

Já é quase clássico o diálogo entre o favelado e seu pesquisador, Boaventura de Sousa Santos, quando, ainda na década de 1970, estudava o direito de propriedade na favela do Jacarezinho, no Rio de Janeiro. ‘Mas o senhor não acha que invadir uma propriedade alheia é ilegal?’ -perguntou o pesquisador. ‘Doutor, ilegal aqui não é minha casa. Ilegal aqui sou eu!’ - respondeu o favelado, denunciando, [...], que a ilegalidade tinha se entranhado no apenas humano. A ilegalidade do teto tomava-o como um todo. Penetrava suas veias, vontades e atos. A ilegalidade tinha se transformado no ar que respirava. Ilegal como morador, como cidadão, como trabalhador e em seus múltiplos papéis sociais (JOAQUIM FALCÃO, 2008, p.46).

Nesse tópico, escrito a partir dos relatos de vida e experiência de meus interlocutores, dei relevância a aspectos como: a chegada à localidade; o processo de ocupação; a descrição da comunidade; o trabalho; a vizinhança e os sentidos e significados de ser “invasor” e “posseiro”.

A comunidade situada em uma área de características rurais, margeada pelo rio Capibaribe, reservas de Mata Atlântica e a BR-408, é um retrato da sociedade brasileira. Um ambiente de desigualdades sociais, marcado por interesses heterogêneos, com usos e padrões construtivos diferentes, mas com uma predominância para atividades de agropecuária entre os moradores.

Para a composição dessa descrição, além dos relatos dos interlocutores, também usei informações dos cadastros da CEHAB que estavam anexados ao Inquérito Civil (MPF 2015). As informações quantitativas foram sistematizadas em gráficos e tabelas com o objetivo de facilitar sua exposição e interpretação. Fotocópias de fotografias das casas e das posses também foram utilizadas, embora sem boa nitidez, sua relevância compensou essa deficiência.

O uso de diferentes fontes me deu condições de gerar outros questionamentos e forneceu outras evidências para interpretações mais ricas em detalhes e profundidade por meio do confronto de informações, como, por exemplo, na identificação das estratégias (uma das quais, a do silenciamento programado sobre moradores atingidos, gerando restrições de detalhes do processo) para diminuir confrontos e conflitos. Como mencionei anteriormente, além de torná-los invisíveis nos documentos produzidos, a Rede teve que sustentar o discurso de menor impacto, também, na hora da remoção forçada, usando como alternativas a categoria “posse” como sinônimo para pessoas e com isso não divulgava o número exato de moradores impactados, uma vez que a posse pode apresentar mais de uma habitação compartilhadas no mesmo lugar.

De acordo com as poucas informações repassadas pela gestão pública para a mídia em geral, o número divulgado era de 333 “posseiros”. Todavia após analisar os cadastros, ficou mais claro que havia uma distinção entre “posse” e número de pessoas. Elas não eram categorias equivalentes. O quantitativo mencionado pela Rede referia-se apenas ao responsável pela posse (lote). Através dos cadastros, foi possível chegar ao número de 568 pessoas, considerando

apenas os que responderam a parte socioeconômica, ou seja, ainda existia aqueles sem respostas, levando a crer que esse número poderia ser bem maior.

Ainda sobre esses números, há divergências entre as três fontes consultadas (interlocutores, documentos oficiais e cadastros). Para dois de meus interlocutores, existiam na comunidade 468 famílias, aumentando significativamente o número de atingidos pelo empreendimento Cidade da Copa.

4.2.1 A chegada ao local e o processo de ocupação

“Na comunidade só tinha trabalho. Era casa de sítio e viver do que se produzia no sítio”.

Luiz (entrevista 2017)

Dois caminhos levaram meus interlocutores a morar em Jardim Penedo de Baixo: um por ser vizinho e conhecer a área, outro, por indicação e influência de pessoas conhecidas residentes na comunidade. Três interlocutores compraram o terreno, os outros três o ocuparam por saber que o terreno era de propriedade do Estado e encontrava-se “vazio”, “abandonado”, cheio de “mato”, como disseram. Para alguns deles, ter ido morar em um lugar de características rurais, com água em abundância foi vinculado ao objetivo de praticar a agricultura e a criação de animais, sendo bastante ressaltado o cultivo de macaxeira e a piscicultura. Essas culturas serviam tanto para o consumo próprio, como na geração de renda, com exceção da Comunidade Obra de Maria.

O tempo de moradia dos interlocutores girava em torno de mais de 10 anos: três moraram por 10 anos (Jane, Valério, Luiz), uma por 14 anos (Zezita), outra, a mais antiga, 22 anos (dona Iracema) e a Comunidade Obra de Maria (3 anos, mais ou menos).

Dona Iracema e Dona Zezita conheciam o lugar porque moravam em um bairro próximo, em Santa Mônica, no município de Camaragibe.

Dona Iracema chegou à área por volta de 1988, na época, não existia moradores, “*não tinha ninguém*”, era somente um terreno “*baldio*”. “*Eu fui a primeira invasora dali*”. Aos poucos, ela viu as pessoas “*invadir*” e dividirem a área em “*granjas*”, em pequenos terrenos e darem início às “*moradias*”. O motivo principal que a levou a “*invadir*” foi o fato de gostar de “*plantar*”.

Só mato, né? Era terreno baldio, né? Aí começamos a invadir, aí a turma começou a invadir, fizeram muita granja. Aí foi moradia, né? Antes da Copa era moradia, né? [...] Porque eu gosto de plantar e criar, né? Justamente, foi o que eu fiz. Peguei uma

área grande aí planto e crio. **Como ainda hoje tô plantando e criando** (Entrevista de Dona Iracema, 2017).

A relação com a agricultura e com o uso dos recursos naturais também foi a motivação que levou, primeiro, o marido e depois Dona Zezita a morarem na localidade.

Ó, foi assim: o meu esposo andando por lá sempre perguntava se não tinha pau, lenha, nesse tempo a gente usava bastante lenha mesmo né? [...] Aí ele começou a ir lá. **Aí começou o povo sempre invadindo** ali, né? A área por lá. Aí ele fez uma casinha. O povo também foi se chegando e ali a gente passou um negócio de uns 16 anos mais ou menos lá (Entrevista de Dona Zezita, 2017).

Vivendo com o salário mínimo do marido aposentado, o uso da lenha para fazer fogo e cozinhar e o cultivo de tubérculos, a exemplo da macaxeira, representava uma economia no orçamento. Desse modo, a agricultura de subsistência praticada garantia um pouco mais de qualidade de vida para ela, o marido, a filha e o neto.

O tempo de moradia de Dona Zezita teve duas fases. Uma, quando durante oito anos fazia um movimento pendular: passava o dia na comunidade e ia dormir na casa da filha (em Santa Mônica, bairro de Camaragibe). A outra, quando morou mais oito anos, dessa vez em definitivo. O marido assumiu a ocupação do pequeno terreno por volta de 1994, e ela morou continuamente entre 2002 e 2010. Seu terreno ficava mais ao fundo da área, próximo à margem do rio Capibaribe e mais distante da BR-408.

Outra interlocutora, representante da Comunidade Obra de Maria, afirmou que a instituição chegou até à localidade porque possuía uma propriedade do outro lado, da BR- 408, e, visitando a área, viu terrenos à venda. A interlocutora disse não se recordar exatamente do ano, supõe ter sido por volta de 2007, quando a instituição comprou os terrenos “baratinhos”, sem saber que era de propriedade do Estado, fato conhecido posteriormente. A Comunidade Obra de Maria possuía “galpões”, bem como uma casa de recuperação para jovens ex-usuários de drogas. Outros interlocutores mencionaram a relação da instituição com a construção de um condomínio, cujas casas pertenciam a membros da “Comunidade Obra de Maria.”¹²⁵

Outros três interlocutores, Jane, Luiz e Valério, chegaram por terem conhecidos residentes na localidade.

Jane chegou por volta de 1999, por influência de um amigo do ex-marido, “seu Sebastião”, que plantava e “vivia da terra” há dez anos:

¹²⁵ No cadastramento, aparecem fotos de casas inacabadas, com o mesmo padrão construtivo e tamanho, sendo registrado no nome da Comunidade Obra de Maria.

[...] eu cheguei através de um amigo do meu marido. Ele morava aqui, tinha uma criaçãozinha de peixe de aquário, de ornamental e peixe de corte. Aí eu passando, vi um terreno, gostei e comprei (Entrevista de Jane, 2017).

Originária de Camaragibe, onde também tinha uma piscicultura em um espaço menor, Jane comprou a terra atraída pelo maior benefício encontrado nela: “*água em abundância*” para criar seus peixes. Sua piscicultura foi a primeira a ser construída, depois dela, outras seis se instalaram, atraídas também pela água do rio Capibaribe. Jane possuía 50 tanques (3 metros de largura com 6 metros de extensão), em alguns desses, existiam 2.000 peixes, noutros, 500 peixes. Ela vivia do comércio de peixe ornamental, assim como outras pessoas:

A gente vivia do peixe e tinha mais três famílias que trabalhavam com gente que dependia do salário, né? Vivia do peixe. E daí passou a gerar mais emprego. A partir do momento que os outros, as outras pessoas vieram também criar peixe ornamental, cada um criador, passou a gerar emprego para duas, três pessoas. Dava emprego, entendeu? (Entrevista de Jane, 2017).

Jane fez questão de frisar o fato de “gerar emprego” com sua piscicultura (Figura 53), dando bastante importância ao valor de seu trabalho na geração de renda local. Para ela, o melhor momento de produtividade e vendas ocorreu no ano de 2004, quando outras pessoas de fora da comunidade vinham para comprar peixes, tornando a comunidade conhecida. Houve “desenvolvimento”, pois havia começado a “crescer”, conseqüentemente, surgiram mais casas e pessoas na localidade, tendo por volta de 200 pessoas.

Figura 51 – Tanques de piscicultura, 2003



Fonte: Jane (2003).

Muitas pessoas nessa época compravam o terreno mesmo sabendo ser uma propriedade estadual, por esse motivo o valor era mais baixo e era “fácil de comprar”. Por volta de 2004,

um terreno custava, em média, mil reais, mas, também, “muitos invadiram” e, até 2009, já haviam mais de 300 pessoas na comunidade:

Jane: Até 2010, que foi na época que todo mundo foi indenizado que saiu daqui, foi 2009 que começou e 2010.

Núbia: Então nesse período vocês já tinham mais de quantas pessoas na comunidade?

Jane: Já tinha umas trezentas.

(Entrevista de Jane, 2017)

Conforme ela, o processo de ocupação ocorria porque muitos “*invadiram o terreno*”, “*abandonaram as terras*” e outras pessoas vinham e compravam dessas que invadiram, como no caso dela.

A chegada de Luiz¹²⁶ com esposa e três filhos, foi em 1999, quando ele comprou uma “posse” de 7 hectares, por 4 mil reais, tendo a expandido para 22 hectares, em 2005. Comprou-a de um conhecido, “João do Bom”, seu vizinho do bairro do Curado (Recife). João conhecia a localidade porque plantava macaxeira e a vendia no Curado. Luiz chegou a plantar também, mas sua maior renda advinha da piscicultura.

Na Figura 54, numa fotografia tirada para uma reportagem do Jornal do Comércio (2009), Luiz está em frente ao açude de seu “sítio” e joga ração para os peixes. Nessa reportagem, ele destaca ser o líder comunitário, e que chegou há quase vinte anos na região vindo de Campina Grande, na Paraíba, sua terra natal. A reportagem evidencia o lugar aprazível que era seu “sítio”, com uma boa diversidade de frutas e muita água, procurando mostrar um pouco das condições de vida das pessoas residentes em Jardim Penedo de Baixo. A reportagem assume um tom mais informativo e descritivo da ocupação. Nela, Luiz procura destacar o lugar onde mora, com identidade e afeto, não era uma “posse”, mas um “sítio”.

¹²⁶ O lugar de fala de Luiz precisa ser contextualizado em alguns momentos, porque se tornou uma liderança dentro da comunidade, atuando ativamente na Associação de moradores e isso implicou no reconhecimento dos limites e anseios que seu discurso encobre.

Figura 52 – Imagem Luiz e o açude de sua posse



Fonte: Jornal do Comércio de 10 de maio de 2009. (2009)

Outro a chegar a JPB, por causa de um conhecido, foi Valério, artesão, por volta de 2002. Ele fazia uma agricultura de subsistência, tinha piscicultura e apicultura.

Um amigo meu me indicou que ele tinha, ele já morava lá, e tinha essa possibilidade também que eu fosse morar lá. Então, por eu gostar de lugares assim, então fui morar lá. (Entrevista de Valério, 2017)

Valério, casado, afirmou não ter comprado o terreno de cinco hectares, pois era “posseiro”: *Eu me tornei um posseiro de uma determinada área, que no meu caso era cinco hectares. No momento de sua chegada à comunidade já estava “praticamente toda com seus posseiros”*. Também considerava o lugar “bom” porque tinha abundância de água: *“Porque tinha açude também e devido eu criar abelhas, essa parte da apicultura, então precisava de um espaço muito bom”*.

Na tentativa de levantar mais detalhes sobre a ocupação e usos do solo, trago agora as informações dos cadastros. Neles, não existia a pergunta sobre como os moradores chegaram à comunidade, porém duas variáveis faziam referência à relação da pessoa (respondente do cadastro¹²⁷) com a comunidade na perspectiva da temporalidade: o tempo de permanência e o tempo de residência.

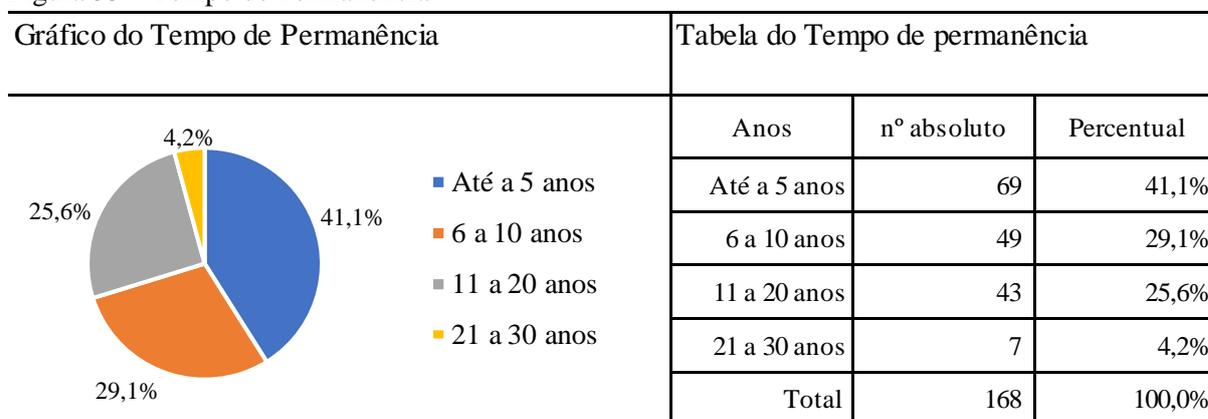
“Tempo de Permanência” foi definido como o período contado a partir do momento em que a posse foi “assumida” pelo responsável quando desempenhou algum tipo de cuidado, colocando cerca ou construindo barracos de lona para protegê-la de terceiros. Como foi dito anteriormente, nem todos os responsáveis pela posse, ou seja, as pessoas que assinam o

¹²⁷ Chamo atenção para o fato de que quem responde o cadastro é a pessoa que foi designada pelo morador da posse para ser o responsável para receber a indenização.

cadastro, responderam. Para essa variável, o número de respondentes foi de 168 dos 319 possíveis. Isso significou que 52,67% respondeu e 47,33% não respondeu. Meus interlocutores, também, estão diluídos nessas repostas, pois eram as pessoas responsáveis pelas “posses”.

Segundo a Figura 55, a maioria das pessoas (69) estavam na comunidade até 5 anos, representando 41 % dos respondentes. Essa informação aponta para a dinâmica de crescimento significativa nos últimos anos. Uma quantidade expressiva de pessoas tinha alguma permanência com a comunidade há mais de uma década, e essa configuração se aproxima do contexto de meus interlocutores que moravam em média 10 anos. As pessoas responsáveis pela posse com tempo de permanência maior ficavam entre 21 a 30 anos, foram 4,2%.

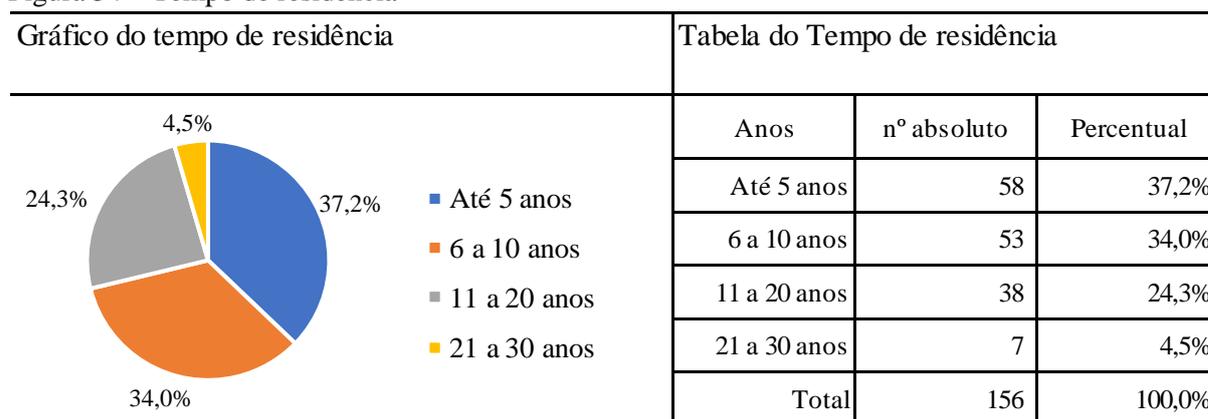
Figura 53 – Tempo de Permanência



Fonte: Autora (2018).

O “Tempo de Residência” informa há quanto tempo o cadastrado usou o imóvel como moradia, esses resultados se assemelham ao tempo de permanência. Esse fato indica que o possessor não levou muito tempo para morar na posse, além de protegê-la, fixando a moradia e construindo sua habitabilidade da forma que podia o mais rápido possível (Figura 56). Para essa variável, o número de respondentes foi 156 dos 319 possíveis, ou seja, 48% das pessoas responderam.

Figura 54 – Tempo de residência



Fonte: Autora (2018).

Assim, dos respondentes, 4,5% permaneceu morando entre 21 a 30 anos, 24,3% permaneceram entre 11 a 20 anos, 33,9 % entre 6 a 10 anos e 37,2%, até 5 anos.

Considerando as dificuldades de mobilidade, falta de equipamentos públicos, entre outras carências da comunidade, é bastante significativo perceber que mesmo assim a maioria dessas pessoas viveram mais de 6 anos em condições bastante complicadas. Situação comum e típica das “invasões”, “ocupações” e loteamentos irregulares ocorridas em terras não urbanizadas e de solo barato.

Por necessidade de moradia, em decorrência do déficit habitacional nas cidades, cada vez mais a população pobre, recorre às terras sem condições de habitabilidade (infraestrutura pública) e longe dos centros urbanos, para aplacarem suas necessidades de moradia: as encostas dos morros e áreas alagáveis (mangues, vulneráveis às enchentes), como também as áreas próximas a rios (MARICATO, 2003), situação de JPB.

As informações acima mostram um crescimento populacional relevante no período entre 2004 a 2009, sendo mais intenso no ano de 2004 e freado quando ocorreu o início do processo de “policciamento” da área para evitar novas ocupações em 2009.

Dona Iracema, uma das pioneiras, diz que na beira do rio ficavam “os pequeninhos”, as pessoas com menor poder aquisitivo. Alguns desses colocavam um valor na “posse” e os “grandões das granjas” iam comprando e aumentando a sua “posse”: “*Aí começou os pequeninhos, os pequeninhos começaram a vender aos grandões, né?*”. Esse momento da compra e venda representa a segunda fase do processo de ocupação. O aumento da “posse” do senhor Luiz ocorreu dessa maneira, assim como o da “Comunidade Obra de Maria”.

O processo de ocupação inicialmente foi espontâneo, porém existia uma maneira de ocupar a ser seguido na “invasão”. No primeiro momento seria “invadir” e “ocupar demarcando

o terreno” para garantir sua preservação¹²⁸, uma vez preservado era possível vender (para alguns, se assim o desejassem), também era possível “invadir” a posse de quem deixou sem cerca ou demarcação. Caso as deixassem abandonadas, sem vigilância, outras pessoas as “invadiriam” novamente e as venderiam. Esse itinerário sobre as relações sociais e a posse na comunidade mostra que, embora tenha sido retratada como um lugar bucólico, a comunidade não era tão “sossegada”. Uma interação positiva com a terra e as pessoas perpassava por cumprir, minimamente, os procedimentos de segurança.

Como se viu, os relatos expuseram que a ocupação não foi organizada a partir de uma liderança, mas de maneira espontânea e gradativa. Tal situação é muito diferente das ocorridas em movimentos sociais que lutam pelo direito à moradia, quando realizam ações de forma mais coletiva, liderada e seguindo uma demarcação padronizada para cada lote ocupado.

Por causa desse contexto, tomo, nesta pesquisa, a categoria “invasão” como uma forma de definir a interação da população de baixa renda com o acesso à terra e ao direito à moradia. Não se trata de uma localização moral discriminatória simplesmente, ou uma prática negativa, pode até ser para o Estado, mas para as pessoas nessas circunstâncias o termo assume outro sentido e relativizações que devem ser feitas.

A “invasão” é uma categoria êmica que convida a compreender as implicações do cenário contemporâneo das cidades-mercadorias brasileiras, de solo caro e excludente e da falta de uma política de habitação eficiente para população de baixa renda. Esses fatores nos levam a autoconstruir a moradia nas áreas que sobram, na “cidade informal”, como expôs Maricato (2003), em áreas não beneficiadas pelo planejamento e urbanização. Se é um desrespeito à lei para o Estado, esse também é perpassado por práticas de violações.

O desrespeito ao direito à moradia também acontece no descumprimento da lei pelo Estado, quando, sendo dono da propriedade, não cumpria com sua função social (CF 1988, Art 5º), deixando, nas palavras de dona Maria, “a terra abandonada”. Sem a função definida, a terra ficou passível de ser “ocupada”, como de fato o foi, por pessoas dispostas a morar e a torná-la produtiva. Por isso, posseiros não devem ser vistos como criminosos simplesmente, torna-se

¹²⁸ Essa prática de invadir e demarcar a presença é um costume antigo de interação com a terra, pois antes da Lei de Terras (Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850), a propriedade era feita através da posse, e a prova de que a terra tinha dono valia-se da presença do posseiro na mesma. A lei de propriedade veio com a intenção do governo em ganhar com as aquisições registradas, principalmente de estrangeiros, e dos latifundiários aumentarem suas propriedades. Mas também gerou sérias consequências como a exclusão dos que não podiam legalizar a terra, como índios, negros, mulheres e imigrantes pobres. Ao final desse tópico, retomo esse debate.

necessário compreender o contexto da ocupação e a maneira como na maioria das vezes, eles fazem a terra cumprir sua função social.

Por outro lado, para garantir maior justiça social aos removidos, teria sido necessário que o objeto do desenvolvimento atrelado ao megaevento, particularmente, ao projeto Cidade da Copa, tivesse contemplado as pessoas ali residentes. O que não aconteceu, pois o principal interesse era destinar o terreno ao mercado imobiliário e aos possíveis compradores.

Mais adiante, retorno à interpretação sobre os significados dessa interação: “invasão”, por ser a linguagem perpetuada por toda a trajetória dos interlocutores e com implicações em diversos momentos relatados nesta tese.

4.2.2 A descrição da comunidade e a vizinhança

Descrita entre a dualidade de ser rica em recursos naturais e pobre em infraestrutura, assim foi Jardim Penedo de Baixo. Uma comunidade margeada pelo rio Capibaribe e com pequenas nascentes, onde se diziam ter água em abundância para plantar e criar animais. Porém, uma área pobre, sem infraestrutura para moradia, sem asfalto, água encanada, saneamento, praças, escolas, posto de saúde, servida apenas de energia elétrica, instalada em decorrência da “*luta da Associação*” por volta de 2007 (Luiz, 2017). Suas ruas ou rodagem (como são chamadas ruas no barro) foram construídas pelos moradores, a principal entre elas, cortava boa parte da localidade e era denominada de “Deus é fiel”.

Um ambiente de paisagem rural, dividido em lotes e casas de padrões construtivos diversos e de tamanhos variados (casas de alvenaria, com cerâmica e lajeado, com campo de futebol, açude, como também, as de taipa, cobertas com telhas de amianto). Mas, como sempre, meus interlocutores ressaltavam que era um “lugar” tranquilo, aprazível, principalmente para os que a utilizavam para a agricultura, agropecuária, piscicultura, apicultura, entre outras atividades. Era para muitos o lugar de “moradia” e “trabalho”.

Na busca por imagens de Jardim Penedo de Baixo, encontrei uma reportagem (Figura 57), veiculada na internet, que é representativa dessas descrições. Nela, há a exposição de imagens de um ambiente “rural” pouco habitado. É uma narrativa que mostra as carências locais como forma de justificar a vinda do megaevento, capaz de modificar a paisagem para melhor.

Figura 55 – Recorte de imagem em movimento, casas em Jardim Penedo de Baixo



Fonte: Canal Viver Brasil (2009).

A reportagem foi inserida no canal Revista Viver Brasil, no *youtuber*¹²⁹, no dia 29 de dezembro de 2009, quando ainda não tinha ocorrido o processo de remoção e demolição das casas e ainda residiam pessoas (Figura 58). No detalhe, é possível ver as algumas casas, galpões e ter a noção da paisagem rural, do espaçamento entre as casas e do plantio de culturas, como coco e bananeiras, entre outras.

Figura 56 – Recorte de reportagem casas em Jardim Penedo de Baixo



Fonte: Canal Viver Brasil (2009).

Sem infraestrutura ou equipamentos comunitários, as pessoas sofriam com a falta de acesso a alguns produtos alimentícios, de acordo com Jane:

¹²⁹REVISTA VIVER BRASIL. A 20 km uma cidade só para Copa. São Lourenço da Mata: Canal Revistaviverbrasil, 2009. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=EaXbDERuday>. Acesso em: 6 mar. 2017.

nunca teve farmácia, nunca teve nada. É... tudo que a gente queria comprar, um pão, carne, a gente tinha que ir ou pra Camaragibe, atravessar o rio, de jangada arriscando pulando pedra, lodo... ou atravessar o rio Capibaribe de jangada.[...] É. Aí por trás do largão no Capibaribe, ou ia para São Lourenço, para BR, que também não tínhamos ônibus que a Metropolitana tinha tirado os ônibus da linha que era o "São Lourenço/TIP (Entrevista de Jane, 2017).

Os moradores deslocavam-se para outros municípios próximos com a finalidade de comprar o que precisavam. No entanto, existiam as “barracas” do comércio informal, e, de acordo com Dona Zezita e Valério, elas vendiam produtos alimentícios: *“Ah, tinha barraca por lá. Tinha aquelas barraquinhas que vendia pão nela. (Dona Zezita). Além das “barracas”, Valério destaca que se podia ver espalhado na comunidade “uns seis barzinhos” e uma igreja evangélica “Assembleia de Deus”.*

Unânime entre os interlocutores foi a menção sobre a dificuldade de mobilidade que tinham tanto para locomoção de pessoas, de serviços, quanto para o escoamento do que era produzido nas posses. Sem transporte público, sem ponte de acesso entre as margens do rio e sem asfalto para se locomover, o jeito era: caminhar, usar balsa, motocicleta, bicicleta e carro, caso os tivessem ou algum vizinho.

Carona. Um vizinho ajudava o outro. É... ou ficava no posto esperando uma carona. Alguém ir pro Curado, alguém ir pra São Lourenço pra dar uma carona ou então pegava táxi, chamava o mototáxi para sair daqui de dentro (Entrevista de Jane, 2017).

Os estudantes ou atravessavam o rio Capibaribe para chegar a Cosme Damião (Recife), ou iam por Santa Mônica (Camaragibe). Muitas vezes, quando a maré estava baixa, passavam pelas pedras, como faziam as filhas de dona Iracema, ou pagavam pela travessia na balsa, ou contavam com um ônibus da prefeitura de São Lourenço da Mata que passava mais próximo a BR- 408, porém precisavam caminhar muito para isso.

Na Figura 59, observa-se o flagrante de travessia do rio Capibaribe, da margem (Jardim Penedo de Baixo, SLM) a Camaragibe, mais ou menos, a duzentos metros da Arena Pernambuco.

Figura 57 – Travessia entre margens do rio Capibaribe sobre balsa (2012)

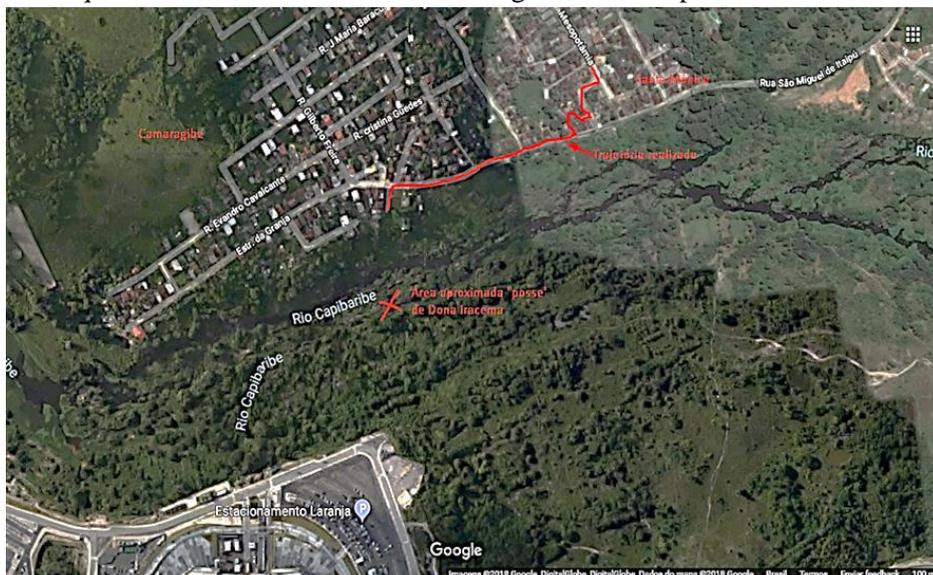


Fonte: Autora (2012).

Dos interlocutores, dona Iracema é a única que ainda mantém sua área, um terreno de 90m² x 90 m², às margens do rio Capibaribe. Mesmo indenizada e saído de lá em 2010, ela voltou, depois de dois anos, para sua “posse”, refez sua casa e continuou a cuidar das “plantas”. Tive a oportunidade de visitá-la na posse, fiz com ela e a filha a travessia do rio Capibaribe pelas pedras, saindo de Santa Mônica, em Camaragibe e atravessando a margem para chegar a São Lourenço da Mata.

Na Figura 60, tem-se uma ilustração da posição geográfica da posse de dona Iracema, localizada atrás do estacionamento laranja da Arena Pernambuco.

Figura 58 – Destaque da Posse de Dona Iracema - Margem do rio Capibaribe



Fonte: Adaptações feita no Google Maps (2018).

No canto de baixo da Figura 60, observa-se o estacionamento laranja da Arena Pernambuco, já no canto superior, o rio Capibaribe e as casas do bairro de Santa Mônica, em Camaragibe.

Figura 59 – Vista da margem do rio Capibaribe, Santa Mônica, Camaragibe



Fonte: Autora (2017).

Na Figura 61, está retratada a paisagem do rio Capibaribe, do ponto de travessia sobre as pedras, uma vista da margem de Santa Mônica, de onde dona Iracema atravessa em direção a outra margem em SLM. Uma paisagem de muita beleza e calma, por causa dos elementos naturais e pouca movimentação de pessoas. Esse é o caminho que dona Iracema, ainda faz diariamente para chegar de maneira mais rápida ao seu terreno, onde passa o dia trabalhando na terra, e no final da tarde, atravessa novamente para retornar à Tiúma (Camaragibe), onde ela dorme. Segundo as filhas de dona Iracema, agora moradoras de Camaragibe, era esse o trajeto que faziam para ir estudar. Abaixo (Figura 62), a filha de Dona Iracema, Raimunda, 41 anos, dá apoio em um ponto de travessia onde há muito lodo e correnteza no rio.

Figura 60 – Travessia do Capibaribe sobre as pedras



Fonte: Autora (2017).

Dona Zezita também fazia o mesmo caminho, assim como suas filhas, principalmente no verão.

[...] Pelas pedra. Quando tava... ele tinha tempo que ele enche, né? Mas tinha tempo no verão que ele fica, a pessoa passa na pedra não molhava nem os pés. Aí ele enchia. Todos que moravam lá faziam isso. (Entrevista de Dona Zezita, 2017).

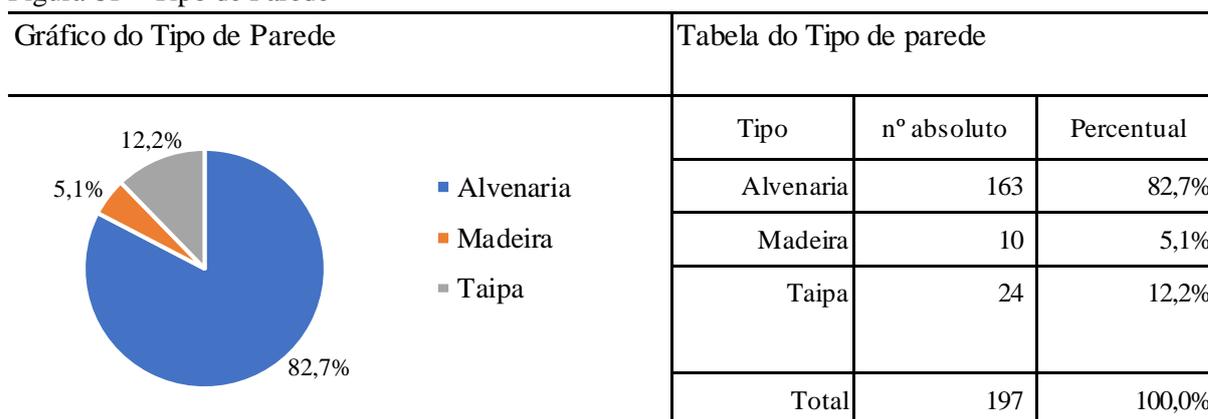
Desse modo, as condições de mobilidade dos moradores também eram influenciadas pelo rio. Isso mostra a instabilidade e insegurança vivida não apenas pela garantia da integridade da posse, como se viu no tópico anterior, mas também devido às intempéries naturais.

As casas de meus interlocutores possuíam tamanhos variados. Duas delas tinham um padrão construtivo inferior, a de dona Iracema (taipa, telha de amianto) e de Dona Zezita (taipa e alvenaria, telha de amianto). Valério possuía um chalé, ou seja, um padrão melhor, com tijolos aparentes e telhas inglesa; a Comunidade Obra de Maria possuía galpões e casas; Jane e Luiz possuíam casas de alvenaria, com piso revestido em cerâmica.

O tipo de parede e as condições sanitárias são dados relevantes para mostrar o padrão construtivo das edificações e sinalizam sobre a habitabilidade dos moradores.

Pelos cadastros, foi possível aferir que a maioria dos que responderam (197 corresponde a 61%), possuíam casas com paredes em alvenaria (Figura 63).

Figura 61 – Tipo de Parede



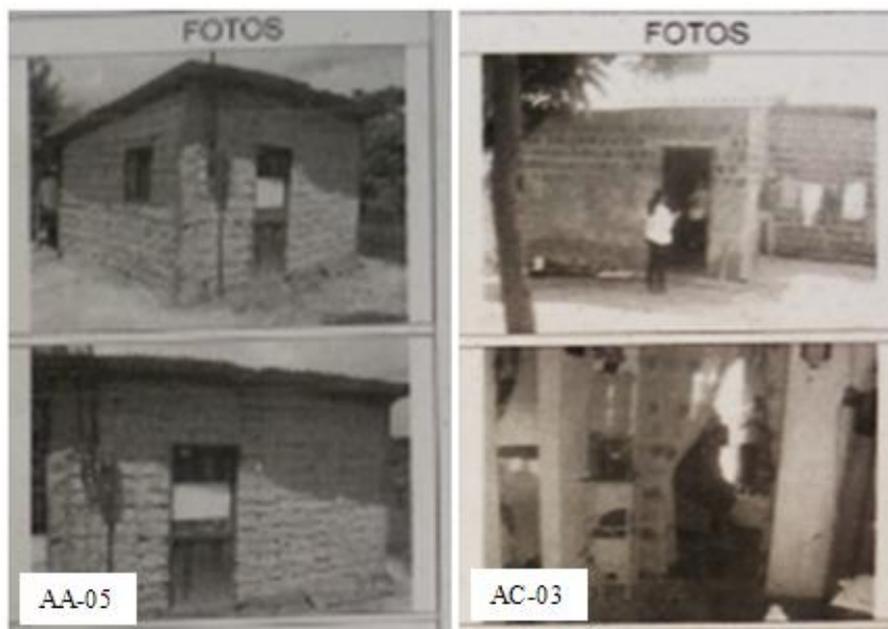
Fonte: Autora (2018).

Assim, o uso de parede em alvenaria correspondeu a 82,7% do total. Esse é um padrão construtivo que requer um pouco mais de recursos econômicos em sua realização. Por outro lado, é um valor dispendido, também, pela questão de segurança e proteção contra insetos. Como destacou seu Luiz, ao comentar dos riscos de se contrair “doença de Chagas” por causa do inseto “Barbeiro”, presente em áreas rurais e encontrados em frestas das casas de taipa.

As casas edificadas em taipas corresponderam a 12,2%. Essas, tanto eram utilizadas para moradia, como suporte ao desenvolvimento das atividades agropecuárias como, por exemplo, na construção dos currais. As estruturas mais frágeis encontradas foram as casas edificadas em madeiras reaproveitadas, elas corresponderam a 5,1% e tinham o menor número de cômodos. Conforme os cadastros, a média de cômodos nas construções foi de 6 por imóvel. Convém ressaltar que, para essa variável, houve 186 respostas das 323 possíveis, ou seja, 58,30%.

Os aspectos construtivos dos imóveis são variáveis que ajudam na identificação sobre o valor agregado à posse, também pode reportar à quantidade de pessoas morando e a qualidade de vida associada. Tais atribuições geram maior ou menor satisfação com o estilo de vida do morador (Figura 64).

Figura 62 – Recortes cadastro AA-05 (casa de taipa) e cadastro AC-03 (casa de alvenaria aparente)



Fonte: Adaptado do MPF (2015).

As casas revestidas (reboco) e as construções com mais de um pavimento, tipo chácara, (Figura 65) também compunham a paisagem, demonstrando que a diversidade nos padrões era visível e significativa.

Figura 63 – Recortes do cadastro BC-18 (chácara) e cadastro BA-35 (casa revestida)



Fonte Adaptado do MPF (2015).

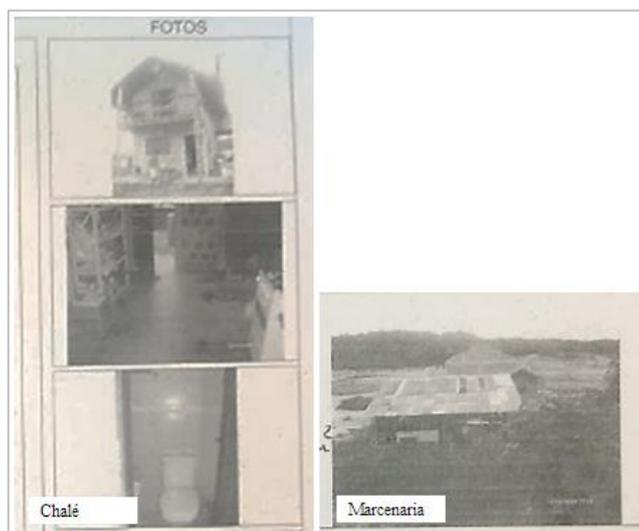
A comunidade possuía desigualdades sociais bem representativas da sociedade pernambucana, que mesmo em se tratando de áreas “irregulares” ou “informais”, o acesso a bens e consumo podem apresentar distinções. Algo importante a ser considerado na cidade informal é que, muitas vezes, o investimento feito na propriedade é consequência direta da economia de recursos proveniente do não pagamento de impostos e outras despesas da cidade formal (IPTU, água etc.).

Outra forte característica da comunidade era as autoconstruções, uma prática para diminuir despesas que predominam em ambientes “invadidos”. A exemplo de Valério que construiu seu chalé com a ajuda de amigos. Com ele moravam mais cinco pessoas: esposa e os ajudantes nas atividades agrícolas.

Sim, com ajuda de alguns amigos, aí eu fiz um chalé estilo aqueles que você vê ali em região, assim, Gravatá. Super bonito. Então, nesse estilo mesmo. Telha, dessas telhas inglesa. Também fiz nesse estilo porque ela tem um encaixe bom e ela consegue ficar bem inclinada. Eu tenho foto da minha casa, tenho foto do meu galpão (Entrevista de Valério, 2017).

Valério é artesão, por isso construiu também um galpão, onde era sua oficina e fazia trabalhos manuais: “*Lá funcionava o meu trabalho, tudinho. Parte de costura, serralharia, marcenaria, tudinho funcionava lá.*”. Na oficina, outras pessoas trabalhavam com ele, chegando ao número de oito, ajudando-o nas atividades no galpão, ou com os peixes e na apicultura. Essas pessoas moravam no bairro de Cosme e Damião, situado nas proximidades (Recife). Além dessas atividades, cultivava árvores frutíferas, peixes e abelhas, cuja renda informada com essas culturas, chegava a R\$3 mil reais mensais (Figura 66).

Figura 64 – Recortes dos formulários, cadastro DA-03, Valério (chalé e marcenaria)



Fonte: Adaptado do MPF (2015).

Voltando a questão da habitabilidade encontrada na comunidade, recorri as variáveis sobre as condições sanitárias expostas nos cadastros, pois o saneamento básico é um indicador importante para avaliar a qualidade de vida e tem implicações tanto à saúde, como à educação e à renda da população.

O índice de domicílios com saneamento adequado em SLM é apenas de 33,74%, ou seja, é baixo (BDE/CONDEPE FIDEM, 2010) e as áreas rurais tendem a ser “esquecidas” desses investimentos, não sendo diferente em JPB e nas áreas adjacentes, onde não havia rede de esgoto, nem água tratada (COMPESA).

Nos cadastros, foram 126 posseiros que responderam sobre a instalação sanitária. Esse valor corresponde a 39% do total de 323. Desses, 97 posseiros faziam uso de fossa negra (com banheiro)¹³⁰ e 29 faziam a céu aberto, ou seja, não possuíam banheiro. Dos que possuíam banheiro, 84 posseiros disseram que o banheiro era interno e 13 (13,4%), externo.

Relembro que essas variáveis foram criadas para uma finalidade diferente desta pesquisa. Tal condição, impõe limites à interpretação desses aspectos mencionados acima, quando se espera que o número de respondentes fosse mais próximo ao número de cadastros válidos¹³¹, ou seja, os 323. A falta de respostas sobre as construções impossibilita uma análise mais completa.

As informações relativas ao padrão construtivo e habitabilidade evidenciam as desigualdades nas condições de moradias de meus interlocutores. No entanto, mesmo as duas (dona Iracema e dona Zezita), que apresentavam um padrão construtivo baixo, não representavam as em pior situação de vulnerabilidade social, pois ainda tinham na comunidade pessoas que moravam em barracas construídas em madeiras/ lonas.

Quanto aos serviços comunitários, não existia uma unidade de saúde pública. Os moradores recebiam a visita de um agente de saúde que era lotado na Unidade de Saúde de Penedo, em SLM. Os moradores que possuíam carro, como no caso de Jane, serviam muitas vezes de apoio para deslocar moradores doentes, ou em situação emergencial:

À noite era deserto. Segurança a gente não tinha nada, que não vinha polícia. E saúde, socorro, quem fazia a ambulância era eu. [...] Eu, que é... na época eu dirigia já... e a mulher parindo, acho que no meu carro pariram umas cinco, ainda cheguei a carregar duas pessoas em óbito, um que foi afogamento, outro foi atropelado lá dentro (Entrevista de Jane, 2017).

¹³⁰ Esse é o tipo mais rudimentar de saneamento e consiste em um buraco no solo, coberto ou não, para onde são direcionados a água e os dejetos: **ECOCASA Tecnologias Ambientais: Fossa negra**. 2016. Disponível em: < <https://www.ecocasa.com.br/fossa-negra>>. Acesso em: 25 set. 18.

¹³¹ Conforme mencionado na metodologia, dez cadastros não estavam disponíveis por terem entrado com o processo de indenização pela via judicial.

Dessa forma, contar com a solidariedade nesses momentos emergenciais era a única opção dos moradores.

Quanto ao lazer, os recursos naturais também serviam a esse propósito. A diversão das crianças era “brincar nos matos” e tomar “banho de rio”, ressaltou Jane. Já outro interlocutor, Luiz, destacou como a diversão também era algo “individual”, referindo-se ao espaço privado, devido à falta de espaços comunitários e equipamentos públicos no lugar. O lazer, nesse sentido, dependia muito do poder aquisitivo do morador, do “*que a posse tinha*”, no caso dele era o campo de futebol.

Os locais de lazer ficavam, assim, um pouco individual. Porque tinha local de banho, açude, banho no rio, tinha campinho de futebol. Então, não era uma coisa, assim, voltada pra todos, mas quase todos que tinha espaço fazia. Eu mesmo tinha um local, tinha um campinho de futebol. Então final de semana os meus meninos era farra total. (Entrevista de Luiz, 2017).

Como possuía uma área de 22 hectares, Luiz contava com uma boa infraestrutura para seus filhos e outras crianças praticarem o futebol em um campinho construído por ele. Ao perguntar-lhe sobre praça pública ou outros equipamentos, rebateu com certo rancor: “*Não. O poder público não foi lá fazer nada pra ninguém, não*” (Luiz, entrevista, 2017).

Mesmo sendo um lugar sem “nada”, como alguns disseram, nenhum dos meus interlocutores desejava sair da localidade. Dona Zezita, por exemplo, destacava o quanto gostava de ficar à noite apreciando a calma e a tranquilidade que sentia.

A minha vida lá era boa, sabe por quê? Um lugar bem calmo, né? Um lugar calmo. A gente ficava ali, quando dava de noite... muito bom, um lugar bom, né? Com matinho. Eu tava acostumada lá, visse? Eu mesmo só sai de lá porque, claro, né, que não da gente próprio. E mesmo assim, quando é próprio a gente sai, né, comprar cisma da terra... Aí indenizou, a gente saiu (Entrevista de Dona Zezita, 2017).

A rotina para os que moravam no lugar e executavam atividades ligadas à agropecuária e agricultura começava cedo. Uma das interlocutoras não dormia com frequência no terreno (dona Iracema), e quase todos os dias voltava à noite para olhar as filhas e ir dormir em sua casa em Tiúma, bairro situado do outro lado do rio, em Camaragibe. Ela acordava às três horas, realizava seus afazeres domésticos e partia para o terreno, nele, dividia o dia entre “*cuidar do roçado, das galinhas*”, entre outras atividades. Para outros, o trabalho na posse exigia mais dedicação e, no caso de alguns, era preciso contratar mão de obra terceirizada, como ressaltaram, anteriormente, Jane, Luiz e Valério, ao dizer que a piscicultura gerava muitos empregos.

De acordo com os cadastros, os moradores realizavam diferentes atividades laborais. Mas a que se sobressaiu foi a de agricultor (11,5%), confirmando a predominância quanto ao uso do imóvel, seguida de auxiliar de serviços gerais (10,7%). Outras atividades de destaque foram: comerciante (9,9%), aposentado (9,1%), piscicultor (7,6%) e do lar (6,1%), além de outras atividades que somaram 44,3%, o que mostra que os posseiros não sobreviviam apenas das culturas. Desse modo, as atividades desenvolvidas com culturas eram predominantes, se juntarmos a agricultura, a piscicultura e o aposentado, que também poderia estar ligado ao trabalho na terra, isso reforça a ideia de que JPB era um lugar formado, em sua maioria, por trabalhadores rurais. E a participação da família no trabalho era presente, o que se pode determinar que a comunidade apresentava uma produção com base na agricultura familiar, que, de acordo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário¹³², seria a atividade cujo predomínio é do núcleo de trabalho familiar. Outras atividades desenvolvidas pelos posseiros apareceram, mas elas tinham em comum o fato de que a maior parte deles, aparentemente, executavam trabalhos de baixo valor agregado. Para essa variável, o número de respostas foi 131 (41%) das 319 possíveis, de acordo com o cadastro (Tabela 1).

Tabela 1 – Posseiros desapropriados amigavelmente x atividade

ATIVIDADES TRABALHISTAS		
TIPO	Quant.	%
Agricultor	15	11,5
Aux. Serviços gerais*	14	10,7
Comerciante	13	9,9
Aposentado	12	9,1
Piscicultor	10	7,6
Do lar	8	6,1
Autônomo	5	3,8
Emp.Doméstica/diarista	5	3,8
Vendedor	5	3,8
Pedreiro	4	3,0
Biscate	3	2,3
Caseiro	3	2,3
Eletricista	3	2,3
Empresário	3	2,3
Motorista	3	2,3
Moto Boy/Mototáxi	3	2,3
Vigilante	3	3,0
Fiscal	2	1,5
Funcionário Público	2	1,5

¹³² Onde predomina o trabalho entre o núcleo familiar: **SECRETARIA Especial de Agricultura familiar e do Desenvolvimento Agrário. O que é Desenvolvimento Agrário?** 2016. Disponível em: < <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/o-que-%C3%A9-agricultura-familiar>>. Acesso em: 08 nov. 2018.

Policial Militar	2	1,5
Reciclador	2	1,5
Artesão	1	0,7
Babá	1	0,7
Capinação	1	0,7
Cobrador	1	0,7
Coord. Eventos Hotel	1	0,7
Desempregado	1	0,7
Garçom	1	0,7
Marceneiro	1	0,7
Pastor Religioso	1	0,7
Psicóloga	1	0,7
Segurança	1	0,7
Verdureiro	1	0,7
Total	131	100

Fonte: Autora, 2018.

*Esta atividade se refere a auxiliar de caminhoneiro, de lavanderia, servente, ajudante.

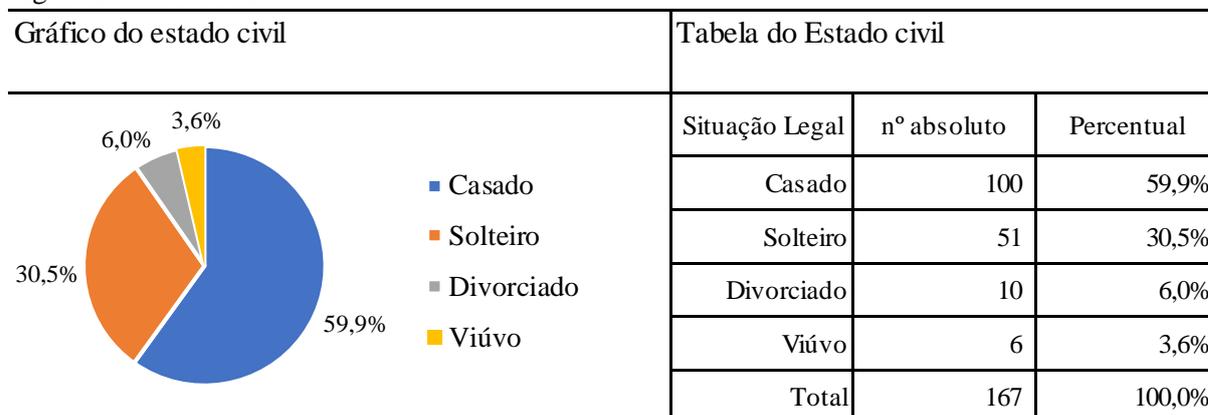
Apenas 39 posseiros informaram a renda obtida com a cultura praticada na comunidade, com uma média de R\$ 854,74 reais. O menor valor informado foi de R\$ 80,00 reais e o maior R\$ 5.000,00 reais. A falta de informação dos cadastros mais uma vez impede uma análise mais consistente, pois não é possível afirmar que os demais não obtivessem algum tipo de renda. Desses posseiros que informaram renda obtida com a cultura, 28,9% (11) eram agricultores, 18,4% (7) eram comerciantes e 12% (5), piscicultores. Os outros 39,5% (15) distribuíram-se entre outras atividades.

Essa informação traz a conclusão de que alguns posseiros não perderam apenas a moradia, eles perderam, também, sua fonte de renda, integral ou complementar. Para essa variável, o número de respostas foi 38 das 319 possíveis, ou seja, apenas 12% aproximadamente.

Ainda, procurando mostrar um pouco sobre o perfil dos moradores, recortei duas variáveis do cadastro: estado civil e escolaridade. Quanto ao estado civil, foi considerado para o seu enquadramento a apresentação da certidão de casamento, e como se trata de um cadastro visando acessar recursos financeiros indenizatórios, acredito que esse universo não contempla uniões estáveis sem documento comprobatório. Porém, levando em consideração a vida de meus interlocutores, as atividades agrícolas eram realizadas com a participação da família. Eles também relataram que muitos vizinhos dividiam as atividades com seus familiares. Assim, isso tanto aponta para uma presença forte da família na geração de renda como para a possibilidade de que o número de posseiros casados fosse bem maior.

Pelos cadastros, os posseiros casados constituíram 59,9% dos respondentes, os solteiros, 30,5%, divorciados, 6,0% e viúvos, 3,6%. Para essa variável, o número de respostas foi 167 das 319 possíveis, ou seja, 52,35 % (Figura 67).

Figura 65 – Estado Civil



Fonte: Autora (2018).

O nível de escolaridade dos cadastrados é baixo, pois 56% dos respondentes tinham educação fundamental incompleta ou completa. Respondentes com nível médio (incompleto ou completo) foram 27,2%, alfabetizado 1,1%, e o nível superior alcançou 5,1%. Para essa variável, o número de respostas foi 176 das 319 possíveis, ou seja, 55,17% (Tabela 2).

Esses números assemelham-se ao nível do município de SLM, cuja taxa de analfabetismo é de 14,89% (BDE Condepe/Fidem, 2016).

Tabela 2 – Escolaridade

NÍVEL DE ESCOLARIDADE		
Escolaridade	Quant.	%
Fundamental incompleto	71	40,3
Médio	43	24,4
Fundamental	28	15,9
Analfabeto	18	10,2
Superior completo/incompleto	9	5,1
Médio incompleto	5	2,8
Alfabetizado	2	1,1
Total	176	100,0

Fonte: Autora (2018).

Considerando que se tratava de uma área com características rurais e com população de baixa renda, a escolaridade baixa é mais comum, supostamente em decorrência do difícil acesso à escola e das condições sociais de existência, quando estudar acaba não sendo a prioridade em face ao mundo do trabalho.

Com relação a vizinhança, meus interlocutores disseram gostar de seus vizinhos. Os relatos de solidariedade foram constantes, esses reforçaram a ideia de serem eles “pessoas do bem” e “trabalhadores”, como, descreveu Jane.

Alguns moravam em Recife, mas deixavam a posse sob cuidados de terceiros, outros moravam e plantavam no local:

Muitos viviam da terra, outros trabalhavam fora, né? Mas pela dificuldade que tínhamos aqui dentro, eh... viviam mais aqui mesmo. [...] é, um limpava mato do outro, ou... onde se gerou muito emprego, aqui dava muito emprego, era aqui no restaurante de João, [...] na época que o pessoal de dentro, que morava lá dentro com a gente (Entrevista Jane, 2017).

Valério também dotou a vizinhança de significados positivos, os retratou como pessoas “boas”, “honestas”, “prestativas” e que viviam da agricultura. A vocação dos moradores para a agricultura foi um elemento bastante mencionado por ele e pelos outros, pois, como apontaram os relatos, ali não era um ambiente propício para quem não tinha interesse em aproveitar os recursos naturais existentes, na verdade, esses eram os fatores atrativos para a maioria.

Bom, encontrei várias pessoas bem legais, né, assim, interessante. Uma área boa pra plantação. Então, as pessoas viviam dali, da própria terra, do seu habitat natural. Então, dos animais, criavam bichos, enfim. E o que a natureza proporcionava de bom. Como, por exemplo, plantávamos macaxeira, inhame, pés de banana, pés de manga, de jaca. [...] Assim, bem, éramos bem prestativos uns para com os outros. E uma vizinhança boa. Muito boa mesmo. Nunca tive o que falar nem que reclamar. De fato, a gente tinha uma qualidade de vida boa. Tão próximo ao Recife, mas ao mesmo tempo afastado. Isolado. Um bairro, assim, bem diferenciado. E por ser próximo à mata de Francisco Brennand, então limitava você a ter mais moradores, se povoar mais. Então, isso dava esse limite. O rio e a mata (Entrevista de Valério, 2017).

Para Valério, o fato de possuir o rio e a mata como limites naturais era visto como positivo por, de certa forma, isolar a comunidade, garantindo a tranquilidade e a baixa densidade demográfica. Seus significados procuram sempre mostrar o lado bucólico da paisagem e de seu estilo de vida, potencializando aspectos do sossego e da tranquilidade.

É possível concluir que esse suposto isolamento da comunidade, dificultou sua ocupação por pessoas sem algum tipo de contato, seja com moradores ou por conhecer a localidade já algum tempo. Por outro lado, o “isolamento” atraiu as pessoas com perfil de trabalhadores rurais, pois a ausência de qualquer equipamento público tornava a vida mais complicada ali, reduzindo os atrativos da localidade aos recursos naturais disponíveis. Além de que, era um lugar acessível “por estar abandonado”, barato (quando comprado) por não ter infraestrutura e ser de propriedade estatal.

Por essa perspectiva, a chave de leitura para interpretar a relação dos moradores com o lugar passa por entender a dimensão que o trabalho rural e a busca por autonomia ocupam em suas vidas. A geração de renda a partir de uma produção autônoma, sem a interferência direta de outra pessoa (chefe, empresa) tinha efeitos positivos para essas pessoas. Os interlocutores, com exceção da instituição, estavam produzindo suas vidas a partir da terra. Para Valério, Jane e Luiz, significava tirar o sustento da família e, para as donas Iracema e Zezita, que ainda contavam com a aposentadoria, a produção agrícola era a representação de uma melhor qualidade de vida.

A água do rio Capibaribe, gratuita e em abundância era o “ouro” da comunidade por favorecer diversas atividades e facilitar a vida do posseiro, uma vez que o solo se tornava fértil, além do clima favorável ao plantio, elementos ressaltados nos comentários dos interlocutores e nos cadastros. Tal condição dava ao agricultor também a oportunidade de gerar renda através da piscicultura, que apesar de não ser a principal das atividades, era bastante praticada. Três de meus interlocutores eram piscicultores: Luiz, Valério e Jane, com 12, 5 e 10 anos de atividade no terreno, respectivamente.

A pecuária de grandes (equinos e bovinos) e pequenos animais (suínos, caprinos e aves) só ficou evidente pelas indenizações dos currais e viveiros construídos.

Teve destaque nos cadastros as lavouras de tubérculos (macaxeira, inhame, batata) e leguminosas (feijão, milho). Essas culturas, na hora da indenização pelo Estado, receberam valores diferenciados por serem culturas anuais (ciclo de produção curto), e receberam um valor bem menor quando comparado com o valor pago por árvores frutíferas. A cultura de cocos, devido a sua predominância na comunidade, foi considerada o “diamante” de alguns posseiros, chegando a valer R\$ 530,86 a unidade (sem importar seu tamanho).¹³³

A Tabela 3 mostra os destaques entre as árvores frutíferas. A cultura dos coqueiros foi de 67,3% nas posses, para os cadastros que informaram a presença de culturas (266). A segunda árvore frutífera mais expressiva foi a da manga (12%), seguida pela do caju (10,1%) e do araçá (3,7%).

Tabela 3 – Cultura destaque

CULTURA DESTAQUE		
Cultura	Quant.	%
Coco	179	67,29
Manga	32	12,0
Caju	27	10,1
Araçá	10	3,7

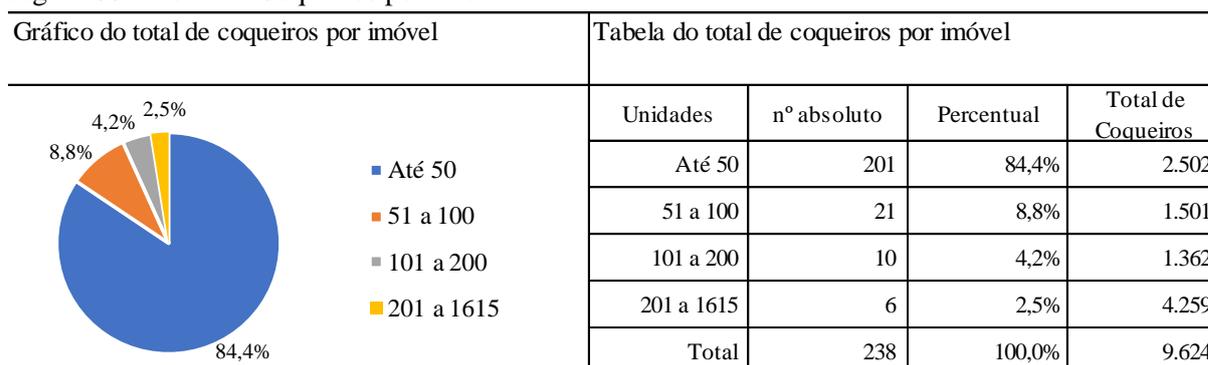
¹³³ Essa cultura entre outras variáveis será destacada em outro tópico que trata das indenizações.

Goiaba	6	2,2
Cajá	2	0,7
Laranja	2	0,7
Maracujá	2	0,7
Abacate	1	0,4
Acerola	1	0,4
Graviola	1	0,4
Banana	1	0,4
Macaíba	1	0,4
Mamão	1	0,4
Total	266	100,0

Fonte: Autora (2018)

Como o coco foi o destaque entre as culturas, também tabulei a quantidade de coqueiros por imóvel, contabilizando o total expressivo de 9.624 coqueiros nos cadastros que possuíam, pelo menos, um coqueiro no imóvel (Figura 68). A quantidade de 85 posseiros não continha o coqueiro no imóvel.

Figura 66 – Total de Coqueiros por imóvel



Fonte: Autora (2018).

A Figura 68 informa que a soma de coqueiros de 6 imóveis, ou seja, seis posseiros tinham ao equivalente a 44,2% do total geral de coqueiros. O mais relevante foi um único imóvel (cadastro DC-04), ao apresentar o número de 1.615 coqueiros entre velhos (1.400) e médios (215), cuja atividade e renda relativa a essa cultura não foi informada. Essa propriedade com grande quantidade de coco foi mencionada por dona Zezita, quando ela classificou seus vizinhos em termos de recursos financeiros.

Embora possam existir um certo desconforto na leitura desses dados, em decorrência da grande exposição de números, justifico sua inserção, na medida em que esses elementos possibilitaram a expressão da heterogeneidade de uma comunidade extinta e essas informações existiam de forma quantitativa nos cadastros.

Pelo que se pôde depreender, não se tratava de posses com o mesmo tamanho e as mesmas condições. Entre os posseiros, as desigualdades sociais eram expressivas. Desse modo, boa parte desses elementos mensurados acima foram vistos como “benfeitorias” no processo de indenização, resultando também numa diferenciação significativa para os valores recebidos, por isso a importância de mencioná-los neste tópico de maneira mais descritiva para se ter a percepção mais à frente, sobretudo, no próximo capítulo, das implicações com a indenização, resistência e negociações realizadas no processo de remoção.

De todo modo, as desigualdades sociais produziam significados e categorias êmicas entre os interlocutores, deixando mais claras as interações dessemelhantes, lugares de maior ou menor legitimidade, atribuições e ações coletivas envolvendo a mobilização de capital simbólico (BOURDIEU, 1996) nas estratégias de negociação.

Quando perguntei como meus interlocutores identificavam o perfil dos moradores a partir da situação financeira, obtive respostas interessantes que sinalizavam para como a “riqueza” podia ser relativa a depender do interlocutor.¹³⁴

Conforme Caldeira (1984), no estudo sobre os moradores do Jardim das Camélias, em São Paulo, é possível mensurar variantes entre ser “pobre e ser rico” dentro de uma localidade da periferia. São distinções construídas tanto em relação a si mesmo, como no olhar para fora da periferia, a dicotomia pode estabelecer uma oposição entre os grupos nomeados por ela, ou podem criar matizes e produzir diferenças dentro de cada grupo. As valorizações mudam. Em síntese, Caldeira afirma: “o que essas transformações estão indicando é que a maneira de atribuir significados a esses dois grupos não é rígida” (1984, p. 153).

Logo, meus interlocutores apontavam significados distintos para mensurar pobreza ou riqueza, a partir de seus próprios referenciais. Dessa maneira, aqueles que possuíam uma posse maior e com casa de alvenaria (Jane, Valério e Luiz) diziam não ter ricos na localidade, no entanto as duas interlocutoras com posses menores (dona Zezita e dona Iracema) classificavam a existência expressiva das diferenças sociais, tentando delimitar a diferenciação social ali representada entre os “pequeninhos” e os “grandões”. Todos, no entanto, eram unânimes em afirmar a existência de diferenças sociais, como disse dona Maria: “*era misturado*”. Ela via casas bem melhores em comparação a outras.

A partir de uma delimitação financeira, dona Iracema e dona Zezita, entre os interlocutores, eram as pessoas com poder aquisitivo inferior e, embora estivessem entre as “primeiras invasoras” da área, suas terras eram pequenas. Para elas, os “grandões” possuíam

¹³⁴ Teresa Pires do Rio Caldeira, em “A política dos outros” (1984), no estudo sobre os moradores do Jardim das Camélias, em São Paulo.

uma propriedade maior, porque as teriam adquirido dos “pequeninhos”, moradores das margens do rio Capibaribe, esses, repassavam as posses por valores menores.

Conforme dona Iracema, *“Aí começou os pequeninhos, os pequeninhos começaram a vender aos grandão, né?”*

As colocações demonstram como o processo de ocupação foi gradual. Inicialmente, a comunidade aparentava ter mais semelhanças em termos dos tamanhos das posses e condição social, considerando o olhar de dona Iracema. Entre os “grandões”, além de praticarem a agricultura, alguns também criavam gado, um animal de grande porte que requer mais recursos financeiros para seu trato, e acaba por caracterizar o seu possuidor como detentor de mais recursos.

De acordo com dona Zezita, que já chega em um momento onde a ocupação já estava em processo de desenvolvimento, era possível encontrar na área “riquinho”, mais “riquinho do que pobres”, eram donos de “restaurantes”, pessoas vindas do interior, como Serra Talhada, que chegaram na área, “invadiam”, “cercavam” e “ninguém entrava”. Algumas dessas pessoas “riquinhas” chegaram antes dela, inclusive. Em contrapartida, a posse adquirida por seu marido foi um “pedacinho” de terra autorizado por um senhor de poder aquisitivo melhor. Sobre a presença dos que possuíam um poder aquisitivo melhor, dona Zezita explicou:

Tinha rico. **Tinha rico que não precisava, né?** Ali tinha dono de restaurante, tinha gente que de Serra Talhada vinha invadir aí também. E que tanto que os pequeno lá **que nem eu e outros e outros, uns pedacinhos que era pequeno porque não dava pra gente criar muito. A gente só criava galinha, essas coisas besteira, porque eles invadiam pra criar porco, gado, entendeu?** E cercava e ninguém entrava nem lá. Não deixava. Aí mais ou menos os ricos era quem invadia de lá, os rico, dois, três carros chegava, policial, tudo tinha ali. Era muita gente mais ou menos ali. [...] . Já tinha rico porque quando chegou, o meu marido pegou esse pedacinho. Foi até um senhor que falou pra ele: "pegue lá, seu Zé", esse senhor já morreu. Morava aqui embaixo. Aí, a gente ficou com um pedacinho, o rapaz morreu. Aí a gente ficou com o restante. Pedacinho assim 30 metros, digamos, mais ou menos por 25 a largura, só. **Porque a gente não podia, não. Porque quando a gente chegou lá nem o povo que era mais ou menos não queria deixar ninguém entrar nem pra morar.** Aí tinha um buraquinho, pronto. Aí foi que mais gente foi invadindo no meio dos ricos aí **sosseguemo.** Mas lá era todo tomado pelos rico, entendeu? [...] Fazia. **Fazia aquelas casa boa.** Tinha um senhor com o nome de seu Moraes que era sargento da polícia, ele os filhos dele tudo era da polícia, seu Moraes. Oxe, seu Moraes ele tinha uma casa, um terreno, maioria, maior era o dele. Entendeu? Dele, dele mais um filho com nome de Fernando. Esse só morava mesmo, era ele os filhos. **Fez um primeiro andar muito grande. Ele fez um primeiro andar muito grande, mandou a máquina cavar um poço muito largo pra criar peixe e ali vivia a vida dele.** Fim de semana vinha passar. **Agora a gente que precisava, morava, né?** (Entrevista de Dona Zezita, 2017).

Segundo dona Zezita, as pessoas com um poder aquisitivo maior protegiam as terras para evitar novas invasões usando cercas e espalhando animais de grande porte. E as pessoas

com menor poder invadiam os “pedacinhos” ou “brechas”. Para ela, muitas dessas pessoas ricas “não precisavam”, se referindo a terra e a atitude de “invadir”, como, supostamente, ilegítima, para aqueles de maior recurso financeiro. Essa localização moral em torno da legitimidade se dá porque os “pequeninhos”, dentro da interação com a terra, aqui configurada na linguagem de “invasão”, sentiam-se mais dotados de legitimidade por precisarem se apropriar de algo que lhes incutia um interdito legal, uma terra alheia, porém passível de ser invadida devido suas necessidades e o pouco recurso financeiro.

Outra parte expressiva, para consolidar a legitimidade de sua condição, é um distanciamento criado entre um “nós” (pequeninhos) e o “outro” (grandões). Em sua fala, se produz uma diferenciação: de um lado, o suposto rico não residente, que apenas passava o fim de semana, e do outro, ela (os *pequeninhos*), residente porque precisava e não tinha outra opção.

Aqui se lança mão de uma categoria moral para lidar com a situação de “passar um fim de semana”, algo menos complicado, daqueles que “moram por necessidade” e, por isso, justificam o fato de passar por tantas dificuldades. Morar em JPB quando não se tem outra opção é lidar com várias carências, mobilizando recursos, inclusive afetivos, como ter maior tolerância e paciência para lidar com as adversidades e dispor de certa resignação no sentido de ser “grato pelo que se tem”.

Quanto ao uso do imóvel, os cadastros mostravam-no, além da agropecuária, o uso para o comércio de serviços; fábricas, instituições (Associação de Moradores, Comunidade Obra de Maria) e ruas com casas padronizadas, essas, atribuídas pelos interlocutores como pertencentes a “condomínios”. Por esses usos, se via em andamento o desenvolvimento progressivo de um bairro, mesmo que negado pelo poder público, seja pela ausência de equipamentos comunitários (saúde, educação e transporte), quanto pelo não reconhecimento dele nos documentos e discursos vistos.

Como expressei antes, existiam também as posses apenas demarcadas por cercas (16,7%), essa era uma maneira de preservá-la e revelava a insegurança existente dentro da comunidade.

Logo, para a variável “uso dos imóveis” foi considerado o universo de respondente de 323 dos 323 possíveis. Contudo, alguns desses estavam incompletos, apresentando respostas como: construções não identificadas e sem informação (Tabela 4).

Tabela 4 – Uso do Imóvel¹³⁵

USO DO IMÓVEL		
Tipo	Quant.	%
Uso misto (moradia/ agropecuária/comércio)	195	60,4
Terreno cercado	54	16,7
Apenas moradia	50	15,5
Comércio/Fábrica	6	1,8
Institucional	2	0,6
Construção não/identificada	11	3,4
Sem informação sobre as características	7	2,2
Total	323	100,0

Fonte: Autora (2018).

Os imóveis de uso misto, tanto para o trabalho na agropecuária como para moradia, eram os mais comuns. Dentre esses imóveis, havia os barracos usados, supostamente, para um ponto de apoio ao trabalho na terra, onde o posseiro guardava suas ferramentas e outros utensílios necessários para a lida. Eram construções pequenas de um vão, de padrão baixíssimo, sem condições de habitabilidade, construídas com sobras de madeiras e/ou lonas plásticas (Figura 69).

Figura 67 – Recorte cadastro CB-02 (barraco de lona plástica)



Fonte: Adaptado do MPF (2015).

¹³⁵ A soma das porcentagens ultrapassa 100% porque um comércio e uma fábrica também são utilizados como residência e estão incluídos na variável uso misto.

Dentre os imóveis usados apenas para moradia, esses, formavam uma espécie de “condomínio” ou vila, localizados em uma área que começava no lote nº DB-10 e terminava no lote nº DB-52, nos endereços Sagrada Família (Rua Montevidéu), que se dizia pertencentes a integrantes da Comunidade Obra de Maria, segundo interlocutores, e outro, na Rua Bela Vista.

Adianto abaixo algumas informações sobre a indenização desses condomínios, apenas para evitar mais à frente repetições de imagens.

No primeiro endereço, os lotes apresentavam apenas fundações da casa, ou meia construção e, para efeito de indenização, os valores pagos eram semelhantes, sendo de R\$ 2.600,00, reais quando era apenas a fundação e R\$ 9.810,00 reais quando era meia construção. Já na Rua Bela Vista, a maioria das casas já estavam construídas, faltando apenas acabamento, e, para efeito de indenização, os valores pagos foram iguais, sendo de R\$ 26.180,00 reais a unidade (Quadro 4). Uma observação importante é constatar que nenhum cadastro socioeconômico desses posseiros foi respondido. Assim, não se tem o perfil ou nenhum qualificador de suas existências, não se sabe se eram casados, se trabalhavam ou qualquer outra informação para além da área construída e valor pago. Esse padrão foi seguido nos 43 lotes.

Quadro 4 – Descrição dos imóveis apenas para residência

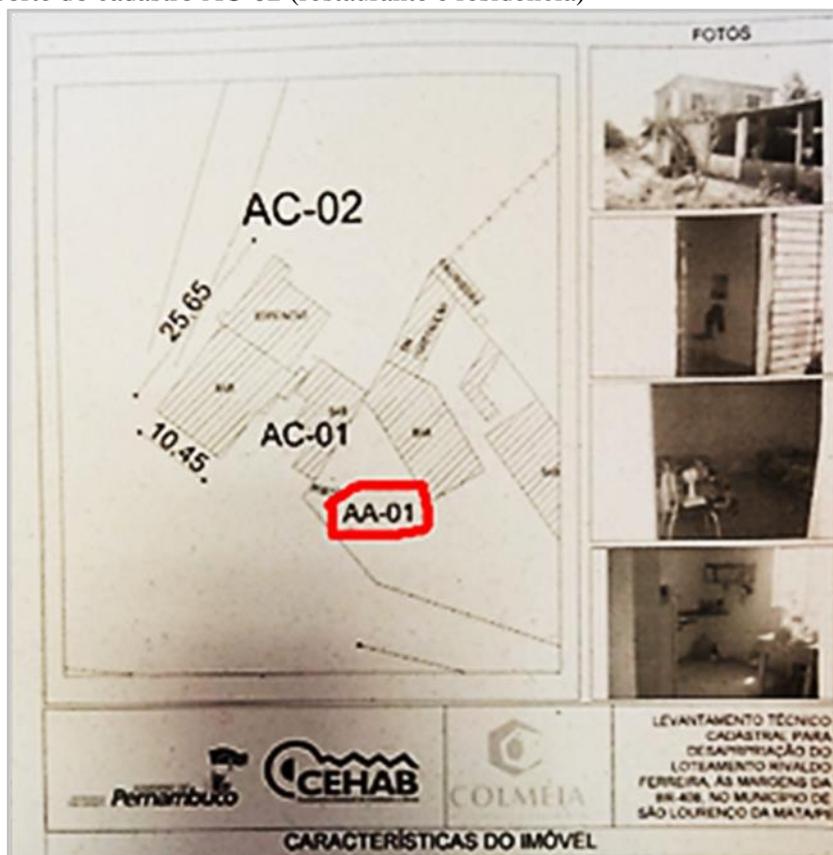
Endereço	Quant. de lotes	Valor total de indenizações por rua (R\$)	Foto
Sagrada Família - Rua Montevidéu (Lotes nº DB-10 a DB-30)	21	113.050,00	 <p>Lote nº DB-11 (fundação)</p>

Rua Bela vista (Lotes n° DB 31 a DB 52)	22	477.740,00	 <p>Lote n° DB-38 (casa construída)</p>
Total geral	43	590.790,00	

Fonte: Autora (2018).

O uso da posse para a finalidade de serviços comerciais e moradia apareceu nos relatos dos interlocutores e nos cadastros. A comunidade apresentava uma dinâmica econômica, tanto com a produção das culturas (frutas, hortaliças, peixes, mel, etc.) como em pequenos pontos de venda (barracas, bares) e de pontos comerciais de serviço, como restaurantes. Os dois comércios de alimentos (restaurantes) foram registrados, no entanto, somente o Cadastro AC-02 (Figura 70) pode ser visualizado, pois o cadastro AA-01 não foi encontrado nos arquivos, possivelmente por se tratar de um dos casos judiciais.

Figura 68 – Recorte do cadastro AC-02 (restaurante e residência)



Fonte: Adaptado do MPF (2015).

O detalhe em vermelho na Figura 70 é para evidenciar o cadastro AA-01, em que se encontra o outro restaurante (identificado como bar no mapa).

As fotos dão atenção maior à residência e não ao empreendimento. Esse é um dos casos em que, além do negócio, o imóvel também é a residência do posseiro.

As “barracas” e as “vendinhas” de alimentos, mencionadas por Valério e dona Zezita, não aparecem nos cadastros, possivelmente elas não foram “benfeitorias” indenizadas. Esse é bom exemplo sobre o fato de ser possível fazer uma descrição exata do que realmente existia em Jardim Penedo de Baixo através dos cadastros. Houve no material uma certa tendência em deixar de lado os “pequenos negócios” (barracas) que atendiam à população. Supostamente essa foi mais uma maneira do poder público apagar vestígios da vida e da dinâmica socioespacial, talvez devido a algum treinamento específico dos cadastradores para o preenchimento deles.

Ainda, encontrou-se, entre os cadastros, o comércio de resíduos (cadastro DB-02), uma empresa de catadores de materiais recicláveis, contudo o cadastro não revela de onde esse material era extraído (Figura 71).

Figura 69 – Recorte do cadastro DB-02 (comércio de reciclagem)



Fonte: Adaptado do MPF (2015).

Três pequenas fábricas foram registradas nos cadastros:

- Tanques para armazenar combustíveis, cadastro PD-01 (Figura 72);

Figura 70 – Recorte do cadastro PD-01(Fábrica de tanque para combustível)



Fonte: Adaptado do MPF (2015).

- Fábrica de paletes, cadastro DA-02 (Figura 73).

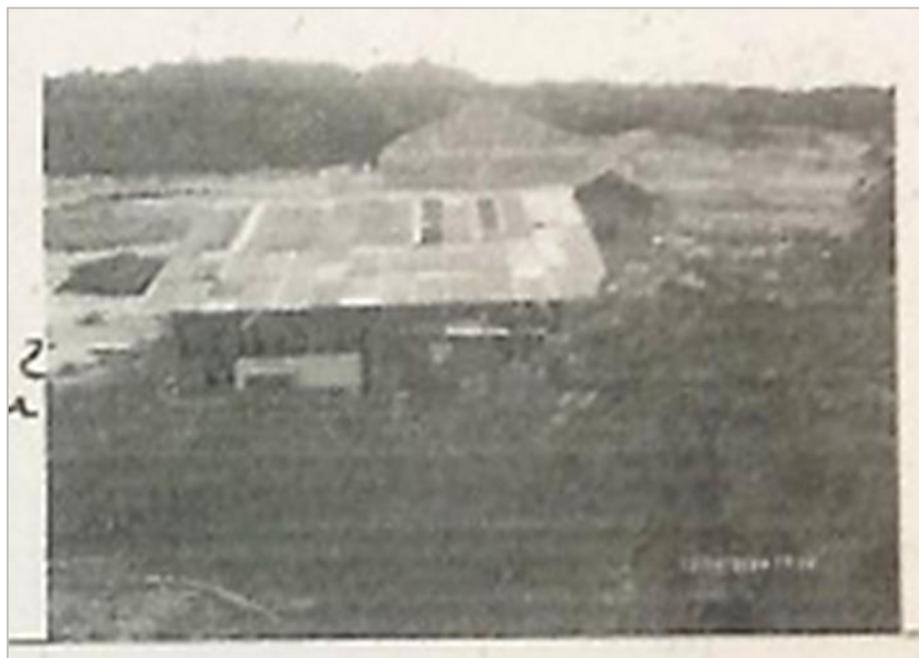
Figura 71 – Recorte do cadastro DA-02 (fábrica de paletes)



Fonte: Adaptado do MPF (2015).

- Fábrica de móveis, cadastro DA-03 (Figura 74).

Figura 72 – Recorte do cadastro DA-03 (marcenaria)

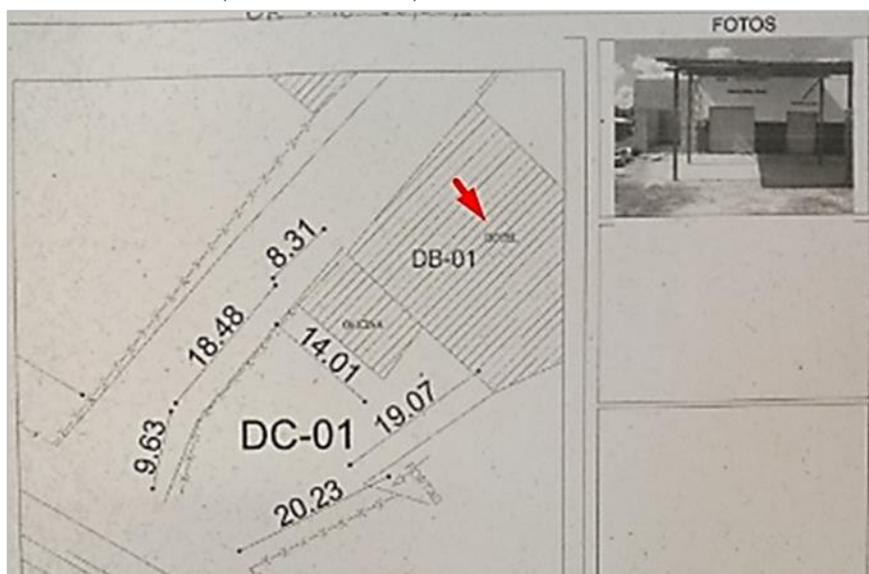


Fonte: Adaptação do MPF (2015).

Esse imóvel faz parte da residência do posseiro, no caso o de Valério. Seria o seu galpão. Outros comércios de serviços também apareceram: Borracharia e um Hotel:

- Oficina/borracharia cadastro DC-01 (Figura 75).

Figura 73 – Borracharia/oficina (cadastro DC-01)



Fonte: Adaptado do MPF (2015).

Esse empreendimento fica colado com um hotel (seta vermelha na Figura 75) e identificado como oficina na planta topográfica do imóvel.

- Hotel, cadastro DB-01 (Figura 76).

Apesar da denominação de hotel, as características como garagens ao lado dos cômodos remetem aos motéis comumente encontrados às margens das rodovias.

Figura 74 – Recorte do cadastro DB-01 (hotel)



Fonte: MPF (2015).

Por último, o uso dos imóveis também era institucional social e religioso voltado para a coletividade: Associação de moradores, cadastro AB-08¹³⁶ e a Comunidade Obra de Maria, cadastro DB-04.

¹³⁶ A imagem da Associação foi apresentada acima, sua indenização saiu em nome de um particular e resultou no valor de R\$ 52.559,00 (MPF, 2015).

- A Comunidade Obra de Maria

O imóvel identificado como pertencente à Comunidade Obra de Maria não ficou visível no cadastro. As fotos da Figura 77, não mostram muito da construção, embora o valor da indenização tenha sido alto, questões problematizadas em outro tópico.

Figura 75 – Recorte do cadastro DB-04 (Comunidade Obra de Maria)



Fonte: Adaptado do MPF (2015).

A seta em vermelho, na figura, indica a proximidade da instituição com o condomínio de casas de mesmo padrão construtivo, na Rua Sagrada Família.

Havia ainda o imóvel da IGREJA DE JESUS (Assembleia de Deus) cujo cadastro não foi identificado nos arquivos por se tratar de um caso judicial, mas retratado na fala dos interlocutores.

As afirmações dos interlocutores foram ilustradas com as imagens das posses proveniente dos cadastrados, nelas, as diferenças sociais sobressaem a partir do uso dos imóveis. Por essas descrições, a comunidade aparece como uma ocupação estruturada no uso misto dos imóveis (moradia e trabalho), com níveis diferenciados de padrões construtivos, porém com predomínio de habitações rudimentares simples (de um pavimento, alvenaria, banheiro interno, entre 5 a 6 cômodos).

Jardim Penedo de Baixo não existe mais, a não ser como um lugar na memória dos que viveram lá. Isso não se pode mudar. Porém, diante dos relatos de meus interlocutores e dos documentos produzidos pela Rede-Megaevento, é impossível dizer que se tratava de uma “área sem identidade”, ou, como comentou um agente público¹³⁷: “(...) *Não era uma área que estava sendo ocupada. Era um matagal*”.

Definitivamente, Jardim Penedo de baixo não se tratava de um matagal. Não se precisaria fazer uma tese de doutorado para desconstruir e negar o posicionamento do referido agente, bastava perguntar qual motivo levou o governo estadual a pagar pelas 333 indenizações aos posseiros? De quem seriam, então, os vestígios de casas e outras construções dentro do suposto “matagal” abandonado?

Mais uma vez, os documentos e os discursos analisados evidenciam a invisibilização das pessoas atingidas como estratégia de controle para diminuir conflitos e resistências externas. Identifiquei dois tipos de silenciamentos produzidos pela Rede nesse processo: o de não manter comunicação com a sociedade pernambucana (exógeno), em um esforço consistente para diminuir evidências e números de atingidos, e outro, o silenciamento (endógeno) reduzindo a divulgação de informações aos atingidos, sem estabelecer uma comunicação efetiva e apropriada sobre projeto e os impactos. No primeiro momento, o silenciamento endógeno teve efeito “anestésico” e desmobilizador, o que gerou confusão e reduziu a resistência interna. Situação agravada em decorrência de serem eles vistos como “invasores”.

Quanto a esse processo de invisibilidade de populações atingidas, o Comitê Popular da Copa (MOURA; SCOTT; OLIVEIRA, 2014) já salientava sobre a política de desaparecimento sistemático de memórias das comunidades que atravessam os caminhos dos projetos de desenvolvimento e não eram incluídas como beneficiadas. Elas simplesmente deixam de existir, tal qual JBP. Por isso, este capítulo e o seguinte têm importância significativa devido à visibilidade que promovem e pelas memórias que registram. Em nenhum outro lugar se encontrará tais informações sobre os moradores e sua maneira de viver na comunidade, nem a experiência de remoção vivida.

Entretanto os removidos existem e com eles sua história e capacidade de lembrar, mesmo de maneira seletiva, posto que a memória não é algo fixo (ABREU, 2016). Mas, como adverte Éclea Bosi, “seus erros e lapsos são menos graves em suas consequências que as omissões da história oficial. Nosso interesse está no que foi lembrado, no que foi escolhido para perpetuar-se na história de sua vida” (BOSI, 1994, p.37).

¹³⁷ Entrevista concedida pelo Ten. Cel. Ilídio Vilaça no documentário Gol Contra. (CD-ROM FAGES, 2014)

Em seus relatos a interação com a terra como lugar de moradia e trabalho foi capaz de desconstruir duplamente a elaboração argumentativa do gestor público baseada no silenciamento estratégico. Contrariando seus interesses, os removidos marcam a experiência no tempo e espaço por meio dos relatos das sociabilidades e nas formas de desigualdades sociais vividas. Eles apareceram não apenas como vestígios enterrados embaixo do “terreno limpo”, mas na discursividade de quem viveu e produziu relações.

Iguais a tantas outras localidades pobres, Jardim Penedo de Baixo se mostrou heterogênea, portadora de desigualdades sociais, carente de infraestrutura, com problemas e dificuldades que não impediam o crescimento populacional presente. E, mesmo que nos relatos existisse uma proeminência aos aspectos positivos, como a riqueza natural e a solidariedade, isso não diminuía a insegurança e vulnerabilidade, por isso as “distinções morais” baseadas no poder aquisitivo eram usadas pelos mais pobres na tentativa de garantir a sensação de “segurança”, ao trazer certa “legitimidade” na prática de ocupação da terra pública.

No próximo tópico, a interação de meus interlocutores com a terra a partir da categoriaêmica “invasão” é retomada. As relações internas e externas dos interlocutores são interpretadas a partir dessas dimensões: ser “invasor” e ser “posseiro” e de como elas implicaram no processo de remoção, tendo em vista que existem aspectos da “ilegalidade” que invadir algo pode acarretar, bem como as especificidades assumidas por essa categoria em comparação a “ser posseiro”.

4.2.3 *Ser “invasor” ou ser “posseiro”: a interação com a terra e a convivência com desassossego*

“(…) Como éramos invasão pra eles não tinha importância nenhuma, entendeu?”

Jane (ex-moradora JPB)

Invasão ou ocupação? Essa foi uma das primeiras perguntas que me fiz para compreender a relação de meus interlocutores com a terra e seu “lugar de fala”. Eles, em face do projeto Cidade da Copa, situavam-se no campo do desenvolvimento (RIBEIRO, 2012) como a população atingida, e sua vulnerabilidade e insegurança eram agravadas por não terem a propriedade legal.

De acordo com Costa (2017), os assentamentos podem ser legais e ilegais. São legais aqueles que seguem rigorosamente as regulamentações previstas e impostas pelo Estado.¹³⁸ A ocupação irregular de imóvel público por particular geralmente está vinculada à categoria de assentamentos ilegais.

A comunidade era uma invasão em uma propriedade estatal, portanto poderia ser definida como ilegal. No entanto, essa propriedade estava “abandonada”, segundo os moradores. Além disso, de acordo com Plano diretor (2006), ela possuía a função social definida para moradia de população de baixa renda, com função social delimitada em Zona Especial de Interesse Social no momento em que eles ainda residiam. A função foi alterada durante o “tempo de planejamento” do projeto, tendo sido usada a flexibilização da lei, como foi visto no capítulo anterior.

É importante destacar que no senso comum tanto a “invasão” como “ocupação” são nomenclaturas ligadas ao ilegal e irregular, ambas são vistas como ações imorais por boa parte dos cidadãos da cidade formal. Contudo, para movimentos sociais de luta pelo direito à terra e à moradia¹³⁹ existem distinções políticas expressivas nelas.

Vivendo em cidades onde o solo urbano é cada vez mais caro e excludente, com déficit habitacional alto e sem uma política habitacional eficiente, a luta pelo direito à moradia tem sido fruto de várias ações coletivas e bem organizadas. Os movimentos sociais usam, em suas pautas e lutas, o termo “ocupar” para se referir ao ato de se apropriar do espaço ocioso e dar-lhe uma função social, negando, desse modo o uso do verbo “invadir”, que é endossado pelos dicionários formais, a entrar com violência, sem outros propósitos além de tomar para si. Pesquisadores, por exemplo, Nascimento (2016)¹⁴⁰ assume o uso desse termo e debate como as ocupações urbanas são consideradas a política habitacional mais efetiva no Brasil, como uma solução de moradia para os mais pobres, e expressões de saberes e experiências populares, que requisitam o direito à moradia e à regularização fundiária. Para a autora, os moradores das ocupações urbanas tomam a cidade como “corpus político coletivo e estão interessados em viver sob outro modelo de cidade” (2016, p.147).

¹³⁸ José Brito da Costa pesquisou o problema da cidadania relacionado com as ocupações de terras públicas por particulares no Distrito Federal, investigando como as pessoas são tratadas diferentemente, com base nos critérios universalizáveis (classe social, cor, gênero, entre outros.). De acordo com sua análise em cima das decisões judiciais do Superior Tribunal de Justiça e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, o autor sustenta que a interação desregrada entre as pessoas, favorece em maior medida aos mais poderosos, que se valem da ilegalidade para forjarem novas situações sociais legitimadas pelo direito, sedimentando um hábito social que Holston (2013) chamou de legalização do ilegal.

¹³⁹ Movimento dos trabalhadores sem Terra (MST) e Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MSTST).

¹⁴⁰ NASCIMENTO, D. M. As políticas habitacionais e as ocupações urbanas: dissenso na cidade. **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 18, n. 35, p. 145-164. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2016-3507>>. Acessos em: 30 jan. 2019.

Como já salientei, meus interlocutores não estavam envolvidos em movimentos sociais de luta pela terra ou pelo direito à moradia. Até onde pude ter conhecimento, o processo de chegada tinha sido espontâneo e não uma ação coletiva organizada. Os discursos não eram articulados com pautas ou marcadores que pudessem dar indícios de qualquer formação política nesse sentido. Talvez isso possa explicar porque a preferência deles pelo uso do termo “invasão” em detrimento de “ocupação”.

Antes de seguir adiante com os significados dos posseiros para esses termos, abro um breve espaço para contextualizar alguns pontos relacionados ao direito à propriedade e à ideia de posse.

Até o ano de 1850, no Brasil, com exceção dos índios, todos os brasileiros poderiam ser declarados invasores, considerando-se que, até esta data, o que dava direito à posse da terra era o fato de tê-la conquistado através de sua permanência no terreno. Essa situação muda, quando, neste mesmo ano, o império brasileiro institui a Lei de Terras,¹⁴¹ impondo o registro da posse para garanti-la de direito. A partir daí, o posseiro se vê obrigado legalmente a se tornar proprietário, e não mais seria legal a aquisição de terras a não ser as feitas através da compra (Art. 1).

A lei que transformou a configuração urbana do país, restringia negros, índios, mulheres e pobres ao registro da posse, dando à propriedade o significado que tem até hoje: distinção social e poder (LELIS, 2016). A segregação espacial assevera. Portanto, os latifundiários, aproveitando-se de sua condição econômica favorável, registraram terras antes ocupadas por quem não tinha condições de registrar, dando seguimento a um período de grande concentração de terras, ao arcabouço da urbanização excludente brasileira.

Para Rolnik (1997), a lei de terras é um marco na forma como se dá a apropriação de terras no Brasil e trouxe consequências no desenvolvimento das cidades. Esse fator traz duas implicações: “a absolutização da propriedade, ou seja, o reconhecimento do direito de acesso se desvincula da condição de efetiva ocupação, e sua monetarização, o que significa que a terra passou a adquirir plenamente o estatuto de mercadoria” (ROLNIK, 1997, p. 23).

¹⁴¹ “Dispõe sobre as terras devolutas no Império, e acerca das que são possuídas por título de sesmaria sem preenchimento das condições legais, bem como por simples título de posse mansa e pacífica; e determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejam elas cedidas a título oneroso, assim para empresas particulares, como para o estabelecimento de colônias de nacionais e de estrangeiros, autorizando o Governo a promover a colonização estrangeira na forma que se declara” (PLANALTO, Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/LEIS/L0601-1850.htm>. Acesso em 30 out. 2018.

As consequências desse evento abriram as portas para a desigualdade social e, também, ao fim do século XIX, para o crescimento da população urbana que, neste período, contava de 6,8 a 10% da população total do país.

Além da Lei de Terras, o declínio da economia baseada na agroexportação (café, algodão, açúcar), os avanços tecnológicos no processo das culturas - causadoras da migração do ambiente rural, e da camada populacional mais frágil economicamente privada do direito à propriedade -, a Proclamação da República e a mão-de-obra escrava abolida, fizeram das cidades o destino para alcançar prosperidade, elevando suas demografias rapidamente (SOUZA, 2001; MARICATO, 1999), trazendo à tona um problema que atinge o país até os dias de hoje: o déficit habitacional¹⁴².

O crescimento da população nas cidades continuaria nas primeiras décadas do século XX, com as reformas urbanas, obras de infraestrutura e embelezamento das cidades, quando:

[...] implantavam-se as bases legais para um mercado imobiliário de corte capitalista, ao mesmo tempo em que a população excluída desse processo era expulsa para os morros e as franjas da cidade. Manaus, Belém, Porto Alegre, Curitiba, Santos, Recife, São Paulo e especialmente o Rio de Janeiro são cidades que passaram, nesse período, por mudanças que conjugaram saneamento ambiental, embelezamento e segregação territorial. (p.22)

Para dar conta do excedente populacional, nessa época, a urbanização característica era a de cortiços, vilas e casas de aluguel (SOUZA, 2001), contudo, a incidência de doenças epidêmicas levou o poder público a uma caça sanitária, agravando ainda mais o problema de moradia nas grandes cidades (SILVA, 2014), ao destruir todos os imóveis fora do padrão exigido pela legislação urbana da época.

Uma das saídas para sanar a necessidade de moradia da classe pobre, foi a autoconstrução de casas individuais nas chamadas franjas periféricas, “produção que vai crescendo aos poucos, com a abertura de loteamentos populares nos subúrbios e a formação de novos bairros” (SOUZA, 2001).

Já em 1940, com o contingente populacional vindo das áreas rurais, 26,3% da população brasileira vivia em área urbana, passando para 81,2% no ano 2000 (MARICATO, 2000; 2003).

Com a necessidade de moradia aumentando por conta dessa explosão demográfica nas cidades, cada vez mais a população pobre, recorreu às terras sem condições de habitabilidade (infraestrutura pública) e longe dos centros urbanos, para aplacarem suas necessidades de

¹⁴² Mencionado no capítulo 2.

moradia: às encostas dos morros e áreas alagáveis (mangues, vulneráveis às enchentes), como também, às zonas de preservação ambientais pouco fiscalizadas pelo poder público, áreas “abandonadas” e sem a função social sendo desempenhada, como no caso de JPB (MARICATO, 2003).

Meus interlocutores sabiam que o terreno era de propriedade do Estado de Pernambuco, com apenas uma exceção, a “Comunidade Obra de Maria”, cuja representante afirmou não saber no primeiro momento, a quem pertencia o terreno, mesmo tendo o comprado de terceiros que não possuíam um documento de propriedade. Conforme dona Zezita, muitas pessoas, moradoras vizinhas, se referiam ao local, como “terreno do Estado.”

Considerando que a maioria reconhecia a “propriedade” como do governo estadual, também entendiam que morar em Jardim Penedo de Baixo assumia significados específicos, ao qual chamaram de “invasão”.

A categoria “invasão” foi utilizada por meus interlocutores para explicar a maneira pela qual tiveram acesso à terra. Enquanto uma categoria êmica, seus significados e limites assumiam especificidades, que mostram como se relaciona com a ideia da posse para cada um. Ora eles se autoreferenciavam como invasores, ora posseiros. Ambas expressavam insegurança e uma constante sensação de desassossego diante do medo de perder a terra e as benfeitorias por não estarem legalmente enquadrados.

Três interlocutores se autodeclaravam invasores, ao afirmarem terem “invadido” o “terreno do governo”.

Dona Zezita tornou-se “invasora” junto com o marido, chegou a comentar ter se sentido influenciada também ao ver outras pessoas “invadindo”, por isso ficou mais fácil aceitar a condição quando um senhor incentivou o marido a “pegar” um “pedacinho”. No caso dela, além da necessidade econômica, a influência de outros “invasores” serviu como incentivo. Em sua fala, era constantemente ressaltado o fato de: *“Aí o povo foi invadindo, morando, aí o meu marido pegou esse pedacinho e ficou também”* (Zezita, 2017).

Ela destacou que as pessoas não compravam a terra, pois *“não podia”*. Em seus cálculos, a forma de se relacionar com a comunidade era assumir o fato de que as pessoas eram “invasoras” e não podiam vender nada porque a propriedade era do governo.

Não, não. Assim, **não comprava porque era do Governo, né?** Aí **não podia comprar a terra**. Aí a pessoa invadia e quando ia sair ou outra pessoa morria, aí perguntava: "você quer ficar tomando conta aqui? A gente te dá um trocadinho", dizia assim. Agora, os outros. Pra mim não. **O meu o meu marido foi quem pegou um pedacinho lá e a gente ficou**. E a gente fiquemo esse tempo todinho. E eu só saí de lá porque foi indenizado. Senão eu tava lá ainda. (Entrevista de Dona Zezita, 2017).

Além disso, outra condicionalidade atrelada era a fragilidade e a insegurança. Ser posseiro era estar atento, cuidando e protegendo a terra. O abandono, mesmo que temporário, poderia significar sua perda, para evitar perder tudo, pagava-se alguém para “tomar conta”.

Para Valério, ter se tornado posseiro também foi por influência de ter um amigo na mesma condição. Ele desconhecia alguém que tivesse comprado a “posse”. Para ele, as pessoas “eram todas posseiras” e desse modo, estavam na mesma condição que a sua: a de ter uma “posse” sem ser proprietário e correndo riscos de perder a qualquer momento.

Valério apontou não se identificar com a condição de ser “invasor”¹⁴³. Para ele, as pessoas da comunidade¹⁴⁴, do “bairro *Jardim Penedo de Baixo*”, eram “*donas, posseiros*”, numa alusão ao fato de serem elas quem realmente cuidavam do lugar. Essa colocação surgiu ao contar sobre a presença da polícia na comunidade, circulando e “intimidando” os moradores:

Sim, sim, circulavam com viaturas. Sempre revólveres na mão, metralhadora, essas coisa. Sempre intimidando a comunidade o tempo todo. Como se fôssemos invasores. E, de fato, éramos donos, posseiros. **Dono é aquele que mora, que toma conta.** Estávamos tomando conta de algo do governo (Entrevista de Valério, 2017).

Em virtude do contexto que gerou a produção desse discurso, Valério procurou se distanciar da figura do “bandido”, pois, nem ele, nem outros moradores representavam alguma ameaça ao Estado. E, para se defender e ocupar também um lugar mais legítimo, destinou um significado positivo em ser posseiro. Criou uma aproximação entre ter a **posse** e **ser dono**. Ser dono estava associado a morar, a gerir cuidados para “toma conta”, independentemente de ter a propriedade. O Estado era o proprietário, mas era ele quem “tomava conta”, rogando para si mesmo um lugar de direito que deveria ter sido mais respeitado pelos policiais.

Como mencionei, dona Iracema foi categórica ao dizer “que foram invadindo”, porque o terreno era só “mato”. Ela se colocou como a primeira “invasora”, e, mais de uma vez, mostrou-se orgulhosa em assim se expor. Tal prática foi defendida por uma simples sentença na sua fala: “gosto de plantar e criar”. Mesmo fazendo uma separação entre os que invadiam e

¹⁴³ Mais à frente, irei interpretar a forma como ocorreu todo o processo de remoção forçada. Nesse, existe um momento em que o governo de Pernambuco colocou a área para ser patrulhada por polícias militares que ficavam circulando, tendo como missão proibir novas construções no local. Indignado com a abordagem da polícia, Valério se defendia dizendo que eles não eram invasores.

¹⁴⁴ O sentido de comunidade pode ser entendido a partir do compartilhamento de uma condição, a de ser “posseiros”. Mais à frente, também vai ser associado ao reconhecimento de objetivos em comum, tendo também, na figura da liderança e associação, elementos aglutinadores desse sentido de estar no mesmo contexto. A comunidade, então, passa a ser a expressão necessária para falar de uma coletividade organizada politicamente.

os que compravam, dona Iracema afirmava que era tudo “invasão”. Esse era um marcador constante em sua fala, tanto que quando perguntei em que momento chegou à “comunidade”, ela me corrigiu ao dizer: “eu cheguei na invasão, né? Porque foi tudo invadido”.

Em sua fala não aparece a palavra “posse” nem “ocupação”. Ela reforça o sentimento de pertencimento ao fato de ter sido a “primeira invasora” e a distinção que procura estabelecer ao expor o lugar distinto onde se localizava o seu terreno (às margens do rio Capibaribe), em “terras da marinha”. Distinção que é ainda mais fortalecida, tanto pelo seu retorno à área, mesmo que tenha sido indenizada, como pelo fato de “ter assumido” a função de “patrulhamento”, ficando “de olho nas pessoas ao redor” para não “invadirem” mais. “Função” supostamente acordada com uma pessoa do “Estado”, como me disse, em tom de confiança, da qual tinha o número de telefone para avisar, caso alguém invadissem a propriedade. Outra recomendação dada pela pessoa do “Estado”, foi a de que ela não poderia construir em alvenaria.

Na Figura 78, é possível ver a construção de sua casa de “taipa” de dois cômodos. A casa estava sendo construída com a ajuda de um de seus filhos. Dona Iracema fez questão de dizer que toda a madeira foi tirada da mata próxima, de “Brennand”.

Figura 76 – Foto da construção da Casa de Dona Iracema



Fonte: Autora (2017).

Para seu Luiz e Jane, os significados de ser posseiro eram ativados diante de situações de enfrentamento com governo do estado. As situações de insegurança imprimiam a concretude de ser esse, um lugar desprivilegiado, tendo na Associação de Moradores uma forma de

amenizar os impactos a partir da luta coletiva e resistência, mas sem perder de vista a vulnerabilidade dessa condição.

De todo modo, para a maioria de meus interlocutores havia uma aceitação do uso da categoria invasão como a maneira pela qual como se adquiria a posse, “invadindo”. Era uma expressão aceita em face da necessidade. Era de certo modo uma “transgressão” menor, dando a possibilidade de pensar a “transgressão” nos termos de Carvalho (2008), com o sentido de ultrapassar algo. A palavra transgredir pode ser usada para diferenciar de “corrupção” e tornar o ato mais “suave”. Para Damatta, seria “desrespeitar, violar, infringir”, sem ser necessariamente má. O conceito remete a ideia de ultrapassagem ou de rompimento de fronteiras (2008, p. 95).

Ao invadir o terreno do governo, rompe-se com um limite da lei, constituída para uma ideia de cidade formal. A área não deixa de ser algo público, mas passou a ser vista como um ambiente possível, com o qual podiam contar, em face da situação de necessidade, como no caso da maioria. O fato de compartilharem de uma mesma forma de interagir com a terra leva a pensar em um padrão existente, que se constituiu em uma forma “transgressão coletivizada” para ocupar o terreno público.

De acordo com Costa (2017), a transgressão pode ser avaliada de duas formas: como individual, nesse caso traz à tona um “problema cultural de dificuldade no trato impessoal nas relações extrafamiliares (Estado, convivência pública, trânsito)”, ou quando é “coletivizada”. Nesse último caso, ela revela um problema de “exclusão social”, elevando grande parcela da população ao patamar de “potenciais transgressores” (COSTA, 2017, p.55). O sentido desse tipo de transgressão leva a justificativa para longe do âmbito da questão da “moralidade individual”.

Não quero perder de vista as especificidades e assim enquadrar toda a comunidade dentro dessa concepção de “transgressão coletivizada”, sem observar elementos indicativos de determinadas *expertises* nas relações sociais e na maneira de ter acesso à moradia. A terra, mesmo a invadida, é uma mercadoria, e houve quem, por necessidade, preferiu repassá-la. Por outro lado, houve quem, em melhores condições financeiras, acumulasse grandes áreas. A realidade de Jardim Penedo de Baixo não podia ser padronizada, era permeada de desigualdades e nuances. A ideia de transgressão coletiva pode ser acionada como uma chave de leitura para a compreensão de determinadas posturas e leva ao entendimento das necessidades, e da conjuntura de acesso à moradia. Nesse sentido, ao se relacionar com a perspectiva da exclusão social abre um diálogo sobre práticas e saberes das populações periféricas para ter o direito à cidade, mesmo que em terras “ilegais”.

Para Holston (2013), a ocupação das periferias urbanas no Brasil só é possível em face da ilegalidade. A ilegalidade dos lotes residenciais nas periferias torna a terra acessível a quem não podem pagar. Sendo a moradia ilegal uma forma comum e confiável das classes trabalhadoras urbanas terem acesso à terra e à moradia, e transformar suas posses em propriedades. Holston afirma que no Brasil as periferias das cidades se desenvolvem por meio de dois processos no que se refere à lei: um de ocupação ilegal, “que abre aos assentamentos”, e, outra, “legalização do ilegal” (2013, p.270).

Essa relação entre o legal e ilegal se consolidou, como foi visto acima, no começo da colonização como “uma estratégia das elites agricultoras, que aperfeiçoaram como forma de sarrupiar patrimônio real e que resultou em grandes ganhos” (p.207). Nos séculos seguintes, particularmente nas décadas recentes, tornou-se uma prática “onipresente”, e, tanto nas famílias ricas como nas pobres, encontram-se posses de terras legais, mas que, em sua origem, são usurpações legalizadas. Segundo Holston, a classe trabalhadora só ganha acesso à terra porque ela é ilegalmente ocupada, desenvolvida e vendida.

Desse modo, ser posseiro ou invasor esteve ligado, apenas, no uso de uma palavra para definir a maneira que a população de baixa renda interage com o acesso à terra. O que, nessa discussão, apreendeu-se, do ponto de vista da legislação, foi que os posseiros de Jardim Penedo de Baixo não podiam ser vistos como criminosos, simplesmente, pois fizeram a terra cumprir sua função social mesmo a terra sendo pública e por ser ainda bastante problemática a discussão em torno da usucapião em terras públicas em detrimento do direito à moradia da população de baixa renda. E, como rege a Constituição Federal (1988, Art.5º, inciso XXIII), o direito à propriedade e sua garantia não é absoluto se não existe o cumprimento da função social.

No entanto, cabe a pergunta: se, hipoteticamente, os posseiros tivessem a regularização de sua posse, eles estariam livres desse processo de remoção forçada? Teriam permanecido?

Foi a Constituição de 1988 quem promoveu a união indissociável entre propriedade e sua função social. Mas ao que parece, também foi indissociável a remoção da população de baixa renda por causa do megaevento aqui em Pernambuco, como a única opção da Rede.

4.2.4 A Associação: um instrumento de luta para conviver com o desassossego

Os interlocutores, com uma única exceção, diziam existir boatos sobre os planos do governo estadual para o terreno desde muito tempo, esses, frequentemente os tiravam da “calmaria”. Segundo Jane, eles nunca viveram “sossegados”, pois era constante a ameaça de despejo.

Foi crescendo e vinha sempre, eh... quando a gente pensava que estava tudo estabilizado, vinha a história 'vai sair todo mundo sem direito a nada', 'vai vim um presídio', 'vai vim uma CEASA', 'o estado vai tirar todo mundo sem direito a nada', aí foi montou uma **associação pra ter forças** [...] (Entrevista de Jane, 2017).

Há dois pontos importantes na sua fala: um, sobre o ambiente sossegado e a insegurança, atrelada à possibilidade de perder tudo, o que gerava o “desassossego”. O outro, foi deixar claro uma alternativa criada para enfrentamento: a Associação.

A população aprendeu a conviver com o “desassossego” em estado imanente, e calculavam os riscos de ser “posseiro” nas terras do governo. Para alguns, os “riscos” valiam a pena e eles investiam mais em “seu” imóvel, conseqüentemente, foram esses, os moradores mais engajados na Associação. Era preciso proteger os “investimentos” através de atuações coletivas. Outros eram mais cautelosos e viviam de maneira mais simples para evitar perdas maiores. Embora se deva também considerar que na comunidade havia pessoas com poder aquisitivo diferenciado, e, investir ou não no lote, dependia de se ter ou não esses recursos financeiros disponíveis.

Jane comenta que a partir do momento em que a área “ficou conhecida”, os boatos sobre as possíveis intervenções que o governo poderia fazer no local, como, por exemplo, implantar a Ceasa, aumentavam.

Que ficou mais conhecido foi quando começou a povoar. De até 2004. Aí de 2004 em diante até vir a Arena. Até vir a época da... pessoas que vieram, né? Dizendo que aqui ia ser... vinham muitas histórias, que ia ser a CEASA, que ia ser um presídio, mas aí nada vingou. Foi quando veio o pessoal dizendo que aqui tinha sido sorteado e contemplado e que ia ser um estádio 'Arena São Lourenço'. A gente nem acreditava, né? Que viesse isso aí (Entrevista de Jane, 2017).

Mesmo com tantos boatos, os moradores não imaginavam a possibilidade de vir um equipamento para atender a um “megaevento” de futebol.

Dona Zezita, também comentou sobre os boatos:

Inventaram um tempo que disseram que ia sair que ia fazer ali um... era... só conversa do povo. Ia fazer uma Ceasa ali que a Ceasa era pequena, que ali era do Estado, a conversa era essa. **Aí depois quando tava com um tempo, aí acabou essa história.** Aí de repente chegou que disseram que ia fazer a Arena, tava procurando lugar pra Arena e o lugar melhor do Estado era esse. Aí a gente já sabia que ia sair. (Entrevista de Dona Zezita, 2017).

Os boatos geravam insegurança, mas não eram sem motivos. A comunidade chegou a receber uma intimação, antes do megaevento esportivo, segundo Luiz. Em 2004, um oficial de justiça apareceu e intimou para uma reunião no fórum de SLM, proveniente de um pedido de “reintegração de posse”. Participaram do evento 70 moradores, mas a ação não foi concretizada.

Quando a gente foi lá, era o governo querendo reintegração de posse, mas aí não houve. Isso foi só uma cogitação do governo e ele argumentou alguma coisa e não houve. E ficamos lá, continuamos. Aí fundamos a Associação. E isso foi dissolvido com a indenização da chegada da Arena (Entrevista de Luiz, 2017).

A ida ao Fórum e à reunião dos moradores em virtude da intimação, também foi ressaltada por Jane como um dos eventos que deixavam mais real a vulnerabilidade dos moradores e, ao mesmo tempo, evidenciava a necessidade de constituir alguma forma de organização coletiva para ter mais força frente ao poder público. A comunidade se organizava em um campo de conflito, e, por isso mesmo, político.

Chegou a vim... a dizer que a gente ia sair, mas não sabia o que que a gente ia ter direito. Aí depois, daí entrava, a gente entrou, foi quando a gente entrou com advogada, aí teve as reuniões no fórum. E arquivaram, não sei se arquivaram na realidade ou guardaram para ver até onde ia, né? Foi quando surgiu uns três anos depois, a arena (Entrevista de Jane, 2017).

Diante do risco e insegurança, alguns moradores começaram a se reunir e formaram a Associação de Moradores de Jardim Penedo de Baixo. As reuniões, inicialmente, ocorriam nas casas de moradores, por volta de 2004, tendo como lideranças Luiz e Nildo,¹⁴⁵ posteriormente, também contou com o apoio da Comunidade Obra de Maria.

Segundo Jane, a ameaça de sair e a condição de viver em “conflito” levou a contratação de um advogado por alguns deles.

Sempre. Sempre vivíamos é... assim em conflito, né? **Daquele 'vai tirar todo mundo',** naquela expectativa danada, né? **'vai sair todo mundo sem direito a nada',** 'daqui a dois, três meses todo mundo tem que desocupar a área', a gente sempre vivia naquela tensão (Entrevista de Jane, 2017).

A possibilidade de ser removido aumentava a tensão, na medida em que fortalecia a Associação, que passou a ter uma melhor estruturação em 2006 e durou até 2010.

¹⁴⁵ Nildo foi um dos moradores também atuantes na comunidade durante o processo de fortalecimento da Associação e lutas, inclusive na remoção.

Foi, a gente fundou, né. Eu fui o fundador da Associação. **A gente sentiu a necessidade de estar agrupado numa condição de querer saber mais, de saber sobre a terra, o porquê queria a terra de volta, pra com isso e ninguém aparecia lá pra nada.** Só aparecia gente pra fazer coisa errada, pra coisa certa ninguém aparecia. E queria estrada, queria ônibus. Porque tinha uma linha de ônibus do TIP pra o Parque Capibaribe, aí o governo, suspenderam a linha, deixou de existir. Depois foi que a gente foi atrás e soube que isso teve um projeto da EMTU, que hoje é Consórcio Grande Recife. E suspenderam a linha porque fizeram isso através do Parque Capibaribe e não da comunidade (Entrevista de Luiz, 2017).

De acordo com Luiz, o desejo de saber mais sobre a terra, de obter serviços públicos, como o transporte, mobilizou a organização, inclusive para construir uma sede, em um terreno doado por um vizinho. O processo de construção da sede (de 12m² x 20m²) foi de forma coletiva e durou dois anos. A sede (Figura 79) ficava onde hoje encontra-se a Arena Pernambuco, e, segundo Luiz, *“tinha um salão, uma sala, um escritório, uma copa e banheiro”*.

A Associação a gente começou parando os moradores todinhos na estrada e pedindo ajuda pra fazer uma casa. E arranjam os terreno, aí vamos fazer uma casa pra gente...Foi. Um vizinho doou uma parte [terreno] e a gente, fomos trabalhar em cima disso aí. Então foi feito com mão - de - obra do local com o pessoal do local. Aí a gente fazia todo domingo mutirão, era a farra, era fazer a Associação (Entrevista de Luiz, 2017).

Figura 77 – Associação de Moradores/cadastro AB-08



Fonte: Adaptado do MPF (2015).

Essa imagem mostra a Associação dos Moradores com sua estrutura no momento em que foi demolida. A Associação foi construída com a ajuda dos moradores e da Comunidade

Obra de Maria, que colaboravam com materiais (cimento, areia e tijolo), com dinheiro e mão de obra. Segundo Jane, a Comunidade Obra de Maria chegou por volta de 2007¹⁴⁶ e teve importância na colaboração prestada à Associação.

A participação dos moradores na Associação era mais ativa quando as “coisas” “acochavam”.

Eram. Eram quando acochava, né? Quando vinha as pressões dizia assim 'vai todo mundo sair', aí todo mundo se juntava, mas era muito individualista, né? Assim, acredito por conta da necessidade das pessoas, **as pessoas não eram pessoas muito esclarecida** e por não ser esclarecida eles era do tipo, né? 'Ah se sair infelizmente vai sair', mas não tinha tanto investimento. Aquelas pessoas que investiam mais, que tinha um investimento maior, aí sim, esses se juntavam, aí quando a parte maior que tinha investimento entrava (Entrevista de Jane, 2017).

As pessoas com propriedades melhores, “com casas boas”, envolviam-se mais. Essa participação justificava-se porque tais pessoas possuíam um melhor entendimento sobre a importância da organização coletiva. Porém, de algum modo, todos participavam, segundo Jane, mesmo os mais simples.

A dificuldade de mobilizar as pessoas “menos esclarecidas”, “matutas” e torná-las mais conscientes foi algo compartilhado por Luiz:

Antes era muito difícil porque não era, o pessoal não tinha, não era muito consciente, não é. Então, a coisa mais difícil que tem é botar na cabeça de matuto alguma coisa. Isso deu muito trabalho. E eu que sou matuto e... E conversar com o povo fica muito difícil porque tem hora que você tem que conversar (Entrevista de Luiz, 2017).

Ele, como um dos fundadores, chegou a ser presidente da Associação e tinha a incumbência de falar com os moradores mais vezes.

Dona Zezita recordou-se do crescimento da Associação ao longo do tempo, comentou que no início era uma casa pequena e depois, aumentou para um “galpão”, onde aconteciam as reuniões. Para ela, existia um interesse da Associação em cuidar dos moradores, inclusive do bem estar e da saúde.

[...] tinha reunião pra saber como tava o povo, se tava certo, se tinha alguma coisa anormal, entendeu? Se tinha uma pessoa doente, assim, pra eles mandava lá pra vim uma pessoa em casa também olhar, entendeu? (Entrevista de Zezita, 2017).

¹⁴⁶ Com relação à chegada da instituição no Jardim Penedo de Baixo, as datas são muito divergentes. Mas oscilam em torno de 2006 a 2007. No cadastro da CEHAB (MPF,2015) a instituição católica declarou 2007.

Associação também serviu como apoio para a comunidade em termos de cuidados com a saúde. O agente de saúde obtinha da Associação um ponto de apoio e a usava para intervenções com os moradores a cada três meses. Porém, o maior destaque dado por Luiz ao trabalho da Associação, antes da remoção forçada, foi a conquista da energia elétrica. De acordo com Luiz:

Não, não tinha. Então, uma das maiores conquistas da Associação foi conseguir levar energia pra lá. Porque todos os projetos que a gente fez, que levamos, era muito caro. Chegou projeto de ter 130 mil, cento e tantos mil. Então, a Associação não teve como pagar ou fazer um projeto desse. Aí depois com o governo de Lula foi que chegou um projeto bom. O Energia para Todos. [...] É, Luz para Todos. E aí a gente, ingressamos na Celpe com o setor de engenharia. E fomos lá. Depois a Petrobras tinha uma unidade de gasoduto. Aí quis energizar lá e já foi negociado por onde ia passar e de que forma. Onde ele já deixou pronto a energia pra gente. Aí ficou muito mais fácil. Era conquista todo dia. Era conquista porque a chuva levava uma estrada. A gente fechava com pedra. Não tinha máquina, não tinha essas coisas aí. Era tudo no manual. Então, todo dia era uma conquista pra todo mundo que tava lá (Entrevista de Luiz, 2017).

A chegada da energia elétrica ocorreu por volta de 2007 e mudou a vida na comunidade. No relato, Luiz expôs a importância dessa política pública para atender a população de baixa renda, também enfatizou como os interesses da Petrobras, para trazer energia, acabou repercutido positivamente na localidade.

Em relação à sustentabilidade da Associação, essa advinha das contribuições dos moradores, sem valor estipulado, mas dentro das condições de cada um. Sobre isso comenta dona Zezita:

Não, às vezes, assim... o meu marido às vezes... quem pudesse, ele não exigia. Dava cinco reais, três, dois. Entendesse? É mais pra assim, pra comprar alguma coisa assim pra Associação mesmo. Algum tijolo pra aumentar, sabe? Ele fazia. Mas ele não obrigava ninguém. Ele dizia: quem pudesse dar aí ajudasse, quem não pudesse também era atendido do mesmo jeito. (Entrevista de Dona Zezita, 2017).

Para Valério, a Associação dos moradores teve o papel de lutar por mais qualidade de vida na comunidade. No espaço ocorriam festas em datas comemorativas, como o dia das mães, por exemplo. E dentro dos trabalhos feitos pela Associação, mencionou, assim como Luiz, a atuação da “Comunidade Obra de Maria” como tendo um posicionamento ativo.

A Associação surgiu com as pessoas mais antigas que moravam lá. A Obra de Maria também deu muita força pra que abrisse essa Associação, pra poder trazer alguns benefícios. E foi bem legal, foi bem interessante. Aí, aonde começou a ter algum movimento na Associação. Algum, tipo, festa das mães, festa das crianças, nesse espaço da Associação (Entrevista de Valério, 2017).

Em muitos momentos das conversas com os interlocutores, a Comunidade Obra de Maria foi referenciada, seja por ter tido “galpões” e uma casa de recuperação, para dar apoio a ex-usuários de drogas, seja pela participação ativa junto à Associação.

Dessa forma, a estruturação da “Associação” foi representada como uma estratégia “política” de organização, e uma das ferramentas usadas para conviver com o “desassossego”. Materializou a necessidade de unir forças para lutar, segundo Jane, “*pela necessidade da população, né?*”, de “*um posto*”, de “*mover a segurança*”, tendo, como maior bandeira de luta, a busca ao direito à propriedade, através da “usucapião”:

A gente queria, né? O usucapião. A gente lutava uma das razões da gente montar eh... isso, a associação era pra ver se conseguia o usucapião [...]. Aí, entrava a associação, né? Mas a gente nunca conseguiu. Porque eles sempre ficavam protelando...[*governo*]. [...] A gente chegou até a audiência (Entrevista de Jane, 2017).

O desejo de ter a posse de maneira definitiva alimentava a luta dos moradores na forma de associados. Em nada ajudava morar em um ambiente bucólico, de paisagem natural e bela, sem ter garantias da permanência, sem o possuir, sem ter o direito à moradia.

Dessa maneira, Jardim Penedo de Baixo não era um “lugar”, do ponto de vista simbólico, propício ao sossego. Portanto, o receio de perder o lugar de moradia e sustento sempre esteve presente, como algo a ser considerado diante dos investimentos na “posse” e lembrado pelos sentimentos de angústia que provocava.

Nesse contexto, a relação entre ser “posseiro” e “vulnerabilidade” era iminente, foi interpretada a partir da relação com a insegurança, aos cálculos dos riscos, em se “*perder tudo*”, “*sem direito a nada*”, de uma “*hora para outra*”, como disseram.

De outra forma, essa mesma condição de vulnerabilidade mobilizou a organização coletiva. Organizados, eles acreditavam ter mais força para lidar com novas ocorrências, e, posteriormente, como se viu, para lidar com a Rede.

No próximo capítulo, a experiência do processo de remoção forçada é explorada em face dos significados dados pelos interlocutores às suas vivências.

“Quando a memória de uma sequência de acontecimentos não tem mais por suporte um grupo, aquele mesmo em que esteve engajada ou que dela suportou as consequências, que lhe assistiu ou dela recebeu um relato vivo dos primeiros atores e espectadores, quando ela se dispersa, por entre alguns espíritos individuais, perdidos na nova sociedade para as quais esses fatos não interessam mais porque lhes são decididamente exteriores, então o único meio de salvar das lembranças é fixá-las por escrito em uma narrativa seguida, uma vez que as palavras e os pensamentos morrem, mas os escritos permanecem”

(HALBWACHS, 1990, p.80-81).

5 LIMPANDO O TERRENO: OS SIGNIFICADOS DA EXPERIÊNCIA DE REMOÇÃO FORÇADA DOS MORADORES

Neste capítulo, trato a experiência de remoção forçada de Jardim Penedo de Baixo sob o ponto de vista dos atingidos, sem deixar de expressar as ações construídas pela Rede nas diferentes etapas do processo.

Nem tudo nesse processo de remoção forçada pôde ser mensurado, mas foi possível identificar e interpretar determinadas estratégias, como o silenciamento, a terceirização, a redução da negociação e da resistência e a fragmentação. Elas dialogam com as “táticas de desmonte” (SCOTT, 2012) existente em grandes projetos de desenvolvimento e se mostram recorrentes. Por outro lado, o campo também mostrou que estratégias de resistências aconteceram por parte de meus interlocutores, principalmente no âmbito da negociação financeira, elas serão discutidas aqui.

Logo em seguida, aponto as incongruências nos cadastros, seus limites e equívocos. E apresento a interpretação do MPF quanto à remoção forçada e suas decisões registradas no Inquérito Civil, considerando que ele só tomou conhecimento das medidas do Estado depois que a remoção e a indenização tinham sido realizadas.

Por fim, encerro o capítulo com as interpretações de meus interlocutores sobre o desejo de permanecerem na comunidade apesar da indenização e suas percepções sobre o desenvolvimento trazido pelo megaevento. Também questiono o destino do terreno da Cidade da Copa, intermediando informações sobre a Arena Pernambuco e a sua subutilização dentro de uma área de pouco recurso socioeconômico.

5.1 A experiência da remoção forçada

No contexto dos moradores de Jardim Penedo de Baixo, conviver com o desassossego foi aprender a lidar com boatos interrompendo o fluxo contínuo das atividades diárias. Não sendo diferente quando, em meio aos trabalhos, as informações davam conta de que, cedo ou tarde, eles teriam um encontro com pessoas “trabalhando” para produzir um megaevento e logo, sua remoção forçada.

A Rede cumpriu alguns dos rituais pré-estabelecidos na execução do espetáculo, a divulgação das cidades-sede, e logo os boatos e as indecisões foram dando lugar a certezas e

planos urbanísticos para garantir que a realização do megaevento acontecesse. Eram ações que rompiam com as sociabilidades, rotina e com projetos individuais.

Valério recorda-se de estar trabalhando quando ficou sabendo que Pernambuco iria receber os jogos:

Tava trabalhando. Um dia normal. Aí foi que escutamos os boatos de que, possivelmente, ia acontecer esse negócio da Arena que ia ser no Brasil e que Pernambuco tinha possibilidade de ser um local pra sediar os jogos. Mas aí tava naquela indecisão, que ia ser em Olinda, aquela coisa toda, mas decidiram que ia ser aqui. Pra nossa tristeza (Entrevista de Valério, 2017)

A suposta indecisão da escolha do lugar era noticiada com frequência. Até que o governo anunciou SLM como escolhido, em janeiro de 2009, conforme reportagem¹⁴⁷ do dia 16 de janeiro de 2009 (Figura 80), publicada:

Figura 78 – Destaque de reportagem SLM subsede 2014



Fonte: Globo.com (2009).

O texto, além de expor a construção da Cidade da Copa, também enuncia: “50 habitações ilegais, que serão removidas”. Conforme se discutiu antes, as informações eram desconstruídas, com números inferiores e divulgadas sem problematizar as ações em relação às pessoas. Aspectos evidentes do silenciamento estratégico e da indiferença produzida. (Figura 81):

¹⁴⁷Disponível em: <http://globoesporte.globo.com/esportes/noticias/futebol/0,mul958590-9825,00-sao+lourenco+da+mata+sera+a+cidade+da+copa+do+estado+de+pernambuco.html>. Acesso em: 6 set. 2018.

Figura 79 – Destaque para as 50 habitações ilegais

O Governador de Pernambuco, Eduardo Campos, anunciou a construção da cidade da Copa, no município de São Lourenço da Mata, na Região Metropolitana do Recife. A proposta foi apresentada à CBF e à Fifa na última quinta-feira - último dia do prazo.

Além de um estádio com capacidade para mais de 46 mil pessoas, a cidade terá hospital, hotéis, centros comerciais e nove mil unidades habitacionais, em uma área de 270 hectares às margens da rodovia federal BR-408. A idéia inicial de construir a arena em Olinda foi descartada.

Dezoito cidades em todo o país concorrem com Pernambuco à sede dos jogos da Copa do Mundo de 2014, que, provavelmente, será no Brasil. Apenas 12 cidades serão escolhidas. A decisão será divulgada em março deste ano.

Segundo informações do Governo do Estado, a área escolhida tem 50 habitações ilegais, que serão removidas. O terreno fica às margens do Rio Capibaribe.

O empreendimento, que será realizado em uma parceria público/privada, está orçado em R\$ 1,6 bilhões e só deverá ficar pronto em 2017 depois da Copa.

Fonte: Adaptada de Globo.com (2009).

Aparentemente, essa informação se referia apenas ao terreno onde a Arena Pernambuco foi construída. Mesmo assim, esse número está bem abaixo do registrado pelo cadastramento de desapropriação.

Valério relembra das pessoas comemorando com festa o anúncio de SLM no evento montado na cidade em maio de 2009. O prefeito Ettore Labanca divulgou sua alegria nas mídias:

No dia 31 de maio estaremos comemorando não apenas a indicação de Pernambuco e de São Lourenço da Mata como subsele da Copa de 2014, mas de uma conquista que ficará marcada pela chegada de novos investimentos ao Estado, e, sobretudo, para o nosso município, que será contemplado com a construção da Cidade da Copa, disse Labanca (Blog Magno, 20 de maio, 2009).

A declaração foi feita em 20 de maio de 2009 para a imprensa,¹⁴⁸ no discurso se percebe a mesma retórica de convencimento e produção de expectativa sobre o legado a ser deixado: “a construção da Cidade”.

Depois da euforia do anúncio, segundo Valério, os moradores de Jardim Penedo de Baixo começaram a “*cair na real*” e perceberam a possibilidade de sair da comunidade:

Pânico (riso). Bom, quando virou verdade foi onde foi anunciado que seria de fato aqui em São Lourenço. Fizeram uma grande festa aqui no centro de São Lourenço e

¹⁴⁸ Blog: MAGNO, M. **São Lourenço prepara festa para comemorar Copa de 2014**. São Lourenço da Mata: Blog do Magno, 2009. Disponível em: https://blogdomagno.com.br/ver_post.php?id=47006&pagina=2. Acesso em: 6 set. 2018.

foi onde a gente veio cair na real que de fato ia ter que sair
(Entrevista de Valério, 2017).

Em 2009, o governo estadual, por meio de uma empresa contratada pela CEHAB, iniciou o processo de remoção, tendo como primeiro passo *in loco* o trabalho de topografia. Meus interlocutores não foram avisados com antecedência dessas ações. Esse tipo de omissão, interpretei como uma estratégia de silenciamento endógeno, caracterizado quando as informações são omitidas à população atingida durante determinadas ações *in loco* ou no processo.

A situação foi de surpresa e gerou muita angústia por falta de informações e, como salientou Valério, agravava-se porque eles teriam sido os primeiros atingidos. Tudo ainda era muito confuso.

É. Como a gente foi o início de tudo, os primeiros a ser desapropriado, a ter que sair porque queriam esse bairro todo pra ser a Cidade da Copa, então, pegou a gente de surpresa. Sem saber de nada, nem pra onde é que ia nem pra onde é que vinha, como é que ia ser. Vai, não vai, vem, não vem. Então, pegou a comunidade toda de surpresa. Fomos o pontapé inicial (Entrevista Valério, 2017).

Muitos moradores estavam trabalhando, como de costume, nos afazeres diários. Foi o caso de Jane:

Eu lembro que eu tava secando o tanque quando vieram os quatro [*homens*] medir o local que eu tava secando, aí “Ah vocês vão sair, aqui vai ser um estádio”, aí eu “é, vai ser nada”, a gente nunca acreditou, né? Fiquei até brincando (Entrevista de Jane, 2017)

Para ela, as pessoas não acreditaram de imediato quando os “homens” disseram sobre a construção de um “estádio” de futebol no local, “ninguém acreditou”. “*Aí eu não acreditei, aí eu: 'É mentira!'. Ele: 'né mentira não, vai sim'. Aí eu disse; 'então vamos esperar'. Aí eles mediram a primeira vez, fizeram a primeira medição, passou um tempo*” (Jane, 2017).

A descrença dos moradores era resultado dos boatos anteriores, dando a impressão de ser, aquele, mais um comentário sem resultar em uma ação concreta, pois não foram informados oficialmente. Ninguém teria aparecido para comunicar a comunidade antes de intervir. Segundo Jane, chegaram sem “*dar uma explicação*”:

Eles só vieram somente dizer que a gente ia sair daqui, não sabia como e quando. [...] Não! Não reuniram nada. Só começou os boatos. O disse me disse. Eles vieram de porta a porta porque era turma terceirizada. E disseram “Oh, vocês vão sair” e começaram a medir o que a gente tinha. Assim, as casas, terreno, o que tinha eles

mediram, fizeram uma planta, uma planilha e a gente não acreditou, né? Porque não imaginava que viesse uma construção de tamanha proporção, né? Pra cá! Que beneficiou muita gente, né? A gente não pode dizer que “NÃO” (Entrevista de Jane, 2017).

Sem sensibilizar adequadamente a comunidade, a Rede iniciou o processo de desapropriação e contato de forma abrupta, gerando aflição.

A informação da remoção era repassada pela equipe da empresa terceirizada no ato de medição das casas e lotes, sem mais detalhes. Jane sentiu falta de um cuidado maior e respeito com as pessoas.

Porque assim, eles não vieram e disseram “Aqui vai ser isso”, não. Já veio uma equipe medindo [...] Sem dar explicação. Depois a cada um que vinha, que vinha e mediam, aí eles diziam o que aí ia ser feito, mas eles não chegaram assim “vamos juntar a comunidade e vou passar o que vai acontecer aqui”, não. “óh, vai acontecer aqui... vai ser construído um estádio”, não. Eles não vieram e disseram isso pra gente, não. Eles só vieram e começaram o trabalho dele. **Não queria saber se a gente tava querendo ou não querendo, não. Até mesmo porque, como éramos invasão pra eles, não tinha importância nenhuma, entendeu? Era muito mais fácil tirar. Então o que desse tava dado. A importância que fosse dada eles tinham que sair satisfeito ou não. Foi o que aconteceu com muitos. Muitos foram bem indenizados, outros não. Mas até então a gente não podia fazer nada. Era pegar e sair caladinho** (Entrevista de Jane, 2017).

Ela salientou que a condição dos moradores como “posseiros” produzia significados de menor valor e pouco respeito, por isso os funcionários da empresa terceirizada, como o próprio Estado, não tiveram cuidado ou zelo no trato. Para Scott (2012), essa é uma das primeiras “táticas” que se colocam em prática pelos agentes do desenvolvimento ao produzir a “desmoralização dos indivíduos”, da população atingida. Além de ser um evento de desrespeito à dignidade da pessoa humana.

Entravam nas casas sem pedir permissão. Posteriormente, a negociação também os colocava em uma situação desfavorável, pois estavam em uma posição inferior, restando pouca margem para negociar, “era pegar ou largar”, nas palavras de Jane.

O processo de medição e topografia foi muito cansativo e gerou confusão em decorrência de erros, segundo Valério:

Foi, foi cansativo. O Estado contratou firmas terceirizadas pra fazer topografia, pra fazer medições da casa, etc. e tal. Então, houve muita confusão porque fizeram o levantamento errado, medidas erradas. Então, teve muito isso mesmo. Muito, muito mesmo. Então, foi muita [confusão] (Entrevista de Valério, 2017).

Ao que parece, o fato de ter sido uma firma terceirizada e despreparada a realizar o primeiro contato provocou muita dificuldade de diálogo e de troca de informações adequadas, gerando insatisfação e angústia em alguns moradores.

Esse relato mostra como a Rede determinou, ainda no tempo do planejamento, a contratação de empresas terceirizadas como mais uma estratégia do processo.

A “terceirização” blinda os agentes do desenvolvimento dos primeiros desgastes e de conflitos direto com os atingidos. Por outro lado, também pode se constituir em uma forma de suprir a deficiência técnica, a redução de custos e precarizar ainda mais o processo de remoção forçada.

Os excessos de poder ou desrespeito que possam provocar também são terceirizados, deixando de ser responsabilidade exclusiva e imediata dos agentes. Ao terceirizar se contrata “*experts*” para a limpeza, feita de maneira profissional: a Topografia (delimitação das posses e identificação), o Cadastramento (especificação dos elementos das benfeitorias indenizadas), e a indenização são racionalidades técnicas específicas. Seguindo também, a estratégia comunicacional de silenciamento, de informações restritas, desmerecimento da indenização, que é fortalecida pela desmoralização sobre a população atingida, tratados como “invasores”.

Segundo Luiz e Valério, o governo não mandou nenhuma assistente social, ou apoio nesse sentido, omitindo-se completamente nesse primeiro momento. A imprensa, por outro lado, logo apareceu e acabou sendo vista como um canal possível para reclamações.

Para Luiz, o levantamento topográfico foi feito para apresentar a viabilidade da localidade para a FIFA, servindo para a cidade se mostrar apta como escolha. Assim, o governo estadual precisava saber o quanto seria gasto, e, por isso, fizeram “*um levantamento topográfico pra saber o que tinha na área. Mas era uma terceirizada. Ninguém sabia quem era nem pra que*”. Nesse primeiro momento, poucas informações eram repassadas.

Não. Isso foi pra poder apresentar à FIFA. Quando eles fizeram o levantamento, levantaram o custo, disseram quanto tinha e o que tinha, de que forma tinha e que a terra era boa e que ali ia ser uma Cidade da Copa, não era um estádio de futebol. Que até hoje lá tá o terreno ocioso. Lá foi usado 40 hectares de terra. Tem 120 sem fazer nada! Tudo que era meu tá lá dentro do mato. Nenhum pé de mato meu que eu plantei foi cortado ainda. A casa desmancharam porque o pessoal desmanchava tudo as coisas (Entrevista de Luiz, 2017).

Após confirmar que a cidade de SLM iria ser a subsele, e depois realizarem as medições e começarem a cadastrar, o governo proibiu o plantio de qualquer nova cultura. Para exercitar o controle, colocou a polícia militar patrulhando dentro da comunidade, circulando e fazendo intervenções junto aos moradores.

Aí, quem foi pra lá foi a polícia dizer que não ia fazer mais, que ninguém fizesse mais nada lá porque ia ser indenizado. E passou-se um ano. [...] Um posto olhando a gente. [...] Pegaram uma viatura e botaram lá 24 horas. Rodando pra lá e pra cá. Só não andava nas outras estradas quando chovia muito porque não tinha acesso (Entrevista de Luiz, 2017).

A chegada da polícia ao local, para inibir qualquer ação dos moradores, trouxe mais indignação e constrangimentos. Para Luiz, o monitoramento causou, praticamente, um ano de “tortura”.

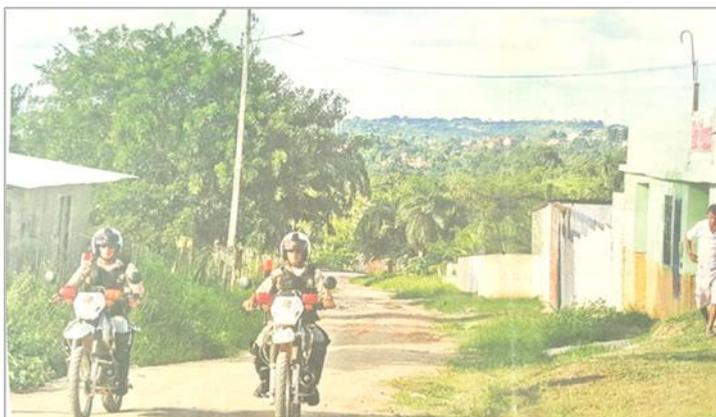
Valério foi outro a confirmar sobre o papel da polícia em amedrontar as pessoas, principalmente as que moravam onde hoje fica a Arena Pernambuco, “*pra intimidar. Dizer que, ‘de fato, é do governo’. ‘Não façam nada mais’. ‘Ninguém vai mais pra canto nenhum’ Pra intimidar*”. Com a fiscalização e o policiamento, os agricultores não podiam mais plantar, embora ainda não tivessem recebido nenhum valor financeiro do governo:

Que não podia construir, não podia plantar, não podia fazer mais nada. E sem nenhuma conclusão do governo, por parte do governo, em relação a indenização, a metragem, a tudo, todas as benfeitorias que foram feitas. Sem nenhum retorno disso, **a polícia tava lá nos amedrontando** (Entrevista de Valério, 2017).

Sem plantar ou executar qualquer atividade em suas posses, os transtornos financeiros para os moradores, agricultores, apareceram. Assim, a Rede aumentava ainda mais a pobreza de alguns e criava-se a ideia de um ócio falso, propício a ser usado como uma maneira para “desmoralizar” ao criar um imaginário de que, ali, ninguém fazia nada.

A reportagem veiculada no Jornal do Commercio, em 10 de maio de 2009, intitulada “Tensão na Cidade da Copa”, escrita pelo jornalista Carlyle Paes Barreto, retrata a situação de apreensão por causa das rondas policiais (Figura 82) para evitar novas construções.

Figura 80 – Patrulhamento em Jardim Penedo de baixo



Fonte: Jornal do Commercio, de 10 de maio de 2009. (2009)

A reportagem trazia o depoimento de um casal de idosos, Paulo e Lenilda, ambos 60 anos, agricultores, moradores de um pequeno sítio por quase dez anos, comentaram: “*Nem um saco de cimento entra. A casa da minha vizinha está inacabada. Até comida para os animais estão proibindo*”, disse dona Lenilda à reportagem. O casal tinha cinco filhos, e queriam aumentar a casa, construindo mais um quarto. De acordo com ela, a renda deles vinha do bolsa família, R\$ 62,00 reais, do Programa do Governo Federal Bolsa Família, e da produção na terra. “*Vivemos do nosso trabalho, dos porquinhos que criamos, da lavagem de roupa e do que a terra nos dá. Por que, essa FIFA quer mexer com quem está quieto?*”, questionou dona Lenilda. O marido também reclamou: “*Sou agricultor e meu trabalho sempre foi braçal. A gente escuta boato que o Governo vai tirar a gente daqui e isso preocupa. A gente não quer viver em um apartamento. O nosso mundo é um sítio*”, Paulo Justino (Figura 83).

Figura 81 – Casal de idosos moradores de JBP reclamam da Fifa e do Governo



Fonte: Jornal do Commercio de 10 de maio de 2009.

No momento dessa reportagem, os moradores não tinham conversado com o Governo. De acordo com Luiz, também entrevistado nessa matéria: “*tudo que sabemos é o que saiu na imprensa. Meu celular não para de tocar. A todo instante, os moradores ligam para saber se tem alguma novidade*”. Chama a atenção a fala de um morador, Osvaldo Barbosa, eletricista: “*Não podemos lutar contra o governo. Uma solução tem que ser encontrada. Não dá para passar pela mesma ponte, um tem que ceder lugar a outro*.” De acordo com a reportagem, Osvaldo estava ciente de que a vinda da Copa 2014 “desenvolveria” muito a região, e seria benéfico para ele, prestador de serviços (JC, 10 de maio de 2009).

A menção ao “desenvolvimento” da área representava qualquer mudança no espaço capaz de resultar na melhoria da infraestrutura comunitária, uma vez que a gestão pública havia

“abandonado” o terreno. Os moradores sabiam que o terreno era do Estado e isso gerava um sentimento de resignação, intimidação e imobilidade, pois se sentiam inferiores ao projeto e distantes do suposto desenvolvimento que ele representava.

Nessa mesma reportagem, Luiz afirma: “*A gente sabe que há um projeto que vai desenvolver a região. O que tem sido ruim é a forma como a situação está sendo conduzida até o momento, deixando todo mundo que mora aqui aflito.*” (JC, 10 de maio de 2009). Nesse discurso, o desenvolvimento é visto como avanço e progresso, aos quais os indivíduos não possuem “legitimidade para ser contra” (NISBET, 1991; CAVALCANTI, 2014).

Valério mencionou a importância da imprensa ao se referir ao processo de luta e de obter mais detalhes sobre o futuro de Jardim Penedo de Baixo, pois, seis meses depois do anúncio, o diálogo com o governo começou, provocado pela comunidade organizada:

[...] acredito que foi de seis meses em diante que foi que veio ter uma aproximação porque buscamos. Que a gente via a hora de chegar os trator lá e derrubar tudo e o governo não fazer nada. [...] A comunidade se organizou, se conscientizou de que a única arma que tínhamos era a imprensa devido ao grande evento que ia ser aqui, entendeu? Devido esse grande evento, a comunidade se reuniu, viu que de fato chamando a imprensa o governo ia ter que dizer algo (Entrevista de Valério, 2017)

Das medições até o processo de pagamento das indenizações, Valério supõe ter durado por volta de 8 meses¹⁴⁹. Luiz disse ter durado quase um ano.

Os relatos mostram como a população atingida não passou por um processo de sensibilização, respeito e cuidado. A Rede não estabeleceu um canal de comunicação efetiva. Essa forma somente existiu quando se tratava de atingir o “padrão FIFA”. Quando os moradores, amedrontados, foram conversar com o Estado, apenas tinham medo de perder “tudo”. O fato de terem sido os primeiros atingidos os deixou muito mais vulneráveis, sem o apoio de uma rede de contestação, essa, formada apenas em 2011, quase um ano depois da remoção.

5.1.1 A negociação e a resistência reduzida

Após os eventos de topografia e da polícia, a comunidade procurou ficar mais unida e se organizar ainda mais em torno da Associação, pois a gestão estadual se manteve ausente no primeiro momento, e as especulações provocavam mais aflição entre os moradores:

¹⁴⁹ Nos cadastros realizados pela empresa terceirizada contratada pela CEHAB, a data entre mensuração dos terrenos e benfeitorias e a assinatura no Termo de Aceitação (parte do laudo no cadastro) ficou entre abril de 2009 até final de maio e início de junho de 2010. Não foram informadas as datas de pagamento.

Cansativo, estressante, muita especulação, o governo prometia que ia mandar alguém, mandar equipes lá pra nos esclarecer de algo, mas tudo que a gente sabia era através da imprensa, da televisão (Entrevista de Valério, 2017).

Era por meio da imprensa que os moradores obtinham detalhes sobre os planos destinado ao seu lugar de moradia. A comunidade começou a procurar os órgãos responsáveis e a solicitar reuniões.

Não, aí depois que a coisa foi caminhando, então, a gente mesmo da comunidade que se juntava. Íamos no carro de um, de outro. Mas aí a coisa já tinha caminhado, tava se aproximando já quase um ano de expectativa, entendeu? Aí, lógico, chegou ao ponto que, de fato, eles tinham que atender lá a gente. Depois da gente pressionar, de chamar a imprensa, de prometer botar fogo na BR, de fechar a BR, depois de várias coisas assim foi que eles receberam a gente (Entrevista de Valério, 2017).

Os moradores com condições davam carona e articulavam estratégias para participar dos encontros. Conforme Valério, a “pressão” que fizeram chamando a imprensa e prometendo “botar fogo na BR-408”, fez com que eles fossem atendidos por uma equipe do governo e começassem a negociar.

Luiz menciona a realização de cinco audiências na sede do governo, no Palácio Campo das Princesas.

Chegamos a ir ao Palácio até cinco vezes. Porque houve toda a questão. O governo teve lá pela primeira vez e fez um levantamento. Subestimou quanto tinha, designou o capital de desapropriar. Depois ele foi, plantou lá um posto da polícia e disse "aqui ninguém constrói mais nada porque eu quero a área". E aí passou a ter um posto da polícia monitorando os moradores. E isso foi ruim pra gente. Aí, passamos um ano de tortura (Entrevista de Luiz, 2017).

Uma reportagem de 8 de outubro de 2009, no Diário de Pernambuco, descreve os comentários desse momento narrado por Luiz. O título da reportagem é: “O primeiro acordo”, escrita pelo Jornalista Cassio Zirpoli, e trata de “uma disputa que se arrasta há quase nove meses, envolvendo a posse do terreno [...] foi encerrada ontem”.

A reportagem mostra o impasse predominante desde o começo sobre o número de famílias atingidas, que, segundo os representantes da comunidade, eram mais de 450 famílias, e o governo alegava o número de 52 famílias localizadas na área da Arena. Nessa reportagem, o presidente da Associação dos moradores é mencionado como Josenildo Pedro (mecânico) e o vice-presidente, Alysson Gomes de Assis. Este último alegou que, há cinco meses, tentava uma reunião com o governo. Ricardo Leitão e mais dois representantes da comunidade, entre eles Luiz e um advogado da Associação, ficaram reunidos no Palácio do Campo das Princesas,

onde o secretário da Casa Civil, Ricardo Leitão¹⁵⁰, explicou o projeto, deu garantia quanto à indenização e anunciou a intenção de realizar um novo cadastramento para chegar ao acordo. Na reportagem, o vice-presidente Alysson¹⁵¹ relatou sobre a população de Jardim Penedo de Baixo “ter a consciência” da provável saída. Segundo ele: “*Nós sabemos que vamos sair. Também queremos a Copa, mas também pensamos em nossa vida. E depois que a gente sair de lá? Precisa haver uma requalificação*” (Alysson, Diário de Pernambuco, A12, 8 de outubro de 2009).

Na Figura 84, no canto inferior direito, está Luiz, na época sendo um dos representantes da Associação dos moradores.

Figura 82 – Reunião entre Associação dos Moradores Jardim Penedo de Baixo e Ricardo Leitão



Fonte: Diário de Pernambuco, 8 de outubro de 2009 (2009)

A Associação de moradores também serviu como local dentro da comunidade para reuniões com o representante do governo, quando, organizados coletivamente, os moradores contrataram um advogado. Várias reuniões aconteceram na Associação, outras idas ao Palácio das Princesas, à CEHAB e, posteriormente, à PERPART.

Após as medições, Valério e Luiz expuseram a ocorrência de erros para menor valor das benfeitorias e a comunidade começou a ser mobilizada. Dona Zezita, dona Iracema e Valério se lembram de uma das primeiras reuniões quando anunciaram a remoção:

¹⁵⁰ Meses depois, Ricardo Leitão é designado como secretário extraordinário da Secretaria Executiva da Copa (SECOPA).

¹⁵¹ Tentei contato com ele, sem obter sucesso.

[...] Aí quando foi pra chegar, aí chegou, passou na comunidade. Avisou que os morador ia sair, ia ser indenizado. Ia sair porque ia fazer o campo, a Arena. E à parte ia fazer hotel, ia fazer posto médico, posto de gasolina e tal. Aí nesse período até a gente teve um debate com o rapaz da CEHAB de Campo Grande que ele vinha pra reunião lá dessa Associação. Era o secretário de, do Eduardo Campos, governador. O doutor, [...], não sei o quê Leitão. Aí, eles foram também nessa reunião e disse que a gente ia sair. Só que ia ser indenizado. **Ia ser primeiro a taipa e depois pro lado da gente, entendeu? Primeiro uma parte, depois era indenizado a outra** (Entrevista de Dona Zezita, 2017).

Ah, eles fizeram muitas reuniões, teve muitas reuniões pra poder a gente ser convencida pra poder sair, né? Porque a gente ia sair, queira ou não a gente ia sair (Entrevista de Dona Iracema, 2017).

Recebemos visita, sim. Recebemos visita. Poucas informações. Pouquíssimas informações. Então, ninguém dava informação de nada. Ninguém nos orientava em nada. Em nada mesmo. Aí a gente queria que desse uma notícia, queria ir atrás, fazia reunião. Tivemos depois a reunião na CEHAB. Depois quando a coisa foi se aproximando mais pra começarem as obras foi que a gente saiu de lá praticamente expulsado (Entrevista de Valério, 2017).

Os relatos mostram como a falta de informação foi determinante para a união da comunidade em busca de explicações, sendo necessário muitos enfrentamentos e ações para se ter noção dos impactos. A única certeza dos moradores, nesse momento, como colocou dona Zezita, era a de que “eles iriam sair”.

Assim, a negociação precisava acontecer em virtude dos erros constatados nas medições e nos valores divulgados. Luiz, como presidente da Associação estava ciente da necessidade de intervir e lutar por melhores condições e valores para os futuros removidos, o que significou procurar equiparar preços de árvores frutíferas (coco, manga, etc.) com idades diferentes. A negociação estava relacionada ao quanto iria ser pago pelas casas, cercas, tanques de peixes (benfeitorias) e pelas culturas, ou seja, nem tudo podia ser negociado. A permanência no lugar, por exemplo, em nenhum momento esteve cogitada para agregar valor à indenização. Era uma negociação reduzida, “para não sair sem nada”.

Se a terra no solo brasileiro havia virado uma mercadoria, depois da lei de terra, como expressou Rolnik (1997), ela possuía um duplo princípio: o de satisfazer necessidades e o de ter uma utilidade. Nas palavras de Karl Marx, no clássico livro “O capital” (1996), teria um valor de uso e um valor de troca. Porém nessa negociação, apenas o valor de troca tinha sido expresso. A vida, o cotidiano, as sociabilidades estavam reduzidas e identificadas apenas com as “benfeitorias” visíveis sobre a terra, e uns tinham mais “benfeitorias” do que “outros”. A negociação não estava baseada em um padrão de justiça social, não se procurou respeitar o valor da moradia. A moradia não se trata de um “bem”, mas tem um valor relacionado a toda uma

dinâmica que envolve o indivíduo e sua família no contexto do acesso a outros direitos, como à saúde, à educação, ou seja, excede o significado econômico.

Foi preciso mobilizar a comunidade para buscar mais valor sobre as “benfeitorias”. De acordo com Luiz, o governo iria pagar um valor diferenciado para as casas em virtude do material construtivo. Se fossem de alvenaria, com cerâmica, laje, telhas, se receberia um valor maior, e menor, caso fossem de “taipa”; porém a partir da “negociação” ocorrida nas reuniões, chegou-se a um novo acordo.

O governo usava uma tabela como parâmetro para o metro construído, a da FETAPE¹⁵², segundo Luiz. Nessa tabela estavam orçados os valores:

[...] E a outra coisa foi, casa de taipa e de lona, essas coisas, na tabela da FETAPE ela tinha um valor. Acho que era de 176 reais o metro quadrado. E a casa de alvenaria de 560, com revestimento. Mas ainda tinha um outro valor. Aí a gente negociou. O governo foi esperto aí, porque essa negociação, ele não investiu. Ele trouxe o de cima pra o meio e trouxe o de baixo para o meio. Então, ele juntou, fez uma média e todo mundo foi indenizado ao metro quadrado em 350 reais (Entrevista de Luiz, 2017).

Para ele, a negociação favoreceu mais ao governo, porque a mensuração foi feita em cima da média, e, de certo modo, trouxe uma pequena melhoria na situação de quem possuía uma casa com padrão construtivo baixo. Desse modo, independente do metro do material usado, o valor pago, ficou em R\$ 360,00 reais por metro quadrado.¹⁵³

Outra suposta “vitória” conseguida para os moradores teria sido a equidade, em termos da idade da árvore, para o pagamento das culturas. O governo pagou o mesmo valor para as árvores frutíferas independente de sua idade, dando-se destaque para os coqueiros, pagos pela unidade, um valor de R\$ 530,86 reais.

Dona Zezita afirmou que a equiparação trouxe contentamento para os moradores:

Então, ele veio e falou que quem tava indenizando os pés das frutas por um preço e que fosse aquele precinho baixo aí o governador Eduardo Campos mandou dizer que quem fosse indenizado os pezinho de coco, aquele preço que era pequenininho ia ser o preço do grande, frutando. Porque o pequeno nasce, a gente planta, cresce e vai por fruta. **Ia ser tudo igual. Aí, o pessoal saíram em festa** (Entrevista Dona Zezita, 2017).

¹⁵² Fui em busca da tabela na Federação dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado de Pernambuco (FETAPE) vigente em 2009 e 2010, contudo fui informada que essa não foi encontrada em virtude da mudança de gestão, e não se tinha conhecimento sobre ela.

¹⁵³ De acordo com o cadastro da CEHAB, a ser discutido em outro tópico, o governo pagou R\$ 340,00 por construção; por cerca R\$ 13,45 e muro R\$ 50,00. O coqueiro foi pago por unidade o valor de R\$ 530,86.

A mesma “festa” não aconteceu com relação aos piscicultores. A negociação só foi favorável ao pagamento dos tanques revestidos em cimento. De acordo com Luiz, os piscicultores foram prejudicados por causa de “um mentiroso e aproveitador na história”, se referindo a um morador que disse ao negociador do governo possuir mais de 360 mil peixes.

Aí alguém, houve um mentiroso e aproveitador na história. Ele disse que tinha como avaliar os peixes. Foi feita reunião com os piscicultores e como avaliar. Aí chegou um moço lá e disse que tinha 360 mil peixes. Aí o cara: "pô, você tem mais peixe de que no mar!" (Entrevista de Luiz, 2017).

O representante do governo ficou surpreso com a quantidade de peixes dito pelo morador. Todavia, disse pagar se o morador mostrasse a nota fiscal da ração comprada para alimentar a quantidade de peixes mencionada:

Não precisa ser nem engenheiro pra saber que uma área comporta tanto de tanto. Se é natural ou como é. Disseram: “Ah, é? Tá, não tem problema nenhum, não. O peixe que tiver a gente paga. Traz a nota fiscal do que tu alimentar. Agente paga pela nota fiscal”. Ele alimentava com o quê? Ele não comprava ração. Ele dava restos de coisas. Então, ele não teve como receber os peixes dele. Então, todos os piscicultores foram prejudicados por um vizinho. Porque a gente não recebeu porque não chegou a articulação porque o governo botou o pé e disse “não, eu pago. Não vou deixar de pagar” (Entrevista de Luiz, 2017).

A maioria dos piscicultores alimentavam os peixes com sobra de comida, não tinham nota fiscal para provar e assim, receber o valor devido. Nesse sentido, Luiz disse ter sido prejudicado, pois sua produção lhe rendia o valor de quatro mil reais por mês, com o uso dos 12 tanques, mas conta que, devido a essa situação, nada foi pago pelos peixes, nem por outros animais. Apenas o material gasto para revestir os tanques foi contabilizado. Luiz vendeu o que pôde e jogou o resto dos peixes no rio Capibaribe, os outros animais (galinhas, porcos, patos, etc.) tiveram um destino parecido: ou vendidos ou doados. Apenas os cinco cães continuaram com ele.

Para ilustrar, seguem-se duas Figuras 85 e 86 retiradas do EIPCA (2010), nas quais se pode ver os tanques, porém sem a referência do proprietário:

Figura 83 – Prospecção de tanques



Fonte: EIPCA (2010).

Figura 84 – Prospecção de viveiros de peixes



Fonte: EIPCA (2010).

Nas indicações, os arqueólogos distinguiram os criatórios dos peixes a partir dos materiais usados para construí-los. Sendo considerado como tanques, os revestidos, e os, escavados, apenas como viveiros. Porém em outra imagem (Figura 87) a distinção não acontece.

Figura 85 – Prospecção de viveiros de peixes



Fonte: EIPCA (2010).

As figuras acima servem, também, para se perceber as distinções em termos do poder aquisitivo interferindo no padrão construtivo e investimento dos piscicultores. Os proprietários

de viveiros não foram indenizados, pois o governo os considerara como “buracos no chão”. Mais uma estratégia eficiente dos agentes da Rede em reduzir o trabalho do posseiro a nada.

Como ninguém saiu “sem nada”, os interlocutores tinham a sensação de que houve negociação e vantagens. Dessa forma, é preciso reconhecer como os moradores tentaram garantir melhores condições e usaram estratégias, táticas e formas de agir.

Por exemplo, Jane afirmou que o fato de terem conseguido “negociar” foi muito importante e determinante para considerar a satisfação com o valor recebido, pois, se não tivessem lutado, receberiam um valor bem inferior.

Essa foi assim, foi uma vitória que a gente conseguiu tanto que pessoas que só tinha uma casinha de taipa, mas tinha uma fruteira, tinha muitas fruteiras, a indenização foi muito boa, cem mil, oitenta mil. [...] essa foi nossa vitória. Acho que foi a primeira e a única. Porque depois, aí, então, a gente foi só saindo mesmo. O pessoal recebendo e saindo e tinha que desocupar (Entrevista de Jane, 2017).

Essa “vitória”, ela considera como a única, pois como posseira, tinha apenas uma opção de “aceitar” e não “resistir”. O fato de terem conseguido negociar era uma vitória política, de luta e, de certo modo, de resistência, a qual interpreto também como reduzida. Uma vez que não se lutava pela permanência na comunidade, considerada improvável pela maioria desde o início.

Lutei, ajudei muito, **fiz a minha parte**. Eu acho que eu saí daqui, é como se fosse com a missão cumprida. É porque eu lutei até o final. A ponto quando chegou a hora que eu precisei, eu não tinha mais pra onde correr, entendeu? Porque ia ser uma **indenização que não ia ser satisfatória pra ninguém e eu fui lá pra dentro, pra PERPART, com o pessoal da associação e a gente lutamos juntos a ponto da gente fazer o seguinte** quem vai ser indenizado as casas vai ser indenizado por... como eles queriam indenizar uma casa de taipa por uma casa de alvenaria com mesmo valor, a gente fez um acordo, as árvores, as fruteiras, seria indenizada da mesma forma, que fosse pequena e que fosse adulta e eles concordaram. **Então ali foi uma vitória nossa** (Entrevista de Jane, 2017).

Embora a situação dos moradores fosse muito mais frágil diante da Rede, houve tentativas por parte deles para diminuir o impacto em suas vidas.

Assim, a Rede obteve uma a negociação vantajosa ao reduzir conflitos e resistência em virtude de suas ações terem ocorrido no tempo do planejamento, sem a contestação ou participação do Comitê Popular da Copa¹⁵⁴ e sem interferência do Ministério Público que poderia ter dado algum apoio aos posseiros. É de se perguntar se houve realmente uma

¹⁵⁴ Pesquisadores do FAGES e os envolvidos no Comitê Popular da Copa, relataram que muitas pessoas atingidas em Camaragibe, no Loteamento São Francisco saíram de suas casas porque se sentiram coagidas, sofriam ameaças das empresas terceirizadas encarregadas de cumprir com a retirada, isso durante o tempo de execução das obras iniciado mais intensamente no final de 2010 (MOURA, 2014; LEMOS JR, 2014).

“negociação”, quando se sabia que o Estado era quem daria a palavra final, minando qualquer empecilho e evidenciando a assimetria entre as partes envolvidas. A Rede dava como certo a resolução de todo conflito.

A resistência reduzida se mostrou como um campo com poucos parceiros para diálogo, provocando uma total dissimetria dentro do cenário de resoluções e indenizações. Tratados como “ilegais” e menos respeitados desde o começo, a única coisa a negociar eram as benfeitorias. A mobilização coletiva era uma alternativa válida, principalmente, para quem investiu alto na terra e muito mais necessária para os “pequeninhos”, os mais prejudicados com todo o processo de remoção forçada, aumentando, desse modo, o fosso das desigualdades sociais.

5.1.2 Itinerários do processo de indenização

De acordo com Luiz o processo de indenização foi feito por etapas. O governo começou pelas propriedades próximas a BR-408, na área onde, hoje, fica a Arena e os estacionamentos, e foi seguindo no sentido do bairro de Penedo (SLM). Ele foi indenizado na segunda etapa. O pagamento acontecia depois do levantamento e do cadastro realizados.

O pagamento começou na margem da BR. Todo o que tava próximo ao posto de gasolina foi vindo e ia por etapa. Toda semana pagava-se uma quantidade de gente. Fazia levantamento, ia lá, consultava, se acertava, via o que era de fato. Era feito pessoa por pessoa. Ia lá uma pessoa, lá da... CEHAB. [...] Da CEHAB. E aí ia as pessoas da CEHAB ia, fazia o levantamento e a pessoa vinha fazer o relatório, tal, com foto, com tudo e assinava pra dar entrada. Aí semana seguinte vinha o cheque dele. E ele ia receber. Então, isso foi feito assim. Isso demorou meses pra se pagar. Então, chegou (Entrevista de Luiz, 2017).

Jane também comentou sobre a rapidez do processo de indenização, depois que o cadastro e a avaliação foram feitos. O Estado dividiu em etapas, chamava as pessoas e pagava em blocos:

Foi rápido porque era por etapa, uma quantidade de pessoas iam, eles chamavam e... quando a medição tava concluída, quando fechavam a medição completa aí chamava a pessoa, dizia. Agora assim, eles não davam a oportunidade pra você se defender, eles chegavam pra você e dizia “Seu valor deu 60 mil”. Se eu dissesse “ah não quero não”, eles “ah problema é seu, se você não quer você vai perder, tu vai lutar na justiça”. Entendeu? Vocês num tinha muito o que argumentar, não. **Era pegar e pegar** (Entrevista de Jane, 2017).

Nesse momento da avaliação não havia negociação. Segundo ela, era “pegar e pegar”, o que limitou demais os valores atribuídos às benfeitorias, as fruteiras, tubérculos e hortaliças.

Essa forma de agir “fragmentada” da Rede foi uma estratégia eficiente que diminuiu a intensidade da resistência dos moradores. Por etapa, tornou-se mais fácil “controlar” e ser coercitivo. A empresa terceirizada procurou tratar de forma individual, após a medição da posse e cadastro, assinava-se o termo e aguardava-se o cheque, se os documentos pessoais estivessem corretos. Dessa forma, as pessoas aceitaram mais rapidamente com medo de levar para a justiça e perder tempo com o processo, além da possibilidade de não receber nada por serem considerados “ilegais”.

Mesmo assim, Jane considerou ter havido boas indenizações para alguns, porém acredita que outros mereciam receber bem mais.

Tinha pessoas também que tinha uma casinha simples, humilde, mas era, ela morava alí... ela não saía dali à tardinha e ia pra outra casa, não. Ela morava alí. E essas pessoas não foram bem indenizadas. Teve esse outro lado. Teve uns que mereciam, do tipo, ganhar 200 mil, ganharam 120. Uma das pessoas aqui que era pra ter sido muito bem indenizada, João. João foi o primeiro, acho que os primeiros aqui, a família dele. E ele não foi bem indenizado, não foi justo a indenização dele. Ele com essa propriedade grande, mas tinha pessoas mais simples, mas era a casa dela, e ela recebeu (Entrevista de Jane, 2017).

Para receber o valor da indenização era necessário ter os documentos pessoais regularizados, algumas pessoas não os possuíam, e, novamente, a Associação ajudou no processo:

Como eu articulava essa condição, tinha gente que não tinha documento. Foi uma trabalhadora danada. Leva gente, traz gente. Com o meu carro velho, gastei muito, o meu carro velho dentro da lama, dentro dos buraco pra levar gente pra tirar documento, tirar identidade. Só viu mesmo um dinheiro... Nem CPF, tinha perdido, não sei. Como era que recebia se não tinha CPF? Então, o cheque vinha. Teve gente que veio o cheque e voltou. Porque não tinha CPF, não tinha documento pra receber (Entrevista de Luiz, 2017).

A busca pelo reconhecimento do Estado através dos documentos, era a conquista da “cidadania” para ganhar o “direito de perder” sua moradia e trabalho em alguns casos. As pessoas sem documentos eram as mais simples e mais vulneráveis.

Embora tenha existido uma boa negociação para alguns, e a Associação tivesse sido um bom canal de conversa entre moradores e Estado, o governo deixou de cumprir promessas e atender alguns moradores. Luiz destaca que a coisa mais lamentável foi o fato de não se ter

cumprido a última parte do acordo, com 130 famílias, essas, cujo valor recebido ficou abaixo de 32 mil reais, dinheiro insuficiente para comprar uma casa:

Nós fizemos uma negociação que achamos que tinha gente séria fazendo a negociação. Então, não chegou a ser feito isso em juízo porque da forma que tava sendo negociado, que o governo passou a ir pra Associação e fazer essa negociação lá. A gente não ia mais, não foi mais no Palácio, ele passou para ... Era o Ministério, a Secretaria de Educação, mas passou a ser tratado pela Secretaria de Habitação. **E depois ficou de secretaria em secretaria, porque quem paga quem não paga, quem negocia, quem conversa. Era uma coisa meio confusa, coisas de governo.** Aí chegou-se a um ponto de forma de indenizar. Então, quem ia receber uma indenização **abaixo de 32 mil receberia uma casa de um conjunto que tava sendo feito em São Lourenço. Um conjunto chamado “Minha Casa, Minha Vida”.** E esse conjunto tava sendo feito em São Lourenço, essas pessoas iam receber esses 32 mil menos, receberia uma chave de uma casa dessa lá. Esse conjunto não foi feito. Então, essas pessoas gastaram o dinheiro e ficaram à deriva! Hoje moram em margem de rio, moram em barracos, moram (Entrevista de Luiz, 2017).

Dona Zezita foi uma dessas pessoas. Ficou triste porque “*saiu numa boa*”, recebeu os 25 mil e não conseguiu comprar uma casa, mesmo depois de ter andado pelas ladeiras e “*batido tudo*”, mas só achou uma no valor de 28 mil. O marido faleceu e ela mora atualmente com a filha e o genro em uma casa muito pequena, e até agora, depois de sete anos, não teve nem auxílio-moradia como fora acordado. A narrativa expressa um pouco da sua angústia:

A gente saiu numa boa. Todo mundo saiu numa boa. Um ganhou mais, outro ganhou menos. Um ganhou e deu pra comprar uma casinha, outros não deu. [...] Saiu vítima! Só que a gente não tinha como provar, porque não gravou. Quem gravou mudou-se pra Serra Talhada. Aí não tinha contato com ele. E chamou-se de... o doutor Otávio não sei o quê Leitão que tinha na CEHAB. [...] Então, ele veio e falou [...] **Só que ele disse que quem recebesse menos de um total de 30 mil abaixo, se recebesse 30 mil e trinta centavos não tinha direito, mas quem recebesse de 30 mil pra baixo aí ia ter direito a uma casa própria, Minha Casa Minha Vida. E aí foi que a gente não teve esse direito, como era...** que, no caso, isso aqui é da minha filha, [...]. Eu vim morar mais ela aí, aí fiquei mesmo, que é filha, né? Fiquei aqui. Não pago água nenhuma, luz, só. Aí, então, disseram que tinha, aí não teve. [...] **Aí disseram: quem não desse pra atingir a meta de comprar uma casa ia ter um auxílio de moradia. Só que esse auxílio de moradia até hoje não teve. Eu sou uma pessoa que eu não gosto de, assim, muita gente, aquele tumulto de gente eu não gosto. Sou uma pessoa que gosto certinho das minhas coisas, primeiramente eu, segundo eu só, uma filha, um filho, assim.** Quando foi agora há pouco, tão fazendo cinco meses, que uma menina da CEHAB telefonou pra cá que era pra aparecer lá na terça-feira. Tá fazendo cinco meses. Aí fosse lá pra resolver um negócio de documento, queria falar comigo. Quando eu cheguei lá, procurei, ela deu o nome dela. Aí a gente falou, entremo. Ela atendeu a gente bem, disse: “olha, Dona Maria José, a gente mandou lhe chamar aqui na CEHAB porque é o seguinte, tem três Maria José da Silva. Uma tá recebendo auxílio moradia e a senhora e a outra não tá. A gente quer saber como é que vai ficar. Pra senhora assinar e me dar o seu documento”. Eu dei o documento, tá até aí. Ela botou o número da minha identidade, CPF, limpo. Aí eu disse: “eu fico com

esse?”. “Não, a CEHAB telefona pra senhora”. **E eu tô esperando isso até hoje** (Entrevista de Dona Zezita, 2017).

Dona Zezita fala isso com muita tristeza e sente falta de ter um lugar para suas coisas. Lamenta não ter recebido a casa prometida, pois gostaria de pagar a prestação dela: “*Eu queria tanto que saísse assim, eles mandasse chamar e saísse pra gente pagar Minha Casa Minha Vida porque pagava um pedacinho, mas a gente tinha o direito. Não é isso?*” (Dona Zezita, 2017).

Para Scott (2012, p.140), essa seria a terceira tática de desmonte: o abandono planejado. No qual os responsáveis pelo empreendimento esforçam-se para fugir da responsabilidade assumida com os atingidos.

Relembro que, para Luiz, existiam muito mais moradores do que o divulgado pelo Estado, chegando ao número de 489 famílias residentes em Jardim Penedo de Baixo, enquanto o Estado apenas considerou o número de 333 posseiros.¹⁵⁵ Dona Zezita não sabe dizer quantas pessoas estavam na mesma situação que a dela.

De acordo com Luiz, o governo prometeu para as pessoas a chave de uma casa em um lugar chamado Muribara, próximo ao Parque Capibaribe (SLM), mas não construíram nada até o momento e essa seria a última informação da qual tinha conhecimento: “*A prefeitura de São Lourenço nunca fez a vila. Nunca construíram nenhuma casa. Receberam o terreno, fizeram, fizeram. Até hoje tem esse terreno lá em Muribara, mas não construíram*”. (Luiz, 2017)

Nesse caso, o Estado, mesmo que não tivesse deixado um acordo oficial com os posseiros, deveria seguir as recomendações dos tratados dos quais o Brasil é signatário. Como foi dito anteriormente, segundo o CDESC (1997), deve ser assegurado o direito à moradia adequada, caso se esgotem todas as possibilidades e a remoção ocorra, deve ser feita garantindo a qualidade de vida igual ou superior ao que o cidadão possuía. Isso não aconteceu com os “pequeninhos”, os que receberam abaixo de 30 mil, esses, os mais vulneráveis e necessitados.

5.1.3 Interpretando a indenização: satisfeitos ou não?

De acordo com Luiz, embora tivesse ocorrido a quebra da segunda parte do acordo com os moradores mais vulneráveis, ninguém deveria ter ficado insatisfeito com a indenização,

¹⁵⁵ Esse desencontro será problematizado mais à frente, no tópico sobre os cadastros.

porque todos receberam um valor correspondente às benfeitorias em sua posse, e houve uma preocupação em pagar bem pelas culturas.

Lá não há ninguém que reclame de indenização! Ninguém. Porque foi feito da plantação, toda a plantação foi paga. Se você tinha um pé de amendoim foi pago. O que não foi pago lá foi carimba e açude. O governo disse “não, isso é da natureza”, que lá tem muita água, tem muita nascente (Entrevista de Luiz, 2017)

Luiz ainda comenta a satisfação de quem possuía um “barraco”, uma “subvida”, por receber um valor, como se isso já representasse algum benefício, sendo apropriado devido ao pouco investimento feito. Isso se torna um pouco contraditório, posto que ele mesmo diz lamentar a indenização baixa paga a essas pessoas, como apareceu acima.

Aqui é preciso considerar o lugar de fala de Luiz, como um representante atuante junto com outros moradores. Ele foi uma liderança dentro da comunidade e tinha uma boa articulação política, serviu sob o ponto de vista dos atingidos, como um líder ativo. De acordo com Ribeiro (2012), existem agentes dentro do campo do desenvolvimento chamados de intermediários.

Luiz era visto como um dos “grandões”. Sua indenização foi bastante expressiva e condizente com seu investimento:

Eu tinha lá, eu fui indenizado com a casa, 12 tanque de alvenaria, 10 pés de jaca, 16 pés de manga, 100 pé de acerola, 243 pé de coco. Macaxeira, essas coisas eu não fui indenizado, não. Acerola, pitanga, carambola, eu não lembro tudo, não. Mas aí tinha um bocado de, tinha um consórcio de fruteira. Pitomba, até umbu, sapoti. Plantei de tudo quanto era. Cacau, tinha até pé de cacau, pé de café, tinha de tudo (Entrevista de Luiz, 2017).

De acordo com ele, o valor recebido deu para comprar uma casa em Boa Viagem (um bairro de classe média e média alta de Recife). Isso lhe trouxe tranquilidade, além de que, voltou a trabalhar como técnico em mecânica industrial. Essa não foi a realidade de todos. Embora Luiz considere que o fato de ser uma “invasão” tornava qualquer ganho compensador. A questão é: e se fosse ele a ter recebido um valor baixo, isso iria interferir no modo como defendia a indenização como “boa”?

Esse sentimento de “receber” algo gerava uma confiança e diminuía a resistência. Para ele, a indenização esteve associada à “negociação” e por isso foi “bem-feita”: “*A forma de indenizar foi negociada. Foi bom. Todo mundo recebeu indenização lá e muito bem feita*” (Luiz, 2017). Aqui, mais uma vez ele fala a partir de um olhar sobre os valores altos recebidos.

Jane também comenta que algumas pessoas ficaram satisfeitas em sair porque as condições eram precárias em termos de mobilidade e equipamentos públicos (escola, praça, posto de saúde).

Tem pessoas que tão satisfeitas, né? Porque pelas dificuldades aqui que tínhamos na época, a gente pensava muito o que, os adolescentes ia chegar uma fase que ia precisar de trabalhar, porque o que ajudava a gente era o ônibus escolar. Então se você ia pro centro de São Lourenço, você pegava o ônibus escolar. [...] Eles diziam “Não pode levar não, mas vamos”. Aí levava o pessoal e pra você vir, você se virava. [...] Aí pegava o pessoal, os alunos. E dava carona a gente. A gente ia. Pra vim a gente se virava ou então esperava o ônibus voltar (Entrevista de Jane, 2017).

Para alguns, sair da comunidade sem infraestrutura era um destino certo. Jane considerava que a única coisa boa vinda com a Copa 2014 foi sua indenização, pois o dinheiro ajudou na criação de suas filhas. Para ela, a saída da comunidade já era algo previsto por causa da dificuldade de mobilidade, as filhas sofriam muito para ir para a escola. Jane acreditava que, se continuasse na comunidade, as filhas, cedo ou tarde, precisariam morar em outro lugar.

Beneficiou a muita gente, mas assim... pra mim não foi muita... a única coisa que veio de bom, como posso dizer, é minha indenização. Porque, quer queira quer não, eu gostava daqui, mas me ajudou muito, porque eu tenho duas filhas e eu tinha essa necessidade, que eu sabia que a mais dias ou a menos dias, eu ia ter que me desligar das duas. Porque eu tinha... eu ia permanecer morando aqui, mas elas não iam permanecer mais comigo pelas dificuldades que tínhamos aqui dentro, entendeu? Então assim, foi bom, foi justo, pra mim foi bom, entendeu? Mesmo não ter sido um valor que eu esperava, mas foi bom, me ajudou (Entrevista de Jane, 2017).

Ela pensava ter recebido um valor justo e um dos benefícios do megaevento foi a duplicação da BR-408 e o acesso das pessoas de Cosme Damião (bairro de Recife-via ponte) a São Lourenço da Mata.

A associação entre a indenização a um valor justo deve-se a possibilidade de compra de outro imóvel. Sobre isso, Jane acrescentou ter conseguido comprar outro imóvel com sua indenização, porque recebeu o dinheiro antes do aquecimento imobiliário (especulação do preço), referindo-se ao aumento no valor das casas do entorno depois do início das obras da Arena.

Na época que a gente saiu daqui, que eu fui indenizada, não tava aquele 'BUM' não, sabe? Tava aquela explosão não. Porque, tava todo mundo caladinho ainda, até então ninguém sabia. Que ninguém tinha conhecimento... na realidade muita gente não tinha conhecimento da proporção de famílias que tínhamos aqui dentro. Achava, quem passava na pista, achava que era meia dúzia de casas, não imaginava que fosse umas trezentas ou mais famílias, entendeu? Aí a gente ainda conseguiu comprar, do tipo, eu recebi 150, comprei um terreno por 70 mil, praticamente 50% aí o restante eu investi, fiz os tanques, fiz as coisas (Entrevista de Jane, 2017).

Os interlocutores que conseguiram comprar outra moradia expressaram a experiência como positiva, apenas Dona Zezita, conforme acima referenciado, mostrava-se triste e descontente, além de trazer relatos de outras pessoas na mesma situação. Infelizmente não consegui ter contato com essas pessoas. Os demais interlocutores conseguiram comprar casas, apartamentos e terrenos com o valor indenizado.

A representante da Comunidade Obra de Maria (cuja indenização foi um montante de mais de um milhão¹⁵⁶ de reais) afirmou que “*indenizaram muito direitinho, sem trauma, sem nada. Pagaram tudo! Foi tudo tranquilo, que a gente tem um trabalho na igreja, né?*”, ela não soube informar detalhes das benfeitorias. Durante a entrevista mostrou-se muito cuidadosa em expor detalhes sobre o assunto. O valor alto recebido pela instituição chama muito atenção e posteriormente será retomado.

Por essas colocações, é possível encontrar as nuances, as desigualdades sociais no processo de remoção forçada promovido pela Rede. Quem mais teve recursos investidos, mais recebeu. Seria então errado pensar que os mais necessitados, os que moravam em uma situação mais precária, pudessem ter o direito a receber um valor que permitisse a compra de uma moradia adequada? Que esses “invasores” deveriam ter recebido maior assistência? Ou seja, que houvesse justiça social nesse processo todo?

Os mais vulneráveis estavam mais uma vez sem casa, sem moradia e sem a capacidade de gerar renda (os agricultores). Contudo, toda essa injustiça não foi capaz de provocar uma resistência maior por parte dos moradores.

Valério, assim como outros, disse que todos saíram de maneira pacífica, possivelmente em decorrência de ter a presença constante da polícia (coerção), inibindo mobilizações nesse sentido.

Esses elementos dão sentido à experiência e ajudam na compreensão do processo de remoção. Exponho, mais uma vez, que, somente a partir do inquérito civil (MPF, 2015), consegui perceber como as desigualdades sociais, se comparadas pelo valor indenizatório pago, foram expressivas. Atento para o fato de minha pesquisa não estar focada em problematizar se as pessoas mereciam ou não ter recebido os valores altos indenizatórios. Todavia, os significados da experiência se relacionam com os valores recebidos e com o sentimento de “satisfação” que tendiam a ser mais positivados, quanto mais “direitinho” fossem indenizadas,

¹⁵⁶ Sobre o valor das indenizações que os interlocutores receberam esses constam no tópico que aborda as incongruências dos cadastros. Esses valores foram dados pelos interlocutores, com exceção da Comunidade Obra de Maria, cuja informação do valor foi retirada do inquérito do Ministério Público Federal (2012).

como sugeriu a representante da Obra Comunidade de Maria. Por outro lado, terem ficado satisfeitas ou não, não mudava a realidade de terem sido removidas. E, nesse processo, as desigualdades precisavam ser observadas, porque representavam, para algumas, perderem mais, perderem a moradia e mudarem a situação de vida para pior.

Para facilitar a análise dos valores pagos, fiz a Tabela 5 para ilustrar a situação encontrada. Nesse caso, a amostra contou com o total de 333 “posseiros”.¹⁵⁷

Tabela 5 – Total geral recebido pelos posseiros - 1º e 2º Etapa

TOTAL GERAL RECEBIDO - 1ª E 2ª ETAPAS				
Intervalo da Indenização	Nº Pessoas	%	Total (R\$)	%
Até 10.000,00	62	18,6	389.687,39	2,1
De 10.000,01 a 15.000,00	29	8,7	369.497,43	2,1
De 15.000,01 a 20.000,00	35	10,5	616.737,49	3,3
De 20.000,01 a 25.000,00	29	8,7	647.403,63	3,3
De 25.000,01 a 30.000,00	35	10,5	933.871,11	5,0
De 30.000,01 a 35.000,00	11	3,3	362.646,68	2,1
De 35.000,01 a 40.000,00	15	4,5	563.133,27	3,3
De 40.000,01 a 45.000,00	8	2,4	341.210,85	2,1
De 45.000,01 a 50.000,00	10	3,0	466.064,01	3,3
De 50.000,01 a 60.000,00	17	5,1	914.558,95	5,0
De 60.000,01 a 70.000,00	18	5,4	1.176.664,48	6,3
De 70.000,01 a 80.000,00	6	1,8	456.033,34	2,1
De 80.000,01 a 90.000,00	11	3,3	933.470,39	5,0
De 90.000,01 a 100.000,00	10	3,0	941.285,61	5,0
De 100.000,01 a 200.000,00	22	6,6	2.818.770,45	15,2
De 200.000,01 a 499.999,99	11	3,3	3.159.595,93	17,0
De 500.000,00 a 999.999,99	2	0,6	1.267.270,38	6,8
Acima de 1.000.000,00	2	0,6	2.228.612,46	12,0
TOTAL GERAL	333	100,0	18.586.513,85	100,0

Fonte: Autora (2018).

¹⁵⁷ Ressalto mais uma vez a importância do acesso a esses dados do MPF (2015), sem o qual não teria conseguido perceber os valores, os critérios, entre outras informações.

A Tabela 7 mostra na primeira coluna o intervalo de valores recebidos pelos posseiros, seguido do número de pessoas que receberam o valor nesse intervalo e, ao lado, sua representação em porcentagem no valor total de desapropriados (333). Na quarta coluna está o total recebido dos intervalos, acompanhado da porcentagem que ele representa do total geral das indenizações.

De acordo com os interlocutores, foi negociado com o Estado que quem recebesse o valor até R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) teria a possibilidade de receber uma casa. A partir desses dados estiveram nessa situação 190 “posseiros”. Esses “pequeninhos” representavam 57% dos indenizados. Convido ainda a pensar sobre essas 62 pessoas responsáveis pelas posses que receberam um valor até dez mil reais, como a situação deles era ainda mais complicada.

Aqueles que receberam entre trinta mil e um centavo até cinquenta mil (30,001-50,000), 44 posseiros, representaram 13,21 %. Dos que receberam de cinquenta mil e um centavos até cem mil reais tem-se “62 posseiros”, representando 18,61%.

Daqueles que receberam de cem mil e um centavo até duzentos mil reais tem-se 22 posseiros, 6,60%. Dos que receberam de duzentos mil e um centavos até quatrocentos e noventa e nove mil e noventa e nove centavos, tem-se 11 posseiros, representando 3,30%.

Duas pessoas receberam de quinhentos mil até novecentos e noventa e nove mil e noventa e nove centavos, 0,60%. Assim como, duas pessoas receberam de um milhão acima, representando também 0,60%.

As indenizações evidenciam que a maior parte dos posseiros, de acordo com os critérios dos cadastros, estavam em uma situação de menor poder aquisitivo, ou seja, na faixa baixa.

Pelos valores e pela forma como os interlocutores relataram, os moradores da comunidade foram tidos pela Rede, apenas como um “caso financeiro”, um “cálculo” de custos previstos em conformidade com itinerário de grandes projetos urbanos ou projetos de “desenvolvimento”. Não houve uma preocupação maior em relação às suas vidas. Na verdade, o discurso sobre a forma de pagamento já deixava isso bem claro, desde o começo, pois se tratava de pagar pelas “benfeitorias”, pelo valor de troca que as coisas teriam dentro de critérios impostos, apenas.

Quando analisei os cadastros, a metodologia, as variáveis construídas e até mesmo a falta de respostas, sobretudo, quanto às questões sociais, seja por desinteresse do cadastrador ou do respondente, foi possível afirmar que, nesse processo, não houve nenhuma motivação para acolher, proteger ou resguardar os direitos, principalmente, dessas pessoas que ganharam pouco. Esses posseiros foram vítimas do desrespeito ao direito à moradia, piorado em virtude

de uma “resistência” e “negociação” reduzida, possivelmente agravada por terem sido os primeiros removidos. A Rede “limpou o terreno” a tempo, ou melhor, no “tempo do planejamento”, sendo uma estratégia exitosa que culminou com uma certa “imobilidade” até mesmo do Ministério Público Federal, fato abordado mais à frente.

5.2 Metodologia da indenização: os cadastros, aplicação, incongruências e limites

Os cadastros apresentavam muitos problemas por falta de informação em seu preenchimento e padronização seguida. A impressão sobre eles era de descuido e descaso em relação ao preenchimento. Faltou zelo ou era algo realmente desnecessário obter informações para além de quantidades? Ao que parece, lidar com “invasão” foi permitir menor cuidado e importância na descrição das benfeitorias, na caracterização do perfil e no cuidado com as pessoas dentro dessa estratégia de “terceirizar”, mencionada anteriormente.

Se comparar as desapropriações de JPB com as outras, por exemplo, com as do Loteamento São Francisco, em Camaragibe, tomando o ponto de vista do acompanhamento e controle da situação, essa última recebeu mais atenção por parte de órgãos fiscalizadores, como a Procuradoria Geral do Estado e do Ministério Público, por ter ocorrido no “tempo da execução”. O acompanhamento não aconteceu em JPB, pelo menos, essa informação não foi encontrada, não houve monitoramento, nem assistência social relatada.

Algumas “posses” apareciam nos cadastros apenas com o “Laudo de Avaliação”, assinatura e algumas cópias desses, repetidas e sem assinatura. Outros Cadastros socioeconômicos estavam em branco ou não existiam. Tinham fotos que não mostravam quase nada das propriedades. Os documentos escritos à mão, muitos rasurados e riscados. Enfim, muitos desses, além de terem sido um desafio para a tabulação, demonstraram essa falta de um controle maior com o uso do recurso público, no caso, foram pagos mais de dezoito milhões de reais em indenizações. Abaixo, seguem algumas peculiaridades para exemplificar os limites, incongruências e descuido desse processo.

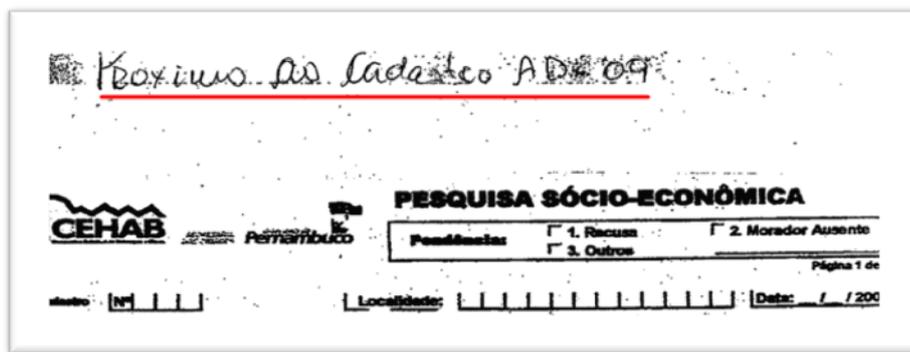
- Lotes, supostamente, não Cadastrados pela Colmeia VL V p. 395;

No Volume V, do Anexo II, do inquérito (MPF, 2015), os imóveis a partir do cadastro RA-09 até o RDA-02, no total de quarenta e dois cadastros passaram a não apresentar os

documentos: “Características do Imóvel”, “Características das Benfeitorias e Cadastro Socio-econômico”.

A expressão “próximo ao lote” aparece com frequência no formulário “Pesquisa socio-econômica” preenchido à mão. Acredito que esses imóveis não faziam parte do perímetro do loteamento Rivaldo Ferreira e podem não ter sido cadastrados pela mesma empresa de topografia, por possuírem um padrão diferente, porém essa é apenas uma suposta explicação (Figura 88).

Figura 86 – Recorte formulário “Pesquisa sócio-econômica” cadastro ZAD-09



Fonte: Adaptado do MPF (2015).

Também chama atenção o pagamento das indenizações a coqueiros, que em alguns cadastros existem valores pagos com valor inferior ao acordado VL IV p.14, VL V p.26, p.548. Abaixo três exemplos que sinalizam o descompasso em relação ao acordado e o que foi praticado. No primeiro caso (Figura 89), o possessor deixou de ganhar R\$ 27.428,72 reais.

Figura 87 – Recorte Termo de Aceitação cadastro DA-02

CULTURAS	UN	QUANT	R\$/UN	SUBTOTAL	C
Abacateiro		18	256,10	4.609,80	
Azeitona		15	44,28	664,20	
Araçá		20	83,79	1.675,80	
Acerola		51	229,11	11.684,61	
Bananeira		180	9,88	1.778,40	
Cajueiro			294,24		
Coqueiro ←		88	→ 219,17	19.286,96	
Cana de açúcar			0,30		
Goiabeira		28	176,23	4.934,44	

Fonte: MPF (2015).

No segundo caso (Figura 90), o possessor deixou de ganhar R\$ 6.547,59 reais.

Figura 88 – Recorte Termo de Aceitação cadastro DA-02

CULTURAS	UN	QUANT	R\$/UN	SUBTOTAL
Abacateiro		1	256,10	256,10
Abacaxi			5,24	
Araçá			83,79	
Acerola		10	229,11	2.291,10
Bananeira		1000	9,88	9.880,00
Cajueiro		90	294,24	26.481,60
Coqueiro ←		21	→ 219,17	4.602,57
Cana de açúcar		50	0,30	15,00
Goiabeira		8	176,23	1.409,84

Fonte: MPF (2015).

E, no terceiro caso (Figura 91), o posseiro deixou de ganhar R\$ 5.839,46 reais.

Figura 89 – Recorte Termo de Aceitação cadastro DC-06

CULTURAS	UN	QUANT	R\$/UN	SUBTOTAL
Abacateiro			256,10	
Abacaxi		150	5,24	786,00
Araçá		25	83,79	2.094,75
Acerola		21	229,11	4.811,31
Bananeira		38	9,88	375,44
Cajueiro		35	294,24	10.298,40
Coqueiro ←		11	→ 219,17	2.410,87
Cana de açúcar			0,30	

Fonte: MPF (2015).

Segundo os interlocutores, ficou estabelecido entre a gestão e os cadastrados que os coqueiros, fossem eles velhos ou novos, teriam o preço unificado pelo valor maior (R\$ 530,86 reais), contudo, nesses três casos, o valor do coqueiro saiu a R\$ 219,17 reais. Ou seja, um valor menor do que o acordado, deixando os “posseiros” com mais prejuízos.

- Caso Comunidade Obra de Maria

Entre os cadastros, chamou a atenção o de nº DB-04 referente à Comunidade Obra de Maria. Uma indenização milionária, cujas informações sobre as construções existentes no terreno não foram apresentadas nos documentos, e contratos de compra e venda de terrenos foram feitas por terceiros para a instituição. O cadastro aparece em nome de Gilberto Gomes

Barbosa, declarado diretor presidente da Comunidade na RMR,¹⁵⁸ pelos documentos encontrados.

Ele assinou o Termo de Aceitação, mas não informou dados pessoais, como números de documentos, mesmo que o “posseiro” constituísse CNPJ (Figura 92).

Figura 90 – Laudo de Avaliação (cadastro DB-04)

LAUDO DE AVALIAÇÃO (DB 04)

IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO

NOME: GILBERTO GOMES BARBOSA - GALPÕES DA OBRA DE MARIA

ENDEREÇO: LOTEAMENTO RIVALDO FERREIRA

BAIRRO: JARDIM PENEDO DE BAIXO | MUNICÍPIO: SÃO LOURENÇO DA MATA | RG: | CPF: | TELEFONE: |

ESPECIFICAÇÃO

CIDADE DA COPA: | RODOVIA: BR 408

SITUAÇÃO DO IMÓVEL

ÁREA CONSTRUIDA: | LUGAR: Misto | TEMPO DE INTERVENÇÃO: 03 ANOS

VALORES

SEMFEITORIAS	CURTURAS	IMPOSTOS	ESTALIA FISCALIZADA
RS 1.004.938,00	RS 46.291,31	RS -	RS 1.051.229,31

TOTAL POR LAUDO: Um milhão e cinquente e um mil duzentos e vinte e nove reais e trinta e um centavos

COMISSÃO: | DATA: |

ASSINATURA: *[Assinatura]*
 NOME: *[Nome]*
 CPF: 168.018.574-04
 RG: Cópia - CREMATERIA 1912 D/PS

FONTE: } PARA CONSTRUÇÃO EXERCÍCIO REVISTA IMOBILIÁRIA PARA BARRIO ANEXO/CONFESTARTE
 PARA PLANTAS: NÃO APRESENTE

Fonte: MPF (2015).

O documento no qual as benfeitorias pagas deveriam ser especificadas (área, nº de cômodos, etc.) aparece vazio, com apenas duas fotos anexadas (Figura 93).

¹⁵⁸ Site da Comunidade Obra de Maria com as informações, inclusive do local em São Lourenço da Mata: **COMUNIDADE Obra de Maria**. São Lourenço da Mata/PE. Disponível em: <http://obrademaria.com.br/carisma/>. Acesso em: 25 set. 2018.

Figura 91 – Características do Imóvel (cadastró DB-04)

FOTOS

LEVANTAMENTO TÉCNICO CADASTRAL PARA DESAPROPRIAÇÃO DO LOTEAMENTO RIVALDO FERREIRA, AS MARGENS DA BR-408, NO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DA MATAPÉ

CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL

NÚMERO DO CADASTRO: DB-04
 PROPRIETÁRIO: GILBERTO GOMES BARBOSA
 RESP PELO LEVANTAMENTO: LUCIANA

ÁREAS		BANHEIRO	INSTALAÇÕES
CONSTRUÇÃO	m ²	INTERNO	SANITÁRIA
TERRENO	m ²		FOSSA NEGRA
Nº DE CÔMODOS			POÇO
Nº DE PARQUEADOS	7		

PISO	PARIEDE	COBERTA	REVESTIMENTO EXTERNO
CIMENTADO	ALVENARIA	TELHA CERAMICA	PINTURA

Fonte: MPF (2015).

Na parte inferior do formulário, em “Características das Benfeitorias” os campos para a especificação das culturas estão sem preenchimento (Figura 94).

Figura 92 – Características das benfeitorias (cadastró DB-04)

CADASTRO: DB-04

CARACTERÍSTICAS DAS BENFEITORIAS:

ELEMENTOS DIVISIVOS	DESCRIÇÃO	FOTO
DIVISÃO: m		
EDIFICAÇÃO:		
<input type="checkbox"/> TANQUE PISCICULTURA	DESCRIÇÃO:	FOTO:
EDIFICAÇÃO: m		
OUTRAS: PISCICULTURA, DEPÓSITO, CARRILHÃO, SAPO	DESCRIÇÃO:	FOTO:
DIVISÃO: m		
OUTRAS:	DESCRIÇÃO:	FOTO:
DIVISÃO: m		
CULTURAIS		
<input type="checkbox"/> PISCICULTURA	DESCRIÇÃO:	FOTO:
<input type="checkbox"/> HORTA		
<input type="checkbox"/> ARBÓRE FRUTÍFERA		
OUTRA:		
<input type="checkbox"/> PISCICULTURA	DESCRIÇÃO:	FOTO:
<input type="checkbox"/> HORTA		
<input type="checkbox"/> ARBÓRE FRUTÍFERA		
OUTRA:		

OUTRAS FOTOS:

Fonte: MPF (2015).

Tendo recebido um valor acima de um milhão de reais, talvez fosse importante que o documento apresentasse mais detalhes, para que o controle sobre os critérios pudesse estampar o zelo e respeito, também, sobre os recursos públicos utilizados.

- Contratos de compra e venda de terreno constam 5 contratos distribuídos nos volumes IV, na p.09 e na página 407; e no volume V, nas páginas: 38, 68, 82.

Nos cadastros (CEHAB, 2010), foi possível observar “contratos de compra e venda” realizados, que não garantem o direito à propriedade, sendo o documento, quando usado para terrenos regulares, denominado de contrato preliminar estabelecido, e computado nos artigos 462 a 466, do Código Civil, Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002 (BRASIL, 2002). Como se trata de uma área pública, esse tipo de documento é nulo, e não caracteriza um contrato preliminar formal. Sua concepção pode ser vista pelos efeitos simbólicos da relação, ao mostrar que ali houve um compromisso firmado, entre vendedor, coisa e comprador, porém sem que corresponda à garantia de direitos.

Os contratos de compra e venda do Volume V observados têm como testemunhas e compradores pessoas em comum.

Por fim, ainda constam os casos que foram resolvidos na justiça e seus cadastros não estavam disponíveis para análise, porém o valor aparecia na tabela de pagamento enviada ao MPF (2015). Os nomes foram ocultados por motivos dos casos serem resolvidos em litígio.

- Os casos judiciais

Segundo o inquérito civil (MPF, 2015), na primeira etapa das desapropriações, cinco casos não se resolveram quanto à desapropriação: dois por não aceitação e três por dúvidas quanto à propriedade do terreno: Mulher dona de restaurante (cadastro AA-01); Homem (cadastro BB-03); IGREJA DE JESUS (cujo cadastro não foi identificado nos arquivos); Dois RÉUS INCERTOS (discutidos em processo, sem identificação nos arquivos).

Na segunda etapa, houve mais cinco situações não resolvidas amigavelmente: Homem (cadastro BD-33); Dois deles, com a denominação de RÉU INCERTO (discutidos em processo); COMUNIDADE OBRA DE MARIA (com outra entrada, diferente daquela no valor de um milhão, fato esse que evidencia que a instituição tinha uma segunda “posse”); Homem (cadastro DB-08), que aceitou o valor, mas o CPF estava com problemas.

Desse modo, este tópico baseou-se na verificação dos documentos que formam o inquérito civil /MPF e de seus anexos¹⁵⁹. Procurou problematizar as informações contidas no cadastro realizado pela CEHAB, compreendendo como a comunidade foi representada, os aspectos expostos mais ressaltados e como tais informações dialogam com os interlocutores.

Foi um exercício comparativo entre um documento produzido para atender a uma finalidade operacional da Rede e uma busca por mapear e quantificar subjetividades envolvidas, como moradia, trabalho, vida, experiência de remoção e o destino de mais de 333 posseiros, que, pelos números no cadastro, chegavam a quase seiscentas pessoas morando.

O propósito desse levantamento foi produzir um diálogo entre a experiência vivida de meus interlocutores com as informações apresentadas nesses documentos sobre o processo de desapropriação. Ressalto que os cadastros não foram completamente preenchidos, e, até mesmo algumas posses indicadas, não se encontravam no arquivo, impossibilitando uma análise integral. Por isso, todas as considerações feitas foram baseadas nas informações possíveis de se averiguar.

Esse leque de informações distribuídas pelos cadastros e condensadas aqui para proporcionar uma interpretação e leitura possível dos posseiros e da comunidade foi, sem dúvida, algo bastante significativo para a memória social e para a apreensão dessa experiência. Sem esse material, não se saberia das 567 pessoas identificadas, não se teria ideia de como a dinâmica de crescimento estava em curso, e de como a função social da terra estava atrelada ao uso dos recursos naturais em atividades de agropecuária e agricultura. Ainda, não se saberia dos limites da forma usada para a desapropriação.

No próximo tópico, considerando que os cadastros estavam dentro de um Inquérito Civil do MPF (2015), cabe entender um pouco mais sobre o processo e o posicionamento do MPF em relação aos moradores da comunidade Jardim Penedo de Baixo.

5.3 A remoção forçada no inquérito civil: o olhar do Ministério Público Federal

Como já mencionado, o processo de “limpeza do terreno” ocorreu ainda no tempo do planejamento, iniciado com o decreto de utilidade pública do terreno, emitido em 2008, já a

¹⁵⁹ Em um contexto marcado por denúncias de violação a direitos; de superfaturamento de obras; investigações federais, e até a morte de um agente público (ex-governador Eduardo Campos), o acesso à informação sobre os desapropriados em virtude das obras para o megaevento Copa de 2014 só foi possível mediante às apurações oficiais realizadas, especialmente, pelo Ministério Público Federal.

remoção forçada da população de Jardim Penedo de Baixo ocorreu em 2010. Nesse período o silenciamento foi a garantia do êxito.

Esse silenciamento atingiu até mesmo o MPF, que só iniciou suas ações de proteção aos direitos e à dignidade da pessoa humana em 2012, ou seja, dois anos depois da conclusão da “limpeza” da comunidade.

Este tópico aborda alguns dos pontos do inquérito civil que versam sobre a remoção forçada da comunidade de “posseiros” de Jardim Penedo de Baixo e a maneira como o órgão federal executou ações para conseguir informações perante as secretarias estaduais na tentativa de esclarecer como o processo transcorreu. Minha intenção não é fazer uma análise do inquérito em si, pois ele observa todas as obras com potencial de remoção provocadas pelo megaevento Copa 2014, mas destacar o que foi tratado, especificamente, sobre a Arena e a Cidade da Copa, em Pernambuco. Para tanto, analiso alguns dos instrumentos jurídicos e funções do MPF como subsídios ao entendimento das medidas tomadas que foram relevantes para esta pesquisa.¹⁶⁰

Em 03 de fevereiro de 2012, a Procuradoria Geral da República em Pernambuco (PGR/PE) instaurou o Inquérito Civil de nº 1.26.000.000709/2011-12 (MPF, 2015)¹⁶¹, IC a partir de agora, para **“acompanhar e monitorar a implantação dos empreendimentos referentes à Copa de 2014, a fim de que sejam realizados com respeito aos direitos humanos e aos princípios democráticos de gestão da cidade”**, em resposta ao pedido da sede do MPF, em Brasília.

O inquérito civil é uma peça informativa que narra uma situação jurídica, e o MPF atua precipuamente como um fiscal da lei (*custos legis*), utilizando-se dele para descobrir se houve ou não violação a alguma norma constitucional ou infraconstitucional, podendo, destarte, após concluso o IC, instaurar procedimento investigativo mais acurado e contundente, como, por exemplo, um processo criminal.

De acordo com Constituição Federal de 1988 (CF/1988), em seu art.128, o Ministério Público abrange: I - o Ministério Público da União, que compreende: a) o Ministério Público Federal; b) o Ministério Público do Trabalho; c) o Ministério Público Militar; d) o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; II - os Ministérios Públicos dos Estados.

¹⁶⁰ A maior parte do IC se refere às violações de direitos e desapropriações ocorridas em Camaragibe, no Loteamento São Francisco, do qual o MPF recebeu denúncias emitidas pela Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais/ DhESCA BRASIL quanto às ameaças de despejo de famílias. A dissertação de Alice Mello Moura (2016) recorta elementos importantes sobre as violações ao direito à moradia ocorrido nesse loteamento.

¹⁶¹ O MPF, em 16 de março de 2011, exigiu da Procuradoria da União do Estado de Pernambuco que o IC fosse instaurado, sendo a resposta afirmativa dada quase um ano depois, em 2012.

A possibilidade de abrir um IC é baseada em uma das funções do MPU, que conforme a CF/1988, no seu art. 129, preleciona-se: *III - promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos* (CF 1988, grifos nossos).

A legislação aplicada ao Ministério Público da União (MPU), do qual o MPF faz parte, é a Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993. Na referida lei complementar, em seu capítulo II, art.6º, destacam-se como competências do MPU:

- I - promover a ação direta de inconstitucionalidade e o respectivo pedido de medida cautelar;
- II - promover a ação direta de inconstitucionalidade por omissão;
- III - promover a arguição de descumprimento de preceito fundamental decorrente da Constituição Federal;
- IV - promover a representação para intervenção federal nos Estados e no Distrito Federal;
- V - promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei;
- VI - impetrar habeas corpus e mandado de segurança;
- VII - promover o inquérito civil e a ação civil pública para:**
 - a) a proteção dos direitos constitucionais;**
 - b) a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente, dos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;**
 - c) a proteção dos interesses individuais indisponíveis, difusos e coletivos, relativos às comunidades indígenas, à família, à criança, ao adolescente, ao idoso, às minorias étnicas e ao consumidor;**
 - d) outros interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos;** (BRASIL, 1993, grifo nosso).¹⁶²

O IC teve como interesse promover a proteção ao “patrimônio público” e aos “direitos constitucionais”. Algumas práticas fizeram parte das funções ligadas à proteção do patrimônio, como as diligências. Sendo sua requisição pautada no Título II, Capítulo I, seção I, art.38, da LC 75/93, que discorre sobre as funções:

- I - instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos correlatos;
- II -requisitar diligências investigatórias e instauração de inquérito policial, podendo acompanhá-los e apresentar provas;**
- III - requisitar à autoridade competente a instauração de procedimentos administrativos, ressalvados os de natureza disciplinar, podendo acompanhá-los e produzir provas; (IDEM, grifo nosso).

Destaquei essa prática por ela ter sido realizada em Camaragibe, para atender aos moradores desapropriados do Loteamento São Francisco. O mesmo procedimento não ocorreu

¹⁶² BRASIL. LC nº 75 de 20 de maio de 1993. Dispõe sobre a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público da União. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 20 mai. 1993. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp75.htm>. Acesso em: 18 mar. 2018.

em SLM, ao menos não foi encontrado nenhum registro. Possivelmente a explicação para essa falta, se deve ao descompasso temporal entre as ações. Como antes mencionado, não se pode dizer se foi algo intencional por parte do MPF não intervir nas ações realizadas pela Rede diretamente nesse momento de pouca repercussão e informações desencontradas que foi o “tempo do planejamento” (SCOTT e MOURA, 2014).

A provocação de abertura para o inquérito se deu com a proposta de formalização de um Grupo de Trabalho instituído, levando em conta que o Brasil seria sede de um megaevento esportivo. O relatório apresentado em 18 de dezembro de 2009, pela Relatora Especial da ONU para o direito à moradia, à época, Raquel Rolnik, denunciava como os benefícios econômicos da Copa e Jogos Olímpicos não são distribuídos de forma adequada entre a população e tendem a provocar pressões sobre a população mais pobre, resultando em “deslocamentos em massa, desocupação forçada, demolições de casas e remoção de favelas” (MPF, 2015, folha 5).

Desse modo, o itinerário da atuação do MPF começa com a criação do Grupo de Trabalho (GT): *"Impactos Sociais dos Megaeventos e Moradia Adequada"*. A proposta foi enviada à Câmara dos Direitos do Cidadão, sendo a criação do GT indicada aos estados que receberiam as intervenções dos megaeventos, Copa do Mundo 2014 e Olimpíadas. Em março de 2011 foi encaminhado a Pernambuco para que houvesse o acompanhamento e formalização do GT.

Em fevereiro de 2012, o Procurador da República, Rafael Nogueira Filho, no uso de suas atribuições, converteu os autos de Peças de Informação em Inquérito Civil, tendo por escopo: ***“acompanhar e monitorar a implantação dos empreendimentos referentes à COPA de 2014, a fim de que sejam realizados com respeito aos direitos humanos e aos princípios democráticos de gestão da cidade”***. A instauração se deu na Procuradoria Federal dos Direitos dos Cidadãos, para os fins previstos na Resolução n.º 106/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal (MPF, 2015).

O IC é composto por três volumes (com 2.051 folhas), contendo VI anexos, sendo: volume I: I- volumes 01 à 08 (CD's); II-volumes 01 à 05 (pastas com cadastros, com quase três mil laudas); III - (CD); IV - (CD); V - (CD); VI - (CD) e o Apenso¹⁶³ I: APENSO I: NF - n.º 1.26.000.003579/2013-23.

Meu recorte foi sobre o Volume I, especificamente para as cinco pastas que formam o seu anexo (I, II, III,IV,V), perfazendo um total de 2.683 folhas, nas quais se encontram os cadastros dos 333 posseiros do Loteamento Rivaldo Ferreira, em JPB/SLM, encaminhados pela

¹⁶³ Apenso significa também anexar, porém é mais utilizado para juntar anexado a outro inquérito ao processo.

CEHAB e SECOPA em atendimento ao pedido do MPF. Outro documento analisado foi o voto de arquivamento, o qual fecha o inquérito demonstrando qual posicionamento tomaria o MPF acerca de tudo que fora colhido no IC. Esses documentos encobrem a totalidade das discussões e ações que versam sobre os “posseiros” do Loteamento Rivaldo Ferreira.

A partir do IC tive acesso a dados essenciais, ainda que inconclusos, bem como ao entendimento das ações da gestão pública sobre os ex-moradores. No documento, constam os critérios (cadastro e metodologia) usados para chegar aos valores das indenizações, entre outras informações solicitadas pelos procuradores às secretarias responsáveis, com amplo destaque de respostas por parte da Secretaria Especial da Copa (SECOPA).

5.3.1 Notas sobre o Volume I: a atuação reduzida pelo descompasso do tempo nas ações

A primeira ação do MPF, após a efetivação do GT na Procuradoria da República em Pernambuco, foi um despacho emitido, quando era somente uma Peça de Informação de nº 1.26.000.000709/2011-12, em 2011. Na oportunidade, em março de 2011, um ofício 2328/2011 foi encaminhado a SECOPA (Figura 95), solicitando cópias dos projetos para a Copa 2014 com potencial para provocar impactos e remoções:

Figura 93 – Recorte do ofício

Visando a instruir os mencionados autos, solicito
 a Vossa Senhoria, com fundamento no art. 8º, inciso II, da Lei
 Complementar nº 75/93, no prazo de até 20 (vinte) dias, o envio de
 cópias dos projetos dos empreendimentos de infra-estrutura relacionados à
 Copa de 2014 que tenham a potencialidade de gerar deslocamentos em
 massa, desocupações forçadas, demolições de casas, remoção de áreas
 de favela e de comunidades de baixa renda, assim como outras medidas
 causadoras de impactos sociais, sobretudo nas populações mais pobres e
 minorias.

Fonte: Adaptado do IC (MPF, 2015).

No dia 8 de abril de 2011, a SECOPA e a CEHAB respondem às solicitações do Procurador da República Anastácio Nóbrega, posteriormente encaminham o ofício 79/2011 da SECOPA, e ofício 064/2011 da CEHAB (Anexos 10 e 11). Neles, são listadas 18 obras, entre elas, incluem-se a construção do Estádio Arena Pernambuco e a Via Mangue como projetos que implicaram remoção de pessoas:

Dos projetos supramencionados, até a presente data, **apenas dois implicaram em remoção da população residente: a Arena e Cidade da Copa (PPP Estadual) e a Via Mangue (obra municipal - Prefeitura do Recife)**. [...] O terreno da Arena e da Cidade da Copa 2014 possui 257,31987ha e está localizado no município de São Lourenço da Mata. O terreno de propriedade da Pernambuco Participações e Investimentos S/A - PERPART foi, através do Decreto N°32.926 de 30 de dezembro de 2008, modificado pelo Decreto N° 34.682, de 12 de março de 2010, declarado de utilidade pública e de interesse social, para fins de desapropriação, para a execução e implantação de projeto habitacional, de equipamentos de saúde, esportivos e de lazer. O Estado de Pernambuco, por intermédio da Companhia Estadual de Habitação e Obras - CEHAB, promoveu às competentes desapropriações e indenizou as benfeitorias existentes. **A desapropriação foi desenvolvida em duas etapas: a primeira, contemplando o local destinado à Arena da Copa, estava ocupada por 135 posseiros** (OFICIO 79/2011, SECOPA, p.02, grifo nosso)

O ofício 79/2011 da SECOPA informa sobre a propriedade do terreno, o número de posseiros e as duas etapas que constituíram o processo de desapropriação. O ofício 064/11 da CEHAB responde sobre a desapropriação e manda uma lista anexada com nomes e valores dos desapropriados, além de divulgar o documento: “Relatório de cadastramento socioeconômico e desapropriação amigável das benfeitorias” (sic).¹⁶⁴

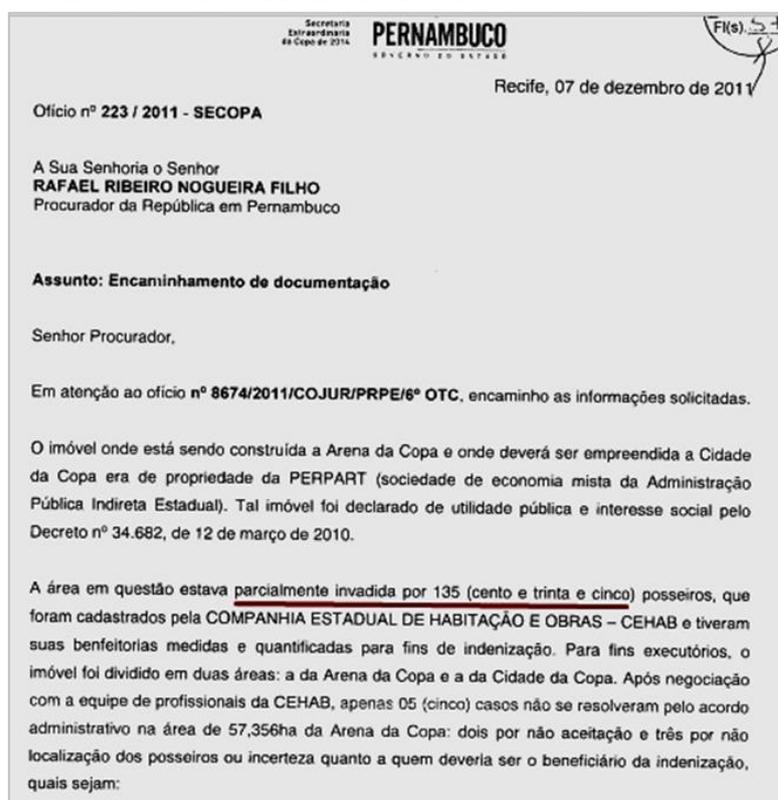
São esses dois anexos, enviados juntos ao ofício, que me permitiram encontrar as ações do Estado e assim, responder questões importantes para esta pesquisa, como por exemplo, entender os critérios e metodologia utilizados. Os ofícios foram adicionados ao IC em 13 de abril de 2011.

A próxima ação do procurador Rafael Ribeiro Nogueira Filho registrada foi a emissão do ofício 7832/2011 à CEHAB, solicitando cópia dos laudos realizados para a remoção forçada. Isso ocorreu em 18 de outubro de 2011, ou seja, mais de seis meses depois, contudo, o ofício não chegou, tendo sido devolvido.

No dia 17 de novembro de 2011, um novo ofício é emitido, 8674/2011, enviado à SECOPA solicitando novamente os laudos. A SECOPA respondeu com o ofício 223/2011, de dezembro de 2011, enviando de forma anexa os cinco volumes com os laudos. Nesse ofício, chamo atenção ao uso da palavra “invasão” (Figura 96).

¹⁶⁴ O material enviado, da CEHAB ao MPF, foi o mesmo que me foi negado sob o argumento de manter o sigilo.

Figura 94 – Recorte folha 01 do Ofício 223/2011 SECOPA



Fonte: Adaptado do IC (MPF, 2015).

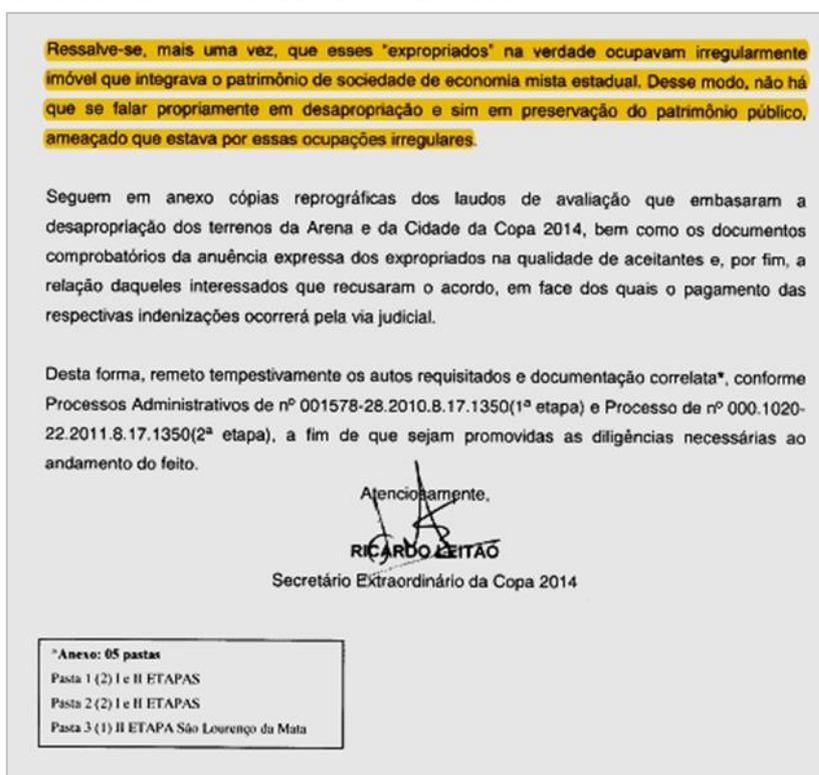
No trecho acima, o Secretário do Estado, responsável pelo ofício, Ricardo Leitão, sinaliza para o lugar “desprivilegiado” que é a situação dos moradores da área e a caracteriza, aos olhos da lei, como uma invasão.

Sem perder de vista que, para o Estado, a “invasão” é considerada apenas como uma ação irregular, ou seja, esse despreza a forma como a população de baixa renda luta para ter acesso à terra e ao direito à cidade através do acesso a áreas informais, chamo atenção para estratégia usada por um dos maiores articuladores da Rede-Megaevento, o principal Secretário do Estado, para lidar com os atingidos, ao realizar uma das “táticas de desmonte” de Scott (2012), na qual, a primeira tática é desmoralizar a população, nesse caso, evidenciando a situação “ilegal”.

Observar as “táticas de desmonte” (2009, 2012), é extremamente útil para entender a relação assimétrica em contextos de remoção praticada por agentes públicos.

O Secretário ratifica no documento o lugar dos posseiros como “invasores” de um terreno público, ressaltando, dessa maneira, como essa localização é ilegal para o MPF e lembrando-o quanto à responsabilidade de preservar o Patrimônio Público, conforme a Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, acima citada (Figura 97).

Figura 95 – Recorte folha 02 do Ofício 223/2011 SECOPA



Fonte: Adaptado do MPF (2015, grifo nosso)

É importante observar a menção de que a retirada das pessoas do local significou para o Secretário apenas: “a preservação do patrimônio público, ameaçado, que estava por essas ocupações irregulares”. Ele procura inverter o “jogo” na tentativa de invalidar a importância do questionamento feito pelo MPF quanto aos posseiros e ao procedimento de remoção, dando a entender que ele deveria procurar seguir a responsabilidade de “cuidar do Patrimônio Público”. Sendo assim, as pessoas foram vistas como menos importantes em relação às “coisas”, e o direito à dignidade; à vida, à moradia, assim como assumir a responsabilidade sobre o acontecido e como as pessoas foram tratadas, nem é mencionado, para dizer o mínimo.

Em 02 de fevereiro de 2012, os autos se transformam em inquérito, sendo publicado no Diário de Oficial de Justiça. A partir desse inquérito civil,¹⁶⁵ o MPF procura investigar e recolher provas sobre suposto crime que possa ter ocorrido ou não.

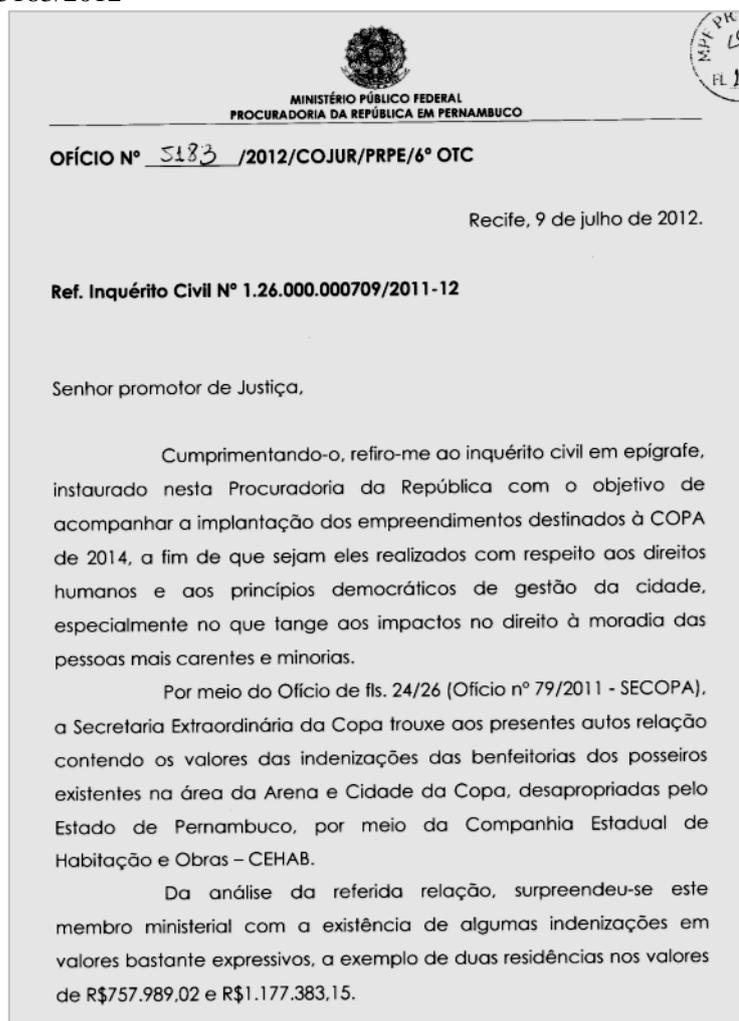
O procurador Rafael Nogueira Filho não tomou conhecimento dos anexos (Pastas com os laudos dos posseiros), e emitiu um novo ofício 2605/2012, no dia 10 de abril de 2012, solicitando novamente os laudos e dando prazo de 10 dias para a entrega. A SECOPA responde

¹⁶⁵ O Inquérito Civil é um instrumento usado pelo MPU, para distingui-lo do inquérito policial.

através do ofício 157/2012, do dia 26 de abril de 2012, afirmando o envio dos laudos anteriormente.

Depois de três meses do recebimento dos laudos, nos quais constam os cadastros, o Procurador Rafael Ribeiro Nogueira Filho, em nove de julho de 2012, encaminha o ofício 5183/2012 ao Ministério Público Estadual de Pernambuco para a tomada de providências sobre os valores de indenizações recebidos, o que deixou o Procurador surpreso, chamando a atenção para pagamento de valores acima de 700 mil reais (Figura 98):

Figura 96 – Ofício 5183/2012



Fonte: Adaptado do MPF (2015).

De acordo com os cadastros, os valores recebidos são de duas “posses” que apresentavam as seguintes descrições: 1) a posse no valor de R\$ 757.989,02 reais, foi resultante de benfeitorias (R\$116.948,52 reais / áreas construídas) e culturas (R\$ 641.040,00 reais), com destaque para os coqueiros (R\$ 530,86 a unidade), aos quais o valor pago por 692 unidades,

correspondeu a R\$ 367.355,12 reais, e para as mangueiras, 320 unidades (R\$ 556, 56 reais a unidade) correspondentes a R\$178.099,020; 2) A outra posse perfaz o valor pago de R\$ 1.177.383,15 reais, resultante de benfeitorias (R\$ 84.872,24 reais referente às construções) e culturas (R\$1.092.510,91 reais), com destaque para os coqueiros, aos quais o valor pago por 1.615 unidades correspondeu a R\$857.338,90, e por 580 cajueiros (R\$ 294,24 reais a unidade), correspondeu a de R\$170.659,20 reais. Essa ação mostra uma preocupação importante com relação ao uso do recurso público, no entanto, não se chegou ao resultado de averiguação.

O ofício de número 5183, do MPF, encontra-se na folha de nº 132 do IC, Volume I, tendo sido encaminhado ao Promotor de Justiça da Comarca de São Lourenço da Mata. O Volume encerra na folha 234, e não há resposta para essa demanda. No Volume II, contendo 364 laudas, aberto em 03 de fevereiro de 2014, o tema não é retomado.

Saliento que o MPF não menciona nada mais sobre os cadastros, não tece considerações quanto à metodologia usada, nenhum relatório analítico sobre os critérios aplicado pela CEHAB e empresa terceirizada, tampouco menciona algo quanto ao valor pago aos “posseiros” que receberam uma indenização incapaz de possibilitar a aquisição de outra propriedade. Ou seja, os mais vulneráveis da comunidade não recebem a devida atenção e respeito a sua dignidade, defendida, inclusive, constitucionalmente.

Destaco que na abertura do IC, na parte onde se define a “importância institucional do grupo de trabalho”, já são rogados as obrigações e o direcionamento que o MPF deveria assumir sobre ações com potencial de “despejo forçado”. Nesse trecho, é preconizado que o MPF atente para, caso a remoção aconteça, se houve o oferecimento de qualquer alternativa habitacional à população atingida, assim como se houve “medidas de intimidação e expulsão das populações vulneráveis”, pois essas ações violam frontalmente o direito fundamental à dignidade humana e “à moradia adequada, consideradas como necessidade vital básica” (MPF, 2015, folha 7).

Desse modo, o MPF não procurou levar adiante tais considerações e exigir mais responsabilidade do Estado em respeito ao direito dessas pessoas mais vulneráveis pertencentes à comunidade de JPB.

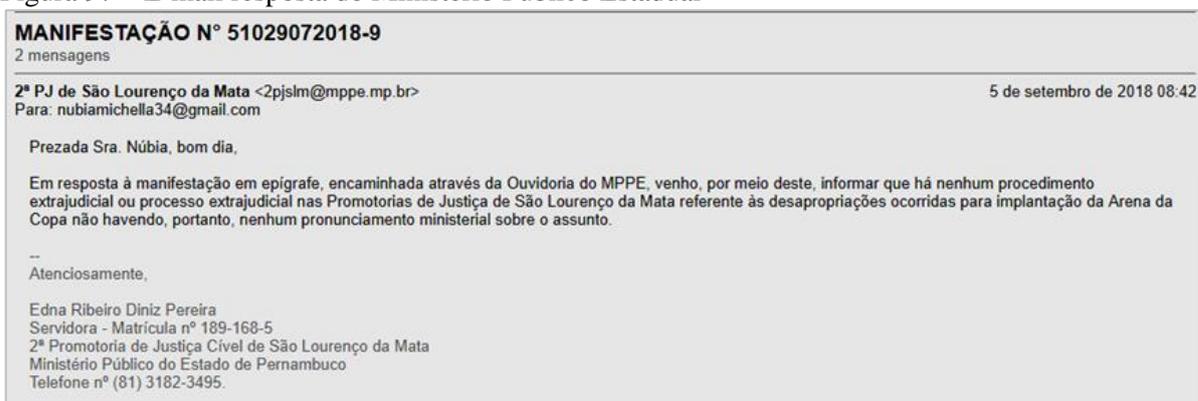
Também não houve indagação ou elucubração acerca da inserção dos expropriados em algum programa de habitação ou acesso a moradia, por exemplo. Não há menção ao fato de que o Estado deixou de observar que os expropriados utilizavam a terra como seu principal e, muitas vezes exclusivo, meio de subsistência. Assim sendo, o Estado ressarciu pecuniariamente, mas deixou de considerar a importância socioeconômica da propriedade.

A partir do Volume II, o IC se direciona para investigar as denúncias apresentadas pela Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais/

DhESCA BRASIL sobre violações de direitos em Camaragibe, no Loteamento São Francisco. Nesse Volume II, o MPF relata ter feito diligências, escutas, ter entrado em contato com vários atores envolvidos e mostra que teve um papel mais ativo do que em SLM.

Através da Lei de Acesso à Informação, procurei uma resposta do Ministério Público Estadual de Pernambuco sobre o ofício que foi enviado pelo MPF questionando os valores altos recebidos, quem me respondeu foi a Promotoria de SLM, nos seguintes termos (Figura 99):

Figura 97 – E-mail resposta do Ministério Público Estadual



Fonte: Pedido de Informação, Protocolo n° 5102907018-9 [mensagem pessoal]¹⁶⁶

A Promotoria de Justiça de SLM expõe não haver nenhum procedimento sobre as desapropriações ocorridas.

Em 13 de fevereiro de 2015, o IC é arquivado. No voto de arquivamento, cuja relatora foi a Procuradora Regional da República, Isabel Guimarães da Câmara Lima, destacam-se (Figura 100):

¹⁶⁶ Promotoria de Justiça de São Lourenço da Mata: **Pedido de Informação. Protocolo n° 5102907018-9.** Destinatário: Nubia Michella Clementino da Silva. [S.l.]. 05 set. 2018. 1 mensagem eletrônica.

Figura 98 – Voto número 212/2015-NÃO/PRR5ªREGIÃO/IGCL

EMENTA: DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS. INQUÉRITO CIVIL. ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DOS EMPREENDIMENTOS REFERENTES A COPA DO MUNDO DE FUTEBOL DE 2014. RESPEITO AOS DIREITOS HUMANOS E PRINCÍPIOS DEMOCRÁTICOS DE GESTÃO DA CIDADE. PERDA DO OBJETO. NOVO OBJETO. DETERMINAÇÃO DE NOVO PROCEDIMENTO. ARQUIVAMENTO. HOMOLOGAÇÃO.

1. Trata-se de Inquérito Civil instaurado *ex officio* com a finalidade de acompanhar e monitorar os empreendimentos referentes à Copa do Mundo Fifa 2014, visando o respeito aos direitos humanos e aos princípios democráticos de gestão da cidade.

2. Após extensa averiguação e diversas diligências realizadas, a Procuradora da República com ofício na 1ª instância entendeu pelo arquivamento do feito, considerando, em síntese: que muitos dos empreendimentos mencionados no curso deste IC já foram concluídos, quanto as desapropriações decorrentes dessas obras o Ministério Público do Estado de Pernambuco está acompanhando e adotando as medidas necessárias. No entanto, relata a Procuradora surgiu um novo enfoque de atuação: *“a adoção de medidas que possam prevenir que acontecimentos da mesma espécie tornem a acontecer”*, e passou-se a buscar institucionalizar procedimentos com capacidade de aprimorar a atuação do Poder Público com relação a obras de grande porte. A Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão apresentou recomendações no sentido de reforçar canais de diálogo e participação, visando que os entes públicos passem a aderir à Portaria MCidades nº 317, 18 de julho de 2013, em especial no que se refere à elaboração do Plano de Ressarcimento e Medidas Compensatórias. Sobre esta recomendação,

Fonte: Adaptado do MPF (2015, folha 514, grifo nosso)

Diante do argumento de que boa parte dos empreendimentos já estavam em curso, e o Ministério Público Estadual estaria acompanhando, o MPF votou pelo arquivamento do IC, alegando impossibilidade de prosseguimento, deixando ainda como recomendação: *“adoção de medidas que possam prevenir que acontecimentos da mesma espécie tornem a acontecer”* (MPF,2015, folha 514).

O MPF reforça a buscar por mais diálogo e participação da sociedade nas decisões, além de recomendar a adesão à Portaria Ministério das Cidades, com destaque para o respeito ao ressarcimento e medidas compensatórias à população atingida. A portaria dispõe sobre medidas e procedimentos a serem adotados nos casos de: *“deslocamentos involuntários de famílias de seu local de moradia ou de exercício de suas atividades econômicas, provocados pela execução*

de programa e ações, sob gestão do Ministério das Cidades, inseridos no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC” (PORTARIA Nº 317 DE JULHO DE 2013).

É importante constatar que a referida portaria foi instituída em julho de 2013, quase cinco anos depois de o Brasil ser escolhido para sediar o megaevento. Isso mostra como diferentes instâncias públicas estavam despreparadas para lidar com as remoções e deslocamentos forçados de pessoas na época em que as obras aconteciam, uma vez que as medidas e recomendações do MPF são preventivas, ou seja, voltam-se para ocorrências futuras de desapropriações ou remoções. Porém, o inquérito deixa em aberto fatos e ações de violações aos direitos dos posseiros, que ficaram, dessa maneira, sem resposta.

Em 26 de março de 2015, o Núcleo de Apoio Operacional à Procuradoria Federal dos direitos do cidadão- NAOP/5 decide pela homologação da promoção do arquivamento, nos termos do voto da Relatora (Figura 101).

Figura 99 – Voto número 212/2015-NÃO/PRR5ªREGIÃO/IGCL (lauda 2)

determinando sua instauração, bem como o arquivamento do presente feito.
3. Diante do exposto, verifica-se a impossibilidade de prosseguimento do presente Inquérito Civil, destacando-se a instauração de procedimento autônomo para tratar de tema revelado neste feito.
4. Homologação do *decisum* de arquivamento.

Fonte: Adaptado do MPF (2015, lauda 515).

Sem dúvidas, é possível verificar o compromisso do MPF em identificar as desapropriações e as obras realizadas para o megaevento com potencial de gerar deslocamento ou remoção forçada de pessoas, isso pode ser vislumbrado no IC. No entanto, o “monitoramento” definido como objeto do inquérito civil perdeu força diante de obras e ações já ocorridas quando se inicia o acompanhamento das obras por parte do MPF.

Por outro lado, o IC acaba deixando em aberto quais as ações foram realizadas para diminuir a violação de direitos. A falta de uma análise mais profunda dos cadastros, em que fossem observados os entraves e descompasso não foi motivada pelo MPF (2015). Talvez, coubesse rever, por parte do MPF, os processos de pagamento das pessoas com valores inferiores a trinta mil reais, por exemplo, e o acordo de mitigação prometido pelo Estado aos posseiros nessa situação. Outro ponto seria em relação aos valores altos que foram pagos, se observados criteriosamente os laudos, o MPF teria verificado como esses foram deficientes no fornecimento de informações que pudessem representar equidade e merecimento ao valor indenizado.

De todo modo, o IC teve uma importância fundamental para que a interpretação da experiência de remoção forçada de meus interlocutores pudesse ser dimensionada e problematizada a partir dos critérios e estratégias técnicas mobilizadas pela Rede-Megaevento. Além disso, o trabalho de investigação e levantamento de informações feito pelo MPF deu visibilidade a um acervo de imagens da comunidade, a dados consistentes sobre as práticas de agropecuárias, mostrou a dinâmica de ocupação e detalhes sobre as desigualdades sociais e de como essas implicaram no processo. Sem essas informações, esta pesquisa não teria conseguido suprimir questionamentos, tampouco teria entrado em contato com a metodologia adotada pela Rede, particularmente pela empresa terceirizada.

Portanto, como foi dito anteriormente, essas informações foram negadas sob o argumento da necessidade de manter sigilo em relação aos dados pessoais revelados pelos cadastros. Nesse sentido, é importante esclarecer que, ao acessar o IC junto ao MPF, firmei o compromisso de usar as informações apenas para fins de pesquisa acadêmica, com observância na preservação dos dados das pessoas físicas. Os valores, benfeitorias, culturas, tipos de imóveis e informações socioeconômicas seriam problematizados sem identificar nomes, a não ser das instituições encontradas, como a Comunidade Obra de Maria e a Associação de Moradores, por serem essas representações de um coletivo e com finalidades filantrópicas.

No próximo tópico, interpreto a experiência da remoção forçada observando os significados que foram atribuídos pelos interlocutores ao desejo de quererem continuar na comunidade. Esses aspectos ajudaram a dimensionar como a mudança vivida foi sentida e pode ser relacionada com construção de que as transformações urbanas promovidas pela interferência da Rede-Megaevento e do “desenvolvimento” foi algo real e necessário, justificando, desse modo, a remoção.

5.4 O desejo de querer ficar em Jardim Penedo de Baixo

“Eu tava acostumada lá, visse? Eu mesmo só sai de lá porque, claro, né, que não era da gente próprio.” dona Zezita

Não é possível interpretar os significados assumidos pela remoção forçada sem considerar o fato de que nenhum dos interlocutores queria deixar a comunidade, ou seja, é preciso falar do desejo de querer ficar em Jardim Penedo de Baixo.

Para Luiz, “*quem iria querer sair de um lugar danado de bom?*”. Ele vivia em uma situação confortável, como fez questão de expor sua casa “boa” e uma renda da piscicultura dando-lhe a sustentabilidade satisfatória. Quando perguntei se queria continuar a morar na comunidade, comentou:

Uh! Com certeza, fiz uma casa maravilhosa. Eu achava que ninguém ia mexer lá, não. Eu tinha uma casa com 300 metros de área coberta”. [...]: Fiz com fossa séptica. Tinha área de criação de peixe de corte, área de criação de peixe ornamental, tinha três nascentes lá. A água de lá é... a água que tem lá de nascente dá pra abastecer, ela jorra todinha pra o Capibaribe. Porque ninguém aproveita lá. A água, o lençol freático é muito bom. Tem muitas nascentes lá (Entrevista de Luiz, 2017).

A água do rio Capibaribe proporcionava-lhe qualidade de vida, e era determinante para essa sensação de lugar agradável e propício ao seu estilo de viver. Luiz acreditava que “*70% do pessoal ficaram entristecido com o fato de ter um local tão bom, tão próximo da cidade, e ter que sair*”. A perda de um lugar com esses atributos e significados positivos trouxe tristeza. Sua indenização possibilitou-lhe a compra de uma casa em uma área urbanizada em um bairro de maior valor imobiliário, o que, de certo modo, o reconfortou e diminuiu os efeitos da angústia.

Valério também mencionou que seu desejo em ficar estava relacionado ao estilo de vida que tinha, pois ter um espaço amplo e recursos naturais atrativos para o trabalho representava uma imensa qualidade de vida:

Eu acredito que unânime, todos gostavam de lá do local devido a proporcionar isso: água natural, poço, açude, tudo. Então, tinha espaço para criar, pra plantar, pra tudo. Então, era um espaço muito bom, muito agradável. A maioria tinha terras grandes que dava pra fazer sítio, tudo. Então, ficava uma qualidade de vida, (...) (Entrevista de Valério, 2017).

O desejo de querer ficar fez com que dona Iracema, depois de dois anos afastada do seu “roçado”, resolvesse voltar. Com alegria comentou: “*eu gosto de tá aqui. Adoro, adoro, vim, olhar, ficar aqui*”. Dessa forma, para dona Iracema, a experiência não eliminou o desejo de retornar ao “seu roçado”, ao “seu canto”, e assim o fez. Em sua casa de taipa autoconstruída, no sentido de ter sua participação, estava a experiência de que valia a pena refazer tudo novamente para viver plantando.

Jane atrelou o seu desejo em permanecer na comunidade às condições favoráveis que havia criado para desenvolver sua piscicultura, como a água e por já ter formado sua clientela.

O deslocamento foi muito ruim para o negócio. Não se tratou de perder apenas uma estrutura construída, mas toda uma rede de relações sociais com outros piscicultores, com os trabalhadores e clientela. Perder sua moradia e lugar de trabalho foi bastante desolador e gerou muita insegurança:

Rapaz, assim né? Naquele momento, é assim... é você deixar tudo pra trás, né? E recomeçar. Que não ia ser fácil, né? Que um recomeço quando você sai de uma casa pra outra casa é muito mais fácil do que você sair de uma casa onde você tem seu emprego, que tinha um... quer queira quer não era uma pequena empresa onde gerava emprego, pra você montar tudo outra vez era muito mais difícil. Então existe uma preocupação muito grande do recomeço. Aquela insegurança “Será que vai valer a pena de novo”, “Será que vai dar tudo certo de novo”, “Aonde é que eu vou encontrar?”. Tanto que até hoje eu achei um lugar o benefício não é o mesmo que aqui (Entrevista de Jane, 2017).

A insegurança e o medo do recomeço geraram angústia e sofrimento, transformando a experiência em algo negativo. Hoje ela mora em outra área rural de SLM, uma casa com um pouco de terra foi comprada com a indenização, porém ela não conseguiu ter as mesmas condições anteriores. *“Assim, me acomodou como moradia. Mas no meu trabalho, não”* (JANE, 2017).

Independente de possuir uma casa melhor ou pior, ou de terem recebido mais ou menos dinheiro, ou nos termos êmicos, de serem “pequeninhos ou grandões”, todos os interlocutores desejavam ficar e continuar investindo na posse. Dessa forma, a associação entre se ter no mesmo lugar a moradia e o trabalho, garantia qualidade de vida pelos recursos naturais e capacidade produtiva da posse.

Aquilo que era tratado como *“terra sem identidade”* para o Estado (BRANDÃO, 2012), era, na verdade, uma terra produtiva, onde muitos tinham acesso a mais área do que jamais tiveram antes em decorrência das especificidades apresentadas pelo processo de invasão. Perder essa capacidade de produzir significou perder a geração de renda, a qualidade de vida oportunizada pela agricultura.

Ainda, se consideramos o tempo gasto para o plantio, o cuidado e todo trabalho despendido ao longo dos anos, os valores indenizatórios não atingiram a compensação devida. Sem contar na impossibilidade de muitos conseguirem ter novamente a capacidade de comprar uma posse capaz de permitir as mesmas condições. Esses cálculos de perdas deram um valor negativo ainda maior à experiência de remoção, sobretudo para os pequenos posseiros.

Mudar, independente de indenização, foi romper com um projeto em curso de moradia e trabalho. Assim, a ruptura de um projeto não passa incólume. Quanto mais as pessoas têm

satisfação com o estilo de vida que possuem, maior também é a dor ou tristeza relacionado a sua perda, que não é simplesmente de um “teto”, mas da segurança, dos laços e vínculos sociais que se constroem e são geradores do sentimento de pertencimento.

Um exemplo da situação intensa de dor e sofrimento foi compartilhada por dona Zezita, ao destacar como os “pequeninhos” que ganharam pouco se sentiram mais desamparados, porque a moradia representava tudo que possuíam:

Tem um senhor que o nome é... parece que é seu Antônio o nome dele. Ele foi morar pro lado de Céu Azul, em Camaragibe. **Ele era doente, tinha, sofria de uma dor.** Era ele, a esposa, parece que quatro, quatro a cinco filho pequeno. **Então, o dinheiro dele foi muito pouquinho.** Ele só ganhou seis mil. **E ele foi até socorrido.** Quando ele recebeu o dinheiro de seis mil reais, ele ficou muito aperreado. No dia da mudança dele fez pena. Ele tava tirando os móveis dele, as coisinhas, chorando muito, que ele morava bem perto do terreno da Copa mesmo. Onde foi a Arena. Então, teve gente. Uma senhora com o nome de Vanessa também, foi embora pro lado de Santana. Aí, o cara levou ela pra morar lá com ele, com umas quatro criança pequena. O esposo dela tinha separado dela. E ali ela levou um dinheiro muito pouquinho, muito pouquinho mesmo. Parece que não dava pra nada, pra nada. Aí, foi simhora pra lá. **Eu sei que teve gente pior do que eu, teve gente, né.** (Entrevista dona Zezita, 2017).

Essas duas situações relatadas por dona Zezita podem ter se repetido mais vezes, considerando que “190 posseiros”, receberam abaixo de 30 mil reais, entre os quais 65 receberam abaixo de 10 mil reais. Ou seja, um valor muito irrisório para se conseguir uma nova adequação da moradia.

A dimensão da dor e do sofrimento vividos por essas pessoas ao perderem seu “lugar” de moradia e, sobretudo, por não terem um amparo, um outro lugar definido, é incalculável para quem apenas faz uma interpretação, nesse caso, de segunda e terceira mão (GEERTZ, 2017).

Não se pretende aqui mensurar o sofrimento de cada interlocutor ou morador de Jardim Penedo de Baixo, tampouco desconsiderar a subjetividade trazida por cada um para dar sentido a essa experiência de remoção, que claro, como já foi dito, gerou sofrimento. Mas ao expor a indenização, que para alguns trouxe conforto e benefícios, procurei interpretar os efeitos implicados por essa suposta compensação. Uma vez que o processo indenizatório gerou ambiguidades, foi mais negativa e dolorosa, para quem não conseguiu ter acesso a uma nova moradia.

No entanto, na tentativa de dimensionar um pouco dos sofrimentos que atingiu alguns moradores, levo a interpretação para o valor subjetivo que a moradia representa para a população mais vulnerável. Perder a casa, o lugar de acolhimento de adultos, crianças e pessoas doentes é estar em total desamparo. Provocar essa situação é ferir princípios de dignidade humana. Essa dignidade já esgarçada pela exclusão social e circunstâncias que os levaram a

morar em condições precárias, em uma terra não urbanizada, em suma, esses, viram sua situação ser piorada. A situação dos mais vulneráveis foi extremamente delicada e exigia uma intervenção maior, com a garantia de proteção social do Estado e de outros órgãos de defesa dos Direitos Humanos, quando se considera que, de acordo com o Artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (2018):

toda pessoa tem o direito de um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família, saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços de sociais indispensáveis, o direito à segurança, em casos de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda de meio de subsistência em circunstâncias fora de seu controle.

Tomando essa premissa como norte, os moradores removidos que se encontravam nessas circunstâncias deveriam ter tido pelo menos a atenção especial por parte da gestão pública, com atendimento, inclusive, de uma assistente social durante todo o processo.

Mais uma vez teve razão Rolnik (2009), ao afirmar que a pressão sobre os mais pobres é algo corriqueiro na realização de megaeventos, eles são os que mais sofrem as consequências, para ceder espaços para o desenvolvimento de infraestrutura e à renovação urbana.

Se ampliamos as orientações normativas não cumpridas pelo Brasil e nem em Pernambuco, esbarramos em um dos principais instrumentos normativos internacionais que reconhece o direito humano à moradia o PIDESC (1966), do qual somos signatários. Ele, no seu artigo nº 11, determina: "**Os Estados-partes no presente Pacto reconhecem o direito de toda pessoa a um nível de vida adequado para si próprio e para sua família, inclusive à alimentação, vestimenta e moradia adequada, assim como uma melhoria contínua de suas condições de vida**". Por esse pacto devem se guiar todas as ações relacionadas à remoção forçada de pessoas. Segundo diz Raquel Rolnik (2009), bem como outras entidades, o Brasil não cumpriu essas determinações. Se a gestão pública tivesse atuado a partir dos direitos das pessoas, talvez a realidade deixada, ou aquilo que é chamado de "legado", tivesse dado à experiência de sediar a Copa 2014 outra conformação e sentido mais positivo por parte dos impactados.

Levando para o contexto da comunidade, estão enquadrados nessa situação todos os casos cujo valor recebido foi inferior ao necessário para dispor de uma moradia. O sentido que a casa assumia, em Jardim Penedo de Baixo, era o de "proteção", "abrigo", "inclusão", mesmo que fosse uma moradia "ilegal ou irregular". Perdê-la foi uma violência. A remoção forçada sem oferecer a possibilidade de entrada em outro imóvel tem efeito negativo devastador.

Os “grandões” viveram sentimentos diferenciados, sem querer com isso, estar desmerecendo o afeto e o sofrimento que a ruptura do vínculo com a terra e com outras pessoas possa ter provocado. Essas relações não podem ser avaliadas, porém estou evidenciando o fato de o valor recebido por esses últimos ter possibilitado uma nova moradia, como no caso de Jane, Luiz e Valério, até mesmo o de dona Iracema (pequeninha), e gerar uma sensação apaziguadora.

Em suma, o intenso desejo de querer continuar em Jardim Penedo de Baixo pelos significados acima relacionados, existia. Esse desejo reificava o desassossego como parte do cálculo e dos riscos de se morar em um lugar de conflitos e estar na condição de invasor.

O próximo tópico discorrerá sobre como os interlocutores associaram as transformações no seu antigo lugar de moradia à lógica do desenvolvimento. Não se trata de procurar saber se houve mais ou menos “desenvolvimento” com relação a essas transformações, mas de interpretar como o discurso disseminado pela Rede-Megaevento podia ser percebido nos significados e ressignificações dados pelos meus interlocutores.

5.5 O terreno vazio: os significados do “desenvolvimento” para os removidos

Ribeiro (2012, p.197) diz entender desenvolvimento como “a expressão econômica adorando a si mesma”. Essa frase de efeito sintetiza muito daquilo que norteou os parceiros da Rede, em suas razões de ser, enquanto construíam crenças de como o megaevento resultaria em uma ótima oportunidade para trazer o desenvolvimento à região do Oeste Metropolitano, aproximando a Copa da crença de que mudanças na qualidade de vida ocorreriam.

A Rede entendia que, “adorando” a credibilidade implicada na palavra desenvolvimento, teria as portas abertas para ter acesso aos recursos públicos. O uso de “desenvolvimento” em projetos da Copa foi a melhor senha criada para facilitar e envolver pessoas e processos à sua “adoração”.

No capítulo 3, mostrei como a Rede promoveu a lógica da Nova Centralidade (Cidade da Copa e Arena Pernambuco) como um “vetor de desenvolvimento para a região do Oeste Metropolitano”, gerando um discurso que, ao longo de quase três anos, “colonizou” a esfera pública e a sociedade sobre a importância e o efeito positivo que essas obras teriam para a população da área, chamados de “legados”. Para Limonad (2013, p.133), dentro da lógica do planejamento, assim como em outras instâncias, o discurso do desenvolvimento é um discurso

de poder adotado sem restrições, propondo-se “a transformar um estado de coisas” e, por seu caráter vago, e capacidade de denotar mudanças e avanços (ESTEVA, 2000), ele é apropriado por diferentes grupos, sob o argumento de representar o bem coletivo.

O discurso ganhou eco também entre os atingidos, e teve efeito catalisador de aspirações e projetos individuais, sendo aceito e defendido como algo importante, pois se projetava um alinhamento entre a ideia de progresso e desenvolvimento econômico passível de um rebatimento na vida de todos. Isso remete à forma como a concepção de desenvolvimento foi historicamente construída e propagada no senso comum, transformando-se numa heresia se opor a ela (RIBEIRO, 1992, 2003; NISBET, 1991; ESTEVA; 2000, DAMO e OLIVEN, 2013), informações essas, debatidas nesse texto no segundo capítulo.

É por esses efeitos construídos em torno do desenvolvimento, que Ribeiro (2012, p.197) sugere aos pesquisadores o conhecimento sobre os sistemas de crenças subjacentes a “essa devoção”, assim como possam entender as “características do campo que o sustenta”.

A propagação eufórica da gestão pública em todos os níveis (federal, estadual e municipal), gerenciada por produtores de conteúdo e disseminada em formato de “megaespectáculo”, encantava pelas promessas trazidas por ele.

Para dona Maria, a professora da escola municipal de instalações precárias e improvisadas, a ideia de progresso e desenvolvimento estava relacionada à possibilidade de que, nas imediações, fosse construída uma escola pública, na qual pudesse dar aula. Darei um pouco mais de ênfase aos significados vertidos por ela, devido ao fato de ela ainda ser uma moradora vizinha, a mais próximas à área.

De acordo com dona Maria, no final do ano de 2009, ela mesma chegou a ir à PERPART. Ao falar com um dos diretores, na tentativa de pedir informações sobre o projeto da Cidade da Copa, chegou a pedir um “*pedacinho do terreno*” para construir a Escola Municipal, antes mesmo do início da construção da Arena Pernambuco.

Aí, fomos lá... lá no departamento que, me parece que é na Rosa e Silva, num me lembro direito, mas acho que é isso aí, aí falou com o doutor... Jurandir, não... um nome desse aí.[...] aí ele disse que: 'Olha, deixa a gente fazer, terminar, fazer a arena, acontecer os jogos, que a gente vai fazer a Cidade da Copa'... aí foi quando ele mostrou a maquete [...] aí oh: “vai ter tudo isso aqui?” Aí, eu cheguei e disse assim: “vem cá, vem cá **doutor, e a gente... eu queria fazer um pedaço desse terreno aí pra fazer uma escola pra mim...**” Ele disse: “olhe, eu num posso fazer isso agora, de jeito nenhum, **se eu abrir uma escola ali vão abrir uma invasão**, e o pessoal vão invadir...” Eu digo: “bom pra quem já tem uma escola, minha casa fica perto da escola, minha casa...” Ele: “aí eu num posso fazer agora, porque tá pensando em fazer essa Cidade (da Copa)”. Foi quando ele mostrou a maquete. Eu: “Ah, a vai ficar ótimo”. Ele: “Só que sua escola lá, é que pode fazer, ela vai ser 'Escola Municipal' que atende alunos do... da pré-escola ao quinto ano”. [...] ele era... ele era diretor da PERPART...Aí disse: “bom, vai ser isso aí... e... por isso que não vou abrir mão agora,

a senhora me aguarde?” Eu digo: “tá certo!...” aí me deu o telefone dele. [...] Eu saí feliz, né? Porque ia ser uma escola! Agora só que eu tava sabendo que: ia dividir. Segundo grau, ia ser atendida pela Escola estadual. Do sexto ao nono, pelo fundamental II. E do pré ao quinta séries iniciais (Entrevista dona Maria, 2017).

Ela associou a vinda da Cidade da Copa e suas obras, à possibilidade de garantir a inclusão de uma escola com a infraestrutura necessária para atender adequadamente as crianças do entorno.

Destaco, nesse relato, como o diretor da PERPART deixou claro que a vinda de um equipamento público anterior à construção da Cidade da Copa provocaria uma nova invasão na área. Desse modo, ele justificou sua negativa ao pedido. Era preciso, primeiro, pensar no projeto para atender a uma população de padrão aquisitivo maior, antes de pensar na população local. O agente público, ao justificar-se, dá significados ao urbanismo excludente, segregador, mostrando um *ethos* moralmente aceito, tão natural e comum, que foi compartilhado com a professora sem receio.

Dona Maria chegou a retornar à PERPART após a construção da Arena Pernambuco e da realização da Copa 2014, disse ter procurado o mesmo diretor, mas ele não estava:

fui fui, mas não falei com ele não, que ele não tava não. Porque, ela disse: “Olhe Maria, vai ficar, foi difícil, por agora passou pra cultura...” parece, área cultural agora ficou mais difícil, quando era Estado era com ele... agora é mais difícil... Ela: “Mas não se desanime não, não vá ficar desanimada não”. Eu digo: “É porque eu já tô com quanto? 69 anos.. tô já morrendo aí e a escola não sai” (risos) (Entrevista dona Maria, 2017).

Nesse trecho, ela expressa sua expectativa frustrada em relação àquilo que aguardava como um indicativo de melhoria da qualidade de vida da população do entorno: a vinda da escola. Para ela, o significado do desenvolvimento na área estava distante de ser encontrado e possivelmente não iria usufruir dele futuramente, caso o projeto saísse algum dia.

Quando perguntei se ela percebia alguma mudança depois da chegada da Arena, afirmou: *“ah, escuto [...] um ficou contente porque é evoluiu, outro disse que evoluiu, mas pra pior [...] porque deu acesso a ladrão, que não tinha ladrão aqui, difícil nunca a gente tinha ladrão aqui.”*

Conforme dona Maria, antes do empreendimento, toda aquela região estava isolada e, de certo modo, protegida. As obras do Ramal da Copa, dando acesso e ligando a área a outros pontos de Recife, Camaragibe e Jaboatão dos Guararapes, deram visibilidade e aumentaram o fluxo de pessoas e mercadorias. Isso acarretou, também, no aumento de assaltos: *“porque teve ligação com outras cidades: São Lourenço, Cavaleiro, teve ligação porque tinha que fazer*

mesmo por causa do fluxo de pessoas que vinha pro jogo, né? Aí aquela, essa ponte aí, essa ponte de Cosme Damião? Nossa Senhora! Isso aí pesou muito” (Entrevista dona Maria, 2017). Esse fato reflete a falta de investimento em segurança, possivelmente porque, na visão do Estado, esse tipo de investimento não é igualmente necessário para a população pobre do entorno.

Dona Maria destacou, ainda, que o “*desenvolvimento houve e tá havendo*” ao se referir às transformações urbanas observadas nas redondezas. Contudo, durante os jogos ocorridos na Arena Pernambuco, esse desenvolvimento:

Agora só não tá sendo melhor porque, eh... como se diz, as pessoas de mal procedimento entra no meio aí acaba. Hoje, aqui, por exemplo, um jogo aí antigamente podia assistir um jogo aí, hoje não. É, a gente tem que pensar num sei quantas vezes pra assistir um jogo, por exemplo...[...] briga, minha filha, briga. [...] tem até tiro fora, viu! (Entrevista Dona Maria, 2017).

Por conta desses conflitos, em dias de jogos, toda sua rotina foi alterada. Os eventos mudaram toda a dinâmica da área e o número de polícias se intensificou. Para ela, isso era mais do que necessário, em virtude da circulação intensa de pessoas. Embora a melhoria na mobilidade tenha aumentado a movimentação de pessoas não muito “bem-intencionadas”, dona Maria considera ter sido a melhor coisa que aconteceu, “*ah, aqui era tão ruim, que pra sair daqui tinha que andar de pés...a gente agora não, foi ali, apanha o ônibus e no instante chega.*”

Nesse mesmo sentido, os outros interlocutores consideravam o problema da falta de mobilidade mais sério. Não seria erro tomar as considerações de dona Maria como sendo muito próxima da opinião dos demais interlocutores, caso estivessem ainda na comunidade. A mobilidade foi um elemento importante e representativo das mudanças e trouxe significativos ao “desenvolvimento” deixado pela Copa como legado. Portanto, “*assim, ficou mais fácil pros meninos estudarem, se deslocarem daqui o de quinto ano, que eu ensino até o quinto ano, né? O sexto ano ir pra São Lourenço*” (Dona Maria).

Jane também relacionou a chegada da Cidade da Copa com o “desenvolvimento” para a área, seus significados revelavam expectativas produzidas nos discursos dos agentes públicos e privados, ligando geração de renda e emprego à passagem da Copa 2014:

Eu acho que foi o “empreendedorismo”, né? Que gerou muito emprego, né? Beneficiou a muita gente [...] A gente achava... que todo mundo assim, né? É. A gente achou que **com o desenvolvimento, com a Cidade da Copa fosse vim muitas melhorias pra cá, tanto na educação, no turismo, né? Fosse fazer, vim muito comércio que beneficiasse a comunidade, fosse valorizar os pontos turísticos, fosse valorizar os pontos comerciais, mas nada disso aconteceu.** São Lourenço permaneceu sendo São Lourenço, aquela cidadezinha pacata, que não é mais pacata, sempre foi violenta, os

hospitais deixando a desejar... assim, investiram muito aqui no estádio achando que ia ser uma coisa muito boa, na realidade ficou na mesma situação (Entrevista Jane, 2017).

Para ela, as obras beneficiaram as pessoas que transitam para o interior do estado. O lado negativo que as obras trouxeram, além do fato de sua saída da comunidade, foi o “boom” imobiliário ocasionando a valorização do preço dos terrenos:

Na época que a gente saiu daqui que eu fui indenizada, não tava aquele “BUM” não, sabe? Tava aquela explosão não. Porque, **tava todo mundo caladinho ainda**, até então ninguém sabia. Que ninguém tinha conhecimento... na realidade muita gente não tinha conhecimento da proporção de famílias que tínhamos aqui dentro. Achava, quem passava na pista, achava que era meia dúzia de casas, não imaginava que fosse umas trezentas ou mais famílias, entendeu? **Aí a gente ainda conseguiu comprar, do tipo, eu recebi 150, comprei um terreno por 70 mil, praticamente 50% aí o restante eu investi, fiz os tanques, fiz as coisas** (Entrevista Jane, 2017).

A narrativa expõe o paradoxo da urbanização promovida pelo Estado, que, quando realizadas em áreas periféricas das cidades, as mais necessitadas, acaba transformando o território em alvo de interesse para a especulação imobiliária, resultando em aumento dos preços de aluguéis e de venda dos imóveis¹⁶⁷ e, conseqüentemente, os tornando inacessíveis à população local. No entanto, esse movimento de especulação imobiliária foi proposital, estimulado pelos agentes da Rede, e fazia parte do discurso representante do desenvolvimento.

O investimento em urbanização feito pelo Estado empenhava-se, apenas, em garantir a instalação da Arena Pernambuco, não tinha como beneficiários a população local, por isso as obras só foram executadas, porque estavam associadas ao projeto. As obras de infraestrutura (saneamento, iluminação e mobilidade) foram realizadas para atender aos objetivos da construtora, essa era uma das contrapartidas e um dos pontos incluídos no contrato. A comunidade residente ali há duas décadas e todo o entorno, ao que parece, não precisavam.

Se for tomada a justificativa usada pelo diretor da PERPART para dizer a dona Maria que não iria construir um equipamento público no terreno, no caso uma escola, para evitar novas invasões, como uma chave interpretativa do *ethos*, é possível estender esse mesmo modo de agir para outros agentes públicos, e encontrar uma provável resposta para a ausência de qualquer equipamento comunitário, ou “abandono” do Estado na localidade, como uma maneira de não consolidar a moradia na área.

¹⁶⁷ O trabalho de Mello (2014) e Silva (2016) evidenciam o quanto a especulação foi disseminada e estimulada, usando a “isca” da Cidade da Copa para vender imóveis e lançar produtos.

A idealização do projeto Cidade da Copa é outro aspecto relacionado à crença no “desenvolvimento”. O projeto de primeira cidade inteligente, de bairro misto, com áreas de entretenimento, como *shoppings* e cinema, tinha um efeito simbólico, estimulante e apaziguador, de certo modo, que diminuía a tensão e justificava a necessidade do Estado em remover os “posseiros”. Era uma remoção forçada em prol da coletividade e da utilidade pública. A noção de progresso e desenvolvimento estava sendo constantemente manipulada e materializada no projeto, que, por sua vez, ligava-se a um “projeto de Nação” e a uma “paixão”, o futebol, estruturado na Arena Pernambuco.

Por esse motivo, a falta de informações sobre o destino da Cidade da Copa, e a constatação da área abandonada, gerava inconformismo, além de ocasionar expectativas frustradas sobre os benefícios não realizados. A única certeza era a de que o “desenvolvimento”, tão propagado, não aconteceu.

Para Jane, apesar de a Cidade da Copa não ser construída, a realidade continua do mesmo jeito, porque não se tem moradores por perto e a área continuaria abandonada:

Continua do mesmo jeito, a diferença é só o campo. Mesma coisa, né? Hoje ela tá praticamente abandonada, porque não tem mais morador e se tem é de se contar a dedo, né? Porque já foi invadido, lá beirando o rio teve famílias que já voltaram. (Entrevista Jane, 2017).

De acordo com ela, se esperava muitas mudanças e o desenvolvimento teria sido bom, se fosse levado para outros âmbitos da sociedade: *“Seria muito bom que fosse em cultura, né? Um bom desenvolvimento na cultura, é... na educação, na segurança, saúde. E a gente não tem”*.

As pessoas atribuíam ao desenvolvimento a possibilidade de mudança e melhoria na qualidade de vida. Embora essa percepção fosse individual e a mudança sentida em maior ou menor grau, a depender de cada um, não era difícil descobrir o quanto a mídia e a Rede construíram uma ideia de legado inalcançável. Afinal, o projeto seria o maior legado da Copa no Brasil, como foi bastante divulgado, e SLM era identificada como a “Cidade da Copa”. A única certeza desse legado estava ligada à melhoria na mobilidade, gerada pela duplicação da BR-408 e pelo Ramal da Copa, que atendeu aos moradores do entorno. Esse foi o desenvolvimento produzido pela Copa 2014.

Dessa forma, o “desenvolvimento”, enquanto uma lógica operacional acionada pelos benefícios que supostamente articula, “colonizou” e encantou a população ali residente, mas essa foi uma abordagem autoritária, que “vem de cima” (de maior poder da Rede) e,

sobejamente, devassou as pessoas. Porém, pela força impressa pela Rede no discurso, atinge as pessoas, no primeiro momento, como um “remédio” de efeito anestesiador, e, no segundo, seus efeitos colaterais evidentes transformam a realidade, ou em remoção forçada, ou em frustração e ilusão.

A remoção das pessoas deu a comunidade Jardim Penedo de Baixo um destino trágico: seu desaparecimento, consolidando o desassossego de seus moradores expropriados. Foi preciso remover uma população para a chegada do desenvolvimento, para o benefício de outra coletividade.

Tratou-se de um desenvolvimento representado por um projeto de cidade que não vingou e deixou, como herança, a Arena Pernambuco, isolada, incapaz de proporcionar uma transformação na ocupação da área, tampouco de representar todo o legado prometido, devido ao seu pouco uso e alto custo de manutenção. Esses serão assuntos abordados no próximo tópico.

5.6 Cadê a Cidade da Copa e a Nova Centralidade?

Quando fiz essa pergunta não quis me referir apenas ao Projeto Cidade da Copa, mas, também, ao legado de desenvolvimento amplamente divulgado e proposto tão incansavelmente pela Rede-Megaevento aos moradores de SLM e seu entorno como o maior legado da Copa 2014. Legados que, para Maricato (2014), são apenas desculpas para a “dilapidação do fundo público” e visibilidade política dos gestores envolvidos, na garantia de apoio econômico para suas campanhas eleitoreiras.

São Lourenço da Mata é uma das cidades mais velhas do Brasil (465 anos), e foi escolhida para receber obras de mobilidade e de um equipamento esportivo de primeiro mundo, tão contraditórias em comparação com sua fragilidade socioeconômica, que elas pouco fizeram pela cidade já consolidada. O município não ganhou nenhuma obra de infraestrutura interna significativa, como de saneamento básico, ou transporte formal, ou um projeto de combate ao déficit habitacional. Toda essa expectativa de cidade melhor ficou na concepção de outra cidade, cujo significado, aliado ao *marketing* intenso ligado ao megaevento, só serviu para a expansão do mercado imobiliário, intensificado durante o período de 2010 a 2014 (MELLO, 2015).

Todo esse *marketing* foi usado para produzir uma imagem positiva do município com a vinda do megaevento e da Cidade da Copa. O intuito era atrair os novos moradores e investidores, aliciados pelos *slogans* das corretagens de imóveis (MELLO, 2015), pois a “escassez de moradias e a segregação territorial são produtos de um mercado que, entre outras coisas, vende o cenário como signo de distinção” (MARICATO, 1999).

São Lourenço da “Morte”, como a cidade era (e ainda é) conhecida pelos seus munícipes (MELLO, 2015), vestiu a fantasia de Cidade da Copa, mas o baile, com o nome de Nova Centralidade, não aconteceu da forma anunciada. Essa positividade associada à SLM esconde a cidade em uma representação ideológica, como instrumento de poder que dá à população uma ideia fictícia, encobrindo sua própria realidade (MARICATO, 1999). O que aconteceu em SLM foi a festa de vendas de imóveis com preços até 100% mais caros (DA SILVA, 2016), longe das possibilidades financeiras da população local.

Se a Cidade da Copa e o legado de desenvolvimento para o Oeste Metropolitano ficaram no papel, a Arena Pernambuco ainda não alcançou o seu, frustrando as expectativas dos pernambucanos, principalmente dos são-lourensenses, quanto à sua utilização. Além de que, com arrecadação aquém do esperado, o governo do estado anunciou, dois anos após a passagem do megaevento, a rescisão de contrato com a administradora do estádio.

Só no ano passado, o equipamento teve um custo de R\$10,9 milhões contra uma receita de R\$ 3,5 milhões,¹⁶⁸ diferença paga pelo Estado. Dinheiro que poderia ser usado para solucionar alguns dos problemas da população são-lourensense. A nota oficial sobre essa rescisão de contrato foi veiculada em 04 de março de 2016, na qual o Estado justifica sua decisão baseada na análise da Fundação Getúlio Vargas (FGV), que constatou a causa da “frustração de receitas” ter decorrido da subutilização do equipamento. A rescisão custou aos cofres do Estado 246,8 milhões de reais, valor ainda discutido pelo TCE.

Com o intuito de melhorar a arrecadação da *Arena de Pernambuco* (nome adotado após a rescisão do contrato), foi criado o Domingo na Arena (Figura 103), apresentado como um espaço para lazer, com aulas de dança, jogos, entre outros atrativos. Mas, para os são-lourensenses, em sua maioria de baixo poder aquisitivo, o acesso ao equipamento, além da distância, não lhes cabe no bolso, deixando o seu uso mais favorável para moradores de outras

¹⁶⁸ **Sem parceiros para a Arena de Pernambuco, Estado paga conta sozinho.** JC Online Economia. 18 dez. 2018. Disponível em: <https://jconline.ne10.uol.com.br/canal/economia/pernambuco/noticia/2018/12/18/sem-parceiros-para-a-arena-de-pernambuco-estado-paga-a-conta-sozinho-365982.php>. Acesso em: 20 dez. 2018.

cidades próximas. Isso prova, mais uma vez, que as construções feitas para o megaevento não foram pensadas para a população local.

Apenas a título de curiosidade, um dos eventos que dão “alimento” ao “elefante branco” e ocorre no estádio uma vez por ano, é a comemoração de aniversário da Comunidade Obra de Maria, que foi um dos “bens” desapropriados de Jardim Penedo de Baixo.

Figura 100 - Domingo na Arena



Fonte: Arena de Pernambuco. *Facebook* disponível em <https://www.facebook.com/arenadepernambuco/fotos>.

Sem a Cidade da Copa e o suposto vetor de desenvolvimento, resta a maior parte do terreno vazio, cujo destino ainda não foi definido pelo governo do Estado. Volto, então, para a pergunta título deste tópico e surge outra ainda não respondida: por que a Cidade da Copa não saiu do papel?

A história é, no mínimo, curiosa. Em 2014, mesmo com o decreto sendo aprovado pela Assembleia Legislativa “doando” o terreno com toda infraestrutura necessária para a construção, João Lyra Neto (que assumiu o governo com a saída de cena do agente facilitador da Rede, Eduardo Campos, para candidatar-se à presidência da república) recusou-se a assinar o documento,¹⁶⁹ sem nenhuma explicação. Um ano depois desse fato, é deflagrada a Operação *Fair Play*¹⁷⁰ pela Polícia Federal com acusações de superfaturamento e fraude na licitação da construção da Arena de Pernambuco.

Na tentativa de conseguir uma resposta oficial do Estado sobre o destino do terreno, em 2017, enviei questões sobre o assunto através de um Processo de Manifestação de Interesse - PAI nº 66829/2017.

¹⁶⁹ CASTILHO, F. **O cartel e o terreno da Arena. Nova crise com o projeto da Cidade da Copa.** Blog JC Negócios. 2016. Disponível em: <https://jc.ne10.uol.com.br/blogs/jcnegocios/2016/12/06/o-cartel-e-o-terreno-da-arena-nova-crise-com-o-projeto-da-cidade-da-copa/>. Acesso: 05 out. 2018.

¹⁷⁰ **PF apura superfaturamento na obra da Arena Pernambuco para Copa.** G1 Pernambuco. 14 ago. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2015/08/operacao-da-pf-investiga-construcao-de-estadio-em-pernambuco.html>. Acesso em: 24 jul. 2017

No documento, fiz quatro perguntas. A primeira foi sobre a quem pertencia o terreno, cuja resposta foi de que ele pertencia ao Estado. A segunda foi sobre se haveria a Cidade da Copa e quais os planos para a área. A resposta se limitou a falar da rescisão de contrato com a Arena Pernambuco, e algo sobre revisão de planos para a área, que não trouxeram mais esclarecimentos.

A terceira foi feita como uma forma de saber sobre o uso da área, quando indaguei se o espaço continuava sendo uma ZEIS. Logicamente eu sabia que o terreno era uma ZUP pela alteração no Plano Diretor, mas a intenção era conseguir alguma resposta mais consistente do governo sobre o assunto, mas não obtive sucesso, apenas a confirmação de que a área continuava sendo uma ZUP.

Minha última pergunta foi sobre o que a população poderia esperar sobre o processo de urbanização na área, e recebi a resposta pragmática e generalizada de que o Estado estava buscando investimentos para potencializar “a ocupação ordenada da área para que se mantenha o equilíbrio entre os territórios da RMR”.

Com certeza essas respostas não foram as que eu gostaria de receber, ainda assim, não deixou de ser uma resposta condizente com a praxe da gestão pública desinteressada em responder de maneira objetiva questões importantes para a sociedade. Por isso, a pergunta título do tópico, fica sem resposta, ou, pelo menos, com uma resposta confusa, sem utilidade para quem precise de uma elucidação verdadeira.

6 CONSIDERAÇÕES

A realização da Copa 2014, em Pernambuco, deixou um saldo de desapropriações e remoções forçadas em diferentes pontos do Estado para que fosse possível realizá-la. A consequência disso foi que nem todas as ações puderam ser classificadas como justas do ponto de vista social, por deixarem rastros de sofrimento e a desconstrução de projetos de vida.

Os exemplos de violações de direitos não faltaram e foram acompanhados pelo Comitê Popular da Copa, não sendo o caso da comunidade Jardim Penedo de Baixo, que foi a primeira a ser atingida ainda no tempo do planejamento do projeto (SCOTT, 2014).

O grande projeto ambicioso do Estado de Pernambuco, a primeira *Smart City* da América Latina, a Cidade da Copa, tão amplamente divulgado como o maior legado, acabou não sendo executado. Sobrou, tanto para meus interlocutores, removidos da área usada para o projeto, quanto para a população de SLM, a frustração diante das enormes expectativas não atendidas de melhoria e desenvolvimento prometido para Oeste Metropolitano, além de uma Arena de multiuso subutilizada, cuja manutenção onera os cofres públicos.

Do ponto de vista mais amplo, esse megaevento esportivo, transformado em projeto nacional, coadunou interesses públicos e privados, mobilizou flexibilizações da legislação, alocou recursos públicos e deixou alguns projetos urbanos como legados. Alguns desses ainda passam por auditorias e são alvo de investigações por suspeita em gastos excedentes, como, por exemplo, o Ramal da Copa e a Arena de Pernambuco.

Segundo Villano (2008), os megaeventos também poderiam deixar “legados de governança”, como a cooperação entre diferentes níveis de gestão (estatal, municipal e federal). No caso de Pernambuco, conforme trabalhei na tese, o suposto legado de “governança” muito se aproxima da maneira como a Rede-Megaevento foi se estruturando e se consolidando por meio da “cooperação” pública e da parceria privada.

Nos discursos de desenvolvimento do Estado e das ações implementadas existia a tentativa de “maquiar” impactos negativos advindos do megaevento, sobretudo quanto a comunidade de Jardim Penedo de Baixo. Essas ações repercutiram-se em estratégias e emaranhados institucionais estruturados e alicerçados por discursos hegemônicos autoritários, baseados em coerência técnica e no *modus operandi* próprio do campo do desenvolvimento.

E, embora minhas pretensões iniciais fossem a de interpretar a experiência de remoção forçada e seus significados, não dava para desvinculá-la do contexto e, tampouco, deixar de

compreender como o campo multifacetado do desenvolvimento estava se configurando, em Pernambuco, por ordem do megaevento.

A remoção forçada de meus interlocutores deixou explícita como uma comunidade pode se tornar frágil diante de um grande projeto de desenvolvimento em um contexto capitalista neoliberal, no qual o empreendedorismo urbano procura seus aliados na esfera pública, gerando parcerias lucrativas, e engendrando uma rede de articulações em diferentes esferas, cujo motor perpassa pelo uso de poder e política.

Na tese, meu argumento foi mostrar como as ações operadas pela Rede forjaram um *ethos*, um *modus operandi* entre técnicos, parceiros, Estado e posseiros que precisava ser interpretado.

Nesse itinerário, a comunidade e sua realidade sociocultural eram tratadas como insignificantes, pequenas, quando comparadas à “grandiosidade” prometida em nome do bem-estar da “coletividade” e dos interesses da Rede. Durante a pesquisa, rompi com esse tratamento e forma de produzir a indiferença, ao caracterizar a comunidade a partir dos significados de meus interlocutores.

Iniciei o trabalho pretendendo responder questões, como: Quantos eram? O que faziam e como viviam? Quais significados davam a experiência de remoção? Elas foram respondidas diminuindo a lacuna de informações sobre os removidos de Jardim Penedo de Baixo.

Assim, ao analisar os documentos produzidos (cadastramento, decretos, licenças etc.), desconstruí, também, o discurso da Rede que qualificava a comunidade como um “matagal”, um lugar vazio e sem identidade. Ao mergulhar no cadastramento anexado ao inquérito do MPF, ultrapassei números e valores, para construir a descrição do lugar, das atividades socioeconômicas e dos padrões construtivos diversos, como parte do processo de dar visibilidade à experiência de remoção e respeitar os atingidos em suas memórias e estratégias de sobrevivência.

Posso afirmar que este trabalho trouxe significados dessa experiência de remoção forçada. Nele, consta anseios, medos, os pareceres sobre as indenizações, mas também a negociação, as estratégias de meus interlocutores para não sair de “mão abanando”, sobretudo por serem vistos como “invasores” pelo poder público, sendo essa uma condição que os tornavam ainda mais vulneráveis.

Por outro lado, chamou-me atenção valores indenizatórios tão expressivos. Por qual razão o Estado gastou R\$ 18.586.513,85 para remover pessoas enquadradas como invasoras de um terreno público? Uma possível resposta seria a de que a Rede estava fortemente empenhada em resolver os entraves do processo, não importava o preço que custasse, fosse dinheiro, ou o

destino das pessoas que estivessem no caminho de seus objetivos. Por falta de informações que as legitimem, outras possíveis respostas ficarão apenas no imaginário e no âmbito da especulação do leitor.

Como a comunidade era marcada por desigualdades sociais e as benfeitorias pagas pelo Estado valorizaram àqueles que detinham maior investimento em suas posses, os significados da experiência foram positivos ou negativos a depender do valor recebido e da possibilidade de garantir a compra de uma nova moradia. Alguns removidos ficaram muito satisfeitos, outros, receberam pouco e sofreram com a impossibilidade de garantir uma moradia adequada. Dessa maneira, sem assistência social, sem visibilidade e sem adesão de movimentos sociais de luta pelo direito à cidade e à moradia, a população de baixa renda ficou ainda mais vulnerável com a experiência de remoção.

Destaco que não foi minha intenção tratar os removidos apenas como vítimas e esquecer determinadas agências, enfrentamentos e decisões em benefício próprio dos quais se utilizaram, nem, tampouco, o Estado como o algoz. Mesmo que a dicotomia possa ser exacerbada em alguns momentos da tese, as ambiguidades existiram, e algumas pessoas receberam mais que outras. Reitero dizendo que as mudanças motivadas pelo megaevento, embora não na dimensão esperada, foram visíveis em São Lourenço da Mata, pois o município nunca havia recebido tanta atenção.

Meus interlocutores reconheceram que as transformações, especialmente as de mobilidade urbana, de algum modo facilitaram o deslocamento de serviços, mercadorias e pessoas. Isso me faz querer explicar o lugar dessa pesquisa no debate constante sobre a tendência dos antropólogos em defender ou condenar o desenvolvimento, a depender de onde estejam situados profissionalmente (academia ou em agências), embora dizer isso já seja enfrentar muitas polêmicas. Há todo um arcabouço de críticas e de desconstruções que aprofundam esse debate, fato esse que torna oportuno mencionar que esta pesquisa não fez apenas mais uma crítica ao desenvolvimento ou ao modelo adotado por seus agentes. Não sou contra o desenvolvimento, mesmo que entenda se tratar de um campo polissêmico, ambíguo, conflituoso e que, por isso, traz tantas dúvidas.

As melhorias trazidas pela Copa 2014 eram desejadas por meus interlocutores, principalmente as que representavam melhor qualidade de vida, ou seja, eles queriam estar incluídos nos benefícios do projeto Cidade da Copa. Na medida do possível, procurei interpretar as especificidades do termo desenvolvimento entre meus interlocutores, sem, no entanto, mensurar se ele existiu ou não para cada um deles.

Saliento que refletir sobre o campo do desenvolvimento ainda é bastante pertinente, principalmente considerando que os grandes projetos insistem em usá-lo em seus discursos que perpetuam no contexto neoliberal de venda das cidades. A sociedade passa a ser envolvida em um simulacro que mascara a realidade urbana quanto ao direito à cidade e à moradia (LEFEBVRE, 2016; MARICATO, 1999). Ainda, não se pode esquecer que o Estado tem por função promover o desenvolvimento urbano, mas que o uso do planejamento estratégico não deve ter como missão apenas a venda das cidades, e, sim, precisa agir sobre os gargalos que atingem as populações mais vulneráveis com a falta de moradia, que resulta no volumoso déficit habitacional.

A experiência da remoção forçada em JPB foi a ponta do iceberg de uma conjuntura e um campo complexo aos quais busquei interpretar e analisar, condensando documentos, discursos e dados em uma linha argumentativa.

As estratégias usadas nesta remoção foram um “ensaio” do que foi posteriormente padronizado e condicionado ao *modus operandi* da Rede, também, praticado na desapropriação do Loteamento São Francisco, em Camaragibe. Como dito anteriormente, a diferença fica por conta do tempo no megaevento, uma “no tempo do planejamento”, já a do Loteamento São Francisco, no “tempo da execução” (SCOTT e MOURA, 2014). Como diria Scott (2014), o Estado sempre encontra uma forma de sistematizar maneiras para “tirar as coisas do povo”.

Sei que esta pesquisa e meus argumentos não esgotam o debate sobre o assunto, muito menos supre as lacunas que o jogo político e de poder dos agentes fez questão de resguardar. A interações levaram-me a refletir o papel do Estado frente a projetos de desenvolvimento e de como a sociedade, mesmo “irregular”, “informal”, pode intervir sobre o destino de suas vidas em relação à cidade real. Foi importante pensar esses indivíduos produzindo o seu lugar a partir de memórias, de histórias e de interrelações, com presença e pertencimento.

Isso quer dizer que a população não deve ser considerada apenas como objeto, mas como sujeito do social, pois a produção do espaço deve assumir, também, a ótica do cidadão, e não apenas a da administração pública. Deve ser, portanto, a extensão da cidadania, uma forma direta de democracia, na qual as pessoas detêm o controle direto da forma de habitar a cidade; e a cidade, enquanto algo coletivo, possibilita o espaço para manifestar as diferenças (LEFEBVRE, 2016).

Apesar de ser possível falar de ganhos substanciais para alguns removidos, não se pode esquecer a dimensão do sofrimento. Nenhuma mudança forçada é fonte de alegria. Meus interlocutores não a planejaram e tiveram que lidar com improvisos, situações complicadas e desafios não calculados. A situação de alguns deles foi mais delicada por terem sido removidos

de um ambiente que cumpria a dupla função: ser seu lugar de moradia e ser o seu lugar de trabalho. Afinal, a moradia e o trabalho constituem-se em segurança e, deles, dependem outros projetos da família, como o acesso aos serviços públicos, à cidade, e a própria cidadania.

Ademais, não é possível calcular subjetividades, sonhos, expectativas, nem os transformar em valores de mercado, embora a esses, se tenham atribuído valor sob o nome de benfeitorias. Esses são riscos assumidos ao se colocar de um lado, pessoas, e do outro, o mercado. O impacto na vida dos atingidos é uma ocorrência associada a múltiplos elementos desestabilizadores e geradores de insegurança em um curto espaço de tempo não programado por eles.

As transformações impostas às suas vidas, mesmo que “negociadas”, agiram drasticamente ao deslocá-los de seus contextos e exigir-lhes outros destinos para além do que foi planejado e vivido ao longo de quase duas décadas. Algumas questões ficaram sem respostas: por que projetos de desenvolvimento não podem preservar a moradia? E, caso os impactos sejam inevitáveis, por que não são alocados recursos suficientes para garantir uma condição de moradia igual ou melhor do que aquela que tinham?

As repostas para essas perguntas são complexas e tocam em diferentes aspectos culturais da sociedade brasileira, por um lado, é preciso pensar nos fatores que impedem a constituição de uma cidadania plena, na falta de uma sociedade mais comprometida com o controle urbano e gestão das cidades. Igualmente, cabe problematizar mais sobre o papel dos gestores públicos, que, quando diante de projetos de desenvolvimento, precisam incorporar em suas práticas a perspectiva de que o direito à cidade e à moradia devem também ser vistos como norteadores de políticas de desenvolvimento, quando se fomentam a reestruturação e a produção do espaço. Porém essas ações não vão fazer sentido se o déficit habitacional não for enfrentado, pois ele é, sem dúvida, um problema político.

É preciso, além de “construir casas”, assegurar o direito à posse da população de baixa renda como uma prática de política habitacional, levando o Estado a agir nas áreas mais pobres, regularizando a posse e promovendo a infraestrutura necessária para que a população em questão tenha uma moradia digna. É preciso pensar em um desenvolvimento socioeconômico (SOUZA, 2016) que equilibre recursos e suas aplicações.

Por sua vez, os projetos de desenvolvimento não devem vir com abordagens autoritárias sobre áreas periféricas atingindo populações carentes, nem pode ser o Estado um facilitador das arbitrariedades que promovem violações de direitos humanos sobre essa população.

As elucubrações acima, embora idealizadas, são necessárias para provocar o debate sobre o modo como a gestão pública trata a população de baixa renda, e nunca vai ser “mais do

mesmo”. É preciso estimulá-lo, fomentá-lo e problematizar as ações políticas sempre que possível. Reduzir o debate a uma afirmação “que não dá em nada” ou a ser “mais do mesmo” é negar toda a discussão que Maricato (2012) levanta sobre as cidades (formal e informal) e de como essa informalidade/ilegalidade construiu e ainda constrói o espaço urbano no Brasil. Também é não assumir o posicionamento de Rolnik (2012) ao denunciar o paradoxo que ocorre no país quanto ao direito à moradia, quando temos as melhores leis, até mesmo do mundo, mas o Estado as relegam à força de um mercado imobiliário neoliberal excludente.

Volto a Damo e Oliven (2013) e repito que o maior legado dessa Copa foi o debate, as contestações acadêmicas, o dever de trazer a informação para a sociedade, suscitando-a a ser o agente modificador de sua realidade, livrando-a do simulacro cada vez mais hegemônico criado pela dupla Estado/capital. É preciso sempre estar problematizando, discutindo, expondo as utopias por mais que tendam a nunca se realizar. Como diria Vainer (2003), a utopia urbana é necessária, pois é dela que surge a transformação da realidade, da cidade. É preciso o conflito, é ele que move a cidade, na batalha entre gestão democrática e gestão empresa-negócio-mercadoria.

Exposto isso, esta pesquisa além de contribuir para o registro dessa experiência e memória da comunidade e do lugar, também evidencia o quão é importante pôr em prática os dispositivos de controle social já existentes em consonância com a gestão democrática da cidade.

Encerro essas considerações questionando pela Cidade da Copa, porque esse projeto desencadeou a remoção forçada da comunidade e todo um processo de transformação urbana e de violações.

Um bairro misto de alto padrão, de sustentabilidade, autonomia e inteligência que seria inserido em um município, cuja realidade de pobreza e infraestrutura precária deixaria gritante o contraste e a diferença social, acabaria por se tornar um enclave fortificado (CALDEIRA, 2000), apesar da utopia visionária de seu planejador. Por que construir essa cidade? Por que não aliar a construção da Arena de Pernambuco a um projeto que viabilizasse a permanência da comunidade no terreno? Se houvesse vontade política, a cartilha de Rolnik (2014) dedicada à segurança da posse dos pobres urbanos poderia ser seguida e, através da legislação existente, oferecer a legalização à comunidade, observando suas peculiaridades rurais, mantendo a sustentabilidade para evitar a degradação da natureza, uma agrovila, por exemplo. Citando Vainer (2003) mais uma vez, a utopia da cidade democrática não é plena, mas é experimentada parcialmente em algumas cidades através do planejamento participativo. É assim que a utopia começa a se realizar. Tenho esperança.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. Sobre a memória das cidades. *In*: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (Orgs.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2016. P. 19-39.

AGÊNCIA CONDEPE/FIDEM. Oeste Metropolitano: realidade e desafios. Recife, 2011. Disponível em: <http://www.condepefidem.pe.gov.br/web/condepe-fidem/estudos-pesquisas-e-estatistica>. Acesso em: 18 jan. 2018.

AGUIÃO, S. Produzindo o campo, produzindo para o campo: um comentário a respeito de relações estabelecidas entre movimento social, gestão governamental e academia. *In*: CASTILHO, S. R.; LIMA, A. C. S.; TEIXEIRA, C. C. (Orgs.). **Antropologia das práticas de poder: reflexões etnográficas. Entre burocratas, elites e corporações**. Rio de Janeiro: Faperj, 2014. 256p.

ANDRADE, P. S. S.; CABRAL, S. **Ensaio sobre a parceria público-privada (PPP) da nova arena esportiva Fonte Nova**. Jus Navigandi, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://jus.uol.com.br/revista/texto/19385>. Acesso em: 13 jul. 2016.

ANDRADE, R. F. **Preparativos para a copa do mundo de 2014 na cidade de Manaus/AM: uma abordagem antropológica**. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013.

Apresentação da maquete e Projeto Cidade da Copa. DOE. 25 jan. 2012. Disponível em: [http://200.238.105.211/cadernos/2012/20120125/1-PoderExecutivo/PoderExecutivo\(20120125\).pdf](http://200.238.105.211/cadernos/2012/20120125/1-PoderExecutivo/PoderExecutivo(20120125).pdf). Acesso em: 20 jan. 2018.

ARAÚJO, A. C. (Org.) **Copa do Mundo 2014: debates sobre mídia e cultura**. Natal: Edufrn, 2016. 340p.

ARAÚJO, A. C. *et al.* (Org.) **Megaeventos esportivos e seus legados: reflexões sobre Copa do Mundo 2014 a partir da Mídia-Educação**. Natal: Edufrn, 2016b. 96p.

ARAÚJO, A. S. **O Megaevento Copa do Mundo FIFA 2014: relações entre futebol, educação e lazer em uma escola estadual de Belo Horizonte - MG**. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Estudos do Lazer) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

ARAÚJO, G. O. **Por que criticam?: etnografia do conflito pela moradia popular em tempo de Copa do Mundo FIFA na cidade de Porto Alegre**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

ARAÚJO, M. F. F.; **Daqui não saio, daqui ninguém me tira: direito à cidade e direito à moradia no contexto da copa do mundo de 2014 da FIFA em Fortaleza e o Movimento de Luta em Defesa da Moradia (MLDM)**. Monografia (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

ARAÚJO, S. L. E.; **Era para ser apenas um (mega) evento esportivo? Como a Copa do Mundo 2014 evidenciou a crise política brasileira**. Tese (Doutorado em Administração) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

AUGÉ, M.; **Não lugares:** introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papyrus, 2012. 112p.

BARBOSA, S. P. **O instituto da desapropriação na legislação brasileira.** Conteúdo Jurídico, Brasília-DF: 2016. Disponível em: http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,o-instituto-da-desapropriacao-na-legislacao-brasileira,55529.html#_ftn1. Acesso em: 30 out. 2018.

BARBOSA, T.; **A Copa, a Cidade e a Vila:** Um estudo de caso sobre a Vila Recanto UFMG. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

BARRET, S. R. **Antropologia:** guia do estudante à teoria e ao método antropológico. Petrópolis: Vozes, 2015. 343p.

BLOG DE NOTÍCIAS. Novo Mapa da Estratégia de Pernambuco reforça foco nos estratos mais vulneráveis e no interior. Disponível em: <http://www.pe.gov.br/b/11978>. Acesso em: 09 nov. 2015.

BLOG NE10 UOL, ESPECIAIS, A Primeira Vez Da Copa Do Mundo No Recife. Disponível em: <http://especiais.ne10.uol.com.br/recifeecopa/a-primeira-vez.html>. Acesso em: 20 ago. 2018.

BONFIM, I. O. B. **A representação social da copa do Mundo de Futebol da Fifa 2014 em Curitiba (Paraná, Brasil).** Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013,

BOSI, E. **Memória e sociedade:** lembranças de velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p.488.

BOURDIEU, P. A dominação masculina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. 160p.

_____. **A economia das trocas simbólicas.** São Paulo: Perspectiva, 2015. 361p.

_____. **A economia das trocas simbólicas.** São Paulo: Perspectiva, 2015. 361p.

_____. **Coisas Ditas.** São Paulo: Ed. Brasiliense, 2004. 234p.

_____. **Lições da aula.** São Paulo: Editora Ática, 2001. 63p.

_____. **Meditações pascalianas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. 324p.

_____. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Editora Bertrand brasil, 1989. 311p.

_____. **Razões práticas:** sobre a teoria da ação. São Paulo: Papyrus, 1996. 224p.

BRANDÃO, Z. **Núcleo técnico de operações urbanas:** estudos 2007-2010. Recife: CEPE, 2012. 183p.

BRANDENBURG, E. J. **Grandes projetos urbanos:** vetores de desigualdade socioespacial? Análise prospectiva dos impactos e legados socioespaciais da copa de 2014 em Curitiba. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.** Dispõe sobre desapropriações por utilidade pública. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 21 jun. 1941.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3365.htm. Acesso em: 24 abr. 2017.

BRASIL. **Lei Nº 10.257, de 10 julho de 2001.** Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 10 jul. 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm. Acesso em: 27 out. 2013.

BRASIL. **Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002.** Lei de introdução às normas do Direito Brasileiro. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 10 jan. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10406.htm. Acesso em: 13 fev. 2017.

BRASIL. **Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850.** Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 20 out. 1850. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/LEIS/L0601-1850.htm. Acesso em 30 out. 2018.

BRASIL. **Presidência da República. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil>. Acesso em: 28 out. 2013.

BRONZ, D. “O Estado não sou eu”. Estratégias empresariais no licenciamento ambiental de grandes empreendimentos industriais. **Campos-Revista de Antropologia**, Curitiba, v. 14, n. 1-2, p. 37-55, 2013.

CAFRUNE, M. E. **Direito à moradia e a copa do mundo no Brasil:** das mudanças legislativas às novas lutas urbanas. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

CALDEIRA, T. P. R. **A política dos outros:** O Cotidiano dos Moradores da Periferia e o que Pensam do Poder e dos Poderosos. São Paulo: Brasiliense, 1984. 300p.

CALDEIRA, T. P. R. **Cidade de muros.** Crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Edusp, 2000. 400p.

CARLOS, A. F. A. **A cidade:** o homem a cidade e o cidadão de quem é o solo urbano?. São Paulo: Contexto, 2015. 150p.

CARLOS, A. F. A. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade.** São Paulo: Edição Eletrônica, 2007. 123p. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dg/ges>. Acesso em: 30 ago. 2013.

CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. **A Produção do espaço Urbano:** agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Ed. Contexto, 2015. 240p.

CARLOS, A. F. A.; VOLOCHKO, D.; ALVAREZ, I. P. **A cidade como negócio.** São Paulo: Contexto, 2015. 272p.

CARVALHO, J. M. Quem transgride o que? *In:* CARDOSO, F. H.; MOREIRA, M. M. (Coord.). **Cultura das Transgressões no Brasil:** Lições de História. 2. ed. São Paulo: Ed. Saraiva, 2008. p. 69-94.

CARVALHO, R. H. **Impacto econômico de megaeventos: o caso da Copa do Mundo FIFA 2014.** Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Turismo) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

CAVALCANTI, L. B. **O Mito do Desenvolvimento e a (Re)Reprodução de Cidades - Estudo de Caso, a Cidade da Copa em Pernambuco-Brasil.** Dissertação (Mestrado em Geografia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.

CAVALCANTI, M. A. H. **O impacto do megaevento esportivo de futebol na estruturação urbana da metrópole do Recife.** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

CHADE, J. **Política, propina e Futebol: Como o “padrão FIFA” ameaça o esporte mais popular do planeta.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2015. 336p.

CHAUSSARD, S. W. **Megaeventos e a cidade: reflexos urbanos da Copa do Mundo 2014 na Região Metropolitana do Recife.** Dissertação (Mestrado em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

COMITÊ Popular da Copa. Auditoria Participativa copa do mundo de 2014. Disponível em: <http://comitepopularpe.wordpress.com>. Acesso em: 20 out. 2013.

COMITÊS Populares da Copa. ‘Dossiê da Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa’. 2011. 138p. Disponível em: <http://direitoamoradia.org/?p=4639&lang=pt>. Acesso em: 18 out.

COMPANS, R. **Empreendedorismo urbano: entre o discurso e a prática.** São Paulo: Unesp, 2005. 303p.

COSTA, J. C. **Governança inversa: o papel da parceria público-privada na construção da arena da Copa 2014 em PE.** 2014. (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

COSTA, J. P. B. **Cidadania diferenciada e as ocupações irregulares de terras públicas no Distrito Federal.** Dissertação (Mestrado em Direito Constitucional e Sociedade) - Instituto Brasiliense de Direito Público, Brasília, 2017.

COUTINHO, E. C. **O direito à cidade: um exame sobre as consequências das obras da copa do mundo de 2014 na comunidade Trilha do Senhor.** Monografia (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

CURI, M. A disputa pelo legado em megaeventos esportivos no Brasil. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 40, p. 65-88, 2013.

DA MATTA, R. Em torno da transgressão à brasileira. *In*: CARDOSO, F. H.; MOREIRA, M. M. (Coord.). **Cultura das Transgressões no Brasil: Lições de História.** 2. ed. São Paulo: Ed. Saraiva, 2008. p. 95-110.

DA SILVA, C. F. Os grandes eventos esportivos e a dinâmica imobiliária e habitacional: a natureza e as contradições do programa minha casa minha vida (PMCMV) em São Lourenço da Mata/PE. **Geographia Meridionalis**, v.2, n. 1, p. 38-62, 2016.

DAMO, A. S. O simbólico e o econômico no futebol de espetáculo: as estratégias da FIFA para tornar as copas lucrativas a partir de uma interpretação antropológica. **Razon y Palabra**, Porto Alegre, v. 69, p. 1-25, 2009.

DAMO, A. S.; OLIVEN, R. G. O Brasil no horizonte dos megaeventos esportivos de 2014 e 2016: sua cara, seus sócios e seus negócios. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 40, p. 19-63, 2013.

DECLARAÇÃO Universal dos Direitos Humanos. CESE, 9ª edição, 2018. Disponível em: http://www.cese.org.br/wp-content/uploads/2018/04/Cartilha_CESE-direitosHumanos_2018-FINAL-WEB_pagsIndividuais.pdf. Acesso em: 22 nov. 2018.

DUMONT, L. **Homo Aequalis**: gênese e plenitude da ideologia econômica. Bauru: Edusc, 2000. 284p.

DUMONT, L. **O individualismo**: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. 283p.

DURHAM, E. R. “Cultura e ideologia”. In: DURHAM, E. R., **A dinâmica da cultura**. São Paulo: Cosac&Naify, 2004. p.79-259.

Eduardo Campos quer trazer a Copa de 2014 para Pernambuco. DOE. 31 jan. 2007. Disponível em: [http://200.238.105.211/cadernos/2007/20070131/1-PoderExecutivo/PoderExecutivo\(20070131\).pdf](http://200.238.105.211/cadernos/2007/20070131/1-PoderExecutivo/PoderExecutivo(20070131).pdf). Acesso em: 14 fev. 2017.

ENNE, A. L. “Nós”, os “outros” e os “outros dos outros”: dilemas e conflitos no mapeamento de sujeitos, redes e instituições. In: CASTILHO, S. R. R.; LIMA, A. C. S.; TEIXEIRA, C.C. (Orgs.). **Antropologia das práticas do poder**: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações. 1. ed. Rio de Janeiro: Conta Capa/Faperj, 2014. p. 85-90.

ENTREVISTA Revista Le Monde Diplomatique Brasil - Luís Brasilino. 06 de fev. 2012. ed. 55. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/conflitos-por-moradia-estao-aumentando-no-brasil/>. Acesso em: 15 nov. 2018.

ESCOBAR, A. Anthropology and the Development Encounter: The Making and Marketing of Development Anthropology. **American Ethnologist**, New York, v. 18, n. 4. p. 658-682, 1991.

ESCOBAR, A. **La invención del Tercer Mundo: construcción y deconstrucción del desarrollo**. Bogotá: Grupo Editorial Norma, 1996. 360p.

ESCOBAR, A. Planejamento. In: SACHS, W. (Eds.). **Dicionário do desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes, 2000. p.211-228.

ESTEVA, G. Desenvolvimento. In: **Dicionário do Desenvolvimento**. Guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Ed. Vozes, 2000. p. 59-83.

ESTUDO de Impacto sobre o Patrimônio Cultural Concernente às obras de Implantação da Arena da Copa de 2014, em São Lourenço da Mata, PE - (EIPCA). São Lourenço da Mata, 2010. Disponível em: http://www.brasilarqueologico.com.br/relatorios/Obras%20de%20Implantacao%20da%20Arena%20da%20Copa%20de%202014%20-%20LP%20ARENA%20DA%20COPA_WEB.pdf. Acesso em 28 jul. 2017.

FALCÃO, J. Transgressões Coletivas e Justiça por Amostragem. *In: CARDOSO, F. H.; MOREIRA, M. M. (Coord.). **Cultura das Transgressões no Brasil: Lições de História.** 2. ed. São Paulo: Ed. Saraiva, 2008. p. 41-68.*

FERGUSON, J. **The Anti-Politics Machine:** “Development”, depoliticization, and bureaucratic power in Lesotho. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1994. 336p.

FIGUEIREDO, P. O. F. N. **O (não) direito ao esporte e lazer e a mercantilização do futebol:** Copa para quem? Tese (Doutorado em Política Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

FLEISCHER, S. Antropólogos ‘anfíbios’? Alguns comentários sobre a relação entre antropologia e intervenção no Brasil. **Revista Antropológicas**, 2007. v. 18, n. 1, 37-70 p. Disponível em: www.revista.ufpe.br/revistaantropologicas/index.php/revista/article/view/79/75. Acesso em: 11 ago. 2015.

FLICK, U. **Introdução à metodologia de pesquisa:** um guia para iniciantes. Porto Alegre, Penso, 2013. 256p.

FONSECA, C. Quando cada caso NÃO é um caso. *In: XXI Reunião Anual da ANPED.* Caxambu, 1998. Disponível em: https://poars1982.files.wordpress.com/2008/03/rbde10_06_claudia_fonseca.pdf. Acesso em: 23 set. 2018.

FURTADO, C. **Ensaio sobre a Venezuela:** subdesenvolvimento com abundância de divisas. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008. 188p.

GALIZA, H. R. S.; VAZ, L. F.; SILVA, M. L. P. **Grandes eventos, obras e remoções na cidade do Rio de Janeiro, do século XIX ao XXI.** 2014. Disponível em: http://megaeventos.etern.ippur.ufrj.br/sites/default/files/artigos-cientificos/st_grandes_eventos_obras_e_remocoes_na_cidade_do_rio_de_janeiro_do_seculo_xix_ao_xxi_helena_rosa_dos_santos_galiza_lilian_fessler_vaz_maria_lais_pereira_da_silva.pdf. Acesso em: 15 nov. 2018.

GEERTZ, C. **A Interpretação das Culturas.** Rio de Janeiro: Gen-LTC, 2017. 323p.

GÓIS, R. A. D. **A metrópole e os mega-eventos. Implicações socioespaciais da copa do mundo de 2014 em Fortaleza.** Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

GOOGLE EARTH, **Imagem de satélite. Área do Círculo Militar.** Disponível em: <https://www.google.com.br/maps>. Acesso em: 13 set. 2017

Governador Eduardo Campos diz Estamos de olho na Copa, mas também no pós-Copa [legados], que é mais importante do ponto de vista da população, de muitas pessoas que às vezes nem assistem futebol, mas vão ter nas suas vidas os ganhos que a Copa traz. DOE. 17 jun. 2010. Disponível em: [http://200.238.105.211/cadernos/2010/20100617/1-PoderExecutivo/PoderExecutivo\(20100617\).pdf](http://200.238.105.211/cadernos/2010/20100617/1-PoderExecutivo/PoderExecutivo(20100617).pdf). Acesso em 24 set. 2018.

Governador Eduardo Campos diz que a Copa vai ajudar muito no desenvolvimento do Estado. DOE. 02 jun. 2009. Disponível em:

[http://200.238.105.211/cadernos/2009/20090602/1-PoderExecutivo/PoderExecutivo\(20090602\).pdf](http://200.238.105.211/cadernos/2009/20090602/1-PoderExecutivo/PoderExecutivo(20090602).pdf). Acesso em: 14 jul. 2017.

GOVERNO de Minas Gerais. Déficit Habitacional no Brasil 2015. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2018. Disponível em: <http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/noticias-em-destaque/4154-fundacao-joao-pinheiro-divulga-resultados-do-deficit-habitacional-no-brasil>. Acesso em: ago. 2017

GOVERNO de Pernambuco. Nota Oficial Arena PE. Disponível em: <http://www.pe.gov.br/mobile/blog/2016/03/04/nota-oficial-arena-pe/>. Acesso em: 30 jan. 2017.

GOVERNO DO BRASIL. **Crônicas de Nelson Rodrigues: Futebol é paixão.** Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/editoria/esporte/2014/06/cronicas-de-nelson-rodrigues-futebol-e-paixao>. Acesso em: 21 ago. 2018.

GOVERNO DO BRASIL. **Especial: Da Grécia Antiga à Era Moderna: conheça a história dos Jogos Olímpicos.** Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/noticias/esporte/2014/07/especial-da-grecia-antiga-para-a-era-moderna-conheca-a-historia-dos-jogos-olimpicos>. Acesso em: 13 ago. 2018.

GUTTERRES, A. S. **A resiliência enquanto experiência de dignidade: antropologia das práticas políticas em um cotidiano de lutas e contestações junto a moradoras ameaçadas de remoção nas cidades sede da Copa do Mundo 2014.** (Tese de Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva.** São Paulo: Vértice, 1990. p.224.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna.** São Paulo: Loyola, 2007. 349p.

_____. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Annablume, 2005. 251p.

_____. **Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana.** São Paulo: Martins Fontes, 2014. 294p.

_____. **Espaços de Esperança.** São Paulo: Edições Loyola, 2004. 382p.

_____. **O neoliberalismo: histórias e implicações.** São Paulo: Loyola, 2012. 256p.

_____. **O novo imperialismo.** São Paulo: Edições Loyola, 2003. 276p.

HERZFELD, M. **A produção social da indiferença: explorando as raízes simbólicas da burocracia ocidental.** Petrópolis: Ed. Vozes, 2016. p.207.

História municipal. Base de Dados do Estado (BDE). Recife, 2016. Disponível em: <http://www.condepefidem.pe.gov.br/web/condepe-fidem>. Acesso em: 10 out. 2016.

HOLSTON, J. **Cidadania insurgente - disjunções da democracia e da modernidade no Brasil.** São Paulo: Cia. Das Letras, 2013. 488p.

IKUTA, F. K. **Moradia popular em tempos de Copa.: o desenvolvimento urbano como um mito.** ANPUR. ANAIS. Recife, 2013.

IKUTA, F. K. Moradia popular em tempos de Copa: o desenvolvimento urbano como um mito. In: XV ENANPUR, 2013, Recife. **Anais... XV Enanpur**. Recife: Anpur, 2013. p. 627-642.

ISRAËL, L. O uso dos arquivos em sociologia. In: PAUGAM, S. (Coord.). **A pesquisa sociológica**. 1. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2015. p. 141-156.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2016. 143p.

LELIS, N. Ocupações urbanas: a poética territorial da política. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 428-444, 2016.

LEMOS, J. R. “Jogo duro”: intervenções urbanas e redes de resistência no tempo para um mega-evento. P 281-380. In: **CD Copa do Mundo** (Futebol) (20.: 2014: Brasil). Copa do Mundo em Pernambuco: impactos, avaliações e ações [CD-ROM] / [organizadores] Alice Moura, Parry Scott, Teresa Oliveira. – Recife: Ed. do Organizadores, 2015.

LIMA, M. E. W. **O direito à moradia no contexto do megaevento Copa do Mundo 2014 no Brasil: o caso do loteamento São Francisco (Camaragibe-PE)**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

LIMONAD, E. Em busca do paraíso: algumas considerações sobre o desenvolvimento. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 15, n. 1, p. 125, 2013. Disponível em: <http://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/4174>. Acesso em: 18 jan. 2018.

LIMONAD, E. Em busca do paraíso: algumas considerações sobre o desenvolvimento. **Estudos Urbanos e Regionais**, São Paulo, v.15, n. 1, 2013.

Limpendo a Área. **Filme**. Direção e coordenação: Parry Scott. Roteiro: Alice Bezerra de Mello Moura, José Roberto Lemos, Parry Scott e Teresa Oliveira. Produção: FAGES Recife, 17 minutos. Disponível em: www.youtube.com/watch?v=8fISwXKd1DM. Acesso em: 10 de fev. 2015.

LUGONES, M. G. (In)credulidades compartilhadas: expedientes para observar admisnistraciones estatales. In: CASTILHO, S. R. R.; LIMA, A. C. S.; TEIXEIRA, C.C. (Orgs.). **Antropologia das práticas do poder: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações**. 1. ed. Rio de Janeiro: Conta Capa/Faperj, 2014. p. 71-84.

LUZARDO, L. C. F. **Governança, políticas públicas e participação social: a experiência de projetos urbanos no contexto da Copa FIFA Brasil 2014**. Dissertação (Mestrado em Estudos Urbanos e Regionais) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

MAGALHÃES, A. “O ‘legado’ dos megaeventos esportivos: a reatualização da remoção de favelas no Rio de Janeiro”. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 19, n. 40, p. 89-118, 2013.

MAGNO, F. **A COPA DO MUNDO DE FUTEBOL EM PORTO ALEGRE: a realocação dos moradores afetados pela duplicação da Avenida Tronco**. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

MARANHÃO, J. A. **“História de São Lourenço da Mata”**. 2. ed. São Lourenço da Mata, Prefeitura, 1981. 167p.

MARICATO, E. A Copa do Mundo no Brasil: tsunami de capitais aprofunda a desigualdade urbana. *In: Brasil em Jogo: o que fica da Copa e das Olimpíadas?* JENNINGS, A. (Orgs.). 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014. p.17-24.

_____. A terra é um nó na sociedade brasileira... também nas cidades. **Cultura Vozes**, São Paulo, v. 93, n. 6, p. 7-22, 1999.

_____. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. Planejamento urbano no Brasil. *In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (Orgs.). A cidade do pensamento único: desmanchando Consensos*. 3. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002. p.121-192.

_____. MetrÓpole, legislação e desigualdade. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 17, n. 48, p. 151-166, 2003.

_____. O setor imobiliário ou a expulsão dos pobres do centro de São Paulo. **Carta Maior**, São Paulo, 20012.

_____. Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras. **São Paulo em perspectiva**, São Paulo, v. 14, n. 4, p. 21-33, 2000.

MASCARENHAS, G.; BIENENSTEIN, G.; SÁNCHEZ, F. **O jogo continua: megaeventos esportivos e cidades**. Rio de Janeiro: Ed UERJ, 2011. 216p.

MELLO, G. M.S. “São Lourenço da Mata, Cidade da Copa”: a (re)construção da imagem da cidade e suas implicações na dinâmica territorial. *In: RAMALHO, A. M. F. (Org.). Recife: os impactos da Copa do Mundo de 2014*. Rio de Janeiro: Oficina do Livro, 2014, p.83-103.

MELLO, G. S. **Transformações na dinâmica territorial de São Lourenço da Mata: da “cidade da copa” aos novos empreendimentos imobiliários**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

MELO, G. S. Planejamento estratégico e sustentabilidade Urbana: teoria versus prática no contexto da copa do Mundo 2014. *In: XV ENANPUR, 2013, Recife. Anais... XV Enanpur*. Recife: Anpur, 2013.

MELO, J. J. M. **Copa do mundo FIFA 2014: implicações para o destino turístico Natal/RN - Brasil**. Dissertação (Mestrado em Turismo) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

MELO, M. N. M.; NASCIMENTO, A. S. Megaeventos e expansão geográfica do capital na metrópole: o caso de São Lourenço da Mata-PE. ANPUR. **ANAIS**. Recife, 2011.

MORAES, A. C. R. **Meio Ambiente e Ciências Humanas**. São Paulo: Annablume, 2005. 162p.

MOURA, A. B. M. **O direito à moradia no contexto do megaevento copa do mundo 2014, no brasil: o caso do loteamento São Francisco (Camaragibe-PE)**. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

MOURA, A. B. M. Tudo isso por causa de uma bola?": Desapropriações e resistências decorrentes das obras para a Copa do Mundo de 2014 em Camaragibe e Recife. P 381-439. *In: CD Copa do Mundo (Futebol)* (20.: 2014: Brasil). Copa do Mundo em Pernambuco: impactos, avaliações e ações [CD-ROM] / [organizadores] Alice Moura, Parry Scott, Teresa Oliveira. – Recife: Ed. do Organizadores, 2015.

NASCIMENTO, A. Q. **As resistências à cidade de exceção:** reestruturação urbana em Cuiabá no contexto da copa do mundo da FIFA de 2014. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

NISBET, R. **Historia de la idea de progreso.** Barcelona: Editora Gedisa, 1991. p.491.

OLIVEIRA NETO, J. C. S. **Fortaleza na Copa do Mundo de Futebol de 2014:** a expectativa dos fortalezenses na condição de cidade-sede. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

OLIVEIRA, E. G. **A copa do mundo FIFA 2014 e o direito à moradia adequada:** um estudo das remoções forçadas na execução do projeto do VLT Parangaba-Mucuripe em Fortaleza-CE. Monografia (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

PACHECO, T. S. **Copa do Mundo FIFA 2014™:** percepções dos residentes da cidade do Rio de Janeiro. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Turismo) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

PARESCHI, A. C. **Desenvolvimento Sustentável e Pequenos Projetos:** Entre o Projetismo, a Ideologia e as Dinâmicas Sociais. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2000.

PE vai sediar mundial de 2014. DOE. 02 de jun. 2014. Disponível em: [http://200.238.105.211/cadernos/2009/20090602/1-PoderExecutivo/PoderExecutivo\(20090602\).pdf](http://200.238.105.211/cadernos/2009/20090602/1-PoderExecutivo/PoderExecutivo(20090602).pdf). Acesso em: 24 jun. 2017.

Pernambuco assegura \$ 1,2 bi para obras da Copa de 2014. DOE. 14 jan. 2010. Disponível em: [http://200.238.105.211/cadernos/2010/20100114/1-PoderExecutivo/PoderExecutivo\(20100114\).pdf](http://200.238.105.211/cadernos/2010/20100114/1-PoderExecutivo/PoderExecutivo(20100114).pdf). Acesso em: 14 fev. 2018.

PERNAMBUCO. **Lei Nº 14.804, de 29 de outubro de 2012.** Regula o acesso a informações, no âmbito do Poder Executivo Estadual, e dá outras providências. Palácio do Campo das Princesas, Recife, 29 de outubro do ano de 2012, 196º da Revolução Republicana Constitucionalista e 191º da Independência do Brasil. Disponível em: https://www.sefaz.pe.gov.br/Legislacao/Tributaria/Documents/legislacao/Leis_Tributarias/2012/Lei14804_2012.htm. Acesso em: 24 jun. 2017.

PERNAMBUCO. **SECOPA. Legado Social das Copas em Pernambuco.** Disponível em: <http://www.secopa.pe.gov.br/attachments/Legado-social-das-Copas-em-Pernambuco.pdf>. Acesso 28 nov. 2015.

PERNAMBUCO. **SEPLAG. Pernambuco 2035 – Plano Estratégico de longo Prazo.** Disponível em: <http://www.seplag.pe.gov.br/web/pe2035/2035-plano-estrategico>. Acesso em: 23 nov. de 2015.

PERNAMBUCO. SEPLAG. Mapa da Estratégia. Disponível em: <http://www.seplag.pe.gov.br/web/tppe/todos-por-pe-mapa-da-estrategia>. Acesso em: 09 nov. 2015.

PERNAMBUCO. SEPLAG. Visão de Futuro Pernambuco 2035 – Proposta para discussão com a sociedade. Disponível em: <http://www.seplag.pe.gov.br/web/pe2035/2035-visao-de-futuro>. Acesso em: 23 nov. de 2015.

PIMENTEL NETO, J. G. **Arranjos institucionais e gestão urbana: uma análise do desenvolvimento local-regional na região metropolitana do recife – o legado da copa do mundo FIFA de 2014.** Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

PIRES, ADVOGADOS E CONSULTORES. Relatório de Impacto Ambiental - RIMA Projeto Cidade da Copa. 2012. Disponível em: <http://www.cprh.pe.gov.br/downloads/RIMA-cidade-da-copa.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2016.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. Obras dos habitacionais 1 e 2 da Via Manguê em estágio avançado. Disponível em: <http://www2.recife.pe.gov.br/noticias/25/05/2011/obras-dos-habitacionais-1-e-2-da-manguê-em-estagio-avancado>. Acesso em: 20 ago. 2018.

PREFEITURA DE SÃO LOURENÇO DA MATA. Relatório de Prestação de Contas 2009-2012. Disponível em: <http://slm.pe.gov.br/>. Acesso em: 20 mai. 2016.

PRONI, M. W. **Esporte-espetáculo e futebol-empresa.** Tese (Doutorado em Educação Física) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

PROVEDORIA dos direitos humanos e justiça. Compilação de Instrumentos Internacionais de Direitos Humanos. Timor Leste: UNDP. Disponível em: <http://acnudh.org/wp-content/uploads/2011/06/Compilation-of-HR-instruments-and-general-comments-2009-PDHJTimor-Leste-portugues.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2018.

PUBLICA, COPA SEM CASA CORTE FINAL VERSÃO ALTA QUALIDADE, vídeo 10min: 02 seg. *In:* MOURA, A.; SCOTT, P.; OLIVEIRA, T. (Org.). **Copa do Mundo em Pernambuco: impactos, avaliações e ações.** Recife: Ed. dos Organizadores, 2015. ISBN 978-85-415- 0729-5 (digital) [CD-ROM]

RAMALHO, A. M. F. O planejamento e a gestão metropolitana para a Copa do Mundo de 2014: construções e desconstruções na Região Metropolitana do Recife. *In:* RAMALHO, A. M. F. **Recife os impactos da Copa do Mundo 2014.** 1. ed. Rio de Janeiro: Oficina de Livros, 2015, p.17- 62.

RAMALHO, A. M. F. A copa do mundo no Brasil: qual legado estamos construindo? **Architecton**, Recife, v. 02, n. 02, p. 8-16, 2012.

RAMALHO, A. M. F.; MELLO, G. M. S.; CAVALCANTI, M. A. H. A vez do Oeste metropolitano: planejamento ou oportunidade? Breve Leitura sobre o planejamento oeste da Região Metropolitana do Recife. *In:* SOUZA, M. A. A.; RIBEIRO, L. C. Q. (Org.) **Recife: transformações na ordem Urbana.** 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

REVOREDO, D. **A parceria público-privada no projeto “Cidade da Copa”, em São Lourenço da Mata/PE.** Blog Escrita Pulsante. Disponível em:

<https://revistaescritapulsante.com.br/2015/10/28/a-parceria-publico-privada-no-projeto-cidade-da-copa-em-sao-lourenco-da-matape/>. Acesso em: 10 out. 2018.

REYNALDO, A. **Metrópole Estratégica: Região Metropolitana do Recife**. Recife, CONDEPE/FIDE, 2005. 340p.

RIBEIRO, A. B. **A Rede Urbana Pan-Amazônica e a Copa do Mundo de 2014: os impactos nas cidades de Tabatinga (BR) e Leticia (COL)**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2015.

RIBEIRO, C. P. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento segundo Celso Furtado: Influência no debate sobre a questão Regional brasileira**. Monografia (Curso de Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

RIBEIRO, G. L. **Cultural Diversity as a Global Discourse**. Série Antropologia 412. Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.dan.unb.br/images/doc/Serie412empdf.pdf>. Acesso em: 28 set. 2017.

RIBEIRO, G. L. **Latin America and the development debate**. Série Antropologia 85. Brasília, 1990. Disponível em: http://www.dan.unb.br/images/pdf/serie_antropologia/85-ilovepdf-compressed.pdf. Acesso em: 25 ago. 2017.

RIBEIRO, G. L. A globalização popular e o sistema mundial não hegemônico. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Belo Horizonte, v. 25, n. 74, p. 21-23, 2010.

RIBEIRO, G. L. Ambientalismo e desenvolvimento sustentado: ideologia e utopia no final do século XX. **Ciência da informação**, Brasília, v. 21, n. 1, p. 23-31, 1992.

RIBEIRO, G. L. Antropologias mundiais: para um novo cenário global na antropologia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Belo Horizonte, v. 21, n. 60, p. 148-165, 2006.

RIBEIRO, G. L. **Cultura, direitos humanos e poder: mais além do império e dos humanos direitos: por um universalismo heteroglóssico**. Série antropológica, Brasília, v. 340, p. 1-16, 2003. Disponível em: <http://www.dan.unb.br/images/doc/Serie340empdf.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2018.

RIBEIRO, G. L. **O Capital da Esperança: a experiência dos trabalhadores na construção de Brasília**. Brasília: Edunb, 2008. 276p.

RIBEIRO, G. L. Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento. *In*: ZHOURI, A. (Org.). **Desenvolvimento, Reconhecimento de Direitos e Conflitos Territoriais**. Brasília: ABA, 2012. p.196-233.

RIBEIRO, G. L. **Power, networks and ideology in the field of development**. Série Antropologia, Brasília, v. 378, p.1-16, 2005. Disponível em: <http://www.dan.unb.br/images/doc/Serie378empdf.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2018.

RIBEIRO, L. B. **Desenvolvimento urbano econômico e sustentável: a constituição de uma nova cosmografia urbana em Uberlândia (MG)**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

Rodrigues, E. A. P. C. **Os espaços das cidades e os megaeventos esportivos: uma análise da copa do mundo de futebol 2014 na Região Sul do Brasil**. Tese (Doutorado em Educação Física) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

ROLINK, R. **Diretrizes para a segurança da posse dos pobres urbanos**. 1. ed. 23. Publicação on line. 2017. Disponível em: <http://www.suelourbano.org/wp-content/uploads/2017/08/Cartilha-Diretrizes-para-seguran%C3%A7a-de-posse-dos-pobres-urbanos.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2018.

_____. **A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo**. São Paulo: Studio Nobel/Fapesp, 1997. 242p.

_____. **Como atuar em projetos que envolvem despejos e remoções**. São Paulo, Relatoria especial da ONU para moradia adequada. 2007. 21p. Disponível em: https://apublica.org/wp-content/uploads/2012/04/GUIA_REMOCOES_portugues_20119.pdf. Acesso em: 18 fev. 2019.

_____. Megaeventos: direito à moradia em cidade à venda. *In*: JENNINGS, A. (Orgs.). **Brasil em Jogo: o que fica da Copa e das Olimpíadas?**. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014. p.65-70.

_____. São Paulo na virada do século: o espaço é político. **Espaços & Debates**, São Paulo, v. 17, p. 44-53, 1986.

ROLNIK, R.; SILVA NETO, M. L. O direito à moradia no Brasil e no mundo: entrevista com Raquel Rolnik. **Oculum Ensaios**, Campinas, v. 7-8, p. 146-163, 2008.

ROLNIK, R.; SILVA NETO, M. L. **O direito à moradia no Brasil e no mundo**. Oculum Ensaios [em linea] 2008. Disponível em: <http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/oculum/article/viewFile/368/348>. Acesso em: 28 jul. 2017.

SANTOS, C. S. Do lugar do negócio à cidade como negócio. *In*: CARLOS, A. F. A.; VOLOCHKO, D.; ALVARES, I. P. (Orgs.). **A cidade como negócio**. São Paulo: Editora Contexto, 2015. p.13-25.

SANTOS, K. M. S. **Projeto de mobilidade urbana: estudo sobre processos de integração com habitação de interesse social nas obras do PAC da COPA 2014 em Natal/RN**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Editora Edusp, 2008. 122p.

SBERT, J. M. Progresso. *In*: SACHS, W. (Org.). **Dicionário do Desenvolvimento**. Guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Ed. Vozes, 2000. p. 285-299.

SCHRÖDER, P. A Antropologia do desenvolvimento: é possível falar de uma subdisciplina verdadeira? **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 40, n. 2, p.83-100, 1997.

_____. Antropologia e ‘desenvolvimento’: balanço crítico de uma relação problemática. *In*: Circuito de Debates Acadêmicos/IPEA e Associações de Pós-Graduação em Ciências Humanas. 1., 2011, **Anais...** Brasília: II Conferência do Desenvolvimento (CODE), IPEA, 2011. Disponível em: www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area1/area1-artigo1.pdf. Acesso em: 11 jun. 2015.

_____. Orientações éticas para a antropologia prática: o caso de uma associação profissional na Alemanha. *Revista Antropológicas*, Recife, v. 18, n. 2, p. 271-292, 2007.

_____. Pernambuco Os desafios para uma antropologia do desenvolvimento no cenário atual. *In: 29ª Reunião Brasileira de Antropologia*. GT 082. Natal, v. 29, p.1-20, 2014.

SCOTT, R. P.; MOURA, A.B. M. **Desapropriações, Resistências e o Megaevento da Copa do Mundo: tempo, poder e projetos de desenvolvimento**. Recife: Revista Antropológicas, v. 25, n. 2, p. 94-132, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaanthropologicas/article/view/23833/19443>. Acesso em: 19 jan. 2018.

_____. Descaso planejado: uma interpretação de projetos de barragem a partir da experiência da UHE Itaparica no rio São Francisco. *In: ZHOURI, A. (Org.). Desenvolvimento, reconhecimento de direitos e conflitos territoriais*. Brasília: ABA, 2012. p.122-146.

_____. **Negociações e resistências persistentes: agricultores e a barragem de Itaparica num contexto de descaso planejado**. Recife: Ed. Universitária/UFPE, 2009. 290p.

_____. Remoção populacional e projetos de desenvolvimento urbano. *In: Encontro Nacional de Estudos populacionais, X., 2016, Natal. Anais...* Associação Brasileira de Estudos Populacionais 2016. p. 813-834

_____.; SANTOS, D. A.; SOUZA, E. A.; MOURA, A. B. M. Disputas em diferentes tempos na construção da Arena pernambucana para a Copa do Mundo: planejando, executando, mitigando. *In: MOURA, A.; SCOTT, P.; OLIVEIRA, T. (Org.). Copa do Mundo em Pernambuco: impactos, avaliações e ações*. Recife: Ed. dos Organizadores, 2015.

SECRETARIA Extraordinária da Copa –PE. Disponível em: <http://www.portais.pe.gov.br/web/secopa/transparencia>. Acesso em: 20 out. 2015.

SEIXAS, T. **Copa do Mundo de Futebol FIFA Brasil 2014: Uma Análise da Candidatura de Pernambuco como Subsede**. Dissertação (Mestrado em Ciências do Desporto) - Universidade do Porto, Porto, 2010.

SILVA, A. F. C. **Metropolização e megaeventos: impactos da Copa do Mundo 2014 em Natal-RN**. Natal: EDUFRN, 2015. 182p. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/21446>. Acesso em: 18 jan. 2017

SILVA, C. F. The Great Events Sports and Real Estate Dynamics and Housing: the Nature and Contradictions in the Program Minha Casa Minha Vida (Pmcmv) in São Lourenço da Mata-PE. *Geographia Meridionalis*, Pelotas, v. 2, n. 1, p. 38-62, 2016.

SILVA, K. R. S.; ALVES, M. **Os impactos da copa do mundo nas condições de vida das mulheres em Pernambuco**. Recife: SOS CORPO, 2014. 38p.

SOUTO MAIOR, J. L. **A Copa já era!. Blog do Comitê Popular da Copa**. Disponível em: <http://comitepopularcopapoa2014.blogspot.com/2014/04/a-copa-ja-era.html#more>. Acesso em: 20 set. 2018.

SOUZA, Â. G. Favelas, invasões e ocupações coletivas nas grandes cidades brasileiras - (Re) Qualificando a questão para Salvador-BA. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, n. 05, p. 63-89, 2001.

SOUZA, M. L. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016. 560p.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFV, 2010. 133p.

STAVENHAGEN, R. “Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista”. **Anuário Antropológico**, Brasília, v. 84, p. 11-44, 1985.

STEFANIAK, J. L. A Efetividade do Direito Humano e Fundamental à Moradia. **Revista Direitos Fundamentais & Democracia**, Curitiba, v. 8, n. 8, p. 237-256, 2010.

TEIXEIRA, C. C. Pesquisando instâncias estatais: reflexões sobre o segredo e a mentira. *In*: CASTILHO, S. R. R.; LIMA, A. C. S.; TEIXEIRA, C. C. (Orgs.). **Antropologia das práticas de Poder**: reflexões etnográficas entre burocracias, elites e corporações. Rio de Janeiro: Faperj, 2014. p. 33-42.

ULTRAMARI, C.; REZENDE, D. Grandes projetos urbanos: conceitos e referenciais. **Ambiente Construído**, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 7-14, 2007.

VAINER, C. B. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. ARANTES, O.; VAINER, C. MARICATO, E. *In*: **A cidade do pensamento único**: Desmanchando consensos. 3. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002, p.75-103.

VAINER, C. B. Utopias urbanas e o desafio democrático. **Revista Paranaense de Desenvolvimento-RPD**, Curitiba, n. 105, p. 25-31, 2011.

VAINER, C. B.; NOVAIS, P.; OLIVEIRA, F. L. Notas metodológicas sobre a análise de grandes projetos urbanos e a legitimação de novas formas de produção do território. *In*: OLIVEIRA, F. L.; CARDOSO, A. L. COSTA, H. S. M.; VAINER, C. B. (Orgs.). **Grandes Projetos Metropolitanos**: Rio de Janeiro e Belo Horizonte. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012. P. 11-23.

VAINER, C. Como serão nossas cidades após a Copa e as Olimpíadas?. *In*: JENNINGS, A. (Orgs.). **Brasil em Jogo**: o que fica da Copa e das Olimpíadas?. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014. p.71-78.

VALLADARES, L. P. **A invenção da favela**: do mito de origem à favela.com. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. 204p.

VELHO, G. Os mundos de Copacabana. *In*: VELHO, G. (Org.). **Antropologia urbana**: cultura e sociedade no Brasil e em Portugal. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. p. 11-23.

VIANNA, A. Etnografando documentos: uma antropóloga em meio a processos judiciais. *In*: CASTILHO, S. R. R.; LIMA, A. C. S.; TEIXEIRA, C.C. (Orgs.). **Antropologia das práticas do poder**: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações. 1. ed. Rio de Janeiro: Conta Capa/Faperj, 2014. p. 43-70.

VILLANO, B.; MIRAGAYA, A.; RIZZUTI, E.; CORREA, D.; RODRIGUES, R. P. Seminário Gestão de Legados de Megaeventos Esportivos: Pontos de Convergência. *In*: COSTA, L. P.; CORREA, D.; RIZZUTI, E.; VILLANO, B.; MIRAGAYA, A. (Eds.). **Legados de Megaeventos Esportivos**. Brasília: Ministério do Esporte, 2008. p.47-50.

WEBER, M. **A Ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Ed. Martin Claret, 2003. 230p.

ZHOURI, A. **Conflitos Sociais e Meio Ambiente Urbano**. Revista Documenta, Rio de Janeiro, n. 17, 2007. Disponível em:
http://www.nuredam.com.br/files/divulgacao/artigos/documenta17_artigo4%20%20Andrea%20Zhouri.pdf. Acesso em: 18 nov. 2018.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – ENTREVISTAS.

Termo de consentimento livre e esclarecido – entrevistas

Você está sendo convidada a participar de uma pesquisa sobre a Cidade da Copa, sua participação se dará através de concessão de uma ou mais entrevistas, fonogravadas, de cerca de 2h cada uma, em local que você ache mais conveniente.

Sua participação não envolve custos, você também não receberá nenhuma compensação financeira ou de outro tipo pela participação; mas muitas pessoas se sentem recompensadas em possibilitar informações que possam produzir reflexões e desenvolvimento das ações de desapropriações e produção do espaço urbano.

A pesquisa não envolve riscos ou danos à saúde. A você serão garantidos a confidencialidade e o anonimato. Você também tem o direito de não responder algumas das perguntas ou de, a qualquer momento, interromper a entrevista, pode inclusive determinar que as informações que já tenha nos dado sejam colocadas de fora do resto do material coletado. A assinatura deste consentimento não inviabiliza nenhum dos seus direitos legais.

Caso ainda haja dúvidas, você pode tirá-las agora, ou em surgindo alguma dúvida no decorrer das entrevistas, me coloco a seu dispor para esclarecê-las, a qualquer momento), pelo celular

Após ter lido e discutido com o pesquisador Núbia Michella Clementino da Silva os termos contidos neste consentimento esclarecido, concordo em participar da(s) entrevista(s), colaborando, desta forma, com a pesquisa “A CIDADE DA COPA: Desenvolvimento estratégico e desagregação social na produção do espaço urbano. Sei que assinando este consentimento não abro mão de meus direitos legais e que me ficarão garantidos a confidencialidade e o anonimato.

Assinatura do entrevistado

Local e data:

Nome do entrevistado:

Data de nascimento:

RG:

Endereço p/contato:

Assinatura do entrevistador

Local e data:

Nome do entrevistador:

Data de nascimento:

RG:

Endereço p/contato:

ANEXO A – CEHAB FECHANDO PORTAS

Gmail - Solicitação - <https://mail.google.com/mail/u/1/?ui=2&ik=6c189fcccc&jsver=uP1t...>

 **Núbia Michella Clementino** <nubiamichella34@gmail.com>

Solicitação -
1 mensagem

SecHab Pe <imprensa.sechab@gmail.com> 20 de outubro de 2015 15:47
Para: nubiamichella34@gmail.com

Prezada Núbia Santos,

em resposta à solicitação referente à Tese de Doutorado cuja temática trata-se sobre as desapropriações na área destinada a Cidade da Copa, a senhora pode obter mais informações com a Procuradoria Geral do Estado de Pernambuco (PGE).

Estamos a disposição para esclarecer qualquer dúvida!

Superintendência de Comunicação da Secretaria Estadual de Habitação

(81) 3182.7528/3182.7506

ANEXO B – LICENÇA PRÉVIA ARENA

LICENÇA PRÉVIA	
Nº 02.09.08.008164-4	VALIDADE 31/08/2010
Agência Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - CPRH, com base na legislação ambiental e demais normas pertinentes, e tendo em vista o conteúdo no expediente protocolado sob o nº 007145/2009 expede a presente LICENÇA PRÉVIA (LP) .	
1 - Nº Empreendimento 0000002058	2 - Razão Social GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
3 - Endereço Praça da República, S/N - Santo Antônio	
4 - Município Recife - PE	5 - CEP 50010928
6 - CNPJ / CPF 10.571.982/0001-25	7 - RG / Inscrição Estadual
8 - Caracterização do Empreendimento O projeto enquadra-se na Tipologia de Parques Temáticos, Código 3.10.9.4 do Decreto Estadual nº 28.787/05, cuja atividade consistirá na implantação a Arena Fifa 2014, a ser implantado às margens da Rodovia BR- 408, bairro Jardim Penedo de Baixo, município de São Lourenço da Mata/PE. : Exigências 1. Apresentar por meio digital e impresso o projeto executivo da ARENA 2014 - PERNAMBUCO; 2. Apresentar memorial descritivo contendo informações básicas sobre a área, principalmente no que se refere à cobertura vegetal existente, hidrografia, topografia, entre outros; 3. A vegetação nativa (árvores e arbustos) é protegida por Lei Federal nº. 4771/65 e Lei Estadual nº. 11.206 de 31 de março de 1995; 4. Quando da elaboração do projeto executivo, indicar em planta, a localização do canteiro de obras; 5. Esta Licença Prévia não autoriza o início de obras ou atividade de qualquer natureza sendo necessária, para tanto, a liberação da licença de instalação, segunda etapa do processo de licenciamento ambiental; 6. Quando da solicitação da Licença de Instalação - LI deverão ser apresentados os seguintes documentos: 6.1. Memorial descritivo e Plano de Recuperação de áreas impactadas pela intervenção das obras; 6.2. Apresentar Memorial Descritivo do estacionamento, das vias de acesso, internas, de contorno, bueiros, travessias, acompanhados das memórias de cálculo, plantas e responsáveis técnicos. Estas vias poderão ser objeto de licenciamento específico, ou não, a critério deste órgão ambiental. 10 - Requisitos 1. Na elaboração do projeto executivo, observar os parâmetros ecológicos oficiais da FIFA, ou seja, atender o que a FIFA chama de "green goal" (gol verde), criado para marcar a preocupação com o meio ambiente e a sustentabilidade na realização de grandes eventos. 11 - Observação 1. A presente licença esta sendo concedida com base nas informações apresentadas pelo requerente e não dispensa nem substitui quaisquer alvarás ou certidões de qualquer natureza exigidas pela legislação Federal, Estadual e principalmente as diretrizes do poder público Municipal; A referida licença fundamenta-se no traçado gráfico apresentado, não implicando por parte da CPRH no reconhecimento da validade do levantamento, nem do direito de propriedade. 12 - DATA 31/08/2009 13 - SUPERVISOR DE LICENCIAMENTO <i>Paulo Gilberto Cavalcanti Soares</i> Supervisor de Licenciamento Pag. 1/1 14 - DIRETOR <i>Nelson J. Maricevich</i> Diretor de Gestão Territorial e Recursos Hídricos 0209080081644 Rua Santana, 367, Casa Forte Recife - PE CEP 52060-460 CNPJ: 06.052.204/0001-52 Tel: 81 3182 8800 www.cprh.pe.gov.br Papel reciclado não clorado, com menor custo ambiental.	

ANEXO C – TERMO DE ACEITAÇÃO COM DATAS DAS REMOÇÕES

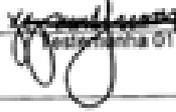
OBSERVAÇÃO _____

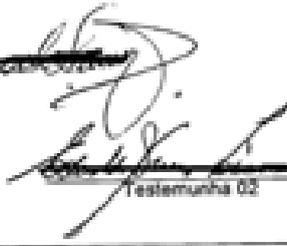
Assim estou de pleno acordo com o valor da indenização informada a seguir, ficando estabelecido que a CEHAB, após o fornecimento por mim indenizado da documentação e preenchidas as formalidades legais, pagará a quantia abaixo indicada, onde após o recebimento da referida importância desocuparei o imóvel em 48 horas corridas.

R\$ 101.009,81 (cento e um mil e nove reais e oitenta e um centavos)

Nome: _____
CPF: _____
RG: _____
Estado Civil: **casado**

Recife, 26/05/2010

 Testemunha 01

 Testemunha 02

Assim estou de pleno acordo com o valor da indenização informada a seguir, ficando estabelecido que a CEHAB, após o fornecimento por mim indenizado da documentação e preenchidas as formalidades legais, pagará a quantia abaixo indicada, onde após o recebimento da referida importância desocuparei o imóvel em 48 horas corridas.

R\$ 757.989,02 (setecentos e cinquenta e sete mil novecentos e oitenta e nove reais e dois centavos)

Nome: _____
CPF: _____
RG: _____
Estado Civil: _____

Recife, 02/07/2010

 Testemunha 01

 Testemunha 02

ANEXO D – AUTORIZAÇÃO DO CANTEIRO DE OBRAS ARENA

AUTORIZAÇÃO	
Nº 04.10.10.033720-1	VALIDADE 28/10/2011
Agência Estadual de Meio Ambiente - CPRH, com base na legislação ambiental e demais normas pertinentes, e tendo em vista o contido no expediente protocolado sob o nº 006402/2010 expede a presente Autorização Ambiental.	
1 - Razão Social ARENA PERNAMBUCO NEGÓCIOS E INVESTIMENTOS S.A.	
2 - Endereço RUA ANTÔNIO LUMACK DO MONTE, 128 - BOA VIAGEM	
3 - Município Recife - PE	4 - CEP 051020350
5 - CNPJ / CPF 02.965.057/0001-50	6 - RG / Inscrição Estadual
7 - Sumário da Atividade Principal O empreendimento enquadra-se na Tipologia de Dragagem, Desassoreamento e Terraplenagem, Código 4.6.4 do Decreto Estadual nº. 28.787/05.	
8 - Exigências 1. A CPRH deverá ser comunicada, imediatamente, em caso de ocorrência de qualquer acidente que venha causar dano ao meio ambiente; 2. Quaisquer alterações nos projetos apresentados para execução da terraplenagem, deverão ser precedidas de anuência da CPRH; 3. Não poderão ser utilizados para execução da terraplenagem solos contendo materiais vegetais ou orgânicos; 4. Deverão ser adotadas as seguintes ações para minimizar o impacto na morfologia da área onde serão executados os cortes e aterros: - Definição de taludes de corte e aterro com garantia de segurança geotécnica, tanto na área de implantação, como nas potenciais áreas de empréstimos que vierem a ser exploradas; - Proteção de taludes com grama e com drenagem de crista adequada; - Utilização de jazidas licenciadas, ou então, licenciamento dos empréstimos com proposição de PRAD específico para cada caso; 5. Implantar sinalização nas áreas próximas a obra de maneira a garantir a segurança da população; 6. A área onde serão executados os serviços de corte e aterro deverá ser cercada evitando a circulação de pessoas não autorizadas e animais; 7. Quando da utilização de material explosivo, o projeto deverá obedecer às normas da ABNT e apresentar autorização prévia do(s) órgão(s) competente(s); 8. Apresentar relatório consolidado, em no máximo 30 (trinta) dias após o final da terraplenagem, demonstrando a situação atualizada da área e como se deu a execução dos trabalhos.	
9 - Objetivo da Autorização Consistirá na execução de serviços de terraplenagem na área do empreendimento denominado Arena Pernambuco, localizado no município de São Lourenço da Mata.	
10 - Observação 1. A ARENA PERNAMBUCO NEGÓCIOS E INVESTIMENTOS S/A é responsável na qualidade de empreendedor, perante a CPRH, quanto ao cumprimento dos condicionantes desta Autorização; 2. A CPRH, mediante decisão motivada, poderá modificar os condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar esta Autorização, caso ocorra: - Violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais; - Omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a análise do grupo de trabalho para expedição da licença; - Superveniência de graves riscos ambientais e de saúde;	
11 - DATA EMISSÃO 27/10/2010	12 - SUPERVISOR DE LICENCIAMENTO
13 - DIRETOR <i>Nelson J. Maricevich</i>	Supervisor de Licenciamento <i>Fábio Torres Mendes Rêgo</i>
A aceitação desta Licença está condicionada à finalidade para a qual foi emitida e à verificação de sua autenticidade na internet, no endereço <www.cprh.pe.gov.br>	
CPRH Nelson J. Maricevich Diretor de Gestão Territorial e Recursos Hídricos	CÓDIGO DE SEGURANÇA U28P11x
 0410100337201	
Rua Santana, 367, Casa Forte Recife - PE CEP 52060-460 CNPJ: 06.052.204/0001-52 Tel.: 81 3182.8800 www.cprh.pe.gov.br	

ANEXO E – OFICIO 474/2014 DE RESPOSTA SOBRE DESAPROPRIAÇÕES EM PERNAMBUCO



Procuradoria
Geral do Estado

PERNAMBUCO
GOVERNO DO ESTADO

Secretaria Executiva de Desapropriações

MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
17/12/2014 - 18:05:53
Horario de Brasília
PROTOCOLO:
PR-PE-00057243/2014

Ofício nº 474 /2014 – Secretaria Executiva de Desapropriações

Recife, 17 de dezembro de 2014.

A Sua Excelência a Senhora
CAROLINA DE GUSMÃO FURTADO
Procuradora da República da Procuradoria da República em Pernambuco

Referência: Ofício nº 8773/2014/GAB/PR PJC
(PR-PE- 55565/2014)

Inquérito Civil Público nº 1.26.000.000709/2011-12

Senhora Procuradora da República:

O Ofício em referência, extraído do Inquérito Civil Público também em destaque, solicitou esclarecimentos relacionados às desapropriações implementadas pelo Estado de Pernambuco decorrentes dos empreendimentos da Copa FIFA 2014, bem como sobre a adesão deste à Portaria do Ministério das Cidades nº. 317, de 18 de julho de 2014.

Despacho Nº 1

1 _ Junte(m) - se.

2 _ Após, conclusos.

Recife, 19 112 119.

Pedro Jorge Costa
Pedro Jorge Costa
Procurador da República

Rua do Sol, 143 – Santo Antônio – Recife – PE – Fone: (081) 3181-8565 – CEP: 50.010-470

Continua...

Através do presente expediente, o Secretário Executivo de Desapropriações de Pernambuco (SEDES/PGE), com os devidos cumprimentos, presta os seguintes esclarecimentos a Vossa Excelência:

Para as Obras da Copa 2014 foram realizadas **457 desapropriações**, sendo **67%** por meio de Processos Administrativos, e **30%** por Ações Judiciais, e mais **3%** encontram-se em fase final de negociações (podendo serem realizadas administrativamente ou judicialmente).

Resumo Desapropriações Obras da Copa 2014			
Total Processos (a)	457	100%	100%
Acordo Administrativo (c)	307	67%	92%
Ações Ajuizadas (d)	115	25%	
Em Negociação	14	3%	3%
Ações a Ajuizar (e)	21	5%	5%
Imissão de Posse (f)	114	99%	99%

Estas desapropriações estão distribuídas da seguinte forma:

- **Recife:** 298 desapropriações (Ramal Cidade da Copa, TI Camaragibe, TI Cosme e Damião e Corredor Leste Oeste (incluindo o TI da III Perimetral e TI IV Perimetral));
- **Camaragibe:** 121 desapropriações (Ramal Cidade da Copa, TI Camaragibe e Corredor Leste Oeste);
- **Olinda:** 38 desapropriações (Corredor Norte e Sul).

Além de desapropriações ligadas às obras da copa:

No eixo principal das Obras da Copa, 41 (quarenta e uma) desapropriações encontram-se em fase de pagamento/ajuizamento, sendo 38 (trinta e oito) do Corredor Norte e Sul (Av. Pan Nordestina) e 03 (três) no Ramal Cidade da Copa - Trecho Externo Camaragibe.

No entorno das Obras da Copa encontram-se em fase de pagamento/ajuizamento 15 (quinze) desapropriações no entorno do Corredor Leste Oeste (2 imóveis para Viário TI Caxangá e 13 imóveis para Viário da UPA Caxangá).

Dos imóveis desapropriados temos **25% de terra nua**, **18% de imóveis comerciais**, **13% de imóveis de uso misto** (residencial e comercial) e **1% institucional** (igrejas, prédios públicos, etc) e **43 % de imóveis residenciais**.

Continua...



A maior parte dos imóveis residenciais estava localizada na área de implantação do **Ramal Cidade da Copa**, especificamente no Loteamento Santos Cosme e Damião na Várzea, Recife (38 imóveis) e no Loteamento São Francisco do Timbi, em Camaragibe (55 imóveis).

Houve desapropriações em imóveis residenciais também para implantação do **Terminal Integrado de Cosme e Damião (42 imóveis)** e Viário nas proximidades da UPA Caxangá - Obra do Corredor Leste Oeste (70 imóveis).

Residencial	Misto	Comercial	Institucional	Terra Nua	Total
195	60	84	6	112	457
43%	13%	18%	1%	25%	100%

Conforme quadro abaixo, o Valor Total estimado das desapropriações é em torno de **102 milhões de reais**, já tendo sido pago/depositado pelo Governo do Estado mais de 90 milhões o que equivale a 88,80% do valor total.

Valor Total Estimado	Valor Pago 2012/2013/2014
R\$ 102.081.865,10	R\$ R\$ 90.501.969,45
	88,80%

Em relação aos processos administrativos de desapropriação foi realizado o pagamento integral de todas as indenizações (100%).

Vale salientar que, além do pagamento integral aos expropriados atingidos pelas desapropriações administrativas, temos que 90% dos expropriados por processos judiciais realizaram algum tipo de levantamento de valores nas ações de desapropriação.

Ademais, nos casos pontuais onde não houve levantamento de valores, essa impossibilidade decorreu da ausência dos requisitos legais exigidos dos expropriados para o pagamento desses montantes. Posto que, a liberação desses recursos cabe ao Poder Judiciário, mediante **comprovação de propriedade dos imóveis e a regularização fiscal dos tributos incidentes sobre o bem expropriado.**

Continua...



Nesse ponto, é importante observar que houve a formação de uma "força tarefa" entre os vários órgãos estaduais envolvidos no procedimento de liberação dos valores com o intuito de agilizar a superação dos entraves legais que as famílias enfrentam.

Vale ressaltar que o valor ofertado a título de indenização pelo Estado de Pernambuco já foi depositado integralmente nos processos judiciais, dependendo tão somente da liberação dos valores nos processos judiciais.

Ressaltamos que nos 67% das desapropriações das Obras da Copa em que foram realizadas por processo administrativo, tivemos a aceitação dos valores ofertados pelo Estado, o que demonstra que os valores das indenizações foram **aceitos como justos** pela maioria dos expropriados.

É importante frisar que nas desapropriações judiciais (que representam apenas 30% das desapropriações promovidas pelo Estado), o justo preço é definido pelo Poder Judiciário, que através da perícia judicial, realizada por perito especializado indicado pelo juiz competente, determina, subsidiado nos dados apresentados, o valor que deve ser considerado como justo.

Ademais, mesmo nos casos onde houve a realização de perícia judicial temos uma grande proximidade entre o valor ofertado pelo Estado e o estipulado pelo perito oficial, o que demonstra que a avaliação promovida pelo Estado de Pernambuco baseou-se nas devidas normas técnicas.

A crescente humanização do processo de desapropriação implementada pela SEDES, reduzindo assim os efeitos negativos trazidos por este instituto de intervenção na propriedade privada.

Vale ressaltar que foi a primeira vez no Estado que se tratou a desapropriação sobre o prisma de uma equipe multi-disciplinar.

Em relação ao questionamento sobre o auxílio-moradia/relocação dos expropriados não possuímos tais informações, devendo o questionamento ser direcionado ao órgão competente (COMPANHIA ESTADUAL DE HABITAÇÃO E OBRAS – CEHAB).

OBRAS EM QUE HOUVE O ACOMPANHAMENTO INDIVIDUALIZADO DOS LEVANTAMENTOS:

TRECHO: TERMINAL INTEGRADO JOANA BEZERRA

Para viabilizar a construção do Terminal Integrado de Joana Bezerra foi necessário desapropriar 194 (cento e noventa e quatro) edificações residenciais, dessas 04 (quatro) possuíam comércios anexados.